



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Áurea Cristina Santos Dias

Trabalho e Imigração no Brasil no Século XXI: os senegaleses em Niterói/RJ

Rio de Janeiro

2020

Áurea Cristina Santos Dias

Trabalho e Imigração no Brasil no Século XXI: os senegaleses em Niterói/RJ



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vânia Morales Sierra

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

D541 Dias, Áurea Cristina Santos.
Trabalho e Imigração no Brasil no Século XXI: os senegaleses em Niterói/RJ
/ Áurea Cristina Santos Dias – 2020.
186 f.

Orientadora: Vânia Morales Sierra.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Serviço Social.

1. Serviço social – Teses. 2. Migração – Teses. 3. Senegaleses – Teses. I.
Sierra, Vânia Morales. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade
de Serviço Social. III. Título.

es

CDU 364(815,3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Áurea Cristina Santos Dias

Trabalho e Imigração no Brasil no Século XXI: os senegaleses em Niterói/RJ

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social.

Aprovada em 10 de novembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vânia Morales Sierra (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social UERJ

Prof^o. Dr^o. Maurílio Castro de Matos
Faculdade de Serviço Social (UERJ)

Prof^a. Dr^a Ana Paula Procópio da Silva
Faculdade de Serviço Social (UERJ)

Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Botão Gomes
Departamento de Serviço Social (PUC-Rio)

Prof^a. Dr^a. Nívia Valença Barros
Escola de Serviço Social (UFF)

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Todas as idealizações que construí sobre o doutorado foram profundamente atingidas por muitos desafios e obstáculos. Fui surpreendida e me vi muito despreparada e inábil para lidar com a maioria deles. Mas foi nessa jornada de qualificação que encontrei muito amor, atenção e companheirismo de modo que posso afirmar a alegria e a renovação que esta conquista me trouxe. Tanta coisa e tanta gente para agradecer e abraçar... Senta que lá vem agradecimentos!

Ao César, que me ensina faz 11 anos que não temos controle sobre muitas coisas, mas que o amor é o combustível indispensável para reformularmos as rotas da vida, *Always Forward!*

Minha família grande e maravilhosa, irmãos, irmãs, tias, tios... Mãe e pai, obrigada pela presença eterna e pelo exemplo de orgulho, dignidade e trabalho que me constituiu e me sustenta. Minha família extensa, escolhida e encontrada pela vida, amo vocês: dindos do César; Parceiras de Vida, confraria de amor e apoio.

À Miriam Salles, amizade de escola resgatada nos deslocamentos laborais e que se tornou fundamental para nossa permanência em Niterói. À Cida, pelo apoio estrutural cotidiano. À Umbigolândia, “vamos aprender a descansar e não desistir”, da Creche UFF para vida!

Ao núcleo duro de Niterói, amigos amados, testemunhas de tantas peijas e alegrias, obrigada pelo colo, incentivo e cervejas: Rodrigo Lima, Ana Paula Mauriel, Lili (tão precocemente retirada de nós), Ana Lole, Flavia Lamim. Amo vocês!

Aos amigos e companheiros, exemplos de profissionais que estiveram comigo no início e no caminho dos estudos do doutorado: Eblin Farage, Robson R. da Silva, Mônica Barison, Rodrigo Castelo, Ariane Paiva.

Aos companheiros da turma potente DO 2016, obrigada por tantos momentos compartilhados de aprendizado, de alegria, de tensões. Vocês são maravilhosos! Júlio Monerat, Fábio Simas, Gracy Costa, Renatinha Costa, Márcia Brasil, Gêneses, vocês estão no meu coração.

Aos professores do PPGSS/UERJ, pelos valorosos conhecimentos transmitidos, que extrapolam a dinâmica da sala de aula e remetem ao compromisso social com a educação pública de qualidade, gratuita e socialmente referenciada aos interesses da classe trabalhadora.

Agradeço aos professores membros da banca examinadora por terem aceitado o convite, e pelas significativas contribuições desde a banca de qualificação do projeto de tese. À professora Vânia Sierra Morales pela paciência, estímulo e ensinamentos.

Ao coletivo de docentes do Departamento de Serviço Social e aos técnico-administrativos da Escola de Serviço Social da UFF-Niterói, agradeço o apoio que se materializou no período de licença para qualificação, mas que se expressou para além: nos sorrisos, nos abraços e nas palavras de estímulo.

À rede de profissionais, pesquisadores, imigrantes e refugiados com os quais pude aprender muito. Agradeço especialmente aos que colaboraram mais diretamente com relatos, indicações, estímulos e trocas acadêmicas. Aos imigrantes senegaleses vendedores ambulantes em Niterói, a presença de vocês na cidade demonstra a força dos trabalhadores e aponta para a potência da luta coletiva.

Um Corpo no Mundo

Atravessei o mar
Um sol
Da América do Sul
Me guia
Trago uma mala de mão
Dentro uma oração
Um adeus
Eu sou um corpo, um ser, um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar
Eu sou a minha própria embarcação
A minha própria sorte
Atravessei o mar
Um sol
Da América do Sul
Me guia
Trago uma mala de mão
Dentro uma oração
Um adeus
Eu sou, um corpo, um ser, um corpo só
Tem cor, tem corte
E a história do meu lugar
Eu sou a minha própria embarcação
Sou minha própria sorte
Je suis ici
Ainda que não queira não
Je suis ici
Ainda que eu não queira mais, je suis ici
Agora
Cada rua dessa cidade cinza, sou eu
Olhares estranhos me fitam
Há perigo nas esquinas
E eu falo mais de três línguas
E a palavra amor, cadê?
E a palavra amor,...

Luedji Luna

RESUMO

DIAS, Áurea Cristina Santos. **Trabalho e Imigração no Brasil no Século XXI: os senegaleses em Niterói/RJ**. Rio de Janeiro, 2020. 186 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Este estudo teve como objetivo analisar a imigração contemporânea no Brasil, a partir da presença de imigrantes senegaleses no município de Niterói/RJ. O Brasil tem uma história de imigração importante de trabalhadores, principalmente europeus, que se deu num contexto de mudanças econômicas e políticas, que dentre outros fatores tinha como preocupação o controle pelas elites nacionais do processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre e um projeto de nação embranquecida. A pesquisa considera as novas características da imigração no Brasil, que tem como base social e histórica as transformações no capitalismo contemporâneo e a nova divisão internacional do trabalho, que tem mobilizado para o país, trabalhadores oriundos de países periféricos fronteiriços, do Caribe, da África e Ásia. O percurso metodológico adotado no conjunto da pesquisa acionou instrumentos da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A revisão teórica partiu da preocupação sobre imigração e os processos contemporâneos da relação entre capital e trabalho que vem determinando a intensificação de fluxos migratórios globais e considerou as particularidades da formação periférica do capitalismo no Brasil. O trabalho de campo manteve a perspectiva qualitativa para nos aproximarmos dos senegaleses em Niterói/RJ. A argumentação construída evidenciou a mobilização para o trabalho como um elemento chave da constituição e desenvolvimento do capitalismo que toma formas cada vez mais complexas, exigindo dos trabalhadores crescente submissão, adaptabilidade e deslocamentos internos e internacionais. O desenvolvimento da pesquisa considerou os elementos históricos da imigração e do trabalho no Brasil e a configuração atual que articula processos de precarização do trabalho, de tendências de controle e seletividade do perfil dos imigrantes desejados, que passam por condutos de qualificação e de raça, que se conectam com o passado imigratório do país. Nesta direção foram construídas articulações com a experiência dos senegaleses em Niterói/RJ, fluxo que se intensificou a partir das restrições migratórias nos países centrais e da projeção internacional do Brasil na política de relações exteriores e de cooperação técnica e econômica especialmente com países africanos e com a realização de megaeventos internacionais. Dentro do contexto desta pesquisa, identificamos que a imigração senegalesa em Niterói/RJ está articulada aos processos contemporâneos de exploração e expropriação que atingem os países da África Subsaariana, e se articulam com uma rede transnacional migratória que aciona questões econômicas e religiosas. Essa estrutura migratória vem se organizando no Brasil com maior visibilidade desde os anos 2000 e se apresenta constituída em Niterói/RJ, como base de apoio para a chegada, trânsito, permanência e integração com a localidade, assim como funciona como suporte e mediação para as tensões e contradições implicadas na imigração, tais como documentação e condição migratória, xenofobia e racismo.

Palavras-chave: Migração. Trabalho. Senegaleses.

ABSTRACT

DIAS, Áurea Cristina Santos. **Work and Immigration in Brazil in the 21st Century: Senegales in Niterói/RJ**. Rio de Janeiro, 2020. 186 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This study aimed to analyze contemporary immigration in Brazil, based on the presence of Senegalese immigrants in the city of Niterói /RJ. Brazil has a history of important immigration of workers, mainly Europeans, which took place in a context of economic and political changes, which among other factors was concerned with the control by the national elites of the process of transition from enslaved to free labor and a whitened nation project. The research considers the new characteristics of immigration in Brazil, which has as a social and historical base the transformations in contemporary capitalism and the new international division of labor, which has mobilized for the country, workers from peripheral border countries, the Caribbean, Africa and Asia. The methodological path adopted in the research set has triggered bibliographic, documentary and field research instruments. The theoretical review started from the concern about immigration and the contemporary processes of the relationship between capital and labor that has been determining the intensification of global migratory flows and considered the particularities of the peripheral formation of capitalism in Brazil. The fieldwork maintained the qualitative perspective to get closer to the Senegalese in Niterói/RJ. The argumentation made evident the mobilization for work as a key element of the constitution and development of capitalism that takes on more and more complex forms, demanding from workers increasing submission, adaptability and internal and international displacements. The development of the research considered the historical elements of immigration elements of immigration and work in Brazil and the current configuration that articulates precarious work processes, trends in control and selectivity of the profile of the desired immigrants, who pass through qualification and race conducts, which connect with the country's immigration past. In this Direction, articulations were built with the experience of the Senegales in Niterói/RJ, a flow that intensified as a result of migratory restrictions in the central countries and Brazil's international projection in the policy of foreign relations and technical and economic cooperation, especially with the holding of international mega-events. Within the context of this research, we identified that Senegales immigration in Niterói/RJ is linked to the contemporary processes of exploitation and expropriation that affect the countries of Sub-Saharan Africa, and are articulated with a transnational migratory network that triggers economic and religious issues. This migratory structure has been organizing itself in Brazil with greater visibility since the 2000s and is established in Niterói/RJ, as a support base for the arrival, transit, permanence and integration with the locality, as well as functioning as support and mediation for the tensions and contradictions involved in immigration, such as documentation and migratory status, xenophobia and racism.

Keywords: Migration. Labor. Senegalese.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 -	Entrada de Imigrantes Internacionais, Estoque de Imigrantes Internacionais e População Total Brasil, 1930-1959.....	104
Figura 1 –	Migrações Internas na África	132
Figura 2 -	Mapa de Localização de Senegal na África Ocidental	135
Tabela 2 -	Registros de africanos (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE) no Brasil, entre 2000 e 2017, segundo ano de registro e principais países de nascimento	142
Fotografia 1 -	Matéria na Mídia sobre o Grande Magal em Niterói no Ano de 2018. .	153
Gráficos 1 -	Faixa Etária e Sexo dos(as) Senegalesas Solicitantes de Refúgio de Jan 2017 a Jun 2020.....	160
Fotografias 2 -	Matéria na Mídia Escrita sobre Repressão a Trabalhadores Ambulantes em Niterói Jun-2020.....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Estado do Acre
ACNUR	Agência das Nações Unidas para Refugiados
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MRE	Ministério das Relações Exteriores
Obmigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIR	Organização Internacional de Refugiados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
PICMME	Comitê Intergovernamental Provisório para os Movimentos de Migrantes da Europa
RJ	Estado do Rio de Janeiro
SUS	Sistema Único da Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	24
1.1	Abordagens Teóricas sobre Migração Internacional	26
1.2	Migração e Mobilidade do Trabalho	41
1.3	Estado-Nação, Finanças e Diplomacia: chaves para um novo sistema mundial	52
1.4	O Sistema Capitalista e as Novas Determinações no Século XXI	63
2	IMIGRAÇÃO E REFÚGIO EM QUESTÃO: RECEPÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS, POLÍTICA MIGRATÓRIA E OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL	80
2.1	Migração Internacional no Contexto Dependente	84
2.1.1	<u>Política Migratória no Brasil: branqueamento, controle e seletividade</u>	89
2.2	Migrações internacionais: diferentes categorias migratórias e perspectivas interventivas	106
2.2.1	<u>Refúgio e a proteção às violações dos direitos humanos</u>	110
2.2.2	<u>O Refúgio no Brasil</u>	117
2.2.3	<u>Migração Econômica Internacional</u>	120
3	MELHOR EXÓTICO DO QUE TEMIDO: SENEGALESES NO MUNICÍPIO DE NITERÓI/RJ	123
3.1	Notas do campo: a aproximação aos sujeitos da pesquisa	123
3.2	Migra-se mais dentro da África: Dinâmicas migratórias na África e a diáspora senegalesa	129
3.3	A Migração Senegalesa no Brasil e a Inclusão de Niterói como destino possível	142
3.4	Inserção Laboral ou o Perde e Ganha Cotidiano	159
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
	REFERÊNCIAS	176

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema apresentado está relacionado à busca por um conhecimento aprofundado sobre a realidade dos processos de imigração no Brasil intensificados a partir da década de 2000. A motivação para a realização desta pesquisa se deu a partir do contato com trabalhadores oriundos do Senegal no município de Niterói no estado do Rio de Janeiro.

Esse grupo de trabalhadores atuava como ambulantes no Centro de Niterói vendendo à época, artigos de artesanato inspirados na sua cultura natal. Diferente de outros ambulantes seus produtos ficavam expostos no chão e foi num episódio em que os mesmos foram vítimas de violência com ofensas xenófobas e racistas que as inquietações para a construção desta proposta foram suscitadas. Essas atitudes não podem ser naturalizadas. O que fazer diante disso? O primeiro movimento foi identificar as duas principais inquietações despertadas pelo episódio relatado: 1) diante da atual configuração do trabalho no mundo, a busca por sobrevivência extrapola os limites nacionais e se coloca como uma dificuldade para todos os trabalhadores: como lidar com esta realidade numa perspectiva de classe? 2) Como na atividade docente de supervisão acadêmica de estágio, onde eram abordadas experiências do cotidiano de vários equipamentos públicos de diferentes políticas sociais, no território onde se encontram os imigrantes, não tinha, até o momento, sido identificado nenhum relato de atendimento ou discussão a respeito destes sujeitos?

Tais desconfortos motivaram uma busca exploratória, informal, com atores institucionais das políticas de assistência social e saúde do município. Os principais relatos se constituíram em afirmações de que havia vaga lembrança de atendimentos aos imigrantes, mas que não havia nenhum dado registrado, apenas impressões dos profissionais. Recebi sugestões para eu buscasse a Polícia Federal (o que já sugeriu o sentido controlador e coercitivo do atendimento a este público). Ouvi recorrentes afirmações de que, diante do retrocesso das políticas sociais, “não temos nem para os **nossos**, quanto mais para os **outros**” (grifos nossos). Deste modo, a mobilização para um investimento que contribuísse para a análise do atual fenômeno da imigração articulado à apreensão da questão social em suas novas configurações, tomou força neste projeto de pesquisa. Mais tarde, após a qualificação do projeto que originou esta tese, voltei a órgãos de assistência social e saúde do município de Niterói, quando me foi dito claramente, que esse município não dispõe de políticas públicas específicas para o atendimento do grupo de imigrantes residentes ali.

Trata-se de um tema relevante porque envolve questões de natureza social, econômica, cultural e política. As diferentes formas de imigração afetam múltiplas dimensões da vida

humana. Para os que vivem essa experiência amparada pelo trabalho, pela legislação e não dependem economicamente de ações governamentais ou filantrópicas, a experiência, ainda que possa ser permeada de desafios por estar longe de seu lugar de origem, difere daqueles que vivenciam essa condição de forma subordinada ou até mesmo criminalizada. Para estes, a situação se complexifica e torna-se mais aguda e cruel, por ser uma expressão viva da negação de direitos variados, dentre eles, destacamos o direito ao trabalho e à sobrevivência e a suas formas de expressão cultural, sobretudo, quando se trata da imigração de africanos.

É sabido que a questão da imigração envolve múltiplos aspectos. No caso desta tese será privilegiada a dimensão do trabalho por considerarmos que essa dimensão poderia ser o elo de fortalecimento entre os imigrantes e os trabalhadores brasileiros, pois é a condição de vendedores de força de trabalho a condição de sobrevivência da classe trabalhadora. Contudo, a relação dos trabalhadores nacionais e imigrantes tem sido tensionada na experiência cotidiana e na forma como é tomada nas políticas públicas. Especialmente no contexto de crise estrutural do capital, a dimensão de classe trabalhadora encontra-se obscurecida em períodos de grande individualização e competitividade.

Esse tema nos remete a um campo de estudos específico que tem se oxigenado nos últimos anos principalmente nas áreas de Geografia e Direito, e é uma oportunidade de ampliar os conhecimentos e futuramente poder contribuir com o aprofundamento desse debate no Serviço Social, a partir da perspectiva teórico-metodológica pautada no materialismo histórico-dialético, com inspiração de autores inscritos, principalmente na tradição marxista. Buscou-se a ultrapassagem da aparência do fenômeno da imigração, para identificar determinações sociais importantes, que definem essa configuração de (des) humanização. Nesse sentido, o material produzido nesta tese, pode contribuir com a formação e trabalho profissional do Serviço Social, uma vez que a produção acadêmica sobre tal temática nessa área de conhecimento é restrita.

Provocado pelos desafios enfrentados pelos assistentes sociais atuantes em regiões fronteiriças, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS - realizou na cidade de Belém no estado do Pará, em 2016, o Seminário Nacional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais, com o tema “As fronteiras (in)visíveis do capital: desafios para o Serviço Social”. Na ocasião o Conselho lançou a publicação CFESS Manifesta propondo reflexão e debate coletivo sobre as conexões entre o capitalismo contemporâneo, neoliberalismo e as migrações internacionais.

Temos o desafio de qualificar esse debate a partir dos referenciais teóricos que dão suporte a nossa profissão, evitando direcionamentos pautados em análises parciais e individualistas do fenômeno e de suas possíveis soluções, como se o ato de imigrar fosse um

desejo particular e não uma necessidade de sobrevivência ou de melhores condições de vida. Em outras palavras, o desafio consiste em superar traços conservadores da profissão, não totalmente eliminados, evitando moralismos e possíveis preconceitos não extintos em nossa sociedade. A questão do trabalho na sociedade brasileira é atravessada pelo histórico de sua formação socioeconômica com origem escravocrata.

Considerando os aspectos estruturais do capitalismo, partimos do conhecimento de que essa ordem societária desigual não fornece condições de absorção plena da força de trabalho, nem mesmo em tempos de expansão do capital, como nos chamados “anos gloriosos”, que, nas sociedades de capitalismo central, mantiveram sempre um grupo determinado de trabalhadores sem acessar o trabalho remunerado, quando a condição de sobrevivência tem sido exclusivamente essa: a condição de trabalhador subordinado ao capital.

Esse aspecto, apesar de se revelar nas particularidades do capitalismo contemporâneo, Marx já havia apontado como uma tendência do modo de produção capitalista, na lei geral de acumulação desenvolvida no capítulo XXIII do volume I do emblemático livro *O Capital*, apontando a contradição central: a produção de riqueza é também a produção de miséria e aumento da subordinação do trabalhador em relação aos capitalistas.

Assim, esta tese privilegiou identificar nos processos migratórios e na necessidade da venda da força de trabalho nos dias atuais, as formas de exploração do trabalho livre assumidas no capitalismo maduro que têm imposto a muitos trabalhadores o rompimento das fronteiras nacionais e o abandono de seus lugares originários, suas culturas, suas famílias, seus grupos sociais para sobreviverem. Foi ponto de pesquisa ainda, a identificação de formas e estratégias de proteção social acessadas pelos imigrantes. Tarefa essa que encontrou muitos entraves e contradições na dinâmica da realidade brasileira que recebe de forma documentada e indocumentada¹ esses trabalhadores, sobretudo, em contexto de crise do capital e de desemprego estrutural, informalidades e precarização dos vínculos e das condições de trabalho.

O trabalho imigrante apresenta variáveis, tendo diferentes formas e particularidades em cada país e em cada contexto histórico, assim como apresenta determinantes de classe, gênero, raça/etnia. Basta uma análise mais atenta aos meios de comunicação (nacionais e internacionais) recentes e é provável que se constate uma intensificação de fluxos migratórios em determinadas regiões, como nos países banhados pelo Mar Mediterrâneo, tais como Itália,

¹ Migrantes não documentados ou indocumentados são pessoas que não possuem os documentos e as formalidades exigidas para sair do país de origem ou de residência, ingresso, trabalho e/ou permanência no país de destino (OIM, 2018, p. 10). Adotamos esta terminologia no nosso trabalho, essa opção reflete um posicionamento político ecoado por ativistas dos direitos humanos e por organizações de migrantes de que nenhum ser humano é irregular.

França, Turquia, Grécia. Sabemos que a imigração internacional não ocorre exclusivamente pela questão do trabalho, mas este nos parece um elemento importante, especialmente com a internacionalização do capital em seu novo fôlego², a partir dos anos de 1970.

Esse movimento vem ganhando visibilidade na mídia televisiva e escrita a partir do aumento do fluxo de pessoas em condições subumanas, que buscam proteção diante dos cenários de guerra e procuram oportunidades de emprego e de vida com melhores condições. Os últimos acontecimentos chamados de “crise da imigração na Europa” expressam elementos muito mais profundos do que a mobilidade de pessoas sem condições de vida; trata-se de um processo complexo inserido na tendência global de precarização estrutural do trabalho.

Nesse contexto, ao prefaciar a obra *Migrações e Trabalho*, publicada pelo Ministério Público do Trabalho em 2015, Antunes ressalta essa triste dialética entre os interesses e condições do capital e da força de trabalho no mundo globalizado. Os empregos antes ocupados pelos trabalhadores imigrantes são reduzidos, mas, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que são tratados como dispensáveis e imprestáveis, são funcionais como força de trabalho sobrando e excedente e, em tempos de crise do capital, este “estoque” é usado para o rebaixamento do preço da força de trabalho e das condições de trabalho. Como bem salientou Sayad (1998) é no contexto de crise que as contradições próprias à imigração se intensificam.

Villen (2014) identifica uma tendência à polarização da demanda atual de trabalho migrante, no Brasil, coexistindo formas complementares de profissionais técnicos especializados para setores de ponta e trabalhadores oriundos de países periféricos, que exercem atividades com baixa remuneração, informais e em muitos casos em situação indocumentada. Aponta ainda um forte recorte de gênero especialmente nos trabalhos precários.

No Brasil, desde os anos de 1990, os impactos das transformações societárias, no mundo, tomam maior corpo, impulsionados pela intensa financeirização das transações comerciais, pela reestruturação na produção e pela reconfiguração dos estados da federação. Uma das consequências desses processos foi o aprofundamento das desigualdades entre os países de capitalismo central e os periféricos, assim como das desigualdades internas em cada país. Segundo Fontes (2010a), o capitalismo contemporâneo inova e recria as contradições fundamentais deste modelo societário. Deste modo, as disparidades e desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais se aprofundam, sejam internamente em cada país como entre os países centrais e periféricos.

² Como veremos o período dos anos de 1970 concentra profundas transformações no desenvolvimento capitalista analisadas por importantes intelectuais.

Para a classe trabalhadora, tais mudanças significaram fragilização e perda de direitos e a disseminação de formas precarizadas de trabalho, tais como “queda dos salários reais e de redução dos direitos trabalhistas e sociais através da reforma trabalhista para flexibilização dos direitos constitucionais e reforma da CLT” (FILGUEIRAS, 2006, p. 199). Os desafios estão postos à classe trabalhadora e atravessam fronteiras nacionais. No entanto, para o trabalhador migrante a determinação de classe é atravessada por elementos culturais e étnico-raciais que em muitos casos se desdobram em manifestações irracionais expressas na xenofobia, racismo e outras formas de violência³.

No caso brasileiro, a herança escravocrata de nossa formação sócio-histórica incide em particularidades na constituição da classe operária no Brasil, e se perpetua em desigualdades políticas, salariais e ocupacionais com forte marca da questão racial vinculada à população negra. A disponibilidade dessa força de trabalho pode contribuir para os mecanismos de rebaixamento do valor da força de trabalho e como instrumento de redução da pressão dos trabalhadores por direitos e melhores condições de trabalho (FONTES, 2010).

Nas primeiras décadas do século XXI, com a mundialização do capital e a adoção de programas neoliberais por diversos países, o capital “realiza o seu sonho volátil e destrutivo, restringe, limita, trava e mesmo impede os movimentos livres da força de trabalho” (ANTUNES, 2015, p. 05). Este é o momento histórico em que os Estados-nação também se reconfiguram, revendo especialmente seus gastos e seus modelos de proteção social, tendendo para o enxugamento das políticas sociais e restrição do público alvo. Marques (2007) analisando os direitos humanos, neste contexto de mundialização, aponta para a restrição cada vez maior dos direitos, mesmo estes sendo conquistados nos marcos da sociedade burguesa.

Com a crise de 2008, os empregos que eram ocupados por imigrantes são restringidos. O capital expande sua atuação nas terras destinadas às atividades agrícolas, expulsando e impedindo a sobrevivência de famílias na área rural. Toda essa dinâmica afeta os fluxos migratórios, “regiões de destino de migração deixaram de ser atrativas e, em alguns casos, passaram a ser locais de expulsão de mão de obra migrante e também de seus nacionais, invertendo tendências presentes no cenário mundial, prevalecentes há mais de 30 anos” (FERNANDES, 2015, p. 22). No Brasil, além da migração de retorno ocorre um novo fluxo

³ Conforme denúncia do jornal O Globo em 25/06/2015 em que imigrantes haitianos são submetidos a condições humilhantes tanto no recrutamento (quando são selecionados pela espessura da canela e condições dos dentes) quanto na inserção no trabalho (ocupando atividades precarizadas no agronegócio). <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/05/largura-de-canela-e-requisito-para-haitiano-conseguir-emprego-no-brasil.html> Acesso em: 14 ago. 2016.

composto de imigrantes com alta escolaridade, oriundos de países centrais, dos países do MERCOSUL e africanos, e ainda o caso particular dos haitianos⁴.

Este movimento tem atingido o Serviço Social em decorrência das demandas sociais que são geradas em território nacional. De um modo geral, a temática relacionada com as migrações é considerada muito complexa, em razão da sua diversidade cultural e dos seus diferentes motivos. Contudo, mesmo constatando a existência de uma multiplicidade de fatores que levam os imigrantes a deixarem o país de origem, a questão nos parece bastante objetiva se considerarmos o mercado e a proteção social como fatores centrais nas migrações. Assim, conseguimos compreender os nexos que ligam a particularidade do fenômeno das migrações à totalidade contraditória da sociedade capitalista.

Nesta tese, definimos como objeto de estudo os fluxos migratórios contemporâneos no Brasil, considerando o contexto global de mundialização do capital com suas repercussões para o trabalho e, conseqüentemente, para as políticas sociais. Interessa-nos estudar o papel dos imigrantes na composição da classe trabalhadora no Brasil, identificando seu lugar nas novas configurações do trabalho e as políticas sociais e estratégias de proteção social que acessam.

O objetivo central desta pesquisa foi analisar as transformações no trabalho e na proteção social, enfatizando a questão dos imigrantes e refugiados, considerando suas conexões com os processos de âmbito global e as repercussões no acesso às políticas sociais. Para alcançar este propósito, pretendemos examinar os elementos da formação sócio-histórica do Brasil, que permitem uma apreensão do caráter dependente de nossa economia e as suas implicações sobre os deslocamentos nacionais e internacionais; pesquisar as determinações dos fluxos migratórios dos imigrantes no Brasil contemporâneo, particularmente oriundos do

⁴ Após o terremoto de 2010 as condições de vida no Haiti, historicamente deterioradas por crises políticas, econômicas e sociais, e por intempéries climáticas, tomaram dimensões catastróficas levando a um intenso fluxo de emigração. Dados do Banco Mundial de 2011 estimam que aproximadamente 10 % da população, 1.009.400 pessoas, tenham emigrado para países como EUA, República Dominicana e Brasil. Fernandes (2015) acredita que a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, iniciada em 2004, tenha contribuído para a inserção do Brasil como um dos destinos procurados pelos haitianos. Dados do Conselho Nacional de Imigração apontam que no final de 2011, cerca de 4000 haitianos haviam chegado ao Brasil e o fluxo continuava com estimativa de que em média 40 haitianos ultrapassam a fronteira por dia, fazendo com que municípios fronteiriços do Norte do país declarassem situação de calamidade pública por não terem condições de abrigar um fluxo tão intenso de pessoas (FERNANDES, 2015). Ao chegarem ao Brasil os haitianos solicitavam refúgio, no entanto pela Convenção das Nações Unidas de 1951 e na legislação do Brasil eles não atendem aos requisitos, visto que são considerados refugiados “pessoa que em razão de fundados temores de perseguição devido a sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao seu Estado” (SOARES, 2011, p. 01). No caso exclusivo dos haitianos então foi usado a partir de março de 2011 um dispositivo legal de concessão de vistos de permanência humanitários e em janeiro de 2012, a Resolução Normativa n. 97 do Conselho Nacional de Imigração, permite a concessão de vistos de permanência por 05 anos para os haitianos no Brasil (FERNANDES, 2015).

continente africano; e investigar a situação dos imigrantes em relação à forma de inserção/situação no mercado/mundo do trabalho e ao acesso às políticas sociais.

O percurso metodológico adotado na busca dos objetivos e no conjunto da pesquisa foi orientado pela perspectiva teórica que considera o movimento dialético da história e considera os fenômenos sociais inseridos na totalidade social. Neste sentido os sujeitos sociais em suas ações cotidianas e históricas são agentes fundamentais do processo social. O desenvolvimento do estudo acionou instrumentos da pesquisa bibliográfica, documental e de campo a fim de possibilitar uma aproximação qualitativa com as complexas determinações da imigração.

Na pesquisa bibliográfica foram importantes os estudos sobre a formação sócio-histórica do Brasil e sua relação com o desenvolvimento da acumulação capitalista mundial. Desta forma foi possível identificar elementos contemporâneos para análise da atual condição social, econômica e política do país e as conexões com os recentes fluxos migratórios. Para tanto, foram fundamentais as contribuições de autores da tradição marxista crítica do capitalismo.

Na pesquisa documental, o acesso a dados e estatísticas produzidos pelos órgãos internacionais e pelos que executam a política migratória brasileira foram essenciais. Elencamos como fonte de dados no Brasil: o Conselho Nacional de Imigração, o Comitê Nacional para os Refugiados, a Polícia Federal, Ministério da Justiça, o Ministério Público do Trabalho, os relatórios produzidos pelo Observatório das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília – ObMigra - e demais órgãos locais que disponham de informações. Acrescentamos, ainda, as instituições não governamentais Cáritas Diocesana do Rio de Janeiro e a Agência das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR.

Nossa abordagem entende que os imigrantes, ao se deslocarem em busca de produção de vida, constroem, ainda que não seja por escolha, uma resistência ao contexto de expropriação crescente do trabalho, o que, nas análises de Gaudemar (1977), seriam as estratégias de imobilidade dos trabalhadores frente à intensificação da mobilização para o trabalho que o capital determina, e que avançam cada vez mais sobre as dimensões da vida social. Por isso a pesquisa empírica representou um rico espaço de desconstrução de uma condição de impotência, recorrentemente atribuídas aos imigrantes, o que, no contexto brasileiro, é fortalecido pelos limites da ação das políticas públicas e o protagonismo da ação assistencial religiosa.

A partir de reflexões e pesquisas sobre o tema fomos construindo a hipótese acerca do novo desenho geopolítico do mundo que expressa a expansão imperialista do capital, que agudiza a contradição fundante deste modelo societário, avançando cada vez mais as estratégias de financeirização. No conjunto de estratégias para ampliação e manutenção do capitalismo

nesses novos processos, destacam-se dois aspectos essenciais: 1) as mudanças no trabalho decorrentes de processos de reestruturação produtiva, iniciados na década de 1970 nos países de capitalismo central, no Brasil, intensificados nas duas primeiras décadas do século XXI; 2) as diferentes medidas para reconfiguração do Estado. Diante desses elementos articulados entre si e entre outros elementos societários, o aumento da submissão do trabalhador torna-se uma realidade, na medida em que se encontra cada vez mais em condições degradantes, não sendo exagero admitir o risco de realização de atividades laborais próximas ao trabalho escravo.

No tocante à organização do trabalho, pesquisas realizadas dentro e fora do Brasil apontam a necessidade de formação de um trabalhador extremamente produtivo, com habilidades multifuncionais, mas passivo com relação aos questionamentos dos seus direitos, resignado de suas condições econômicas e sociais.

Para os demais trabalhadores não contemplados pelos empregos privados ou públicos, resta prestar serviços terceirizados, informais, precários do ponto de vista da estabilidade do emprego, dentre outras modalidades que surgem cotidianamente no Brasil e no mundo, o que tem por efeito a minimização dos custos com a força de trabalho e a desmobilização política da classe trabalhadora, também resultante de sua configuração heterogênea. Nesse sentido, o aspecto político articulador da coletividade torna-se ameaçado do mesmo modo em que a solidariedade de classe declina, acompanhada do enfraquecimento do sentimento de identidade entre os trabalhadores, que passam a vivenciar um novo padrão de sociabilidade, moldado pelos princípios da concorrência no mercado de trabalho formal e informal, no qual se acentua o individualismo, pelo reforço da ideia de “fazer-se a si mesmo”.

Nesse contexto, os trabalhadores, que necessitam do trabalho para sobreviver, têm seus salários tensionados para baixo, em muitos casos sem mesmo adquirir condições mínimas de sobrevivência. Isto pode ser observado na paisagem de várias cidades brasileiras, onde muitas pessoas residem em locais insalubres, sem saneamento básico, sem acesso à educação, com serviços de saúde precários, segurança pública fragilizada e voltada para o controle no lugar da proteção.

Nestas condições, há o agravamento de diferentes expressões da questão social, que, no período de expansão capitalista, foi enfrentado nos países de capitalismo central com medidas estatais de cunho extraeconômico, conforme desenvolveu Netto (1992). No Brasil, apesar de não ter alcançado patamares sociais e de trabalho semelhantes aos moldes europeus e norte-americanos, alguns direitos sociais importantes foram alcançados, tais como: direitos do trabalho e previdência social. A partir da Constituição Federal de 1988, foi instituída a seguridade social (saúde, previdência e assistência), que vem sendo ameaçada desde sua implementação, sendo mais duramente atacada pelo atual governo de Jair Bolsonaro.

Esses acontecimentos indicam a reconfiguração do Estado brasileiro desde a década de 1990, quando forças políticas de orientação neoliberal, pressionaram contra a ampliação das políticas sociais, que se tornaram focalizadas, minimalistas, tais como as políticas de assistência social. Além disso, foi iniciado um processo de privatização interna das estruturas da política de saúde, que transformou os hospitais em Organizações Sociais, corroendo o Sistema Único de Saúde (SUS). Mais recentemente, as propostas para previdência social têm reclamado por mudanças não apenas na gestão em todos os níveis, como também na sua estrutura principal de fundo com princípio de solidariedade, com o objetivo de investimento de capitalização individual.

O projeto neoliberal, que tem conduzido a política econômica brasileira, tem buscado tornar cada vez mais a estrutura estatal numa fortaleza a serviço do capital. Para isso, conta e faz uso sistemático do fundo público, afetando diretamente o orçamento para as políticas sociais que atenderiam de melhor forma os trabalhadores (BEHRING, 2017). Isso impacta diretamente nas condições de vida dos sujeitos reduzindo os seus salários, pois passam a custear serviços que anteriormente eram direitos, mas passaram a ser mercantilizados, deixando para o estatal apenas o serviço precarizado, residual existente, o único disponível aos mais pobres.

A punção do fundo público para o atendimento de interesses privados tem ressignificado a direção das políticas sociais, que deixam de atuar na reprodução ampliada da força de trabalho e passam a funcionar como subsidiária do consumo da força de trabalho daqueles que não podem trabalhar. Esse aspecto minimalista das políticas sociais tem acentuado o estigma e a repressão contra os pobres, resultando na sua criminalização, que na análise de Netto (2012), tem se configurado como traços da barbárie.

A crise do capitalismo no Brasil, no atual estágio, tem acentuado a dominação, a exploração e expropriação dos meios de vida e direitos dos trabalhadores, tríade central na base argumentativa de Marx. Para o filósofo alemão, a condição para ampliação da base social do capital foi a disponibilização de força de trabalho. Para tanto, trabalhadores foram arrancados dos seus meios de subsistência e empurrados para a compra e venda no mercado. O desenvolvimento global do modo de produção capitalista se deu de forma desigual o que determinou a inserção dos países na divisão internacional do trabalho, condicionando desigualdades mundiais que interferem na mobilidade dos trabalhadores. Imigração e refúgio são exemplos de manifestações contemporâneas intensificadas nesse processo histórico de expropriação das formas de viver e de deslocamentos forçados de trabalhadores. Este “contingente em “êxodo”⁵ seja por guerras, desastres naturais ou pobreza está vulnerável às

⁵ Como bem se referiu Boschetti (2017) provavelmente inspirada pela linda obra de Saramago.

ações cada vez mais coercitivas e criminalizantes com muros e demais barreiras físicas, legislações de exceção nas fronteiras, com políticas cada vez mais “ad hoc”, tratados e acordos internacionais fragilizados. Diante dessa realidade, nos interessou verificar três hipóteses: 1) A vinda para o Brasil de trabalhadores de países de capitalismo dependente se relaciona com o novo fôlego expansionista do capital que renova as bases imperialistas na periferia. 2) O fluxo de trabalhadores imigrantes oriundos da África para o Brasil recoloca questões históricas da formação socioeconômica do Brasil, especialmente de questões raciais e xenófobas que marcaram a constituição da classe trabalhadora no país. 3) A imigração senegalesa, no Brasil, revela a inospitabilidade da sociedade brasileira e o distanciamento entre os trabalhadores nacionais e imigrantes, indicando dificuldades para construção da solidariedade de classe, tendo em vista não apenas a precariedade das condições de trabalho do imigrante, mas o sentimento de não pertencimento por fazer parte de outra cultura. O isolamento que o senegalês poderia experimentar no país é compensado nas redes construídas entre eles mesmos, um espaço de compartilhamento de valores, crenças e de reprodução de práticas que conferem ao trabalho um valor ao mesmo tempo material e o sentido de pertencimento tendo como mediação importante a religião.

Essas hipóteses estruturaram a pesquisa que originou esta tese. Indicam que as condições de trabalho dos imigrantes, os aparatos legais e políticos que os protegem e as formas de assistência residuais e resistência dos imigrantes, diante das violências e preconceitos sofridos, revelam traços importantes da configuração mundial do trabalho e de particularidades de nosso território, que nasce colonizado por europeus, escravizadores de povos africanos e indígenas, e que ainda se insere no cenário internacional de forma subordinada, sem abdicar da intensa exploração de sua população e recompondo a lógica da negação de direitos para a classe trabalhadora nacional e imigrante.

Para expor a síntese dos passos da pesquisa e a síntese dos resultados encontrados apresentaremos este conteúdo dividido em três partes principais e algumas considerações finais referentes aos aspectos indicativos de novas possibilidades de pesquisa.

O primeiro capítulo consiste na apresentação de diferentes abordagens sobre migração e na análise sobre as migrações no processo de acumulação capitalista como uma das expressões da mobilidade da força de trabalho, elemento central da sociabilidade burguesa. O modo de acumulação capitalista atual e os processos de expropriação de direitos, que comprometem a vida e a civilidade, vêm sendo o resultado da prioridade da lógica financeira nas relações sociais, coordenadas pela classe dominante e seus representantes estatais. O que fundamenta a concepção de imigração desta tese tem como cerne o imperialismo como essência dos processos de luta e resistência pela sobrevivência, ao ponto de provocar mudança de vida, distanciamento

de familiares, lugar de origem, entre outras renúncias. A necessidade de mudar é imposta pela desigualdade e (des) humanidade própria do capitalismo desde sua origem.

Esse percurso impôs o reconhecimento de nossa história migratória, com um dos elementos chave para análise da questão proposta nesta tese. O segundo capítulo abordará os conceitos de imigração e refúgio, a recepção dos tratados internacionais e os desafios institucionais no Brasil, uma vez que se trata de um país com inserção subordinada nas relações capitalistas internacionais, com graves limitações ao que se refere ao conjunto de direitos sociais para a classe trabalhadora. Esse aspecto reforça o sentimento de “ameaça” dos brasileiros relatado por um dos entrevistados na pesquisa. Apresentamos ainda neste segundo capítulo elementos referentes às migrações internacionais e os diferentes status migratórios a depender das condições sociais e econômicas dos imigrantes.

No terceiro capítulo, explicitamos a apreensão dos fenômenos migratórios como processo social com dinâmica totalizante, ou seja, envolvendo aspectos da emigração e da imigração. Apresentamos os fluxos migratórios do Senegal, situando o objeto empírico de pesquisa e as complexas dimensões que envolvem a imigração de trabalhadores africanos negros para o Brasil.

No caso dos senegaleses, evidenciaram-se aspectos da migração internacional contemporânea, que mobilizam um crescente arsenal de medidas restritivas e coercitivas, especialmente nos países do Norte Global, que impeliram trabalhadores periféricos a buscarem novas rotas e a criarem novas estratégias de acesso aos países centrais. Entre esses aspectos, destaca-se: a religião islâmica especificamente na Confraria Mouride como um dos elementos determinantes para o movimento migratório e de constituição de redes de apoio locais e internacionais; as expressões do racismo persistente nas relações sociais do Brasil como um desafio cotidiano aos imigrantes negros; a falácia do “roubo do trabalho” dos nacionais como um argumento forte para fragmentação e enfraquecimento da classe trabalhadora, porém, irreal, pois o desemprego no Brasil e (des) proteção social fazem parte da história, de modo que os senegaleses ambulantes, além das vulnerabilidades relacionadas ao domínio do idioma, necessitam de ganhos monetários imediatos para cobrir as despesas do projeto migratório e compartilham das precariedades impostas aos trabalhadores

Por fim, serão tecidas algumas considerações que apontam para a riqueza deste objeto de pesquisa e servem para elencar novos caminhos e possibilidades de abordá-lo na busca pela essência de seu núcleo.

Esperamos que o leitor desta tese possa compreender melhor esse movimento cruel do capital na vida humana e se proponha a novas leituras sobre a temática ora apresentada. Se isto ocorrer, entendemos que o objetivo principal foi alcançado.

1 TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A migração tem sido conceituada e analisada sob diferentes marcos teóricos, por diversos pesquisadores das ciências sociais e humanas, sendo motivo de polêmicas e divergências. Deve-se considerar ainda o movimento da história que traz novas implicações aos movimentos migratórios no mundo, levando, para as pesquisas e análises, a necessidade de revisões, atualizações e reafirmações de definições e cortes teóricos (VAINER, 1986, BAENINGER e ALMEIDA, 2013). Por estes motivos, iniciamos nosso debate com a apresentação das principais abordagens teóricas sobre migração que constroem, cada uma delas, definições e percepções sociais que nem sempre dialogam. Tal incursão tem como objetivo delimitar o campo teórico e a concepção de migração que orienta nossa análise.

O início do século XXI consolidou as previsões das agências internacionais e de pesquisadores que anunciavam a intensificação sem precedentes das migrações internacionais. Conforme aponta Wihtol de Wenden (2016), desde meados dos anos de 1970 as migrações internacionais triplicaram⁶. O mundo está em movimento em novas rotas e direções que se manifestam nos sentidos Sul-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul e em novas situações migratórias que envolvem especialmente a condição de refugiado e de imigrante econômico.

Em 2013, a Agência das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR - registrou pela primeira vez um número maior de deslocados forçados desde a Segunda Guerra Mundial. Daquele ano em diante, a instituição vem divulgando números cada vez mais alarmantes. Em 2019, foram 79,5 milhões de pessoas em deslocamentos forçados devido aos conflitos, perseguições e desastres ambientais. Os números e causas são registrados de formas diferentes pelas agências da Organização das Nações Unidas. Segundo a Organização Internacional para a Migração - OIM -em 2019, 3,5% da população mundial é migrante, interno ou internacional. Mais da metade do total dos migrantes internacionais estão em países da Europa e nos EUA.

A Organização Internacional para as Migrações - OIM - considera migrante a “pessoa que se muda de seu local de residência habitual, seja dentro de um país ou através de uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente, e por uma variedade de razões”⁷ ressalva que adota uma definição bem abrangente que inclui trabalhadores migrantes, pessoas migrantes contrabandeadas e estudantes internacionais. Em 2018, a Organização Internacional do Trabalho registrou 164 milhões de trabalhadores migrantes. Os destinos principais destes trabalhadores são Europa, EUA e Países Árabes.

⁶ A autora compilou em suas obras dados quantitativos de diferentes fontes.

⁷ Disponível em : <https://www.iom.int/who-is-a-migrant>

Esses números são frequentemente tomados como uma questão emergencial. A agenda internacional sobre migrações protagonizada pela Organização das Nações Unidas - ONU -é permeada de estatísticas e informações que nem sempre esclarecem as dinâmicas migratórias.

O aumento quantitativo e qualitativo apresenta o imperativo de revisão dos modelos explicativos das migrações internacionais. São diferentes rotas, dinâmicas e modalidades migratórias que exigem considerar o cenário social contemporâneo. Trata-se de reavaliar as abordagens teóricas e acrescentar novas dimensões explicativas (PATARRA, 2006) ou revisar e avaliar (MASSEY et al, 1993).

Elementos como a reestruturação produtiva e a reestruturação urbana, a intervenção dos Estados-nação sobre as migrações internacionais e a relação migração e desenvolvimento econômico interferem cada vez mais nos países que recebem ou que produzem migração. Estas transformações societárias reverberam no mercado de trabalho, nas relações econômicas entre os países e na mobilidade da força de trabalho, complexificando e diversificando os fluxos migratórios, reforçando, portanto, a revisão e avaliação de conceitos e métodos de estudos sobre a migração internacional (BAENINGER, 2013; MASSEY et al, 1993).

Arango (2000), ao propor uma revisão das abordagens teóricas sobre migrações, ressalta o caminho a ser percorrido nesse esforço. Em sua análise as abordagens teóricas sobre o tema avançaram nas últimas décadas, porém ainda privilegiam os fatores de causa das mobilidades e acabam deixando em sombras elementos da dinâmica empírica das migrações que poderiam oferecer caminhos explicativos ricos. Sobre o debate teórico chega a três conclusões: (1) nem sempre os conceitos formulados sustentam a elaboração de uma argumentação teórica;(2) algumas teorias utilizadas para o estudo das migrações foram concebidas para a análise de outros fenômenos sociais e adaptadas posteriormente para explicar as migrações; (3) as teorias sobre migrações foram emergindo do esforço sucessivo para a apreensão da realidade dinâmica neste campo e não de um acúmulo estruturado das contribuições anteriores.

Na migração internacional geralmente são ressaltados o movimento do emigrante - aquele que sai de um país de origem -e do imigrante - quem entra num país de destino. A dinâmica migratória contemporânea traz elementos mais complexos para estas definições como, por exemplo, migrantes que transitam entre diferentes países e vivem nessa circularidade, tendo a mobilidade como condição de vida e trabalho, são denominados transmigrantes. Considerar a migração como um deslocamento definitivo não retrata a realidade de muitos imigrantes.

Se considerarmos os fatores que impulsionam a migração forçada ou involuntária, são tantas e interconectadas as lógicas dos deslocamentos que as categorias migratórias, assim

como tipos de migração e tipo de migrantes, têm cada vez mais se aproximado: deslocados ambientais, refugiados, deslocados internos, imigrantes econômicos ou laborais (e só aqui temos executivos, trabalhadores temporários, documentados, indocumentados e em atividades desgastantes e de baixa remuneração), estudantes.

A imigração é um processo social que afeta tanto as sociedades de saída quanto as de destino e envolve os movimentos de partida, trânsito, chegada e integração em um novo local. Para o migrante, tais momentos constituem uma totalidade. Essa mobilidade envolve muitas dimensões da vida social, condições econômicas, físicas, emocionais, familiares, aspectos jurídicos e políticos entre os Estados e a concepção sobre o imigrante prevalente nas sociedades.

É nesse sentido que Sayad (1998) salienta a necessidade de considerar que as imigrações significam uma mobilidade no espaço físico e estes são carregados de diversos sentidos socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente falando. Os múltiplos aspectos da imigração são tomados como objeto de pesquisa por diferentes áreas do conhecimento que constroem explicações sobre a migração, que se desdobram em representações sociais sobre os imigrantes. Cada disciplina se utiliza de diferentes teorias e método.

Desde meados da década de 70, o estudo sobre a mobilidade global da população tem adquirido um maior interesse. O crescimento em volume e diversificação das migrações internacionais acionaram o interesse de estados, de empresários e uma rede de governança migratória que inclui agentes locais, regionais e transnacionais. A partir deste contexto os estudos sobre migração internacional se reaqueceram na tentativa de explicar as novas determinações dessa mobilidade. Faremos a seguir uma breve revisão das principais abordagens sobre migração internacional.

1.1 Abordagens Teóricas sobre Migração Internacional

Massey et al (1993) em estudo sobre as migrações de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, organizam as teorias sobre a migração internacional em abordagens que explicam o surgimento das migrações e outras que explicam as persistências dos fluxos migratórios no espaço e no tempo.

Castles e Miller (2004) acreditam que as migrações nas últimas décadas tomaram um caráter tão intenso e global que constituem a “Era das Migrações”⁸, na qual a migração internacional compõe uma revolução transnacional que está reformulando as sociedades e a

⁸ Título da obra lançada em 1993 já com pelo menos 05 reedições.

política em todo o mundo. Em sua pesquisa buscam caracterizar e explicar as transformações que as migrações têm sofrido e produzido na sociedade contemporânea e as respostas políticas que têm sido construídas. Na avaliação dos autores estas têm se concentrado no âmbito da segurança e soberania nacional.

Os autores apresentam três abordagens teóricas que acreditam fundamentais nas explicações sobre os fluxos migratórios e sobre a dinâmica migratória global: as teorias econômicas; abordagem histórico-estrutural e teoria dos sistemas migratórios.

As teorias econômicas da migração tiveram origem nos estudos demográficos de Ravenstein⁹. Tais estudos basearam-se na migração inglesa do século XIX especialmente em dados censitários. Suas principais formulações afirmavam tendências do deslocamento de áreas mais populosas para áreas menos populosas ou de áreas de menor salário para áreas de oferta de melhores salários. O aspecto econômico e individual já aparecia com certo destaque:

leis ruins ou opressivas, altos impostos, um clima nada atraente, um ambiente social desagradável e até mesmo coerção (tráfico de escravos, deportação) produziram e continuam a produzir fluxos migratórios, mas nenhum desses fluxos pode se comparar em volume com aqueles que surgem do desejo inerente da maioria dos homens de prosperar no mundo. (RAVENSTEIN 1885/1889, p. 286 apud ARANGO, 2000, p. 06)

Estes deslocamentos conectam as áreas de rejeição e de atração e vinculam as migrações ao movimento da economia. Essa argumentação influenciou e influencia muitos estudos migratórios. Um dos mais importantes foi a Escola de Sociologia de Chicago que nos anos de 1920 e 1930 consolidou o modelo de análise *push-pull*, considerando a migração uma combinação de fatores de expulsão e fatores de atração.

A obra de Thomas e Znaniecki “*The Féliz Peasant in Europe and America*” publicada em 05 volumes de 1918 a 1920 foi um marco para a Escola de Chicago e para os estudos das migrações. As principais fontes foram cartas trocadas entre os imigrantes e suas famílias, além de entrevistas e outros registros. A partir daí desenvolveram uma descrição densa sobre a situação dos poloneses nos EUA (BECKER, 1990; WALDELY, 2018).

A pesquisa teve como preocupação as formas como os poloneses do grande fluxo migratório para EUA de 1870 a 1914¹⁰ viviam na Europa e como se inseriram na sociedade americana, quais processos que os tornavam um grupo social. A grande dedicação ao trabalho de campo para o conhecimento das condições de vida dos migrantes no espaço urbano desta

⁹ Ernst Georg Ravenstein, geógrafo, suas principais obras datam de 1885 e 1889.

¹⁰ Cerca de dois milhões de poloneses chegaram aos EUA nesse período. Outros movimentos de entrada com menor expressão quantitativa na sociedade norte-americana foram registrados no período pós Segunda Guerra Mundial e em 1989 com a independência da Polônia.

obra, se transformou no que Becker (2007; 1990) chamou de uma das características da Escola de Chicago: a invenção de um método de pesquisa empírico urbano. É comum a referência à Escola de Chicago como pioneirismo nos estudos sobre a inserção dos migrantes em contextos urbanos nos Estados Unidos e de uma perspectiva de análise da migração a partir da experiência do migrante (LUSSI, 2013; WALDELY, 2018).

Outra característica foi a abordagem sobre grupos étnicos considerados em suas relações sociais com outros grupos e não tomados isoladamente. Becker citando um de seus professores explica que uma das armadilhas da pesquisa sociológica é o uso de teorias abstratas e generalizantes. O “truque” criado pela Escola de Chicago foi buscar os significados na rede de relações sociais que constituem o objeto e, por isso, os grupos étnicos não foram considerados em suas diferenças com outros grupos considerados não étnicos:

Um grupo étnico não é tal por causa do grau de diferença mensurável ou observável entre ele e outros grupos; é um grupo étnico, ao contrário, porque as pessoas dentro e fora dele sabem que o é; porque tanto os que estão dentro quanto os que estão fora dele falam, sentem e agem como se fossem um grupo separado (HUGHES, 1971, p. 153 *apud* BECKER, 2007, p.18).

A ênfase na Escola de Chicago era na integração social e assimilação, o *melting pot*¹¹, acreditando que os grupos migrantes tenderiam a se adaptar e absorver os hábitos da sociedade receptora, no caso os EUA. Sasaki e Assis (2000) ressaltam que a própria história colocou em xeque essa hipótese. A chegada expressiva de imigrantes latinos, asiáticos e outros grupos não brancos aos EUA especialmente no período pós Segunda Guerra Mundial mostrou uma maior tendência à formação de grupos étnicos do que a assimilação, o que não impede que o conceito seja ainda utilizado em pesquisas.

No Brasil, o conceito de assimilação foi combinado com o eugenismo; esse *mix* se expressou em propostas políticas para a imigração que tiveram seu ápice no período de Getúlio Vargas¹² com um forte apelo nacionalista.

A partir dos anos de 1950, as explicações sobre as migrações internacionais se aproximaram da base teórica da economia neoclássica. Conforme Arango (2000) essa é a mais influente das abordagens produzidas sobre migração até a atualidade. Aprofundando análises individualizantes sobre migração, o imigrante avaliaria a relação de custo-benefício, tendo como parâmetro o mercado de trabalho e os salários nos diferentes países. Nessa perspectiva, são variáveis determinantes para o sucesso da migração as habilidades do próprio migrante como nível educacional e cultural e outros atributos que comporiam seu “capital humano”.

¹¹ Na tradução literal para o português, caldeirão, uma metáfora da fusão de diferentes grupos.

¹² Aspecto que abordamos no cap. 2.

Por outro aspecto macroestrutural, esta regulação das migrações pelo mercado de trabalho promoveria um equilíbrio entre os países em que os salários são mais altos e os países em que os salários são baixos, já que os trabalhadores destes últimos migram para aqueles. A tendência seria que os fluxos migratórios ou o mercado internacional da migração estabelecesse um equilíbrio nos salários entre os países de origem e de saída.

De acordo com a teoria neoclássica, as imigrações resultam de desequilíbrios internacionais no mercado de trabalho que produzem disparidades nos salários entre países; os mercados considerados completos e com bom funcionamento (**são onde**) se espera obter ganhos líquidos mais elevados (MASSEY et al, 1993 p. 711)¹³ (grifos nossos) (tradução nossa).

Seria a desigualdade na distribuição internacional do capital e da força de trabalho que impulsionaria a mobilidade. A fundamentação desse argumento seria que assim como existe um mercado internacional de bens e mercadorias, existe concomitante um mercado de imigração que garante recursos humanos. E nesse processo seria como se os próprios imigrantes se selecionassem a si mesmos a partir do critério de maiores habilidades. Isso justificaria o perfil etário, pois seria os de maior potencial produtivo e com mais probabilidade de migrar.

O paradigma neoclássico, composto de vários princípios sobre o comportamento humano, foi absorvido para os estudos das migrações. Sobre a influência liberal, são elementos que merecem destaque, segundo a análise de Moraes (1999), a defesa de Smith de que a justiça e racionalidade dependem da livre iniciativa e não imposição de regulamentos e limitações à atividade econômica dos indivíduos; o ímpeto pelo lucro e pelo interesse próprio são habilidades naturais do homem; o mecanismo de regulação dos preços, a oferta e a demanda, servem de parâmetro para as ações dos humanos. Ainda de acordo com Moraes, a contribuição de Ricardo amplia os argumentos de Smith para o conjunto das relações da sociedade em escala internacional, “As virtudes da divisão social do trabalho ganham a forma mais ampla da doutrina das “vantagens recíprocas” resultantes de uma especialização natural dos países nessa divisão do trabalho” (MORAES, 1999, p. 06).

Desse modo a revisão neoclássica para os estudos das migrações considera que em nível macro a mobilidade das pessoas é “redistribuição espacial dos fatores de produção em resposta a diferentes preços relativos¹⁴” e no micro é um cálculo de custos-benefícios “resultado de

¹³ In recent years a new theoretical paradigm has risen to challenge many of the hypotheses and assumptions of neoclassical economics. According to neoclassical theory, immigration stems from international disequilibria in labor market that produce gaps in wage rates across national borders; other national markets are assumed to be complete and well-functioning in expectation to reap a gain in the form of higher net earnings in the host country (MASSEY et al, 1993, p. 711).

¹⁴ En el plano macro, la neoclásica es una teoría de la redistribución espacial de los factores de producción en respuesta a diferentes precios relativos (ARANGO, 2000, p. 04)

decisões individuais tomadas por atores racionais que buscam aumentar seu bem-estar [...] um ato individual, espontâneo e voluntário baseado na comparação entre a situação atual do ator e o lucro líquido esperado decorrente do deslocamento”¹⁵ (ARANGO, 2000, p. 04).

A grande adesão a esta abordagem se relaciona com os contornos da migração internacional no “período de prosperidade” nas décadas de 50 e 60 que constituíram fluxos permanentes da Europa para América do Norte e Austrália e depois da Ásia e América Latina, e em direção a Europa fluxos da Ásia e África. A descolonização e os processos de desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo contribuíram para a intensificação da migração, não por acaso as teorias de modernização têm correlação com a abordagem neoclássica, tanto para explicar as migrações internas quanto externas (CASTLES & MILLER, 2004).

São muitas as críticas apontadas a esta abordagem que considera os migrantes individualmente na relação entre capital e trabalho e mais, desconsideram que o mercado de trabalho também é determinado por essa relação. Essa abordagem individualizada retira os fatores históricos e políticos que dinamizam as migrações como o colonialismo e o imperialismo, ou seja, a própria dinâmica do capitalismo internacional que em última instância determina os movimentos de *push and pull* ou rejeição e atração (CASTLES & MILLER, 2004, MASSEY et al., 1993).

Os migrantes considerados individualmente no mercado de trabalho, livres para a escolha racional de migrar, são também tomados como os únicos responsáveis pela migração:

[...] o preço é pago pelos migrantes, que investem na migração (viagem, estabelecimento, procura de emprego, adaptação) e dependem, além das características individuais para obter sucesso no investimento (capital humano), de outros elementos macroestruturais que não podem controlar. Entre estes estão as diferenças nos níveis de emprego entre o país de origem e o de destino, a efetiva diferença de salário quando é o momento real para um dado migrante entrar no mercado de trabalho, sem contar os problemas familiares, legislativos e pessoais que a migração pode produzir ou simplesmente revelar, assim como as condições político-econômicas do país de destino (LUSSI, 2013 p. 54).

Massey et al (1993) apresentam duas perspectivas que, diferentemente da perspectiva anterior, retiram o foco do indivíduo embora mantenham o foco nas relações do mercado de trabalho: os novos economistas e os teóricos da segmentação do mercado de trabalho. Os novos economistas compreendem que a mobilidade populacional deve ser analisada no contexto de

¹⁵ Las migraciones son el resultado de decisiones individuales tomadas por actores racionales que buscan aumentar subienestar [...] un até individual, espontâneo y voluntario baseado en La comparassem entre La situassem atual Del autor y La ganância neta esperada que se deriva Del desplazamiento (ARANGO, 2000, p. 04).

imperfeições existentes no mercado de trabalho nos países em desenvolvimento e nos desenvolvidos, não postulam mercados completos e em perfeito funcionamento.

A unidade familiar é o principal agente econômico nessa abordagem. A migração internacional seria uma estratégia para minimizar os riscos e restrições econômicas e para ter acesso aos melhores recursos. As famílias definem um ou mais membros para a migração internacional. A inserção em mercados de trabalho de outros países com melhores salários oferece a possibilidade de remessas de dinheiro que beneficiam a unidade familiar não só para aumentar a renda, como também para prover recursos para investimento em atividades novas ou já existentes.

A situação de *relative deprivation* ou privação relativa é importante na argumentação da nova economia da migração. Massey et al (1993) com base nas pesquisas de Starke Taylor explicam que o projeto de emigração representa um investimento para as famílias, mas nem todas elas possuem condições de financiá-lo. Logo, as famílias mais pobres não conseguem emigrar. São as unidades familiares em relativa privação - aquelas que tiveram queda na renda e o padrão de vida decresceu, ou passaram por situações em que foram afastadas dos padrões de seu grupo social de referência - que conseguiram empreender a emigração. Neste caso “a migração pode contribuir para o aumento de renda e o melhoramento da posição econômica da unidade familiar na sociedade” (BRZOZOWSKI, 2012, p. 140).

A teoria da segmentação do mercado de trabalho ou *teoria do duplo mercado* de trabalho teve os anos de 1980, o seu período de surgimento nos trabalhos de Michael Piore (CASTLE & MILLER, 2004; MASSEY et al, 1993). Ao contrário da escolha racional do indivíduo ou da unidade familiar, esta teoria entende que a imigração envolve forças de atração que funcionam como *demand-driven*, ou seja, são impulsionadas por instituições econômicas em articulação com o Estado.

Nos países de destino dos fluxos migratórios há uma bifurcação e trabalhadores imigrantes e nativos ocupam segmentos diferentes e desiguais no mercado de trabalho. Os trabalhadores nacionais atendem as condições do mercado de trabalho primário nas atividades que exigem maior qualificação; que oferecem estabilidade e possibilidade de ascensão; salários mais altos; melhores benefícios e boas condições de trabalho.

Os imigrantes acessam o mercado de trabalho secundário caracterizado por baixa qualificação, rotatividade, salários baixos, benefícios limitados, condições de trabalho degradantes e perigosas. Esta segmentação revela uma relação mais de complementaridade que vai ao encontro dos interesses dos empresários. Dessa forma, a oposição e concorrência entre

trabalhadores imigrantes e nacionais é também produzida e estimulada por mecanismos legais e institucionais (MASSEY et al, 1993, SASSAKI e ASSIS, 2000).

As políticas imigratórias coercitivas, cada vez mais adotadas pelos países do Norte Global, reforçam a segmentação do mercado de trabalho principalmente na criação de barreiras à migração sem documentos de autorização de entrada. Estes tendem a aceitar os trabalhos mais indignos, ou como sublinha Wihtol de Wenden (2016) o trabalho 3D, *difficult, dirty, dangerous*. Lussi (2013) observa que esta abordagem parece trazer elementos que contribuem para os estudos de questões atuais da migração, como os enclaves econômicos e o empreendedorismo étnico. Seguy (2016) aponta como um dos fatores de expulsão da população do Haiti a ausência de trabalho e a política econômica e internacional do país que estimula enclaves produtivos especialmente na produção têxtil que é regulada por legislações e corporações norte-americanas.

O empreendedorismo tem sido estimulado no Brasil como política de emprego e renda, ou melhor, autoemprego. Para os imigrantes, não só no Brasil, o empreendedorismo acaba significando trabalho informal ambulante como possibilidade de ganhos para sobrevivência. Estudos têm relevado a estratégia cultural que estas atividades podem adquirir ao enfatizarem aspectos culturais e políticos dos grupos de imigrantes e delimitarem espaços urbanos de ocupação e visibilidade, como é o caso da Feira dos Bolivianos em São Paulo (NDIAYE, 2020; PAIVA, 2012).

Os teóricos da segmentação do mercado de trabalho consideram raça e gênero elementos que estão atrelados à configuração primária e secundária do mercado de trabalho, funcionando como elementos de seletividade e subordinação. Para eles, as remessas não devem ser consideradas apenas como compromisso e ligação com o país de origem, mas seus efeitos e incidência para as relações sociais tanto do imigrante quanto nas famílias também são importantes.

Nessa direção, a ideia de migrantes que investiram em capital humano, livres e tomando a decisão racional de migrar que contribuirá para o equilíbrio entre mercados parece não fazer tanto sentido. Para Castles e Miller a migração está cada vez mais relacionada com a dinâmica transnacional do capital que produz as determinações de expulsão e atração, e “esto implica que lãs migraciones son fenómenos coletivos que deberían examinar se como subsistemas de um sistema economico y político cada vez más global” (2004, p. 38).

A abordagem histórico-estrutural, vinculada à teoria marxista, teve nos anos de 1970 um período de maior adesão, sendo uma possibilidade explicativa para as migrações, considerando-as como movimentos em consequência da expansão hierarquizada dos mercados

globais (CASTLES & MILLER, 2004; MASSEY et al, 1993). Nesta perspectiva, os aspectos históricos do colonialismo e imperialismo são questões de fundo:

[...] o século 16, foi à razão da expansão das migrações – especialmente de longas distâncias. A formação do Estado-nação, a expansão colonial e o imperialismo implicaram em conflitos, violência, deslocamentos induzidos pelo desenvolvimento e o crescimento da migração forçada. A migração no período colonial apresentou tanto a forma de mobilidade de administradores, comerciantes e militares (em linguagem moderna, a mobilidade profissional), quanto à migração baseada na desigualdade e coerção: escravos, trabalhadores contratados (CASTLES, 2010, p. 17).

Essa abordagem foi inspiração para muitos estudos sobre a migração interna no Brasil que analisaram a mobilidade da área rural para a urbana, como parte de um processo global de mudança capitalista que exigia dos países periféricos padrões específicos de modernização (SINGER, 1980).

Segundo Arango (2000), em estudos sobre o chamado *brain drain*, a emigração de pessoas altamente qualificadas de países da periferia para os centros também absorveu da abordagem histórico-estrutural possibilidades de análise, pois este tipo de mobilidade contribuiria para a perpetuação das desigualdades entre os países. Alfredo (2018) explica que o marco deste fenômeno foi o contexto do período pós Segunda Guerra Mundial, quando os EUA se tornaram um polo de atração de elite científica e técnica europeia. Na década de 1960, países da Europa adotaram políticas para estimular o retorno desses “cérebros em fuga” e minimizar a emigração de pessoas altamente qualificadas em busca de salários mais altos e melhores condições de vida e trabalho nos Estados Unidos.

Nas décadas seguintes, talentos de países periféricos já despontaram nesse movimento, culminando nos anos de 1990, no bojo da descoberta das “novas economias” com a intensificação desta emigração estimulada por políticas migratórias diferenciadas para atração dessa força de trabalho específica, qualificada e com menor custo, concomitante ao endurecimento e criminalização dos trabalhadores pouco qualificados e pobres.

A teoria do sistema mundial ou *world systems theory*, compreendida sob abrangência histórico-estrutural, enfatiza a distribuição desigual do poder econômico e político que configura economias centrais e periféricas que se distinguem não apenas geograficamente, mas pelas relações interdependentes e hierarquizadas. De certa forma dialoga com elementos da teoria da dependência, formulada por teóricos latinos na década de 1960, na medida em que considera como elemento central explicativo as relações de dominação de classe em nível internacional entre países centrais e periféricos (ARANGO, 2000).

Na abordagem da teoria do sistema mundial a expansão do capitalismo dos países do centro para a periferia, incorporando cada vez novas regiões e a economia mundial, produz

transformações nas formas de produção tradicionais na agricultura e indústria e na determinação da produção. Esse processo inicialmente determinado pelo colonialismo adquire outros formatos históricos imperialistas, como sugere Sassen (2016) ao analisar que a reatualização de lógicas de expropriação e os investimentos externos diretos nas economias periféricas têm produzido a expulsão de trabalhadores da agricultura e indústria e determinado as migrações regionais e internacionais. As migrações movimentam força de trabalho com menor custo a cada transformação na acumulação capitalista e funcionam como um sistema global de oferta de trabalho.

As explicações nessa abordagem buscam uma análise das causas de fundo da mobilidade humana. Nesse sentido, o aumento da dívida pública, especialmente nos países periféricos, a pobreza, a desigualdade social, a busca por melhores trabalhos estão relacionadas com as determinações e transformações na acumulação capitalista, o que significa compreender também o papel da intervenção do Estado nas migrações. Essa é uma combinação de interesses representada pelo “casal soberano Mercado/Estado” (BASSO, 2018, p.16).

A teoria do sistema mundial sofre as críticas frequentemente apontadas contra as abordagens marxistas, quais sejam: oferecer suportes analíticos generalizantes que acabam por desconsiderar os migrantes como sujeitos ativos; não alcançar a dinamicidade empírica das migrações visto ser uma teoria formulada *ex-ante* o que se apresentaria na atual globalização, quando fluxos migratórios se estabelecem entre países que não tiveram ligações coloniais e que estão na mesma condição periférica (CASTLES & MILLER, 2003; ARANGO, 2000).

No rol das abordagens que explicam as persistências migratórias estão as teorias dos sistemas migratórios e a teoria transnacional. A abordagem dos sistemas migratórios compreende diferentes áreas de conhecimento e tem uma longa tradição em diferentes disciplinas. No caso da migração as redes sociais já apareciam de alguma forma nos estudos de Thomas e Znaniecki nos anos de 1920 (ARANGO, 2000; WALDELY, 2018).

Mas no período mais recente de intensificação das migrações e de crítica às abordagens macrosociais e de ênfase nos aspectos econômicos, a teoria dos sistemas migratórios adquire maior expressão como alternativa para apreensão da dinâmica migratória internacional em nível macro, micro e meso-societário. As migrações contemporâneas seriam mais estimuladas pelas redes sociais, incrementadas pelas inovações tecnológicas de transporte e de informação e comunicação, do que por causas de crises econômicas. As redes podem ser definidas como:

Conjuntos de relações interpessoais que unem os imigrantes, os emigrantes regressados ou os candidatos à emigração a familiares, amigos ou compatriotas, quer no país de origem, quer no país de destino. As redes transmitem informações, fornecem assistência financeira ou acomodação, e apoiam os migrantes de diferentes

maneiras. Dessas múltiplas maneiras, eles facilitam a migração, reduzindo seus custos e a incerteza que frequentemente a acompanha (Massey et al. 1998: 42-43). As redes também podem induzir a emigração por meio do efeito de demonstração (ARANGO, 2000, p. 20) (tradução nossa)¹⁶.

Um sistema migratório é composto por países que compartilham migrantes entre si. As análises tendem a privilegiar os sistemas regionais considerando as conexões entre os países e lugares envolvidos, relações e comparações entre estados, trocas culturais e redes familiares e sociais. Castles e Miller (2003) identificam nos estudos sobre a migração mexicana uma forte influência desta abordagem. Arango (2000) cita o pioneirismo de Douglas Massey em suas pesquisas as quais considera a importância das redes familiares na emigração de mexicanos para os EUA, seja de forma documentada ou não. Na perspectiva de Massey (*apud* Arango 2000), as redes migratórias podem ser admitidas como uma forma de capital social, visto permitir o acesso às condições sociais e bens diferenciados e funcionarem como mecanismo de suporte e possível redução dos custos e riscos durante a migração e na chegada ao destino.

As redes migratórias são consideradas agentes multiplicadores dos fluxos. No entanto, é importante reconhecermos o cenário atual de políticas migratórias coercitivas à mobilidade das pessoas, o que tem envolvido um grande potencial de violência e restrições. Este quadro se coloca de forma mais dramática nos países centrais com práticas cada vez mais criminalizantes em relação aos imigrantes, como construção de muros, proliferação de instituições de detenção, separações de pais e crianças, campos de refugiados, cerco às embarcações, perseguição aos ativistas de direitos humanos dentre outros.

A reunião familiar tem sido uma das questões afetadas nesses processos restritivos, inclusive, no Brasil, foi um dos pontos polemizados na aprovação e regulamentação da (nova) Lei de Migração, Lei n. 13.445/2017. Ao dificultar as redes familiares as condições migratórias se tornam bem mais desgastantes, mais caras e arriscadas para um grande contingente.

Sassen (2002) chama atenção para a contradição de se criminalizar o que poderia não constituir um delito, no caso, a migração acaba por estimular um verdadeiro comércio criminoso de tráfico de pessoas e atravessadores. Para Castles e Miller (2004) esta situação apresentada por Sassen acaba sendo mais um elemento de uma rede intermediária da migração que caracteriza, nestes tempos de intensa mobilidade internacional, uma verdadeira indústria da migração.

¹⁶ “conjuntos de relaciones interpersonales que vinculan a los inmigrantes, a emigrantes retornados o a candidatos a la emigración con parientes, amigos o compatriotas, ya sea en el país de origen o en el de destino. Las redes transmiten información, proporcionan ayuda económica o alojamiento, y prestan apoyo a los migrantes de distintas formas. De estas múltiples formas facilitan la migración, al reducir sus costos y la incertidumbre que frecuentemente la acompaña (MASSEY et al. 1998, p. 42-43). Las redes también pueden inducir a la emigración a través del efecto demostración (ARANGO, 2000, p. 20).

Essa crescente “mesoestrutura” das migrações é constituída por mecanismos e atores que mediam a relação entre imigrantes e as instituições políticas e econômicas. Envolve desde organizações de recrutamento, organizações não governamentais, empresas privadas, advogados até contrabandistas, constituindo uma verdadeira indústria da migração que não necessariamente serve de apoio ao migrante e que acionam estratégias econômicas, políticas e culturais. Desse modo os esforços dos governos para controlar e deter as migrações têm se confundido com os interesses na sua continuidade (CASTLES & MILLER, 2004).

A partir especialmente da década de 1990, as análises sobre migração enfatizaram as novas dinâmicas e situações que surgiram a partir da globalização neoliberal e das inovações tecnológicas que permitem a conservação dos vínculos de origem. Nesse contexto, emerge a teoria transnacional que prioriza os vínculos persistentes entre as sociedades a partir da migração e as conexões do global com o local.

Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szaton (1992) participaram de um esforço coletivo pioneiro de pesquisadores para aprimorar o conceito e as análises sobre migração transnacional, a partir da observação de migrantes do Haiti, Caribe Oriental e Filipinas nos EUA. As autoras partem da premissa de que as migrações têm se tornado cada vez mais um fenômeno global em função da organização do capitalismo que força as populações dos países pobres a buscar melhores condições de vida. Nesta realidade a migração transnacional é uma tendência recente nas experiências migratórias.

Transnacionalismo, segundo as autoras, se refere às relações multifacetadas que conectam as sociedades de origem e a de recepção, e a manutenção de relações familiares, econômicas, sociais, religiosas, culturais, políticas que ultrapassam fronteiras, ou seja, pessoas que permanecem envolvidas na participação de comunidades transnacionais.

A abordagem do transnacionalismo propõe um deslocamento de análises pautadas no nacionalismo metodológico ou que mantém o ordenamento do Estado-nação como determinante. Os transmigrantes desafiam a lógica binária de nacionais e não-nacionais e a lógica da assimilação: eles circulam entre o local e o global.

Nesse sentido, Baeninger (2013) observa um diálogo com a perspectiva das cidades globais de Sassen que analisa as dinâmicas nacionais e globais de forma articulada e sem hierarquias. Wihtol de Wenden relaciona a emergência e a visibilidade dos transmigrantes com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS que promoveu movimentos migratórios Leste/Oeste na Europa, constituindo diversas formas de circulação migratória, tendo a mobilidade como forma de vida.

Primeiro caixeiros-viajantes de Leste a Oeste, trabalhadores sazonais, ou domésticos como na Europa do Leste e a seguir em direção à Europa do Sul, falsos turistas em busca de trabalho, comerciantes ocasionais nos mercados, eles passaram a constituir uma nova categoria com a chegada do século XXI, antes que seu progressivo acesso ao mercado legal de trabalho europeu os tornasse menos visíveis. A vida de um a cada dois que se alimenta pela força dos vínculos migratórios transnacionais se passa “aqui” e “acolá” (2016, p. 23-24).

O transnacionalismo é apontado como uma tendência das mobilidades contemporâneas. Para alguns autores, aparece como novidade, para outros, como fenômeno intensificado a partir da globalização. As condições legais, os riscos e as redes migratórias destes movimentos variam nas diferentes regiões do mundo, assim, da mesma maneira, as abordagens sobre transnacionalismo são também diversas.

Portes (2004) propôs sintetizar as convergências no debate amadurecido, nos anos 2000, sobre transnacionalismo e apresentou cinco considerações. A primeira diz respeito a ser esta uma modalidade com uma perspectiva nova, não um novo fenômeno. As situações que caracterizam o que hoje é chamado transnacionalismo já se manifestavam na realidade de migrantes, no entanto, as teorias existentes não as capturavam. É certo, porém, que a proporção da transmigração na contemporaneidade adquiriu outro patamar devido às inovações tecnológicas, tendo assim acionado a atenção dos pesquisadores.

O segundo ponto se preocupa em caracterizar quem são os transmigrantes, os definindo como um fenômeno popular de base, “iniciativas de gente comum visando estabelecer laços duradouros para além das fronteiras nacionais, no plano econômico e não só” (PORTES, 2004, p. 75). O autor propôs uma tipologia que delimita o uso de termos distintos na análise transnacional, mas facilmente confundíveis: internacional, multinacional e transnacional.

Internacional se refere às atividades do Estado-nação e exportação de pequeno porte na área agropecuária. Multinacional diz respeito às agências da ONU que atuam em diferentes Estados-nação, às empresas globais do grande capital que também atuam em diferentes países e aos grandes projetos religiosos. Transnacional é definido como atividade transfronteiriça de atores de base privados, neles incluindo os imigrantes que podem estar individualizados ou organizados em comunidades (PORTES, 2004, p. 76).

Nem todos os imigrantes são transnacionais. Essa é a terceira afirmação. As pesquisas mais recentes mostraram que é preciso ter cuidado com o entusiasmo em caracterizar os transmigrantes, pois uma minoria dos imigrantes se encaixa nesse perfil. Embora em número pequeno a ação dos transmigrantes pode ter um significativo impacto especialmente quando as remessas significam para o país de emigração fonte de recursos monetários. Ao apresentar este quarto aspecto Portes destaca:

Se, numa perspectiva individual, o ato de enviar remessas, de comprar uma casa na terra natal, ou de até aí viajar de vez em quando, acarreta consequências meramente pessoais, no cômputo geral esses atos podem alterar a fortuna e a cultura dessas terras e, inclusivamente, dos países a que estas pertencem (2004, p. 78).

As remessas multiplicadas na proporção do número de emigrados de determinados países tornam-se importante fonte de recursos para os Estados, sendo captadas inclusive pelo mercado financeiro que as considera em projeções para transações de crédito e investimento. É essa movimentação monetária, acrescenta Portes (2004), o estímulo para políticas de atração dos expatriados e de dupla nacionalidade e a dupla cidadania.

Por fim, o autor, citando Vertovec¹⁷, considera que os conceitos de redes sociais e de capital social têm tido adesão nos estudos transnacionais, especialmente para analisar a continuidade ou não das atividades políticas que muitos imigrantes mantinham no país de origem e que, em alguns casos, foram a motivação para a emigração.

Ao fim de nossa breve revisão nos parece pertinente o consenso entre os pesquisadores de que definir os limites para a teorização sobre a migração internacional é um esforço complexo e que especialmente numa sociedade permeada por crises e transformações, que tem implicado dentre outras consequências intensos deslocamentos populacionais, essa tarefa se coloca com maior desafio.

Concordamos com Patarra (2006) quanto à ponderação de que os diferentes enfoques sobre a migração internacional expressam visões de mundo que nem sempre podem ser matizadas nas análises. Ademais, as explicações produzidas têm subsidiado um arsenal de políticas direcionadas aos migrantes num contexto tenso e completo. Castles (2010) alerta ainda para a delicada aproximação de pesquisadores em atividades financiadas e inseridas na estrutura internacional de governança migratória o que leva a um necessário zelo ético e a um risco de perda do potencial crítico-analítico dos estudos capturados pela lógica da resposta imediata.

Em tempos de crise do capital¹⁸, as análises sobre os fenômenos sociais têm reivindicado mais referências teóricas individualizantes do que perspectivas totalizantes que possibilitem considerar o movimento histórico e atual dos fundamentos das relações sociais estabelecidas em nossa sociedade. Exemplo disso, segundo Borón (2007), é que o tema capitalismo tem sido recorrentemente interdito nas discussões sobre os problemas sociais contemporâneos. O autor

¹⁷ A obra "Migration and Other Modes of Transnationalism", International Migration Review" de Steven Vertovec (2003).

¹⁸ Muitas análises sustentam que o capitalismo a partir da década de 1970 tem como uma de suas principais características um continuado estado de crise.

defende a atualidade e a abrangência da teoria marxista para a busca de respostas para o século XXI.

A discussão atual sobre migração e mobilidade envolve visões de mundo que apontam para percepções diferentes sobre o processo de globalização e a constituição de um mundo sem fronteiras. Castles (2010) apresenta o debate em torno do uso dos termos “migração” e “mobilidade” em que o primeiro é questionado por caracterizar uma realidade dos séculos XIX e XX denotando “movimentos de longo prazo de um Estado-nação para outro, seguindo os padrões da migração laboral e de mudança de residência”. Padrões que teriam sido substituídos por movimentos com objetivo de estudos, casamento, aposentadoria ou pela busca de um estilo de vida cosmopolita.

Mobilidade seria o termo mais adequado considerando as transformações societárias que teriam definido uma realidade mais fluida no século XXI, em que as novas tecnologias e facilidades de transporte teriam constituído uma sociedade da mobilidade humana. E mais, a mobilidade se constituiria uma condição de existência, uma forma de organizar as relações sociais muito mais numa perspectiva de circularidade do que em formas definidas de origem-destino (GLICK-SCHILLER, BASCH e BLANC-SZATON, 1992).

Para Castles (2010) o debate migração-mobilidade, na verdade, se insere numa disputa política e ideológica determinada por fatores estruturais. Migração historicamente é atribuída a trabalhadores não especializados, considerados como um problema social, portanto indesejados e a movimentação de trabalhadores altamente especializados, celebrados como importantes para economia e compatíveis com a organização das sociedades desenvolvidas seria mobilidade.

Esta distinção opositora ganhou contornos mais complexos e agressivos após a crise econômica mundial de 2008. Enquanto a modalidade é tomada como ícone das possibilidades de escolha do mundo globalizado, o discurso político internacional tem constituído uma percepção social e institucional das migrações como uma ameaça que deve ser enfrentada sob o viés da força coercitiva e sob a perspectiva do desenvolvimento, ou seja, ações que atuem no que seriam as causas fundamentais evitando que contingentes pobres de potenciais migrantes deixem seus países de origem. No entanto, Castles (2010) observa que este “viés sedentário” não descarta as migrações por completo, visto que os países do Norte Global ainda necessitam de certa quantidade dessa força de trabalho desde que os indivíduos não tenham expectativas de criar laços de pertencimento.

Com base no exposto acerca das interpretações sobre as migrações internacionais, consideramos importante o esforço em analisar as determinações históricas que conformam o

fenômeno na sociedade capitalista e uma aproximação com as relações vividas e construídas pelos migrantes. A contribuição de Singer (1980) e sua preocupação em apreender os aspectos macro e microssocietários que influem na mobilidade nos parece central.

Para Singer¹⁹ (1980), as migrações são um fenômeno social historicamente condicionado, sendo resultado de um processo global de mudança. Logo, a análise desse fenômeno não deve ser desconectada das alterações que o desenvolvimento da acumulação capitalista provoca, especialmente na divisão social do trabalho. Nesse sentido, podemos considerar que os fluxos migratórios internacionais são processos sociais com causas estruturais que se expressam de forma desigual e com particularidades nos diversos países do globo terrestre. Tais desigualdades podem configurar fatores determinantes para migração, além da consolidação e da permanência de relações hierarquizadas e dependentes entre regiões. Da mesma forma, as crises e mudanças no modo de acumulação de capitais interferem e promovem fluxos migratórios.

O mesmo autor adverte que tais determinações estruturais são acompanhadas de determinações intermediárias que condicionam questões objetivas e subjetivas. Os fatores macrossociais que produziram e motivaram a migração incidem sobre as classes sociais e econômicas, mas não da mesma maneira sobre todos os membros de cada classe. Logo, questões como quem pode migrar e que mudanças são produzidas nas relações sociais a partir desse movimento são pertinentes.

Povoa Neto (2007) ao se referir às abordagens teóricas sobre a imigração apresenta um tronco de análise inspirado na teoria marxista e que tem na mobilidade do trabalho elemento central. O trabalho de Gaudemar (1977) é uma referência nessa abordagem: o autor produziu suas argumentações no bojo das transformações sociais, políticas e econômicas da década de 1970 que prenunciaram uma nova etapa da acumulação capitalista mundial²⁰.

Ao discutir a mobilidade do trabalho sob a luz da teoria crítica de Marx, Gaudemar (1977) considera necessário desmistificar o caráter de livre escolha racional dos trabalhadores, ressaltando que a exploração do trabalho requereu na sociedade capitalista a produção da força de trabalho, sua reprodução e o controle, tanto da sua circulação, quanto de sua qualidade. A mobilidade forçada do trabalhador, portanto, é uma característica histórica no capitalismo e ao mesmo tempo condição de sua existência e permanência.

¹⁹ As análises do autor tinham como objeto as migrações internas no Brasil, no entanto suas contribuições são valiosas para os estudos migratórios em geral.

²⁰ Harvey (2008; 2009), Fontes (2010), Chesnais (1996).

Reconhecemos que a importância da força de trabalho imigrante para a economia mundial, assim como a condição de vendedores da respectiva força de trabalho é determinante para sobrevivência e para os projetos de vida dos imigrantes sendo, portanto, um elemento central na mobilidade. Desse modo, tomamos como referência para definição de migração internacional adotada nesse trabalho, as contribuições que consideram a relação entre classes e a dinâmica internacional da acumulação capitalista como força motriz das migrações, reconhecendo que aspectos do debate contemporâneo como redes migratórias e migrações transnacionais são elementos importantes para a descrição do fenômeno migratório atual.

No item seguinte apresentamos o conceito de mobilidade do trabalho tendo como principal referência Gaudemar (1977) e resgatamos aspectos centrais da argumentação de Marx sobre a mercadoria especial que contém o mistério das relações sociais na sociedade capitalista cuja produção requereu tanto movimentos migratórios forçados quanto fixação involuntária em determinados territórios. Ainda hoje a regulação da mobilidade da força de trabalho permanece como estratégia indispensável à acumulação do capital.

1.2 Migração e Mobilidade do Trabalho

Concomitante ao aumento do volume de migrações no mundo e a complexificação e diversificação de deslocamentos e rotas, expandiu-se uma rede de especialistas quase sempre organizados em torno de instituições transnacionais ligadas direta e indiretamente à ONU. Esse *mainstream* constrói e difunde interpretações e soluções a respeito das migrações.

Para a OIM (2017)²¹, as migrações são uma “megatendência” do século XXI que têm como motores: a demografia, pois os países do Norte Global estão envelhecidos enquanto os países do Sul Global além de concentrarem uma população jovem apresentam previsões de crescimento demográfico; a demanda desigual de oportunidades de emprego nas regiões do planeta; o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais; a popularização dos meios de transporte que acessados com menor custo e rapidez encurtam distâncias e facilitam deslocamentos; a revolução nas tecnologias de comunicação e informação; os desastres naturais ou provocados pela ação do homem; o “desespero”, a busca por sobrevivência.

Essa realidade migratória apresentada pela instituição envolve, segundo a mesma avaliação, elementos inevitáveis como a questão demográfica, mas a migração, caso bem gerida, pode ser necessária e até desejável, fomentando um equilíbrio sustentável entre as regiões. É nesse

²¹ Disponível em: <http://www.legis.senado.leg.br>

sentido que a OIM apresenta seu compromisso com a migração humana e ordenada para beneficiar os migrantes e a sociedade, facilitando a migração regular, reduzindo a migração forçada e irregular e com ações de proteção aos direitos dos migrantes. A solução passaria pela adoção por parte dos países desenvolvidos de “políticas de migração laboral planejadas, flexíveis e abertas para assegurar uma oferta segura, legal e humana para os migrantes e seus familiares” (OIM, 2017, s/n).

Os argumentos acima expressam de certa forma as análises que tomam a migração nas suas expressões mais visíveis e individuais, conforme as abordagens neoclássicas, desconsiderando tanto as situações de violências que um contingente significativo de migrantes tem sofrido por ousar questionar a imposição das regularidades imobilizantes nas fronteiras e em legislações cada vez mais restritivas, quanto mantendo ocultos os determinantes sociais que condicionam a migração.

Os fatores que implicam na migração não são um somatório de causas naturais ou limitadas à ordem das decisões individuais. A organização social das relações de produção determina e controla aspectos e condições da vida social. Os próprios aspectos demográficos considerados desraigados das determinações sociais descrevem quase que inocentemente territórios onde sobram trabalhadores e outros onde eles faltam, como se a produção de excedente populacional não se encadeasse com a forma de apropriação dos recursos naturais e as relações de degradação e exploração constituídas entre os homens nas ligações entre as classes.

Tomemos emprestado de Baumfeld Minc (1982) a experiência observada na Guiné e que bem se aproxima da história de outros países africanos como o vizinho Senegal. Os povos de diferentes etnias que viviam de sua produção agrícola praticavam uma cultura itinerante baseada no uso do solo para plantio de cereais para alimentação como arroz e milho e, ao fim do ciclo, se deslocavam para novas áreas para o início de um uma nova preparação do solo e cultivo, permitindo que o chão do território utilizado se reconstituísse por um longo período.

A intervenção colonizadora se apropria de grande parte das terras e introduz a cultura do amendoim com perspectivas para a exportação, o que além de reduzir a porção de terras disponíveis para a o plantio de subsistência da população nativa obrigou-a a acelerar a rotação de uso do solo ainda não recomposto na respectiva capacidade de fertilidade. Como investimentos tecnológicos não estavam incluídos no violento projeto de colonização da África, uma quantidade de trabalhadores excedente é gerada em decorrência dessa intervenção, ficando assim disponível para os interesses dominantes.

Sassen (2016), ao analisar processos mais recentes de desconexão de trabalhadores dos seus vínculos históricos de produção, apresenta o exemplo da expansão das culturas relacionadas à geração de bicombustíveis, que desde os anos de 1980, tem provocado tensões e expulsões de agricultores de suas terras e atividades, constituindo um contingente significativo de trabalhadores excedentes. Grande parte deles se somam às fileiras de migrantes internos e internacionais.

De acordo com as contribuições de Gaudemar (1977), é imprescindível incluir nas análises sobre mobilidade o elemento da dinâmica capitalista como força motriz das migrações. Para o autor, este é o caminho para explicitar o não dito sobre as migrações, pois é inegável o papel da mobilidade do trabalho como a chave mestra do desenvolvimento desse modo de produção.

O debate proposto por Gaudemar (1977) extrapola a dimensão da migração como deslocamento físico-espacial, rompendo fronteiras e constituindo fluxos de homens, mulheres e crianças para diferentes destinos, ainda que essa possa ser a expressão mais visível e em muitos casos brutal da mobilidade. A migração internacional representou em diferentes momentos históricos uma das estratégias política, social e econômica de grande importância para o capital com a qual garantiu o uso da força de trabalho disponível.

Proclamada em suas vantagens individuais e como fator de desenvolvimento, a imigração se torna interessante para o capital, quando atendem às necessidades específicas de um determinado setor capitalista, pronto para absorver essa força de trabalho preferencialmente disponível e disciplinada para a intensificação do trabalho. Gaudemar (1977) ressalta, usando como parâmetro a imigração na França, que dispositivos específicos de regulação do trabalho imigrante são criados reconhecendo particularidades vantajosas, tais como: flexibilidade para mudanças de atividades e adaptabilidade às formas temporárias de trabalho, características de uma força de trabalho móvel, que é facilmente deslocada de um ramo de trabalho para outro e de empregador.

As vantagens para o capital se constituem nas fragilidades da condição de imigrante, que podem determinar maior vulnerabilidade em relação às ameaças de demissão e deportação, mais suscetíveis aos salários mais baixos, horários prolongados, receio no envolvimento com organizações políticas dos trabalhadores. As próprias condições a que são submetidos determina uma rotatividade destes trabalhadores que diminui custos trabalhistas e mesmo aqueles que conseguem manter um vínculo mais duradouro contribuem com impostos e instituições sociais que acabam por pouco usufruir.

As migrações expressam contradições, ao mesmo tempo em que são tomadas como problema a ser resolvido por normatização jurídica e política. Estão inseridas na própria dinâmica valorização do capital. Mobilidade do capital e da força de trabalho se relacionam de forma histórica e sob tensões, “mobilidade da força de trabalho é uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista” (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

A constituição do modo de produção capitalista orientado para a subordinação da produção social, para a criação de mercadorias e valorização do valor foi resultado do movimento histórico e do processo de lutas que culminou na constituição da relação social fundada no monopólio dos meios de produção pelos capitalistas e dos trabalhadores destituídos das condições materiais para a produção e impelidos à venda de sua força de trabalho.

A categoria mobilidade do trabalho proposta pelo autor diz respeito à capacidade de mobilização por parte do capital das habilidades humanas para a produção da força de trabalho como mercadoria, da criação de formas de controle e submissão da força de trabalho as exigências do capital e de sua circulação. Estas estratégias abrangem tanto aspectos físicos quanto elementos da variação da qualidade do trabalho, sempre orientados para os interesses do mercado.

Para Marx a mercadoria é a forma elementar da riqueza. A riqueza não é uma particularidade da sociedade capitalista, mas neste modelo societário a relação entre os produtores é mediada pelas mercadorias. Tudo vira mercadoria na sociedade capitalista, tudo está passível de compra e venda. A mercadoria é um sistema de relações dos homens com a natureza e entre si na produção, é uma forma de relação social e, portanto, permeada de determinações históricas.

A mercadoria tem a propriedade de satisfazer as necessidades humanas, físicas e materiais, as “do estômago e da imaginação”. Esta utilidade faz dela um valor de uso. O valor de uso é o conteúdo material da riqueza que só se realiza com seu uso ou consumo. A mercadoria tem ainda a propriedade de ser trocada por outras mercadorias distintas caracterizando o valor de troca. O valor de troca revela-se na relação quantitativa entre valores de uso diferentes, essa relação “se altera constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2015, p. 114), pois as quantidades podem variar com o tempo e as equivalências podem variar segundo os diferentes mercados.

A troca de mercadorias não produz valor. A grandeza do valor da mercadoria mede-se pela quantidade de trabalho despendido para sua produção, mensurado pelo tempo histórico de sua duração: como valores as mercadorias são dimensões do tempo de trabalho humano que

nelas cristaliza. Não se trata do tempo individual de cada homem e mulher e sim do trabalho humano homogêneo, o tempo de trabalho socialmente necessário que é mutável e variável conforme o desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse sentido a mercadoria expressa contradições que não se revelam de imediato, como a natureza do trabalho que lhe atribui valor. O trabalho concreto corresponde à produção que atende as necessidades de reprodução, é o trabalho criador de valores de uso. Refere-se ao processo criador resultado do metabolismo social entre homem e natureza (MARX, 2015).

Sob o domínio das trocas o trabalho humano concreto se submete à necessidade de produção de mercadorias e de valorização do capital. Ao se encontrarem no mercado as mercadorias são analisadas no seu elemento comum, genérico, ou seja, o dispêndio produtivo de trabalho humano, “de cérebro, músculos, nervos, mãos etc.”. Considerado dessa forma o trabalho corresponde a trabalho abstrato (MARX, 2015, p.121).

Valor é trabalho social cristalizado, na argumentação de Marx sobre a produção do valor. No modo de produção capitalista existe uma fonte de riqueza: a força de trabalho. Sintetiza Gaudemar:

[...] a força de trabalho é então definida sem equívoco, como a mercadoria que um homem “possui” ou ainda “o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, na sua personalidade viva, e que ele tem de pôr em movimento para produzir coisas úteis (1977 p. 190).

O trabalhador vende sua capacidade de trabalho. O trabalho - relação orgânica com a natureza, a transformação da matéria-prima em produto, das mais variadas formas, utilizando os mais distintos meios, instrumentos e ferramentas é fundamental para a vida humana e a apropriação do excedente desse trabalho é a condição de sobrevivência da sociedade capitalista. Desse modo, a força de trabalho não pode ser descartada, pois é ela a fonte de valor.

O uso capitalista das disponibilidades físicas e mentais dos trabalhadores submetidas à produção capitalista é condição de existência e reprodução deste modelo societário. A produção das forças produtivas inaugura a mobilidade da força de trabalho:

É o momento de aquisição da sua mobilidade por parte do trabalhador anteriormente submetido a outros modos de produção, por exemplo, o momento de emancipação do servo; sob o ponto de vista de conjunto, é aquilo a que Marx chama o momento da acumulação primitiva, o da transformação do dinheiro em capital e, portanto, da formação do proletariado (GAUDEMAR, 1977, p. 193).

A transformação da força de trabalho em mercadoria, separando seu valor de uso do seu valor de troca, é fruto de transformações históricas que marcam a emergência do capitalismo. O marco histórico desse processo, o período da acumulação capitalista, é o momento em que o

trabalhador voluntariamente ou pela força se desvincula das relações de servidão e de qualquer relação de propriedade:

o capitalismo torna o trabalhador livre, móvel. Livre, isto é, livre de se vender, livre de se vender apenas ao capital. Móvel, isto é, capaz de ir sozinho ao mercado para se vender e se submeter à exploração capitalista (GAUDEMAR, 1977, p. 266).

A expropriação camponesa e as legislações sanguinárias caracterizaram a mobilidade primitiva do trabalho na Europa. O colonialismo escravista foi a sua contraface. As expropriações camponesas iniciadas no final do século XV caracterizam o que Marx denominou “prelúdio da revolução”, essa intervenção no campo forçando o desenraizamento foi a primeira tarefa do capital produzindo massas de trabalhadores livres em busca de meios de subsistência. Expropriação para Marx é o processo que rouba dos trabalhadores recém-libertos da servidão feudal todos os meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência com as quais contavam antes e os convertem em vendedores de si mesmos, livres para levar sua mercadoria, a força de trabalho, “a qualquer lugar onde haja mercado para ela” (2015, p. 787).

Além das guerras feudais que mobilizaram para o ataque aos camponeses cuja representação junto ao conjunto de súditos era fonte de poder e domínio, a expansão da manufatura e o interesse em transformar o campo, adequando-o às novas relações comerciais e de trabalho fomentaram as expropriações que se constituíram o ponto de partida da sociedade capitalista.

A dissolução dos séquitos feudais, as expulsões brutais dos camponeses autônomos, mesmo os que tinham a garantia legal das terras, o roubo territorial e bens da Igreja ocasionou a expulsão dos moradores destas propriedades, o cercamento dos campos impedindo o cultivo de terras constituíram formas de expropriação que praticamente fizeram desaparecer a propriedade comunal e os camponeses independentes.

As expropriações incluíram ainda a apropriação fraudulenta do patrimônio do Estado transferindo-o para o domínio privado; o clareamento dos campos “*Clearing of Estates*”, ou seja, “varrê-los de seres humanos” o que impediu não só a produção camponesa como qualquer possibilidade da vida humana com a expulsão e extermínio de aldeias inteiras. Ao descrever o processo de clareamento dos campos na Escócia sob o domínio inglês Marx (2015) evidencia o roubo, expulsão e extermínio dos clãs gaélicos em nome do interesse comercial nas terras que foram usadas para pastagens de ovelhas, devido à manufatura da lã, e para caça dos dominadores ingleses. Esses camponeses expulsos foram ainda proibidos de emigrar e obrigados pelo uso da força militar a venderem sua força de trabalho nas cidades fabris ou seriam deportados para colônias.

Citando os escritos de Robert Somers, Marx observa que em nome do comércio de caça, os recursos naturais são degradados e os camponeses são varridos e submetidos às terras estéreis e à fome. Acrescenta criticamente a respeito da leitura liberal sobre tal situação: “os economistas ingleses certamente atribuíram a fome dos gaélicos em 1847 à sua ... superpopulação. Eles certamente “exerceram pressão” sobre seus meios alimentares” (2015, p. 803).

Após a constituição do grande contingente de expropriados, as legislações sanguinárias os compeliavam à disciplina do trabalho assalariado, “os trabalhadores sem trabalho expulsos do campo são responsabilizados pela sua condição, transformados em vagabundos e submetidos a legislações dolorosamente punitivas, utilizadas para regular o assalariamento nascente” (BOSCHETTI, 2018, p. 152).

O Estado exerceu papel repressivo determinante com legislações contra os pobres e considerados vagabundos; Tais leis duraram séculos e previam encarceramento, pena de morte, mutilações, torturas. Somaram a estas, as iniciativas que visavam fixar e mediar o uso da força de trabalho assalariada como a Lei do Domicílio de 1662, Speenhamland Act de 1795, Poor Law Amendment de 1834 (GAUDEMAR, 1977; BOSCHETTI, 2018).

O período da acumulação primitiva do capital determinou o processo de produção da força de trabalho livre e dos capitalistas detentores dos meios de produção.

A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre (MARX, 2015, p. 831).

Essa aquisição da liberdade formal do trabalhador representa a submissão formal do trabalho ao capital no momento de instauração do capital. Esta submissão adquire outra intensidade à medida que se desenvolvem as forças produtivas capitalistas. A liberdade conforme, ressalta Gaudemar (1977), adquire uma dupla determinação na mercadoria força de trabalho. O trabalhador é livre por dispor de sua força de trabalho, mas tem total necessidade de vendê-la.

É essa contingência da liberdade que introduz a mobilidade capitalista do trabalho que se expressa na sujeição ao capital como mercadoria.

A relação entre mobilidade e a liberdade da força de trabalho pode ser ainda precisada. No seu aspecto positivo, a liberdade conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador

ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

De qualquer modo a força de trabalho deve ser móvel, ou seja, deve estar disponível para ser utilizada pelo capital nas condições e locais, por ele definidas, e deve ser fluida para se adaptar aos ramos de produção de diferentes naturezas e se manter alheia ao conteúdo específico do seu trabalho.

O capital tem como tendência o movimento de expandir-se, ou seja, de valorizar-se cada vez mais. A liberalização do trabalhador e sua mobilização para o capital são elementos fundamentais da sociabilidade burguesa. O capitalista contrata o trabalhador que vende “livremente” sua força de trabalho. Durante sua jornada de trabalho, produz valor referente a sua reprodução social que equivale ao seu salário e noutra parte do tempo produz um valor excedente que é apropriado pelo capitalista.

Esse mais-valor extraído do tempo de trabalho excedente tende a ser ampliado por estratégias de extensão e intensificação da jornada de trabalho de modo que aumente o grau de produtividade, ou seja, que a mesma quantidade de trabalho renda, no mesmo tempo, maior quantidade de mercadorias. É nesse tempo de trabalho excedente que ocorre o processo de valorização do capital.

Como vimos, o capital inicialmente recorreu ao apoio do Estado, o qual jamais dispensou para impor as condições de trabalho assalariado. Com o desenvolvimento das relações capitalistas, as condições do processo de trabalho se tornaram elemento de luta. Para o capitalista interessa a mobilização cotidiana máxima da força de trabalho que compra, seja no tempo de trabalho prolongado e/ou na adaptabilidade a sistemas de turnos com alternância de horários, que implicará em conciliar sua vida fora do trabalho aos ritmos exigidos pelo capital.

A utilização das forças de trabalho: é o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital. Ela deve prestar-se às formas e transformações da organização do processo de trabalho. Duração, intensidade, produtividade de trabalho, são as suas palavras-chave. A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão de trabalho cada vez maior (GAUDEMAR, 1977, p. 194).

A liberdade do trabalhador adquirida pela desconstrução violenta do mundo feudal expressa uma formalidade na medida em que a mobilidade, sua condição de emancipação, se torna o meio de sua exploração. A expansão das forças produtivas e a organização do trabalho cada vez mais com crescente divisão e diferenciação de tarefas faz com que a mobilidade da força de trabalho se torne referenciada pela dimensão espacial dos limites físicos. A princípio, sob a organização de cooperação, o trabalhador ainda detém certo controle sobre as técnicas de

produção. Mais adiante, com a manufatura, o capital assume o domínio sobre o processo produtivo e sobre o espaço produtivo (NETO & BRAZ, 2007).

Esse processo implicará numa territorialidade própria do capital que determinará a separação campo e cidade, a busca por espaços mais vantajosos para exploração de força de trabalho, de recursos naturais o que conformará a repartição capitalista de forças humanas com fins de rebaixar o valor da força de trabalho.

A divisão social do trabalho cria uma hierarquia entre os trabalhadores que ocupam diferentes funções delegadas pelo capitalista e com posições e salários diferenciados, constituindo uma possibilidade de mobilidade social vertical, que se soma à mobilidade social horizontal instaurada na transformação do camponês expropriado em proletário (GAUDEMAR, 1977).

Nesse momento, Gaudemar (1977) aborda um aspecto relevante da relação entre divisão social do trabalho e mobilidade da força de trabalho. A graduação hierárquica introduzida entre os operários aumenta a produtividade uma vez que combina a força de produção coletiva e intensifica o trabalho através de uma rotina intensa e ininterrupta. Além disso, cria diferenciações que explicitam novas dimensões da mobilidade da força de trabalho.

Os trabalhadores são diferenciados a partir da complexidade do trabalho realizado, sendo separados em qualificados e não qualificados; hábeis e inábeis; especialistas do saber e executores. Os trabalhadores se alienam do processo integral da produção e se afastam cada vez mais do produto final e, conforme analisa Marx (2015), a especialização e diferenciação das forças de trabalho são respectivamente combinadas. A especialização e diferenciação dos instrumentos de trabalho que fomentarão inovações tecnológicas e afetarão sobremaneira a mobilidade do trabalho no momento industrial.

O desenvolvimento tecnológico que caracteriza a expansão da grande indústria, no século XVIII, altera significativamente o sentido do processo de trabalho que sob o controle do capital subordina completamente o trabalhador, que passa a operar como “um apêndice das máquinas”, determinando a subsunção real do trabalho ao capital. Nesse quadro, a mobilidade do trabalho assume efeitos de plasticidade da força de trabalho, diante das exigências das máquinas.

O incremento das máquinas mobiliza de forma ampliada o trabalho de mulheres e crianças e de camponeses expropriados, desqualificados. Em relação a sua força física e intelectual ocupam tarefas embrutecidas, orientadas pelas máquinas tendo o valor de sua força de trabalho rebaixado. O desenvolvimento da indústria cria novos ramos e campos de trabalho não necessariamente criadores de valor, mas que mobilizam força de trabalho.

Circulação das forças de trabalho: é o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das suas crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador se “sensível” a toda a variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário (GAUDEMAR, 1977, p. 194).

Na medida em que há o avanço das forças produtivas, há uma crescente diminuição da necessidade do capital variável, a própria força de trabalho. Esta redução leva a uma aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou do que a ocupação dessa população. Mas o fato é que a acumulação capitalista sempre produz uma população trabalhadora relativamente supérflua, excedente.

Com o aumento da produtividade do capital amplia-se a possibilidade de repulsão dos trabalhadores, evidencia-se a contradição: ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora produz as condições para a expansão do capital, cria também as condições para que existam os sobrantes. Daí que o exército industrial de reserva tem importância para o capital por proporcionar estoque de força de trabalho e por funcionar como uma forma de regulação salarial.

O capital segue flutuações do mercado de consumo, safras, dentre outros e para sua expansão necessita de força de trabalho disponível para tarefas temporárias que podem ser fundamentais para a produção, mas com períodos determinados. Assim, com trabalhadores disponíveis não é necessário o deslocamento de outros que estão produzindo.

No entanto, a expansão repentina e intermitente da escala da produção só é possível mediante o material humano disponível, independente do crescimento absoluto da população. A produção capitalista tem como processo contínuo a liberação de parte dos trabalhadores. Essa quantidade de força de trabalho disponível funciona à vontade do capitalista, constituindo o exército industrial de reserva.

Quanto à influência deste processo nos salários Marx afirma:

[...] os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento, ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (2013, p. 712-713).

Importante ressaltarmos que o que regula o preço da força de trabalho não é exclusivamente o exército industrial de reserva, mas a própria dinâmica da acumulação do capital.

Para Marx (2015) todo trabalhador desempregado ou parcialmente faz parte da superpopulação relativa que se constitui das formas flutuante, latente e estagnada. Trata-se, na análise de Gaudemar (1977), da força de trabalho mais móvel e ao mesmo tempo são efeito da mobilidade forçada do capital. Flutuantes são os trabalhadores sazonais, latentes são os trabalhadores que podem migrar para a área industrial e estagnados são os trabalhadores em atividades irregulares e precárias “com duração máxima de trabalho e mínima de salário”. Explica ainda que o “mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo” (2015, p. 719). Estes são o peso morto do exército industrial de reserva que fazem parte das despesas extras da produção capitalista, mas que o capital constrói estratégias para transferir tais despesas para a classe trabalhadora.

O capital adapta as suas necessidades o número de trabalhadores incorporados de forma mais estável ao mercado de trabalho e a superpopulação, portanto a manutenção dessa superpopulação é fundamental para o capital. Eis a lei geral da acumulação capitalista:

Quanto maiores forem à riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor do crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem às camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial (2013, p. 719).

A criação permanente de superpopulação de trabalhadores permite ao capital provocar e controlar a procura por postos de trabalho e disponibilidade de força de trabalho. O período das grandes emigrações da Europa para as colônias no século XIX foi ao mesmo tempo uma estratégia de movimentar a sobrepopulação operária e de investimento num projeto econômico e político de dominação, que lançou as bases para divisão internacional do trabalho, que atribuiu a cada região do mundo definição de seu papel de produtor agrícola ou industrial (GAUDEMAR, 1977).

A recorrência à argumentação de Gaudemar (1977) se constituiu num esforço de tomar o debate sobre a migração e o próprio migrante inseridos e produzindo relações sociais que são determinadas por uma organização concreta das relações de produção e reprodução social, que tem como base a acumulação de capital, que, por sua vez, constitui uma espacialidade e territorialidade pautadas na extração de mais valor da força de trabalho.

Dessa forma ainda que a decisão de migrar seja construída pelos sujeitos nas condições possíveis a eles, não se restringe as decisões individuais pautadas somente em cálculos e

habilidades pessoais. A imigração se apresenta para muitos dentro das relações de mobilidade do trabalho, que envolvem permanências dos processos primitivos de violências e coerções que impelem trabalhadores ao movimento em busca de sobrevivência.

O trabalho é um elemento central para as análises sobre as migrações porque é a inserção nas relações econômicas para a criação de valores que determinam condições de sobrevivência para a maioria da população global, portanto, a busca por trabalho se impõe para muitos com a necessidade de deixar seu país de origem. Assim sendo, homens e mulheres não migram naturalmente como pássaros, pois processos sociais reificados os colocam em movimento na perspectiva de venda de sua força de trabalho inserida em processos de trabalho cada vez mais complexos.

Historicamente a liberdade do trabalhador no capitalismo é limitada aos interesses de lucratividade e acumulação, portanto, não se trata de todo e qualquer trabalhador poder se deslocar livremente, mesmo em tempos de ampla expansão do capital, como ocorreu no cenário internacional da década de 1960. Abordaremos tal período mais adiante, porque antes nos deteremos ao papel do Estado conformando padrões de territorialidade que interferem na mobilidade do capital e do trabalho.

1.3 Estado-Nação, Finanças e Diplomacia: chaves para um novo sistema mundial

O estudo das migrações internacionais contemporâneas nos leva obrigatoriamente a compreender a relação entre capitalismo e o sistema interestatal. O processo de desenvolvimento da acumulação capitalista implicou na mobilidade da força de trabalho, na produção e circulação de mercadorias, e na história da competição e cooperação entre o mercado e a diversidade de Estados no mundo.

A criação de um sistema de Estados nacionais é interdependente da formação de um sistema capitalista mundial, dois fenômenos que se originaram na Europa no fim da Idade Média e início da Era Moderna, conforme demonstra Arrighi (2013). Para o autor, o moderno sistema interestatal foi sendo constituído ao longo dos ciclos sistêmicos de acumulação capitalista e foi a partir das estratégias e estruturas governamentais e empresariais que se formaram as várias etapas do desenvolvimento capitalista, juntamente com a gestão do Estado e da guerra. Sabemos que essa trajetória não foi linear e homogênea e as reações, tanto regressivas saudosas a uma ordem estamental quanto das novas camadas de trabalhadores constituídas na emergência e desenvolvimento do capitalismo, interferiram no processo.

Os predecessores dos estados modernos, as experiências das cidades-estados da Itália setentrional, forneceram as bases para constituição dos Estados durante o sistema medieval, a partir da acumulação de capital proveniente do comércio a longa distância e das altas finanças, da conseqüente necessidade de administrar o equilíbrio de poder entre as autoridades (entre Império e Igreja; entre as próprias cidades-estados; e entre Estados dinásticos emergentes da Europa Ocidental) a fim de minimizar os custos de proteção e da comercialização da guerra, ou seja, a gestão da guerra e do Estado, o que implicou no desenvolvimento de uma rede de diplomacia com sedes permanentes. A função da diplomacia residente era garantir conhecimento e informação dos processos decisórios dos outros governantes de modo a garantir a lucratividade e as relações de manipulação e administração do equilíbrio de poder (ARRIGHI, 2013, p. 39).

Dois séculos se passaram para que as Províncias Unidas se tornassem hegemônicas, “conduzindo uma grande e poderosa coalizão de Estados dinásticos à liquidação do sistema de governo medieval e ao estabelecimento do moderno sistema interestatal” (ARRIGHI, 2013, p.43). É comum os estudos de Relações Internacionais incluírem o Tratado de Vestfália, de 1648, que deu fim à Guerra dos Trinta Anos, como o marco de um novo sistema mundial de governo, constituindo a soberania estatal (pelo menos dos Estados europeus), a nacionalidade, o território, o direito internacional e o equilíbrio de poder. Moita (2012) aponta que o Tratado de Vestfália aparece como marco para compreensão da emergência dos estados-nacionais em estudos de Relações Internacionais, porém para o autor esse consenso precisa ser questionado e conclui que o moderno sistema de Estados-nações se constituiu pela emergência da sociedade industrial e do nacionalismo.

Marques (2016) reconhece o Tratado de Vestfália como baliza de uma organização política que se baseia na soberania e numa igualdade formal dos Estados-nação para se organizarem internamente, política e juridicamente. No entanto observa que o ápice e expansão desse modelo se deram no século XX com a descolonização de vários países periféricos e a tensão polarizada entre potências mundiais.

Sobre a imprecisão e debates do surgimento do Estado-nação argumentam Châtelet; Duhamel; Pisier-Kouchner que a noção da soberania do Estado como força terrena emerge na Europa Medieval e que:

Estado-nação – enquanto representação política que implica o fato de que as populações que constituem uma sociedade no mesmo território reconhecem-se como pertencentes essencialmente a um poder soberano que emana delas e que as expressa – surgido certamente com a Restauração Inglesa de 1690, afirma-se fortemente com

a Revolução Americana de 1776 e com a Revolução Francesa (e, para essa, desde 1790, quando ela é ainda “realista”) (2000, p. 85-86).

Apesar de o sistema vestfaliano ter sido substituído e ter sofrido alterações, concordamos que ele foi um marco importante no processo de organização de um novo sistema mundial interestatal. Arrighi (2013) também inclui o Tratado como uma reorganização do espaço político que favoreceu a acumulação capitalista mundial, com considerável liberdade à iniciativa privada, separando os interesses civis/comerciais, dos interesses e guerras entre soberanos.

Na argumentação de Arrighi (2013), a formação e expansão do moderno sistema mundial tiveram como plataforma a concorrência econômica e a disputa por poder sistematicamente recolocadas e reestruturadas por sucessivos Estados no exercício de uma liderança. Duas lógicas, que se relacionam dialeticamente, sustentam historicamente a disputa pelo controle do equilíbrio de poder mundial: a territorialista e a capitalista.

A lógica territorialista pode ser entendida como a conquista de riqueza e domínio pela expansão territorial, militarizada. A capitalista opera numa perspectiva de vantagens individuais buscando ampliar seus lucros com o acúmulo incessante e expansivo de capital, uma invasão comercial que aumenta seu poder sobre recursos naturais e financeiros em diferentes Estados. A expansão geográfica do poder é possível sem a apropriação e administração direta de um território, embora ocorra com práticas como guerras e invasões para anexar áreas geográficas ao seu controle, se estabelece também com o comando sobre as fontes de riqueza de outros espaços, sem necessariamente ocupá-lo militarmente (ARRIGHI, 2013; HARVEY, 2009).

A riqueza, a lucratividade e o poder exercido num território quase sempre se relacionam com a subjugação de outro, através do controle dos recursos naturais ou das transações econômicas, ou da combinação de ambos. Tal situação amplia as assimetrias e a disputa pelo poder, daí resulta o sistema interestatal baseado na divisão territorial, populacional e dos recursos. A constituição dos Estados-nação foi uma estratégia de resposta ao “caos sistêmico” estabelecido pelos poderosos conflitos na Europa diante da ofensiva para desconstruir as estruturas políticas do sistema medieval (ARRIGHI, 2013, p. 30).

O conceito de caos sistêmico apresentado por Arrighi é fundamental para compreendermos sua argumentação de que o Estado-nação surge como uma proposta de governabilidade para o equilíbrio de poder no desenvolvimento capitalista, ou seja, como uma instância de aproximação dos interesses do Estado (agora liberto de instâncias metafísicas superiores a ele) e do capital. Os ciclos de acumulação na história do capitalismo, analisados

por Arrighi (2013), apresentam uma liderança exercida por uma região geográfica que acumula maior capital financeiro. Cada um desses ciclos é caracterizado por períodos expansivos da produção e do comércio que levam a uma expansão financeira que disponibiliza capital a ser valorizado, denotando a fase final dos ciclos.

A transição entre os ciclos é marcada por uma desagregação anárquica decorrente de uma reorganização do sistema que aparenta não ter caminhos de solução, definindo um caos. Nesse período as tensões entre e internamente nos Estados são intensificadas pela fragilização das “regras já estabelecidas ou pelo surgimento de novas regras que abalam as já estabelecidas”, ou por um arranjo das duas situações (ARRIGHI, 2013, p. 30).

É desse contexto de caos sistêmico que emergem transformações e que são construídas estratégias de equilíbrio de poder para a garantia da manutenção do processo expansivo da acumulação do capital. Essa transição cíclica, portanto, não significa a derrota e a eliminação do sistema capitalista, mas potencializa a disputa pela liderança do sistema interestatal, que será exercida pelo Estado com maior habilidade para conduzir as demais nações numa direção desejada para sua própria concentração de poder e capital, mas que seja reconhecido pelos demais como representante do interesse geral.

E foi a debilidade, tanto de dimensões como de recursos, das Províncias Unidas para uma liderança capaz de universalizar questões conflituosas, somada ao impulso expansivo de França e Reino Unido²² que levaram o sistema vestfaliano a ser modificado após uma reorganização do sistema interestatal. Sob a hegemonia do Reino Unido, chamado de imperialismo de livre-comércio (ARRIGHI, 2013; POLANYI, 2012), composto por Estados controlados por comunidades nacionais (nacionalismo democrático) e com o poder mundial centralizado em um único Estado (Reino Unido).

A criação do Concerto das Nações Europeias (que substituiu a Santa Aliança de organização feudal e clerical) foi um instrumento de gestão britânica sobre o equilíbrio de poder na Europa, ou seja, uma nova e poderosa entidade para a regulação das relações internacionais no continente, “que impediu durante um século a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as grandes potências” (POLANYI, 2012, p. 03). Essa entidade difusa e com nenhum poder armado se valeu de um importante instrumento social em que a paz entre as grandes potências de poder político e econômico era de grande interesse: a “*haute finance*”.

²² França e Grã-Bretanha, no século XVIII, combateram “uma série de guerras cujos campos de batalha começavam na Índia, passavam pela Europa e chegavam à América do Norte, cruzando os oceanos no mundo” (HOBSBAWM, 2008, p. 31).

De acordo com a construção argumentativa de Polanyi (2012), apropriada por Arrighi (2013), a *haute finance* foi uma instituição peculiar do último terço do século XIX e do primeiro terço do século XX que funcionou como elo principal entre a organização política e econômica do mundo. A *haute finance* não se constituiu como instrumento de paz: seu objetivo era o lucro (as famílias que detinham o poder financeiro o conquistaram a custo de guerras e expropriações), e para alcançá-lo, precisava negociar com as indústrias, os bancos nacionais, internacionais e com os governos.

O sucesso nos negócios sempre envolvia o uso impiedoso da força contra os países mais fracos, a corrupção desenfreada nos escalões administrativos e o uso de quaisquer meios para atingir os fins familiares à selva colonial e semicolonial. E, no entanto, por determinação funcional, coube a *haute finance* impedir as guerras mais generalizadas (POLANYI, 2012, p. 14).

Se for verdade que o capital financeiro evitou grandes conflagrações na Europa no século XIX, ele foi grande instigador de outras guerras, dos crimes coloniais e do imperialismo expansionista burguês. É sabido, principalmente através dos estudos marxianos e marxistas que os métodos de acumulação capitalista, desde os primórdios, nada tiveram de idílicos, sendo, na verdade, a expropriação e a violência elementos estruturais na organização deste novo modo de produção da vida social.

Houve como vimos anteriormente, vários meios propulsores da acumulação primitiva, em que a dialética entre Estado e capital se mostrou definitiva na produção do modo capitalista: o colonialismo, as dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo (MARX, 2015). As leis, o poder judiciário, o uso da força coercitiva, são assim compreendidos como a força concentrada e organizada da sociedade para regular a vida social. Para Marx (2015), a violência é, em si, uma potência econômica. A história do capitalismo mundial e da formação dos Estados-nações é a história da expropriação, da expulsão, da dispersão, da escravização e do extermínio de povos.

A reorientação da lógica territorial atrelada à lógica do capital que configurou o colonialismo e imperialismo sob a liderança do Reino Unido organizou uma clara hierarquização e especialização produtiva entre as “nações”, ou seja, as sociedades soberanas e os “outros” territórios submetidos à política hegemônica do sistema interestatal (HARVEY, 2009). O artifício político de justificação dessa violenta dominação foi mobilizar o nacionalismo, patriotismo e o racismo, acionando os mitos fundacionais da modernidade burguesa: a ideia-imagem evolucionista “da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa”; o dualismo que atribui ao “outro” o

sentido “das diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder” (QUIJANO, 2005, p. 49).

A definição da Europa como centro do sistema mundial, impôs condições materiais e subjetivas às demais regiões e populações que foram re-identificadas a partir de elementos geográficos, culturais e políticos como ocidente-orientes, ideia construída na vigência da hegemonia britânica, não por acaso “Greenwich atravessa a cidade de Londres e não Sevilha ou Veneza” (QUIJANO, 2005, p. 52).

Nos diferentes imperialismos que se desenvolveram a partir deste marco, o racismo foi elevado ao protagonismo na estratégia de dominação e de exploração para integração de algumas regiões e populações²³, todos eles de alguma forma:

Esposavam suas próprias doutrinas particulares de superioridade racial, a que se conferiu uma credibilidade pseudocientífica com base no darwinismo social e, de modo geral, passaram a ver a si mesmos como entidades orgânicas presas a uma luta pela sobrevivência com outras nações-Estado (HARVEY, 2009, p. 45).

Neste ciclo de acumulação marcado por inovações tecnológicas e sociopolíticas a integração do mercado mundial ocorreu tendo como agentes principais os banqueiros e financistas privados que concentravam capital e influência política nacionalmente e nas relações internacionais, operando a exportação de capitais tanto por operações de crédito quanto pelo estabelecimento de indústrias em outros países. Esse funcionamento do mercado mundial definiu relações desiguais entre países e fomentou a concorrência entre os capitalistas e entre os Estados em que estes capitais se desenvolveram.

O longo século XX marcou a ascensão da hegemonia norte-americana baseada na livre iniciativa ou no mundo livre, e sua consolidação se realizou no Pós Segunda Guerra Mundial. As sucessões de fases na história do capitalismo, marcadas por períodos de violentas turbulências geralmente criam mudanças profundas e sofisticadas, ajustando o sistema a uma nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, que correspondem a uma nova divisão internacional do trabalho.

O início do século XX, foi o ápice de tendências, já existentes no século XIX. Neste começo de século, o equilíbrio de poder como sistema chegou ao fim, ao cabo das disputas coloniais e por competição por mercados. Naquele período as expansões geográficas de poder só poderiam ocorrer com o confronto aberto entre os Estados-nação. Neste estágio do

²³ O que mais adiante na história se manifesta no próprio território europeu. Na análise de Harvey sob influência do argumento de Arendt: “o nazismo e o Holocausto como algo inteiramente compreensível no âmbito dessa trajetória histórico-geográfica, ainda que de modo algum determinado por ela” (HARVEY, 2009, p. 45).

capitalismo, concluem Netto e Braz, a guerra constituiu “a forma extrema de partilha do mundo pelas potências imperialistas” (2007, p. 183).

Para Polanyi (2012), a crise do sistema econômico mundial que se processava desde 1900 foi a responsável pela Primeira Guerra Mundial e pela instabilidade política do pós-guerra. Em seguida, o evento da Revolução Russa complexificou a organização do sistema interestatal, pois representava bandeiras anti-imperialistas que questionavam elementos como a democracia liberal que condicionava os proletários aos níveis de subsistência de vida e ao direito de autodeterminação de povos sob a colonização.

Foi com a criação das Ligas das Nações que novamente se tentou recriar o equilíbrio de poder na Europa, em Genebra, porém, infrutífero, devido à ausência de poder das unidades independentes. Genebra também pressionou pela restauração da economia mundial, compreendendo que a paz entre os Estados soberanos só seria possível com o retorno da *haute finance*. Nesta tentativa, a Liga das Nações foi acrescida da Organização Internacional do Trabalho “em parte para uniformizar as condições de competição entre as nações de tal forma que o comércio pudesse ser liberado sem perigo para os padrões de vida” (POLANYI, 2012, p.28). Entre a Primeira e a Segunda Guerra, houve mudanças significativas na estruturação do sistema de acumulação capitalista mundial:

No início da década de 1930, a mudança surgiu abrupta. Seus marcos foram o abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, os Planos Quinquenais na Rússia, o lançamento do New Deal, a Revolução Nacional-Socialista na Alemanha, o colapso da Liga em favor de impérios autárquicos. Enquanto no final da guerra os ideais do século XIX eram predominantes e sua influência dominou a década seguinte, já em 1940 havia desaparecido qualquer vestígio do sistema internacional e, à parte enclaves, as nações viviam uma conjuntura internacional inteiramente nova (POLANYI, 2012, p. 24).

Após a Segunda Guerra, já havia uma nova ordem mundial centrada na hegemonia norte-americana, apesar da importância da grande potência que era a União Soviética, representando uma nova fase de reprodução ampliada da economia mundial capitalista.

[...] em Bretton Woods foram estabelecidas as bases do novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem; em São Francisco, novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas na Carta das Nações Unidas (ARRIGHI, 2013, p.282).

As instituições supraestatais criadas por Bretton Woods e as Organizações das Nações Unidas, criadas em meados de 1940, não exerceram inicialmente funções de regulação e organização de uma nova ordem mundial que transcendesse as soberanias nacionais, porém, essa realidade foi mudando à medida que o governo americano criou formas mais dissimuladas

de exercer sua hegemonia e manter as funções de um governo mundial. Para Arrighi, o Fundo Monetário Internacional - FMI - foi autorizado a assumir o papel de “ministério das finanças mundiais” e o Conselho de Segurança da ONU se tornou o “ministério de policiamento mundial”, além das reuniões do Grupo dos Sete²⁴, que se tornou um espaço de administração dos assuntos da burguesia mundial (ARRIGHI, 2013, p. 343).

A liderança americana sobre o sistema interestatal promoveu a expansão e superação do modelo Vestfália, disseminando o modelo norte-americano de nação como um espelho para o mundo, transformando definitivamente as relações internacionais. As instituições de hegemonia construíram um apelo ideológico e de segurança, de que as nações estariam reunidas em igualdade e com as mesmas preocupações sobre a paz mundial e a independência e progresso das nações. A ONU é o ícone dessa rede de organizações de governança global. Esse arranjo institucional transnacional possibilitou aos EUA interferirem, restringindo e determinando as relações entre as nações e em suas políticas internas reconduzindo soberanias. As empresas transnacionais de capital norte-americano, apoiadas por instituições financeiras, se beneficiaram dos acordos comerciais e assumiram controle de setores estratégicos nos diferentes países de atuação.

A condução do sistema interestatal pelos EUA teve como importante princípio articulador a Guerra Fria. Como observou Harvey (2009), neste momento, as lógicas territorial e capitalista de poder atingem uma convivência num nível de alta tensão. Ao Estado interessa organizar o domínio político de modo a aumentar seu próprio poder, no caso dos EUA, ampliar e reforçar seu poderio imperialista, o que implica aspectos coletivos, visto que o Estado supõe a representação de uma comunidade. Os capitalistas são mobilizados por vantagens econômicas privadas nas transações e investimentos internos e externos que reverta em lucros crescentes.

A condução dessa relação contraditória é tarefa do Estado que nem sempre a faz num contexto de simples cooperação. A restauração das normas e regras das relações entre as nações foram organizadas de modo a evidenciar o poder militar global norte-americano e para a garantia do controle das finanças mundiais por instituições sediadas em seu território. O financiamento de governos nacionais aliados à sua política imperialista e que mobilizassem a colaboração da burguesia local constituiu um importante instrumento das relações internacionais.

²⁴ Criado em 1975, no auge da crise do Petróleo, reúne as potências financeiras mundiais para alinhamento da política global. Atualmente composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, o G7 define a atuação de diferentes agências internacionais com impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais em escala mundial.

Além das relações de controle estabelecidas na América Latina, baseadas em acordos privilegiados de comércio e coerções veladas e explícitas, a descolonização e independência de países na África e Ásia determinaram disputas por influência com a URSS e grandes possibilidades comerciais arranjadas no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT, que posteriormente se tornou Organização Mundial do Comércio – que reduziu barreiras protecionistas nas relações comerciais internacionais de modo a garantir maior controle aos EUA nas transações comerciais mundiais.

Os EUA se estabelecem como representante do mundo livre e do poder burguês global, conformando uma imagem de “farol da liberdade” e paraíso do consumo, associada à culminância da acumulação do capital e do poderio militar global. Não obstante, precisou enfrentar contradições internas e externas.

Ao mesmo tempo em que os EUA se posicionaram como um modelo mais avançado de poder em oposição a um decadente imperialismo europeu, estabeleceram uma dominação política e econômica sobre os países recém-independentes e descolonizados. Essa situação implicou para os EUA uma disposição institucional contrária ao racismo. A potência por isso fomentou não só a Declaração dos Direitos Humanos da ONU²⁵, mas outros documentos de agências como a UNESCO, refutando a validade do racismo e reforçando um “universalismo da propriedade privada e direitos individuais” (HARVEY, 2009, p. 53).

Tal movimento desembocou na explicitação das contradições raciais internas dos EUA expressas na luta por direitos civis dos negros americanos e das organizações e partidos articulados em torno da questão racial²⁶. Os ecos desses conflitos afetaram também a política migratória norte-americana com a revogação, em 1965, da legislação federal de 1924, que determinava cotas por país de origem, atingindo especialmente os não-brancos asiáticos, para autorização de entrada nos EUA. Outros fatores relacionados com a política externa são citados por Rumbaut (2017), como o reassentamento de refugiados cubanos durante a Guerra Fria, de vietnamitas após a Guerra do Vietnã, em 1975.

A reorganização do controle do equilíbrio do poder, a operação do sistema interestatal mundial e de suas instituições de consenso se tornam cada vez mais atravessadas de instabilidade e tensões permanentes, desafiando a capacidade da liderança de converter os interesses particulares das nações e dos capitalistas a elas associados em universais. Os sinais do “caos” começaram a ser percebidos a partir dos anos de 1960, mas dessa vez, como visto

²⁵ De certa forma como resposta a convocação à organização internacional dos trabalhadores baseada nas ideias de Lênin, naquele contexto reanimada pela luta anticolonial (ARRIGHI, 2013, MANOEL; LANDI, 2019).

²⁶ Enfrentadas com forte uso do aparato coercitivo.

poucas vezes na história do capitalismo, a turbulência anárquica não se restringe à transição de um ciclo de acumulação, mas sinaliza abalos na estrutura do sistema em dimensões globais e que afetam diferentes esferas da acumulação, comércio, finanças, produção.

A complexidade do sistema capitalista mundial nessa fase e toda a rede de articulação e domínio das relações interestatais exigem um esforço abrangente e excessivo de contenção e poder político que, nos anos de 1970, começam a sofrer os abalos provenientes do ímpeto de expansão financeira. A partir deste momento o equilíbrio de poder passa por oscilações com intervalos menores, apontando para o fim de períodos longos e intensos de prosperidade e de crises mais curtas e superficiais, enterrando a ilusão de um capitalismo sem contradições (NETTO & BRAZ, 2007).

As contribuições de Arrighi (2013) fornecem importantes reflexões sobre o papel do Estado e de um sistema interestatal na dominação imperialista do capitalismo. No entanto é pertinente a observação de Harvey (1994, 2009) sobre a necessidade de se considerar que “a lógica expansionista geral de um sistema capitalista em que a acumulação interminável do capital e sua busca eterna de lucro” constituem dinâmicas dominantes com manifestações entre a superfície e profundidade da sociedade (2009, p. 88). Harvey está se referindo ao processo de valorização que cria fluxos de capitais e atua como forma de disciplinamentos que se associam às formas estatais hegemônicas. Logo, a redução das taxas de lucro expressa, na verdade, a dinâmica da lei do valor que, conforme Marx (2015) é influenciada pelas alterações das tendências na composição orgânica do capital.

Ao analisar a crise dos anos de 1970, Harvey (2009) a caracteriza como uma crise de sobreacumulação considerando os ajustes espaço-temporais para a compreensão de sua dinâmica. A sobreacumulação determina excedentes de capital e de força de trabalho gerando desemprego crescente assim como “mercadorias que não se podem vender sem perdas” e “dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável”. Essa crise causou retração na economia de países imperialistas levando à queda da taxa de lucros e redução do crescimento econômico.

Behring e Boschetti (2006) fundadas nas análises de Mandel ressaltam elementos importantes para compreensão da queda da taxa de lucro neste período: a diminuição do trabalho vivo na produção devido ao investimento em inovação e tecnologia, em curso desde o final dos anos de 1960, o aumento do custo de matérias-primas, desaceleração do mercado mundial e a pressão organizativa dos trabalhadores tolerada, quando as taxas de lucro estavam em expansão.

As estratégias de superação das crises no capitalismo objetivam construir condições para um novo ciclo de expansão do capital, o que não é possível sem acirramento de conflitos, dada a própria característica contraditória da relação capital e trabalho. O período que se abre no capitalismo a partir dos anos de 1970, elevou a expansão do sistema a um patamar extraordinário constituindo uma fase específica de internacionalização do capital e sua valoração.

Para fazer frente ao aumento da competitividade industrial crescente da Alemanha e Japão e para administração da crise interna²⁷, os EUA rompem com o padrão dólar-ouro e aumentam as taxas de juros. Com isso, atraem a circulação de dinheiro e de investimentos para seu território abrindo um amplo campo de especulação financeira. O rompimento do Tratado de Bretton Woods, desvinculando o valor do dólar ao peso do ouro, afetando o ordenamento financeiro mundial e o patrocínio da alta de preço do petróleo, ilustra a adoção de uma postura agressiva na política internacional dos EUA.

Este contexto de proliferação do capital financeiro²⁸ requer uma complexidade de instituições nacionais e supranacionais que atuam na dinâmica do capitalismo, tanto na prospecção de investimentos quanto na mediação das transações, daí a importância que organismos internacionais adquirem. A atuação ofensiva do FMI e do Banco Mundial, especialmente a partir dos anos 1980, na imposição de ajustes culminando no marco do Consenso de Washington, na década seguinte, e a reconfiguração do Estado de modo a favorecer o máximo de possibilidades de negócios na esfera financeira, constituíram os esforços para o ajuste estrutural global ao novo padrão de acumulação que emergiu da crise do capital.

O uso do aparato de guerra, o complexo industrial-militar²⁹, foi constante na manutenção da condição hegemônica norte-americana, seja na ameaça constituída durante a Guerra Fria como para além de seu término em conflitos em diferentes partes do mundo objetivando apoio a aliados, a fim de impor sua dominação e até como ação preventiva a uma ameaça mundial à liberdade.

²⁷ Segundo Harvey (2009) alguns elementos importantes dessa crise interna foram o alto custo de manutenção da hegemonia mundial, a desaceleração da indústria e o déficit na emissão de dólares.

²⁸ Sobre capital financeiro as referências usadas por Harvey são os clássicos Lênin, Hilferding e Luxemburgo.

²⁹ Assim denominada pelo presente Eisenhower, em 1961, esse poderoso complexo com forte influência política, atua na política externa através de pressões e ameaças para a manutenção de uma economia de guerra que garanta exportação de armamentos e de tecnologia de defesa. “Isso veio a ter um papel fundamental na acumulação do capital norte-americano, mas também resultou na excessiva militarização do resto do mundo” (HARVEY, 2009, p. 57). Recentemente o Brasil tem se incorporado de forma mais íntima a este complexo através da EMBRAER, de articulações para base militar e de acordos com empresas privadas norte-americanas deste setor.

O século XXI desponta como uma fase potencialmente destrutiva para a humanidade seja pela relação degradante com a natureza seja pela intensa militarização, pois apesar da retórica da conciliação e da paz mundial o imperialismo não dispensou a lógica territorial. A agressividade da política bélica norte-americana, especialmente após a crise de 1970, se manifestou diretamente ou através de aliados, em conflitos, por exemplo, na África, Oriente Médio, América Central, sudoeste da Ásia, algumas dessas regiões sofreram ou ainda sofrem processos de deslocamentos forçados como desdobramentos desses conflitos.

O imperialismo militar norte-americano atua sob diferentes formas, como venda de tecnologia, disseminação de estratégias de defesa nacional, instalação de bases militares em territórios de outros países. Tais acordos são operacionalizados por meio de protocolos e tratados de cooperação, nem sempre transparentes, que não só podem desconsiderar deliberações da ONU³⁰, como desprezam os mecanismos democráticos, quando existem, das nações alvo de suas intervenções (MÉSZAROS, 2003). A dominação econômica direta nunca dispensou a dominação política militar.

Nas análises de Harvey a restauração do capital configurou uma nova etapa do capitalismo mundial, o “novo imperialismo”, tendo como epicentro os EUA que organizaram consensualmente ou por coerção a abertura de mercados internacionais que levaram a uma recomposição de poder mundial entre os países e consolidando uma oligarquia financeira mundial, delimitando a etapa da “acumulação por despossessão caracterizada por: servidão por dívidas; protagonismo dos fundos de pensão, nova onda de cercamento de bens comuns (como privatização da água e de universidades); retorno à esfera privada de direitos conquistados pela luta de classes, como pensões, aposentadorias, educação.

1.4 O Sistema Capitalista e as Novas Determinações no Século XXI

A tendência expansiva do sistema capitalista tem como motor a ampliação da acumulação de capitais. Para tanto, múltiplas estratégias foram e permanecem sendo organizadas ao longo da história. A condição para a reprodução desse modelo de acumulação são as formas de valorização do valor que, por sua vez, só acontecem nas relações de produção capitalistas mediante ao encontro na dinâmica do mercado dos proprietários dos meios de produção e da força de trabalho numa relação que ao mesmo tempo “oculta e garante a apropriação da riqueza pelo trabalho alheio” (GONÇALVES, 2019, p. 101).

³⁰ O autor cita como exemplo o episódio em que a Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, sob a pressão norte-americana admitiu intervenções militares fora da área da OTAN (MÉSZÁROS, 2013, p. 62).

Vimos nas análises construídas nas sessões anteriores que o desenvolvimento do capitalismo exigiu ainda formas de expropriações que compelssem trabalhadores livres para a venda de sua força de trabalho e que também garantissem a pilhagem de recursos e riquezas para a produção capitalista.

Por outro lado, esta sanha expansiva do capital, explicita seus limites civilizatórios. O imperialismo³¹ se mantém como uma questão fundamental para o entendimento das contradições do sistema capitalista, porém as respostas organizadas para a crise engendraram transformações impactantes na economia, no Estado e demais esferas da vida social.

O sistema capitalista apresenta-se num momento de maior consolidação de sua mundialização. Na etapa atual do capitalismo, a esfera da produção seria comandada pelo capital atuante na esfera financeira, representado principalmente pelos fundos de pensão e mútuos de investimento. A lógica própria de valorização destes é imposta às demais esferas da economia capitalista:

[...] é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza (CHESNAIS, 1996, p. 15).

A este novo fôlego de internacionalização do capital desencadeado a partir dos anos de 1980 e consolidado globalmente nos anos de 1990, Chesnais denominou mundialização do capital. Para o autor a distinção ao termo globalização é um recurso importante para o desvelamento dos sentidos ideológicos que o mesmo carrega consigo.

Neste sentido problematiza a difusão, a partir do início dos anos 1980 do termo globalização, surgido nas grandes escolas norte-americanas de administração de empresas – Harvard, Columbia, Stanford. Rapidamente absorvido e disseminado junto à gramática liberal, globalização correspondia “a um processo no qual a acumulação capitalista recuperou sua capacidade de escolher, com total liberdade, os países, as camadas sociais e os tipos de negócios mais adequados a seus interesses” (BRAGA, 2010, p.13).

Disseminado por teóricos e imprensa especializada, o termo globalização foi associado a perspectivas políticas, econômicas e culturais sendo espreado para debates e ações cotidianas. Não obstante seu uso quase sempre pouco preciso, adquiriu grande importância simbólica e ideológica como síntese de um novo mundo. É neste sentido que Chesnais explicita que a

³¹ Na obra clássica de Lênin, O Imperialismo: fase superior do capitalismo, o autor analisa em 1916 a internacionalização do capitalismo apontando como principais características a fusão íntima entre o capital industrial e o capital bancário formando o capital monopolista gerando uma escala de concentração que possibilita às instituições financeiras o esquadramento do mundo prospectando as possibilidades de investimento e uma divisão do mundo entre grandes potências/empresas.

globalização é a expressão das “forças de mercado” buscando que “[...]a liberalização e desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado” (CHESNAIS, 1996, p. 25).

Mundialização é o termo adotado por Chesnais para explicar a essência de uma fase específica de internacionalização do capital e sua valoração “à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e *só a elas*” (1996, p. 32, grifos do autor).

O agravamento das desigualdades internas e externas é uma das consequências desse novo momento da economia mundial que gera expulsões de grandes contingentes da força de trabalho de um espaço de vida, ou seja, são destituídos definitivamente de “projetos de vida e de meios de sobrevivência, de um pertencimento à sociedade, e do contrato social que está no centro da democracia liberal” (SASSEN, 2016, p. 39).

A complexidade e brutalidade dos mecanismos de expulsão atingem para Sassen (2016) uma escala jamais vista antes na sociedade capitalista e se expressam na generalização da pobreza em todo mundo, na expulsão dos pequenos agricultores especialmente nos países pobres, em decorrência da especulação e da ação ambiental degradante, no aumento do encarceramento e nos deslocamentos de grandes contingentes de homens e mulheres que tendem a jamais retornar ao seu local de origem.

Para a autora há variações nos tipos de expulsões, no caráter, conteúdo e local. No entanto, todas são agudas e são a marca da brutalidade do capitalismo atual, são todas manifestações de “dinâmicas sistêmicas subterrâneas” (*ibid.*, p. 14). Na mesma direção Chesnais (2010) observa que no capitalismo mundializado a extrema mobilidade do capital e a flexibilidade nas operações de valorização do capital industrial não só atuam para ocultar a exploração dos trabalhadores, condição de valorização e reprodução do capital, como os coloca em concorrência em escala planetária usando de mecanismos diversos de espoliação e apropriação de bens sociais. Passemos então a entender as características dessa fase da acumulação e as consequências para a classe trabalhadora.

As condições para o processo da mundialização do capital foram criadas na longa fase de “acumulação ininterrupta do capital”, nos “anos gloriosos” e consolidadas com a adoção das políticas de liberalização, desregulamentação e privatização encampadas nos governos neoliberais. Harvey (1994), ao tratar desse período de transformações no capitalismo, aponta uma mudança no modo de regulação, considera que o regime de acumulação baseado nos arranjos de crescimento da produção e manutenção de patamares de renda e consumo também

implicou em instituições para reprodução dos assalariados e para a construção e controle de comportamentos e hábitos.

Mesmo que disseminada de forma desigual entre os setores da economia e entre os países³², a desconstrução do fordismo e do keynesianismo significou transformações profundas na acumulação de capital como também rupturas históricas nos “quadros sociais e mentais de referência de indivíduo e coletividades, em todo mundo”, as mudanças operaram transformações políticas e sociais radicais (IANNI, 2011, p. 242).

Segundo Chesnais (2010), o protagonismo do capital portador de juros foi a estratégia central de enfrentamento da crise da década de 1970, escolhida pelos grandes capitalistas e pelos governos das potências imperialistas. No livro III d O Capital, Marx apresenta a possibilidade de que, com base na produção capitalista, o dinheiro possa ser convertido em mercadoria.

[...] além do valor de uso que já possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, aquele de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui precisamente no lucro que ele produz ao se converter em capital. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção do lucro, ele se torna mercadoria, mas uma mercadoria sui generis. Em outras palavras, o capital como tal torna-se mercadoria (MARX, 2017, p. 385-386).

O capital como mercadoria só é possível pela autonomização das formas de capital³³ e pela centralização e concentração do capital monetário. Desse modo é possível a separação entre o capital-propriedade e o capital-função. O capitalista-proprietário fornece o investimento para que o capitalista-funcionante impulsione a produção de valor através da produção de mercadorias, ou seja, esse capital-função: “entrará no processo de circulação do capital, comprando meios de produção e contratando força de trabalho, produzindo mercadorias com um valor acrescido, um excedente ou mais-valia, e vendendo essas mercadorias” (CARCANHOLO, 2008, p.259).

Ao final desse ciclo onde houve criação de mais- valor, o capitalista-funcionante obterá seu lucro e terá que pagar o montante adiantado pelo capitalista-proprietário acrescido de juros.

³² O período de expansão do capital conhecido como “anos de ouro” além de condensar anos de luta da classe trabalhadora foi permeado de tensões e disputas que variaram entre os países conforme as relações de poder internacional e a luta de classes em cada local. Por isso nos setores mais importantes economicamente e sindicalizados uma força de trabalho majoritariamente branca e masculina usufruiu de mais ganhos enquanto trabalhadores de setores com menor poder de pressão garantiram ganhos menores, especialmente os de economias dependentes. Por isso é preciso considerar as desigualdades que geraram exclusão de um núcleo central fordista de trabalhadores mulheres, negros e imigrantes (HARVEY, 1994).

³³ Ao analisar a dinâmica do capital na produção e circulação Marx explica que para a produção de mercadorias é necessário um investimento adiantado para aquisição dos meios de produção e da força de trabalho que ao se combinarem determinam a produção de mercadorias, que por sua vez realizarão seu valor na circulação. Esse processo envolve o capital monetário, o capital industrial e o capital mercadoria. Chesnais (2010) com base na obra de Marx explica a origem desse capital de empréstimo nas atividades dos banqueiros e de outras instituições financeiras.

Juros e lucro, portanto, têm a mesma origem na extração de mais-valor, “juros constituem o rendimento do capital-propriedade, enquanto lucro constitui o rendimento do capital-função” (ibid.).

Essa valorização de volumes cada vez maiores de capital-monetário se deve à expansão do sistema de crédito bancário e da ação de outras instituições financeiras capazes de centralizar e concentrar recursos vultosos, como as seguradoras e os fundos de pensão. O capital portador de juros no seu movimento de autovalorização e autorreprodução assume as formas fictícias de títulos, ações ou obrigações emitidas nos momentos de empréstimos, de participação sob forma de dividendos ou juros, representam uma capitalização da qual esperam rendimentos (CHESNAIS, 2010).

Desta forma o capital portador de juros impõe uma rentabilidade ao capital produtivo que significa uma imposição do grau de exploração do trabalho vivo. Por isso a separação entre capital-proprietário e capital-funcionante é aparente e contribui para o fetiche do capital na forma de dinheiro, expressa na ideia de que o dinheiro faz dinheiro. Essa forma avançada de fetichismo produz distorções ainda maiores na derivação como capital fictício.

As instituições financeiras criam formas específicas de capital fictício como títulos sobre uma produção futura que pode ou não se realizar. Tal efetivação vai depender do processo de apropriação do mais-valor. Criam, portanto, meios de financiamento e de crédito sobre um capital que ainda é possibilidade. Da mesma forma, os títulos de dívida pública rendem aos credores juros de empréstimos realizados aos Estados que gastaram os recursos, mas não necessariamente investiram o montante em capital. No entanto, para a remuneração dos papéis e títulos são necessários recursos da acumulação real, ou seja, da extração de mais valor, daí que são aprofundados os mecanismos de acesso ao mais-valor via impostos e fundo público.

O capital portador de juros e sua derivação, o capital fictício, impõem uma aceleração alucinada das exigências tirânicas da extração de sobretrabalho, a toda velocidade e sob quaisquer meios, sem pejo de compreender para tanto não apenas a vida (e a morte) de milhares de trabalhadores, mas de gerações futuras. Se a forma da remuneração do capital portador de juros e do capital fictício é diferenciada [...] seu efeito social é similar: impor a ferro e fogo a subordinação geral do conjunto da população, reduzindo e aplastrando todas as resistências à subordinação à lógica do capital de todas as relações sociais (FONTES, 2010a s/p).

Essa subordinação à lógica do capital sempre foi acompanhada de condições que constroem a disponibilidade de força de trabalho para o capital. No capitalismo financeirizado, a partir de meados do século XX, os mecanismos de expropriação se evidenciam: pela liberação de massas de força de trabalho para o capital de forma desigual no mundo, para diferentes formas de exploração, intensificando a concorrência entre os

trabalhadores; pela liberação de recursos coletivos para o rendimento do capital portador de juros; pela mercantilização das áreas ainda não apropriadas pelo capital.

Para Sassen as expulsões em expansão no capitalismo avançado, reatualizam lógicas pretéritas, mesmo que sejam necessárias complexidades técnicas e jurídicas:

[...] são basicamente, extrações elementares [...] trata-se da colocação de cercas, por parte de empresas financeiras, ao redor dos recursos de um país e dos impostos de seus cidadãos, do reposicionamento de porções cada vez maiores do mundo como locais de extração de recursos, e do redimensionamento dos orçamentos governamentais nas democracias liberais, afastando-os das necessidades da sociedade e dos trabalhadores (2016, p. 24).

Harvey (2009), com base nos argumentos de Rosa de Luxemburgo, afirma que ao lado da reprodução ampliada do capital, os processos violentos característicos da acumulação primitiva se mantêm como traços permanentes do capitalismo e que, na atual fase, mecanismos novos surgem evidenciando a ação do Estado ao serviço da acumulação por despossessão. São exemplos as patentes que destituem populações de seu conhecimento do manejo ambiental, mercantilização e degradação ambiental, privatização de bens públicos. Na análise do autor, esses processos baseados na violência afloram quando os mecanismos normalizados da reprodução ampliada não são suficientemente eficientes para a acumulação do capital.

Fontes (2010) alerta sobre a aparente convergência de suas análises com as de Harvey no tocante ao debate teórico de espoliação e expropriação. Explica que em sua avaliação “Harvey supõe que Marx trata a expropriação como um momento original “primitivo”, que desaguaria em seguida na acumulação ampliada, normalizada, embora sujeita a crises” (p. 63), por isso Harvey ressalta a diferença qualitativa do contexto das espoliações e das expropriações primitivas. Para Fontes, a expansão do capitalismo jamais correspondeu a uma forma plenamente “normalizada” nunca dispensou a especulação, a fraude e tantas outras. Para a autora, a diferença na atualidade é que essas “fraudes e roubos cometidos pelos países imperialistas, sobretudo, fora do seu território passaram agora a fazer parte do seu próprio cotidiano” (2010, p. 65).

Para Fontes, o desenvolvimento do capitalismo e sua reprodução ampliada nunca dispensaram a violência e o roubo, e se nos países centrais a exploração foi mediada mais amplamente por leis e direitos, isso se deu concomitantemente a permanentes expropriações nas periferias do capital. Com isso, a autora questiona ainda a ideia de uma face predatória e uma face “normalizada” do capital, pois seriam formas históricas desiguais e combinadas, tanto internamente quanto externamente nos e entre os países.

Sobre as considerações de Harvey e Fontes, observa Gonçalves (2018):

Segundo Fontes (2010, p.65), diante dessa transformação, a tese da externalidade, principalmente na maneira como Harvey a reformula, leva a um entendimento bipartido da acumulação capitalista. Esse entendimento, continua a autora, além de não apreender o capitalismo enquanto totalidade, carrega a dificuldade de distribuir selos de “qualidade” as duas (supostas) formas de acumulação, como se houvesse um capitalismo normalizado (baseado na coação econômica ampliada que, embora sujeita a crises, funda-se em trabalhadores “livres”) e um capitalismo espoliativo (caracterizado pela violência aberta e arcaica da acumulação primitiva) (2018, p. 116).

Fontes (2010a) ressalta que os processos de expropriação são constitutivos do capital desde sua origem e as bases sociais que o sustentam permanentemente se renovam. Sob o domínio do capital fictício, a concentração de enormes massas de capitais pelos grandes capitalistas se acelera, exigindo a valorização de virtuosos volumes de capitais. Para tanto, a pressão sobre a classe trabalhadora para a expansão da extração do sobretrabalho se acirra e impulsiona constantes processos de expropriações, que nem sempre se convertem em exploração.

Intensos processos de expropriações primárias continuam em curso, conforme apresenta Sassen (2016) sobre as aquisições e açambarcamentos de terras, especialmente a partir dos anos 2000, na África, Ásia e América Latina, que envolveram respectivamente 143 milhões de hectares; 43 milhões de hectares; 19 milhões de hectares. Além de desestruturarem modos tradicionais de produção, tais processos expulsaram significativos contingentes de agricultores e grupos étnicos de seu território.

Sobre as populações expropriadas observa Fontes:

Desiguais segundo os países e regiões nos quais nasceram, forjadas segundo direitos e costumes tradicionais diversos, constituem extensa massa de força de trabalho desigualmente liberada para o capital internacional, diferenciadamente formada, mas igualmente disponível (e necessitada) para as variadas formas de exploração de mais-valor e para as mais diversas modalidades de concorrência entre os próprios trabalhadores (2010a, s/p).

No capitalismo contemporâneo, Fontes (2010) considera que os processos de expropriação atingem os trabalhadores nas suas condições de sobrevivência em novos processos, que incidem sobre os direitos historicamente conquistados e que expressam as lutas da classe trabalhadora. Tais processos são denominados pela autora expropriações secundárias e dizem respeito à “nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor” (2010, p. 54).

As expropriações secundárias, embora não signifiquem a perda de propriedade de meios de produção, operam como mecanismo de disponibilização dos trabalhadores para o mercado em condições que ameaçam os padrões de humanidade constituídos. São exemplos das

expropriações secundárias: a expropriação contratual, que destrói vínculos geradores de direitos trabalhistas, como trabalho por venda de projetos, os empregadores de si mesmo como pessoas jurídicas e microempreendedores individuais; a desterritorialização, que destrói as resistências dos trabalhadores construídas a partir da unificação espacial produtiva; flexibilizações de contratos; supressão ou eliminação de direitos de aposentadoria e pensões; extinção e privatizações de direitos de educação, saúde, transporte permitindo que tais áreas se tornem produtivas para o capital; mercantilização de bens naturais coletivos (Fontes, 2010; 2010a).

A ação do Estado reestruturado sob a racionalidade neoliberal é determinante no avanço do capitalismo financeirizado e na gestão das crises que adquirem uma dinâmica sistêmica. O neoliberalismo como braço político-ideológico de restabelecimento da acumulação capitalista e de restauração do poder de classe burguês, supõe a reconfiguração do Estado de modo que permita o acesso intenso do capital ao fundo público e a desregulamentação de direitos. Para o autor, o neoliberalismo se dissemina de forma desigual, de acordo com as resistências tanto da classe dominante quanto dos trabalhadores. Esta estratégia política associada às transformações econômicas possibilitou um avanço violento sobre o trabalho e um retrocesso nos padrões civilizatórios (HARVEY, 2014).

O neoliberalismo é em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano, pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercado e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tende garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário, pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado com a saúde a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais dos mercados (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2008, p.12).

A ação neoliberal dos Estados define elementos de transformação no escopo democrático, de modo que, a partir dos anos 1960, se tornou ainda mais importante limitar os canais políticos a fim de impedir que os conflitos pudessem assumir uma dimensão anticapitalista. Dessa maneira, a democracia é reduzida ao momento eleitoral. Estados organizam formas de contenção social, ideológica, política e repressiva sobre as massas, intensificando a produção de formas disciplinares sobre a força de trabalho, que assume dimensões mais dramáticas nos países periféricos submetidos à disseminação de exigências de

expansão econômica e de controle político.

A implantação de medidas neoliberais vem sempre acompanhada de uma representação ideológica, o que não o reduz ao aspecto ideológico. O neoliberalismo é um sistema normativo que orienta práticas dos governos, das empresas e das pessoas que nem sempre têm consciência de que estão agindo sob tal influência (DARDOT e LAVAL, 2016).

Os governos que reorganizaram sob o neoliberalismo, além do antidemocratismo, adotaram medidas de reestruturação produtiva baseadas na privatização, abertura externa, contração de gastos sociais na área de proteção social, favorecendo a acumulação e centralização do capital. Para tanto foi necessário um ímpeto destrutivo com alteração de regras, extinção de instituições públicas, além da redução e ataque aos direitos de proteção social. No entanto, argumentam Dardot e Laval (2016), ao mesmo tempo em que o neoliberalismo destrói, ele produz. O neoliberalismo produz uma forma de existência que determina comportamentos competitivos, estimula trabalhadores e populações a conflitos econômicos que os colocam uns contra os outros e mais: “obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo que é instado a conceber a si mesmo como uma empresa” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 16). É nesse sentido que os autores afirmam uma racionalidade neoliberal que estrutura ações dos governos e dos cidadãos. O neoliberalismo para Dardot e Laval (2016) é a razão do capitalismo contemporâneo.

Os autores e análises acionados, até o momento, nos evidenciaram que historicamente não há oposição entre Estado e mercado. O mercado moderno se constituiu amparado pelo Estado e as formas de dominação de política se articulam aos interesses econômicos e de manutenção da desigualdade entre as classes.

A argumentação de Arrighi (2013) e Polanyi (2012) explicitou a associação entre Estado, finanças e a constituição de controles restritivos baseados em territorialidade, como forma de garantir o poder econômico e político. Nesse sentido, soberania e nacionalidade são mecanismos de exercício de poder e de hegemonia.

As estratégias de acumulação de capital e de dominação se renovam ao longo da história impulsionadas pela lógica expansiva do capital e pelos conflitos que decorrem das contradições sociais. Logo o Estado-nação e as instituições que compõem a racionalidade política acompanham esse movimento. No caso da migração, desde a “assim chamada acumulação primitiva”, dos violentos e volumosos fluxos migratórios forçados coloniais, da emigração de contingentes da superpopulação relativamente europeia, diante o advento da industrialização, o Estado Nacional e seus dispositivos jurídicos e normativos estão na base de medidas e regulamentações que administram as noções de pertencimento nacional e, em nível

internacional, produzem hierarquias nas relações entre as nações, garantindo os interesses do capital.

As transformações societárias a partir da década de 1970, especialmente a partir de 1973, com a crise do petróleo e o início do contexto recessivo, modificaram muito os movimentos migratórios no mundo. O fim da Segunda Guerra Mundial fomentou migrações em grandes volumes e com diferentes características, porém mantendo como principal elemento impulsionador a busca por inserção laboral. A partir de 1945 o Estado assumiu papel determinante na reestruturação das economias pós-guerra, regulando investimentos na produção e garantindo o fluxo seguro de capitais entre os próprios países centrais.

No período de 1945 a 1973, muitos fluxos migratórios se constituíram a partir de políticas de recrutamento por questões demográficas nos países mais afetados pela Segunda Guerra Mundial. Isso para garantir força de trabalho com valor rebaixado na produção industrial de fluxos por iniciativa dos próprios trabalhadores de países periféricos em busca de melhores condições de vida e de refugiados à procura de proteção. O trabalho industrial passou a depender significativamente da força de trabalho do imigrante ao ponto de o trabalho industrial ser associado a estes trabalhadores (CASTLES e MILLER, 2004).

Nesse período alguns fluxos migratórios promoveram a formação de grupos de trabalhadores que seriam distinguidos por características étnicas, sendo submetidos a formas de reconhecimento de cidadania parciais, altamente reguladas e controladas por órgãos governamentais criados para esse fim. A estes aparatos jurídicos arbitrários dos Estados Nacionais somavam-se diferenciações nos tipos e condições de trabalho e nas remunerações dos trabalhadores imigrantes em relação aos nacionais. Aos trabalhadores migrantes os benefícios do Estado Social celebrado nos países centrais após 1945 foram parciais e restritos.

Castles e Miller (2004) destacam na formação desta população etnicamente distinta: a migração de trabalhadores da periferia europeia para a Europa Ocidental, muitos estimulados pelos sistemas de recrutamento de força de trabalho criados em praticamente todos os países industrializados da época; a migração de trabalhadores coloniais oriundos de territórios submetidos à dominação colonial imperialista (lembrando que o Pós-Segunda Guerra Mundial foi o período de grandes mobilizações anticoloniais na África e Ásia); migração permanente para a América do Norte³⁴ e Austrália, a princípio de pessoas vindas da Europa e, em seguida, da Ásia e América Latina. Cada perfil migratório, embora importante da mesma forma para a

³⁴ Como mencionado anteriormente, os EUA mantiveram legislações migratórias restritivas, inclusive com cotas para origem nacional de teor racista, até a década de 1960 quando o movimento pelos direitos civis forçou alterações. Por isso os fluxos migratórios para lá se intensificaram posteriormente aos para a Europa.

expansão industrial, estava sujeito a diferenciações na regulamentação migratória que envolvia autorização de permanência provisória ou prolongada; permissão ou não para reunião familiar; regularização de cidadania e manutenção de situação indocumentada, o que relegava muitos à condição de trabalhadores “ilegais” e, portanto, sem acesso aos direitos contratuais do trabalho.

As mudanças político-econômicas, a partir da década de 1970, que apontavam para a predominância financeira promoveram alterações nos processos produtivos, no mercado de trabalho mundial e nas práticas do Estado. Novos paradigmas de trabalho impulsionados por inovações tecnológicas, processos de flexibilização do trabalho, redução do trabalho industrial em muitos países centrais e expansão do setor de serviços e de conhecimento, associados à desindustrialização em grande parte da periferia do capital, levaram a mudanças drásticas nos padrões migratórios e a novas formas migratórias. As principais tendências foram:

- a) Um declínio notável na migração de mão de obra organizada pelo governo para a Europa Ocidental, seguida na década de 1990 pelo surgimento de uma segunda geração de políticas temporárias de trabalhadores estrangeiros;
- b) O reagrupamento familiar dos estrangeiros e trabalhadores coloniais e a formação de novas minorias étnicas;
- c) Transição de muitos países do sul e centro da Europa de emigração para imigração;
- d) Continuidade da migração para os “países clássicos de imigração” da América do Norte e Oceania, no entanto, agora com grandes mudanças nas áreas de origem e formas de migração;
- e) Novos movimentos migratórios (internos e internacionais) em conexão com as mudanças econômicas e sociais nos países industrializados recentemente;
- f) Recrutamento por países ricos em petróleo de mão de obra estrangeira, principalmente de países menos desenvolvidos;
- g) Desenvolvimento de movimentos massivos de refugiados e solicitantes de asilo, geralmente movendo-se do sul para o norte, mas também (especialmente após a queda do bloco soviético) do leste para o oeste;
- h) Aumento da mobilidade internacional de pessoal altamente qualificado em fluxos temporários e permanentes;
- i) Proliferação de políticas de migração ilegal e legalização (CASTLES e MILLER, 2004, p. 101) (tradução nossa).

A crise da dívida pública e os ajustes estruturais impostos aos países periféricos fomentou novo impulso migratório nos anos de 1980 e 1990. No entanto, o contexto político e econômico nos países centrais era outro e a força de trabalho migrante passara a ser selecionada a partir de critérios de qualificação. Concomitante a essa seletividade, erguem-se barreiras restritivas mais rigorosas que operaram de modo a garantir uma força de trabalho flexível, provisória e disciplinada pela constante ameaça da indocumentação.

Essa crescente restrição migratória nos países centrais, a partir dos anos de 1990, provoca ainda os efeitos de incremento da chamada imigração ilegal, que acaba se configurando causa e efeito dos investimentos coercitivos, e este contexto repressivo, quanto aos imigrantes, dinamiza o contrabando de pessoas e tornam mais sofisticadas as redes de intermediários

clandestinos. Desde 1999 o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) mantém Programa contra o Tráfico de Seres Humanos, que inclui preocupação com contrabando de migrantes. Em 2000 a instituição criou Protocolo contra o Crime Organizado Transnacional, Relativo ao Combate ao Contrabando de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea.

Desde os anos de 1990 as crises financeiras de dimensões globais e que afetam diferentes ramos e momentos da economia têm sido regulares. As crises são elementos permanentes na sociedade capitalista, momentos em que o capital aciona estratégias de expansão das relações de exploração, expropriação e dominação, de modo que mesmo em crise o capitalismo resulta em mais capitalismo (NETTO, 2012). Segundo Chesnais (2013), as crises de 2008/2009, nos EUA, e 2012, na Europa, foram manifestações da adequação da economia capitalista mundial à lógica parasitária da financeirização, fruto do distanciamento da esfera especulativa do capital portador de juros da dinâmica produtora do valor.

Nesse desenvolvimento de crise sistêmica do capitalismo contemporâneo financeirizado, as contradições sociais se aprofundam e se expressam nos movimentos migratórios, uma vez que a dinâmica da mobilidade do trabalho se acelera em processos de adensamento da superpopulação relativa e a possibilidade de venda da força de trabalho adquire contextos cada vez mais internacionais.

Tais mudanças sugerem não se tratar de uma questão residual e passageira e, sim, de um elemento sintomático e característico do capitalismo globalizado. Especialmente a partir da crise de 2008, as bases de acumulação de capital vêm sendo renovadas através de investimentos especulativos de capital financeiro, exigindo para sua expansão a reestruturação produtiva do trabalho e reconfiguração dos Estados-Nacionais, em escala mundial. A proliferação de conflitos armados e expulsão de trabalhadores do campo, seja pela mecanização dos processos produtivos ou pela degradação ambiental e eventos climáticos, se somam às drásticas transformações que afetam as condições de vida e trabalho, dinamizando o crescimento dos deslocamentos humanos no mundo, tanto na dimensão nacional com os deslocamentos internos, quanto na travessia de fronteiras internacionais.

Se após a Segunda Guerra Mundial, no contexto de reconstrução dos países e suas economias, concessões de cidadania eram possíveis aos imigrantes que rumavam do Sul para o Norte global, sob a hegemonia do capital financeiro, as ações de controle, seletividade e expulsão determinaram uma condição de não-cidadão (CASTLES & MILLER, 2004, BASSO, 2018).

A constituição da soberania dos Estados-nações pelo modelo liberal vestfaliano e a prerrogativa de cidadania estabelecida pela territorialidade e unidade étnico-racial impuseram direitos e deveres aos habitantes regulados pelas normativas sociojurídicas de cada país, que definem quem são os cidadãos e os não cidadãos.

No caso dos migrantes internacionais, é a sua condição de não cidadãos que os fazem, então, precisar de regulação específica dos Estados soberanos, para que tenham acesso a direitos e a algum tipo de proteção social nos países receptores. Nessa perspectiva, os Estados criam suas regras para receber os migrantes desejáveis e colocam barreiras à mobilidade dos trabalhadores, seguindo os tratados internacionais e relações diplomáticas, suas legislações nacionais e seus interesses econômicos e políticos.

Importante recuperarmos o debate sobre a constituição de minorias étnicas nos países centrais. Tal distinção não é uma consequência imediata da imigração, mas resultado das relações de poder que criam e prolongam fronteiras que determinam lugares sociais hierarquizados. Castles e Miller (2004) analisam a formação de grupos distintos como um dos efeitos de longo prazo da imigração quando os imigrantes se estabelecem permanentemente no país de destino. A forma como as sociedades receptoras se organiza diante dos fluxos migratórios influenciam na integração da diversidade cultural ou na negação do grupo, neste último caso há sempre o risco de considerar a diferença uma ameaça aos valores e segurança nacional.

A variabilidade quanto à definição étnica vai de características culturais a questões fenotípicas o que aproxima tanto das representações quanto das práticas pautadas no conceito de raça e, portanto, de expressões do racismo. Desse modo os próprios imigrantes podem construir formas de se auto identificar etnicamente como forma de resistência, de afirmação, de construção de espaços de diálogo com o contexto local e ainda para potencializar um grupo em situações de competição de mercado, vide o “comércio étnico”.

Segundo Munanga etnia se refere a “um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (2003, p. s/n). Nos anos de 1950 ainda sob o impacto do nazismo as agências da ONU, especialmente a UNESCO na Declaração das Raças, afirmaram a universalidade da humanidade em uma espécie e adotaram “grupo étnico” como forma de apreensão da diversidade geográfica, cultural, religiosa.

O conceito de raça cientificamente não se sustentou, mas permaneceu nas relações sociais funcionando como forma de hierarquizar as diferenças fenotípicas e na sua variante

também atua de forma a distinguir negativamente etnias.

O racismo se manifesta de diferentes modos incidindo na marginalização os imigrantes. Desde os anos de 1960 os imigrantes não europeus ou não brancos, foram destinados aos subterrâneos do mercado de trabalho, para habitações em espaços segregados e expostos a violência xenófoba e racista de grupos nacionalistas. Segundo Castles e Miller (2004) no ano de 1973 foram registrados 32 assassinatos de norte-africanos na França atribuídos, já naquela época, a ações da extrema direita.

Na atualidade esse debate implica questões de:

[...] etnização” dos povos não-brancos de países periféricos, a criminalização da imigração, a compressão dos salários e dos direitos dos trabalhadores. [...] Hoje ao invés de raça, prefere-se dizer etnia ou cultura, ou mesmo civilização, mas não precisa de muito para enxergar um modo soft, indireto, discreto, de evocar as “velhas” raças e, principalmente, de confirmar e legitimar a desigualdade entre elas. (BASSO, 2015, p., 70 e 76).

Não obstante aos crescentes registros de ações xenófobas e racistas por parte de grupos na sociedade civil não podemos perder de vista que a construção do consenso tem no Estado um importante aparelho de captação e disseminação em escala ampliada dos sentimentos e comportamentos populares de hostilidade e repulsa aos imigrantes.

[...] primeiro proponente (em força e importância) do reavivamento do racismo em curso é o racismo institucional; e seus primeiros protagonistas são exatamente os Estados, os governos, os parlamentos, as instituições em geral, com suas legislações especiais e seus discursos públicos contra os imigrantes, sua prática administrativa arbitrária, sua seleção racial entre nacionalidades “boas” e nacionalidades perigosas, suas obsessivas operações policiais e seus campos de internamento para imigrantes “indocumentados” e solicitantes de refúgio (BASSO, 2015, p. 73).

O autor ressalta em sua análise a crescente relação entre o que ele chama de racismo popular com o racismo institucional nos países centrais, o que em sua perspectiva não é uma nova determinação, mas sim uma sofisticação do racismo como um dos fundamentos das relações sociais capitalistas constituídas desde sua base colonial até o imperialismo atual de opressões de classe, gênero, raça, nação. Desse modo o racismo sempre foi articulado como ideologia e prática dominantes constituindo Estados Raciais.

Essas opressões determinam assimetrias no mercado de trabalho e, portanto, diante da reestruturação produtiva há segmentos sociais mais afetados pela precarização. Standing (2015) observou o aumento da mobilidade dos trabalhadores com a globalização, destacando que os migrantes constituem grande parte desse contingente em condições precarizadas. Caracterizam esta condição a instabilidade do trabalho, remunerações baixas ou mesmo trabalhos não pagos, ausência de direitos e garantias trabalhistas e sociais.

A disseminação do trabalho precário é expressão das formas econômicas, políticas e ideológicas de dominação burguesa, organizadas a partir da década de 1970, inseridas nas tendências do trabalho ressaltadas por Antunes (2015): 1. Redução do proletariado industrial, estável e especializado; 2. aumento das formas mais desregularizadas de ocupação; 3. aumento do novo proletariado fabril e de serviços sob diversas modalidades de trabalho precário terceirizado, subcontratado e part-time; 4. feminização do trabalho nos países centrais e na América Latina, com salários e direitos desiguais em relação aos homens; 5. Expansão do setor de serviços que na dinâmica atual do mercado de trabalho inclui atividades produtivas subordinadas à racionalidade econômica e valorização do capital; 6. exclusão da força de trabalho mais velha e dos jovens que acabam realizando serviços informais, precarizados e/ou permanecem na condição de desempregados; 7. aumento do trabalho infantil nas mais diversas atividades produtivas; 8. expansão de ocupações no terceiro setor com predomínio de atividades assistenciais, sem duração e que escondem formas fragilizadas de trabalho; 9. expansão do trabalho em domicílio permitido pela intensa desconcentração do processo produtivo. A esta última tendência o autor observa que “o trabalho produtivo em domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino” (ANTUNES, 2015, p. 45).

São estas condições do trabalho que levam Antunes a enunciar a “nova morfologia do trabalho” que explicita a heterogeneidade de gênero, etnia, geração, nacionalidade, qualificação, mas que ao mesmo tempo tende a homogeneizar a classe trabalhadora na condição de precariedade. Essa nova conformação da classe trabalhadora exige uma concepção ampliada da referida classe que considere as clivagens internas e que reconheça os processos históricos de sua constituição em luta em relação aos proprietários dos meios de produção e de vida.

Atualmente a configuração da luta da classe trabalhadora envolve numa dimensão importante a força de trabalho imigrante que:

[...] constitui-se como funcional ao capital em diversos sentidos, tais como: rebaixar o preço da força de trabalho local; aumentar a concorrência entre as trabalhadoras; fragmentar a classe social; legitimar certas políticas repressivas e controladoras à população; suprir a carência de força de trabalho em alguns setores, entre outras finalidades (RONCATO, 2020, p. 87).

Esse processo deflagra inúmeras contradições que podem ampliar a concorrência, gerar a fragmentação entre supostos opostos para a manutenção da regulação e dominação social por parte do capital, por outro lado o trabalhador imigrante é expressão de força e resistência, é potencial de luta e superação da condição da sociabilidade atual identificando-se e sendo identificado como constituinte da heterogênea classe trabalhadora da qual pertencemos. Essa

identificação de classe não pode estar apartada das condições de raça e gênero, mas incorporada em sua complexidade, riqueza e valor.

Standing (2015), ao apresentar as características que definem a transformação global das migrações modernas, chama atenção para o fato de que uma parte da migração não é documentada e muitos governos são coniventes com esta situação, enquanto facilitam a oferta de trabalho descartável com baixos salários, de forma precarizada, a que podemos acrescentar sem proteção ou seguro social e fragilizados quanto à organização sindical e política. Cada vez mais as categorias de migrantes vão sendo resumidas em duas grandes categorias no mundo: os migrantes “regulares” e os “irregulares”, ou os migrantes “legais” e os “ilegais”.

O aparato repressivo, combinado a uma retórica de ordenamento e acolhida, é potencializado a partir dos ataques em território norte-americano em 11 de setembro de 2001, que serviram de justificativa para flexibilização e rompimento com normativas internacionais de direitos humanos e para disseminação de uma percepção sobre as migrações internacionais na lógica militar e securitária. Não obstante, a disponibilidade de grandes contingentes esperançosos de melhores oportunidades possibilita o refinamento seletivo. A permeabilidade das fronteiras impõe a exigência de imigrantes mais qualificados ou altamente qualificados e de pessoas dispostas apenas ao trabalho sem expectativas de proteção social e laços de pertencimento, “protótipos da hiperflexibilidade, forçados a movimentos frequentes num ir e vir entre países de origem e o país de acolhimento provisório – mais do que isso: desejosos de fazê-lo” (BASSO, 2018, p. 16). Com isso, as políticas migratórias ao mesmo tempo em que tomam mais forma de anti-imigração, conformam uma disciplina para o trabalho obediente e desprotegido do imigrante.

Para os Estados de destino do Norte Global e seus empresários, a imigração ao mesmo tempo em que é justificativa para o rebaixamento da proteção social, já tão derruída nesses chamados “países de acolhida”³⁵, configura um mercado de incorporação de força de trabalho precarizada, que contribui para o “saudável desequilíbrio do mercado de trabalho”³⁶, ao mesmo tempo em que cria um potencial conflitivo (lucrativo) de restrição de vistos, militarização das fronteiras, surgimento de campo de refugiados e lotação de instituições de cárcere.

A crescente restrição, nos países centrais, associada aos fluxos de investimentos de capital, em países periféricos, criou a possibilidade, nos anos 2000, de impulsos temporários de

³⁵ Terminologia utilizada pelo ACNUR para designar os países que se comprometem a receber refugiados e pela OIM para mobilizar o Pacto Global das Migrações e acionar boas práticas da migração segura, ordenada e regular, que veremos no capítulo 2 e com o qual o Brasil deixou de se comprometer.

³⁶ Conforme crítica irônica de Mattos (2019) sobre as desigualdades produzidas pela acumulação capitalista e tomadas pelos liberais como consequência do livre funcionamento do mercado.

desenvolvimento nessas regiões, como o Brasil, por exemplo, que se tornou rota de trânsito e de destino para imigrantes oriundos também de economias periféricas, se inserindo com maior intensidade nos fluxos Sul-Sul³⁷. São muitas as situações migratórias, na atualidade, e cada vez mais países se veem afetados pelas dinâmicas de emigração e imigração.

Entre o sonho e o pesadelo, a imigração representa uma expectativa de dignidade de trabalho e de condições de vida para homens e mulheres, trabalhadores do Sul Global que enfrentam mares, muros, polícias em fronteiras terrestres, aeroportos e atravessadores, em busca desse objetivo. Aos que consomem a travessia³⁸, o tratamento xenófobo e racista completa o circuito de expropriação, exploração e opressão que constituem a mobilidade do trabalho na sociedade capitalista.

Medidas crescentemente agressivas frente a migrantes e refugiados são tomadas, dentre as quais se podem apontar o levantamento de barreiras físicas ao deslocamento através das fronteiras e mesmo no interior dos territórios nacionais. Tais barreiras serão [...] como dispositivos de política migratória, atuando tanto de forma a constringer deslocamentos quanto no reforço de imagens favorecedoras da xenofobia (PÓVOA NETO, 2008, p. 394).

São muitos os exemplos de retóricas racistas e xenófobas que se constituíram plataforma política de partidos de extrema direita em países do Norte Global. Como observa Lisboa (2020), alguns desses Estados investem na criminalização do imigrante e na atribuição a eles de toda responsabilidade pelas perdas sofridas pelos trabalhadores autóctones em relação às oportunidades e condições de trabalho. O imigrante como “bode expiatório” camufla a crescente desigualdade social e deterioração das relações trabalhistas em curso com a reestruturação produtiva. Itália, Reino Unido, Hungria, Austrália e EUA representam bem essa tendência que vem sendo absorvida com maior fôlego no Brasil, desde 2016, e produziram as circunstâncias para a eleição, em 2018, de um governo que se declara alinhado à dominação norte americana e a interesses conservadores. Passaremos então as aproximações com a realidade brasileira no capítulo seguinte.

³⁷ Expressão usada em 2007 em relatório dos consultores do Banco Mundial, Dilip Ratha e William Shaw, sobre as remessas dos imigrantes entre países em desenvolvimento. O documento estimava que 74 milhões dos migrantes de países em desenvolvimento residem em outros países em desenvolvimento, que as situações indocumentadas são mais comuns nos países do Sul Global e que os custos das remessas são mais elevados nessa região, devido à fragilidade do sistema financeiro e taxas maiores. Segundo o ACNUR (2020) 85% dos refugiados do mundo estão em países em desenvolvimento.

³⁸ Segundo estimativa da OIM, em 2017, pelo menos 6.163 pessoas desapareceram durante a migração e, de acordo com o ACNUR, mais de 1,5 mil migrantes morreram durante os primeiros sete meses de 2018 ao tentar atravessar o Mar Mediterrâneo em direção à Europa.

2 IMIGRAÇÃO E REFÚGIO EM QUESTÃO: RECEPÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS, POLÍTICA MIGRATÓRIA E OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL

Abordaremos neste tópico um breve histórico da política migratória no Brasil. Optamos por fazê-lo considerando: 1) nossa hipótese de pesquisa de que fluxo de trabalhadores imigrantes oriundos da África para o Brasil recoloca elementos históricos da formação socioeconômica do Brasil, especialmente de questões raciais e xenófobas que marcaram a constituição da classe trabalhadora no país; 2) o legado colonial como um elemento determinante, que caracteriza a formação do Estado Burguês Dependente no Brasil e que permanece dando sentido à elaboradas ações violentas, racistas e segregadoras que têm como alvo a classe trabalhadora.

A classe trabalhadora se constituiu heterogênea e complexa e à medida que as relações capitalistas de produção e reprodução se expandem e incorporam novas regiões e áreas da vida social estas características se intensificam. A diversidade é capturada e estimulada como desigualdade possibilitando ao capital maior exploração de determinados trabalhadores. A composição da classe trabalhadora hoje tem clivagens de gênero, orientação sexual, raça/etnia, geração, região, nacionalidade, qualificação. E ainda quanto ao tipo de trabalho e vínculo, trabalhos estáveis, informais, desprotegidos e limites como formas de trabalho forçado.

O capitalismo é um sistema que se constituiu integrando de forma desigual as regiões do mundo, portanto ao estudarmos as imigrações no Brasil devemos considerar as peculiaridades que afetam os imigrantes especialmente no tocante à formação da classe trabalhadora e do mercado de trabalho.

A força de trabalho migrante cresce no planeta, chegando a aproximados 164 milhões no mundo (OIT, 2018). Atualmente, segundo dados da Polícia Federal, divulgados através do Portal de Imigração³⁹ o Brasil tem cerca de 750 mil imigrantes, incluindo todas as condições migratórias previstas em lei, e inclusas ainda os imigrantes vindos em períodos anteriores aos anos 2000. Esse número representa menos de 1% da população do país, daí a afirmação de Póvoa Neto (2018) de que mesmo com a intensa imigração de venezuelanos e bolivianos, que causam de fato novas demandas especialmente para os municípios de fronteira, “somos um país de imigração modesta”, análise que concordamos.

³⁹ Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br> Acesso em 10 mar. 2020.

Se tomarmos os dados de 2019 da Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais – DESA - ONU, a América Latina e Caribe recebem o menor número de imigrantes internacionais do mundo e na América Latina, a Argentina é apontada como destino mais procurado. Porém trata-se, ainda que modesta do ponto de vista da análise percentual no país, de enorme contingente de trabalhadores fora de seus locais de origem e concentrados em pequenos municípios fronteiriços ou em grandes centros urbanos com estrutura incipiente para acolhimento e integração.

O relatório de 2019 divulgado pelo Ministério da Justiça, referente aos dados de 2010 a 2018 indica como:

[...] significativa a chegada de imigrantes no país, especialmente composta por novos fluxos migratórios, caracterizados por pessoas originárias do hemisfério sul. Diferentemente das imigrações do final do século XIX e princípios do XX, em que os fluxos migratórios para o Brasil eram protagonizados por pessoas do Norte Global, basicamente por europeus, na atualidade são imigrantes do Sul Global que ocupam o ranking das primeiras nacionalidades no país. Destacam-se os haitianos, principal nacionalidade no mercado de trabalho, os venezuelanos, fluxo migratório que cresceu de forma significativa a partir de 2016, além de outras nacionalidades tais como os senegaleses, bolivianos, colombianos e bengalis (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019, p.05).

No Brasil, a chegada de imigrantes do Haiti, de países da África e vizinhos latinos, na primeira década dos anos 2000 mobilizaram reações políticas de xenofobia, racismo e criminalização, retratados como invasores e perigosos quando naquele período, a presença de imigrantes europeus era maior no país (ALVES, 2019; MIGRAMUNDO, 2014). Hoje estas nacionalidades compõem um grupo significativo no Brasil.

Em 2017, num contexto sociopolítico caracterizado por uma forte polarização e inflamado por conta da crise política e da retórica anticorrupção que dominou o país, um ato autodenominado “Anti-imigração” ocupou uma das principais avenidas da cidade de São Paulo bradando contra a então recém aprovada “Nova Lei da Migração”, os participantes acusavam os imigrantes de estupradores, bandidos especialmente os de religião islâmica. Na mesma cidade em 2019, um estabelecimento comercial conhecido como um espaço de apoio e ativismo pela causa dos refugiados foi atacado com bombas e gás de pimenta.

Estes fatos demonstram que:

Apesar de ter uma legislação reconhecidamente avançada em relação ao refúgio e uma recente lei de migração que substituiu a perspectiva da segurança nacional que fundamentava a legislação anterior, no Brasil nos últimos anos emergiram expressões de autoritarismo e conservadorismo latentes em sua constituição político-cultural e que encontrou na conjuntura internacional e na crise política e econômica interna terreno fértil para seu fortalecimento nas relações sociais cotidianas e nas propostas de reformas nas políticas sociais (PAIVA; DIAS, 2019, p. 02).

A configuração do trabalho e das políticas sociais está articulada ao padrão de acumulação vigente e ao perfil estratégico que o Estado adquire na relação entre as classes sociais, logo para a análise da presença dos imigrantes e refugiados no Brasil é importante considerarmos tais elementos da nossa realidade.

Especialmente os fluxos advindos de países também dependentes em busca de proteção emergencial e trabalho se deparam com uma realidade de um mercado de trabalho restrito e uma ofensiva ininterrupta de contrarreforma neoliberal aos direitos de proteção social, além dos componentes históricos do racismo e sexismo que conformam de maneira estrutural e estruturante a questão social. Villen (2015) define essa complexidade, que caracteriza a condição migrante de muitos trabalhadores que se encontram nesse fluxo contemporâneo no Brasil em busca de trabalho, como condição emergencial de sobrevivência como “periféricos na periferia” submetidos a condições de trabalhos semelhantes às do país de origem.

O significado histórico da imigração no Brasil certamente influencia a forma como tratamos os imigrantes destes novos fluxos. Na constituição das ações migratórias, no Brasil, subjaz uma preocupação marcante com a colonização e seus desdobramentos.

De acordo com o Fernandes (2015) “do final do século XIX ao final do século XX, mais de quatro milhões de estrangeiros teriam chegado ao Brasil” (p. 20). No início do século XX, os japoneses se juntam ao grupo de nacionalidades dos imigrantes que chegam ao país. O autor acredita que no período Pós-Segunda Guerra Mundial os fluxos migratórios para cá foram se estabilizando até a década de 1970. Nesta década, a migração interna se destacou, causando o aumento da população urbana. Já nos anos de 1980, o Brasil experimentou uma intensa saída de trabalhadores para outros países como os EUA, Portugal, Paraguai e Japão. Este fenômeno causou anos mais tarde, já no contexto do “novo imperialismo” a migração de retorno. Portugal, por exemplo, com o Programa de Retorno Voluntário “incentivou” o retorno de aproximadamente 2.383 brasileiros e o Japão também adotou programa semelhante.

A imigração foi articulada a um projeto de civilização e posteriormente de nação, que preservasse os elementos centrais da relação colonial, a superioridade branca materializada não só na exploração econômica como também na desumanização e inferioridade de negros e indígenas. Este projeto mobilizou recursos financeiros, políticos e acadêmicos na realidade de um dos países que mais alimentou o intenso tráfico de escravizados no Atlântico. Nos anos da década de 1930, Afrânio Peixoto⁴⁰ sintetiza esse histórico desejo e projeto das elites nacionais,

⁴⁰ Afrânio Peixoto, cujos trabalhos estavam ligados aos estudos de psiquiatria e de medicina legal em prestigiadas instituições da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, tinha manifesto interesse nos

“A albumina branca depura o mascavo nacional” e derruba o “eclipse negro” (*apud* SEYFERTH, 2002, p. 135).

A construção da imagem de que a “velha” imigração foi exitosa, fruto de contingentes de trabalhadores brancos europeus determinados, empreendedores, foi convenientemente solidificada com o concomitante investimento no apagamento do passado colonial que promoveu genocídio de povos indígenas e do tráfico de africanos que escravizados serviram ao enriquecimento dos traficantes ou “comerciantes de escravo”, que com o trabalho escravo aviltante, desumanizador possibilitou o desenvolvimento capitalista. Tal narrativa histórica contribui ainda para a omissão ou amenização das violências e desafios enfrentados pelos próprios imigrantes europeus e asiáticos numa região onde a sociabilidade escravocrata fundava as relações sociais.

Ao afirmar que o fenômeno da imigração no Brasil é imbricado com a história do racismo, Villen (2015) acertadamente se refere a uma trajetória que inclui o processo de escravização de africanos, a experimentação de formas análogas à escravidão com asiáticos, passa pela chegada de imigrantes europeus para composição dos trabalhadores livres em meados do século XIX e início do século XX, chegando aos fluxos no contexto neoliberal que se intensificaram no século XXI.

Nesse percurso histórico permeado de rupturas e continuidades, o negro permaneceu como elemento estranho à modernidade. Este trabalhador permanece sendo majoritariamente atribuído às atividades consideradas mais degradantes ou arcaicas. A presença de trabalhadores imigrantes, especialmente do Sul Global no Brasil, muitos classificados como não qualificados, condição que no Brasil contém mediação étnica racial, conforme denunciam os próprios imigrantes negros deste novo fluxo, representa uma das expressões atualizadas de uma lógica colonial e dependente que produz uma inserção subalternizada quanto ao tipo de trabalho, as condições de trabalho e a remuneração.

A sociologia crítica no Brasil construiu análises que debatem sobre a formação social capitalista neste país que foi se constituindo, “por dentro e por sobre” a formação social escravista (IANNI, 1978). Políticas sociais e, no caso de nosso interesse aqui, as políticas migratórias estão inseridas num complexo de múltiplas determinações históricas, econômicas, políticas e culturais. Importa o contexto da acumulação capitalista em que são organizadas; são ações que se processam na relação do Estado e sociedade civil. Logo, as políticas sociais são

estudos sobre higiene mental e eugenia, tornando-se uma das personalidades cariocas membro da Sociedade Eugênica de São Paulo (VANDERLEI, 2008).

determinadas e interferem na luta dos diferentes interesses políticos em jogo (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Essa concepção de política social nos exige considerar nosso passado colonial e o escravismo como marcas da luta social e de constituição e permanência da sociedade brasileira. Por outro lado, nos impele a identificar as novas processualidades constituídas no desenvolvimento e transformações operadas na sociedade. As desigualdades que caracterizam a formação social do Brasil são constantemente recriadas e atualizadas para o padrão de desenvolvimento vigente “o novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente” (IAMAMOTO, 2008, p. 128).

Se por um lado a imigração se apresenta hoje no Brasil com características inovadoras, tais como: as referências político-jurídicas; as rotas; o uso das tecnologias da informação; novas possibilidades e facilidades do transporte; as redes migratórias que são construídas para o trânsito; acolhimento e permanência, por outro, a presença dos imigrantes, especialmente os de origem periféricas, negros e indígenas, manifestam persistências históricas do passado.

2.1 Migração Internacional no Contexto Dependente

Ao discutirmos, no Capítulo 1, o surgimento do Estado-nação na Europa e a constituição do capitalismo como sistema mundial, vimos que este processo se deu a partir dos interesses de importantes protagonistas históricos que emergiam naquele momento e que se constituíram agentes coletivos em relações de contradição e luta. O desenvolvimento histórico desse conflito não se realizou de forma homogênea em todas as regiões por onde o capitalismo se expandiu.

A nação como componente de identificação social entre os membros do Estado foi se construindo conforme as diferentes realidades históricas e políticas dos territórios. O Estado-nação desde seu surgimento se constituiu em estreita relação com o capital organizando os mecanismos que garantam sua acumulação. As instituições e articulações para estabilização e centralização do poder político, tendo a nação como abstração e espaço territorial, sofrem alterações de conteúdo, podendo expandir-se ou retrair-se, de acordo com interesses e conflitos em jogo.

Os processos que antecederam a consolidação desse modelo de Estado na Europa foram paralelos à dominação colonial na América, determinando um duplo movimento histórico. Os primeiros núcleos de poder político na Europa foram se impondo sobre as populações heterogêneas e sobre os considerados estrangeiros no seu território de dominação. Externamente impuseram a colonização a povos fora do território europeu. Os Estados-nação

europeus se consolidaram fortes para o controle político com uso de aparato coercitivo. Como representantes de nações conquistadoras empenharam-se numa missão civilizatória exercendo sua soberania, ou seja, sua capacidade autônoma de decisão, internamente e externamente.

Essa dominação externa dos Estados-nação hegemônicos foi determinante para criação de diferenciações entre regiões e nações, especialmente no tocante à apropriação de valor, característica que perdura sob a forma de relações dependentes. Trata-se de uma característica do sistema capitalista que se consolida com sua expansão: a relação desigual e combinada, não só restrita à posição geográfica como também em relações econômicas e políticas conectadas, porém diferenciadas, “revelando um sistema – capitalista – que se espalha tornando os espaços territoriais heterogêneos e gerando todo tipo de desigualdades” (OSÓRIO, 2014, p. 183).

O capitalismo dependente reproduz o capitalismo dos países centrais com a particularidade de que a acumulação de capital que ele produz alimenta a expansão interna e externa. Fernandes (1975), em seus estudos para entender a modernização capitalista na América Latina e no Brasil, compreende a formação de uma periferia criada a partir da expansão do mundo ocidental. A periferia é articulada estruturalmente ao sistema capitalista mundial numa relação assimétrica, contraditória e dependente das economias centrais.

Costuma-se entender como economia periférica aquele país, ou região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, forte dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes (fragilidade financeira), baixa capacidade de resistência diante de choques externos (vulnerabilidade externa) e altas concentrações de renda e riqueza. Isso caracterizaria o subdesenvolvimento dessas economias (CARCANHOLO, 2008, p. 30)

A relação estabelecida entre os países é organizada numa hierarquia em que os interesses imperialistas predominam sobre os países latinos. Essa relação não se desenvolveu da mesma forma em todo continente, mas houve um padrão de dominação comum que aliou os interesses das potências internacionais aos das elites locais determinando uma subordinação econômica, política e cultural aos interesses externos. Esse padrão compósito de hegemonia une burguesia local e internacional numa parceria que tem como resultado a apropriação repartida, em cotas desiguais, do excedente produzido nos países dependentes.

A cada momento de expansão do capitalismo mundial alterações nesse padrão da dominação externa foram produzidas nos Estados de capitalismo dependente configurando-lhes traços históricos específicos que nas análises de Fernandes (1975) constituíram os períodos de Colonialismo, Neocolonialismo, Imperialismo e Capitalismo Monopolista. Sob este último, a forma periférica e dependente aparece como “uma rendição total e incondicional” ao capital financeiro imperialista.

Não se trata de uma análise etapista do capitalismo e nem uma caracterização de passividade da burguesia local e sim de apreensão dos processos históricos e contraditórios que constituem as relações de poder. A argumentação de Fernandes (1975) rejeita a compreensão da dependência como um acidente e do subdesenvolvimento como uma falha do capitalismo ou da simples incompetência dos setores internos.

No sistema capitalista coexistem tempos históricos desiguais que determinam formas de exploração específicas, e que especializam as nações dominadas em processos produtivos que as mantêm como satélites dos países hegemônicos. Essa conjunção dos interesses externos e internos acaba por possibilitar uma coexistência de elementos arcaicos e modernos que possam garantir os ganhos dos dois lados (ainda que em proporções desiguais).

As elites nacionais sujeitas aos mecanismos de drenagem de riquezas, desde a colonização, podem assumir uma aparência de vítima da dominação externa, no entanto ao se perceberem condicionadas e reguladas externamente, assumem o papel de sócias minoritárias do capital internacional, “a dinâmica interna absorve e frutifica as ordens externas nos limites necessários e possíveis” (FERNANDES, 1975, p. 54).

Ou seja, são os mecanismos contínuos de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas a que são submetidos os trabalhadores periféricos, que abastecem a burguesia local e a burguesia internacional. Assim, “dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados” (FERNANDES, 1975, p. 32).

As transições do capitalismo dependente no Brasil, orientadas pela dinâmica internacional, realizaram rupturas e continuidades com as relações coloniais e neocoloniais mantendo um traço colonial permanente. Desse modo, a exigência da mercantilização da força de trabalho por conta do dinamismo comercial internacional se realizou no Brasil mantendo uma complexa articulação entre formas de trabalho escravo e trabalho assalariado.

Como a sobreapropriação mantém os dois polos da dominação, os capitalistas locais, fruto de um aburguesamento da oligarquia, identificam na manutenção de formas extra-capitalistas a possibilidade de uma intensificação da exploração de modo a garantir a transferência de excedente econômico e a concentração de renda e poder internos.

Desse modo, Fernandes (1975) observa que o capitalismo dependente, no Brasil, assumiu dimensões predatórias, pois o processo de sobreapropriação e sobreexpropriação que o caracteriza estabelece patamares mínimos para a reprodução social dos trabalhadores, restringindo a participação econômica e política dos assalariados e de outros trabalhadores inseridos em formas flexibilizadas de trabalho.

Na análise de Fernandes, essa flexibilização se refere ao uso de formas extra-capitalistas de trabalho em setores mais atrelados à economia interna e da maior expansão do trabalho assalariado nos setores mais dinâmicos, como foi o caso da industrialização. Certo é que a mercantilização da força de trabalho, no Brasil, conviveu continuamente com formas de trabalho de diferentes modos de produção e é a classe trabalhadora que suporta o ônus da dependência.

Em perspectiva semelhante afirma Osório: “se o capitalismo é um sistema com dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém que tendem a prevalecer no capitalismo dependente” (2014, p. 208). Para o autor o mecanismo que caracteriza a relação de exploração entre as classes no capitalismo dependente é a superexploração.

Para Marini⁴¹ (2014) a categoria superexploração explica a reação da economia dependente para compensar na produção interna a troca desigual do excedente econômico entre centro e periferia. Os termos das relações internacionais se estabeleceram no momento de formação do mercado mundial especializando a periferia na produção de bens de pouca tecnologia e estabelecendo a assimetria na divisão internacional do trabalho que se recoloca a cada transformação na acumulação capitalista.

A troca desigual entre centro e periferia se estabelece não só no comércio internacional, quando as economias dependentes vendem produtos de baixo valor agregado e as economias centrais produtos de alto valor agregado. Ocorre na transferência de excedentes através de lucros de empresas transnacionais, royalties por patentes, juros e amortizações de dívida e ocorre ainda na dependência de crédito internacional, geralmente com altas taxas de juros. Soma-se a estes mecanismos de transferência de valor a condição hegemônica das economias centrais no equilíbrio de poder internacional que possibilita a manipulação das transações inclusive através do uso (ou possibilidade de) violência política e coerção militar (MARINI, 1973).

Fundamentam a relação de dependência e a transferência de excedentes:

A produção de valores de uso com escassa demanda de conhecimentos, uma produção direcionada aos mercados exteriores, a superexploração, as trocas internacionais de mais horas de trabalho por menos horas, são alguns dos processos que estão na origem dessa situação (OSÓRIO, 2016).

⁴¹ Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra são reconhecidos pela argumentação organizada na Teoria Marxista da Dependência (TMD), amadurecida especialmente nos de 1960, de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são realidades ligadas dialeticamente pela dinâmica de integração do capitalismo mundial.

A superexploração se realiza nos seguintes procedimentos: o aumento da intensidade do trabalho sem aumento de produtividade; aumento da mais valia absoluta, prolongando a jornada de trabalho; redução do fundo de consumo do trabalhador além do seu limite. Todos esses três elementos afetam a reposição do desgaste da força de trabalho do trabalhador, rebaixando seu salário:

[...]nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 1973)

A remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor permite a expropriação de seu fundo de consumo que é apropriado para a acumulação capitalista e compromete sua reprodução social sacrificando o consumo individual do trabalhador. Esse movimento constrange os trabalhadores à degradação crescente de suas condições de vida, o que pode ter como desdobramento o aumento da tensão entre as classes.

É nesse sentido que Brasil Jr (2017) recupera o argumento de Fernandes sobre os elementos do passado e do presente, e observa que o traço permanente colonial diz respeito também à política, determinando limites à democracia e aos direitos. Para a manutenção da dominação interna e da concentração intensa de renda é exercido um controle agressivo sobre o trabalho, a composição das elites nacionais em convergência com a burguesia internacional opera um complexo com forte perfil autocrático. O padrão de mandonismo para lidar com os conflitos, antes na relação com o escravizado ou recém-liberto, é reatualizado com os trabalhadores assalariados. Como explicou Fernandes, a burguesia local aprecia os valores liberais de civilidade, desde que valham para ela “num circuito fechado”. Daí que as reivindicações de classe, as reivindicações “dos de baixo” acionam o caráter violento da dominação burguesa periférica (1975a, p. 206).

O Estado no Capitalismo Dependente assume desta forma um papel determinante em relação aos interesses da burguesia externa e nos mecanismos que envolvem os interesses hegemônicos internos. Como está submetido às relações estruturais de “exercício desigual de soberania no interior do sistema mundial capitalista” sua soberania é restringida na relação com os Estados das economias centrais (OSÓRIO, 2014, p. 206).

Esta “subsoberania” do Estado no Capitalismo Dependente determina uma relação, conforme também observou Fernandes (1975), de subordinação e de associação ao capital imperialista que afasta as classes dominantes locais de projetos, cujo conteúdo tenha

compromisso com o efetivo desenvolvimento nacional, o significaria uma colisão com a estrutura das relações do sistema capitalista mundial.

Considerando a relação dependente com as economias hegemônicas e realidade da superexploração e suas consequências para a classe trabalhadora, a intervenção do Estado dependente assume uma importância estratégica na condução de projetos do capital imperialista, no país, e na contenção e controle das expressões da questão social⁴², o que determina um perfil autoritário e intervencionista. Este caráter histórico do Estado dependente tem sido aprofundado a partir das transformações na acumulação capitalista nos anos de 1970 e as sucessivas crises de 2008 e 2012 que repercutiram de forma avassaladora na periferia aprofundando os mecanismos da dependência.

Foi nesse contexto histórico que as migrações internacionais se intensificaram no mundo, a princípio mantendo a consolidada direção para o Norte Global. No Brasil, a nova divisão internacional, a partir da mundialização do capital na década de 1970, impactou impiedosamente a economia, a política, as condições de vida dos trabalhadores, e foi nessa fase que importantes fluxos emigratórios se constituíram para os EUA e países da Europa.

O histórico da política migratória no Brasil é atravessado pelas tensões que caracterizam a formação social brasileira especialmente o caráter heterônimo e dependente assinalado por Fernandes, que acabou por determinar uma modernização conservadora do capitalismo nacional e a dialética do trabalho escravo e o trabalho assalariado na constituição da classe trabalhadora e do mercado de trabalho.

2.1.1 Política Migratória no Brasil: branqueamento, controle e seletividade

O período histórico compreendido entre meados do século XV e meados do século XVIII, foi essencial para a formação dos contingentes que se tornaram a classe trabalhadora e para a formação da burguesia mercantil. Neste primeiro momento se combinam elementos progressistas, que apontam para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, com elementos violentos e brutais, isso internamente na Europa e externamente com as rotas comerciais abertas para a América, Ásia e África que significaram, por exemplo, a escravização e/ou genocídio das populações nativas nestas regiões.

⁴² Aqui entendida como as desigualdades produzidas na sociedade capitalista fruto da contradição capital trabalho e da emergência política da classe trabalhadora. A questão social adquire contornos particulares de acordo com a configuração do capitalismo e da luta de classes em determinadas regiões.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre nações europeia, tendo o globo terrestre como palco (MARX, 2013, p. 821).

Toda a produção colonial de prata, ouro, açúcar, fumo, algodão e outros produtos foi baseada na expropriação do sobretrabalho dos escravizados e nas necessidades do capital comercial da metrópole que se resumia basicamente em ter produtos baratos disponíveis para vender mais caro. É neste sentido que Ianni (1978) ressalta o protagonismo da circulação sobre a produção, como o momento de valorização do dinheiro. Para a reprodução dos interesses mercantis da metrópole se tornaram ferramentas de gestão fundamentais: o monopólio sobre a Colônia; o controle sobre o tráfico de escravizados garantindo a produção colonial e toda organização da dominação que preserve o escravismo; manter patamares de exportação de excedentes econômicos.

Sob a lógica mercantil, as colônias garantiam produtos de baixo custo que possibilitavam a revenda a preços mais altos no mercado internacional, além de outros mecanismos de cobrança vantajosos. O trabalho do escravizado desbravou a natureza e garantiu a organização da produção de matérias primas e extração de metais preciosos, integrando a colônia à lógica do modo de produção capitalista nascente. É, portanto, a construção da sociabilidade pautada na mercadoria que torna possível o colonialismo.

O trabalho nas grandes lavouras e nas minas foi organizado com intenso uso de violência e disciplinamento físico. Tais técnicas de gestão associadas à disseminação do pensamento social que justificava a divisão e hierarquização dos homens e mulheres em raças asseguraram o ritmo da produção econômica e o ajustamento, não sem resistências, ao modelo colonial de expropriação e dominação. Em seu texto “The Mask”, ao analisar as memórias de dores e lutas do colonialismo, Kilomba (2010) aborda a máscara de ferro, utilizada nos escravizados para impedir a ocultação de pedras preciosas e a ingestão de bebidas, alimentos ou terra. Este instrumento, para autora, revela camadas da violência que agredia diretamente a estrutura física, mas com impactos para além das feridas concretas no corpo, uma vez que este controle e tortura representavam também um silenciamento existencial do escravizado, determinando sua condição de objeto, destituída de humanidade.

Destarte, o colonialismo foi o início de questões fundamentais para a compreensão da formação social do Brasil como o escravismo e a classificação racial. Vimos anteriormente, que o período da acumulação primitiva foi um período de intensa mobilidade da força de trabalho

constituente na Europa, que se deu com largo uso de violência. A brutalidade compôs também o intervalo histórico, especialmente do século XVI ao XIX, em que grande contingente de escravizados africanos começaram a chegar à América, aproximadamente 10 milhões aportaram nesses solos e outros tantos morreram na captura na África e no trajeto⁴³. Estima-se que quase 04 milhões, 40%, foram trazidos ao Brasil, não por acaso, como um dos desdobramentos deste processo, o país é reconhecido como o país com maior população negra fora do continente africano. O horror da violência como instrumento político e potência econômica emerge já neste contexto colonial (FANON, 1968; IANNI, 1978; BUFFA; BECERRA, 2017; CASTELO, 2017).

Sobre as particularidades do Brasil, Prado Jr⁴⁴, em 1942, definiu o sentido da colonização no Brasil como um país historicamente estruturado para atender às necessidades externas⁴⁵:

Se vamos à essência da nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais do que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (1985 p. 25-26).

Desde as grandes navegações e da constituição do mercado mundial, interesses externos de acumulação de riqueza, poder e território determinaram a organização social, econômica, política e cultural do país de forma que atenda aos interesses externos. Se tornando, portanto, plataforma de produção de excedente econômico a ser apropriado por nações e capitais imperialistas.

A constituição do Brasil como uma colônia de exploração é uma particularidade de um processo maior, que resultou na organização do mundo numa nova ordem moderna, que teve a

⁴³ Eram muitas as mortes por maus-tratos, doenças, suicídios e revoltas no próprio navio. Quando a Inglaterra proibiu o tráfico de escravizados virou prática lançar ao mar parte dos negros na embarcação quando um navio inglês se aproximava, o que demonstra também o quão lucrativo era esse empreendimento (Vellozo, 2019). Devido ao fluxo intenso no Atlântico e ao volume de corpos jogados ao mar, Gomes (2019) observa em sua obra *Escravidão* que os tubarões alteraram sua rota atraídos pela vasta possibilidade alimentar.

⁴⁴ Consideramos as contribuições do autor especialmente a respeito da dominação externa e a sobre a influência oligárquica no processo de modernização, questão mais tarde aperfeiçoada por Fernandes (1975). Não podemos, no entanto, deixar de observar criticamente as análises de Prado Jr sobre a população negra escravizada, as quais não temos concordância visto nos parecerem envolvidas numa lógica colonial cindida em que o referido seguimento é retratado como elemento residual do atraso.

⁴⁵ Como vimos Fernandes avançou na análise considerando a aliança entre interesses dominantes externos e internos.

civilização europeia como centro. Este não foi um episódio histórico espontâneo, mas derivado de acúmulos anteriores como a consolidação do mercado continental europeu e do aperfeiçoamento da tecnologia da navegação. A vanguarda na centralização política de países como Portugal e Espanha impulsionou estes países na empreitada marítima para as Américas.

Diferente das colônias de povoamento que tiveram além das razões econômicas e político-religiosas, como o cercamento de terras e a perseguição aos puritanos na Inglaterra, as colônias de exploração se constituíram em verdadeiros empreendimentos comerciais com o único objetivo de atender o mercado externo. Será a empresa do colonizador branco que tem a sua disposição abundância de recursos naturais e se utilizará do trabalho forçado dos indígenas e dos negros escravizados trazidos da África, subjugados como “raça inferior” ao branco europeu. É esse o sentido da colonização que explica os elementos fundamentais da formação social e econômica do Brasil bem como sua evolução histórica (PRADO JR, 1985).

A experiência de dominação de Portugal em Ilhas na África e os conflitos religiosos, étnicos e ainda dívidas decorrentes de processos de escravidão, em alguns casos temporários, em regiões africanas fizeram com que através de processos brutais de captura, os europeus organizassem a mercantilização e o tráfico sistemático desta população para a América, para o trabalho nas grandes plantações. Um processo jamais visto antes que deixou graves consequências para a África e seus descendentes. Em tempos de revisionismos históricos é relevante atentarmos que a escravidão não estruturava a sociedade naqueles territórios, tinha um caráter basicamente privado, era uma prática residual e não estruturante da economia (DEVISSE; LABIB, 2010; NETTO; BRAZ, 2007; GOMES, 2019).

No Brasil o escravismo se desenvolveu sob o ritmo do Modo de Produção Capitalista, de modo que o trabalho compulsório do escravizado assumiu fundamental importância na formação social:

Em última instância, por sob o lucro do comerciante está o sobrevalor criado pelo sobretrabalho realizado pelo negro e o índio aberta ou veladamente escravizados. Ou seja, em um nível, o comerciante lucra comprando barato e vendendo mais caro. Em outro nível, no entanto, é preciso que ele possa comprar quantidades crescentes de mercadorias, para expandir os seus negócios e ampliar a escala da acumulação. Se as mercadorias são produzidas em condições convenientes - quanto ao volume, à presteza, à qualidade e outros requisitos - é claro que o comerciante pode ampliar e dinamizar os seus negócios; melhorar a sua competitividade e ou a sua margem de lucro (IANNI, p. 10).

O escravismo foi integrado ao capitalismo mercantil, funcionando como base dessa acumulação, estruturando um sistema interno e externo no Brasil coeso. Talvez por isso, pelo sucesso da empreitada na acumulação, é que se prolongou em relação a tantos outros países, e ainda permaneceu como elemento transitório já num contexto de formação do capitalismo

brasileiro. O amálgama desse sistema contou com tecnologias de gestão do trabalho em grandes plantações e com componentes teóricos e ideológicos que inauguraram um tipo de cisão entre os homens constituindo hierarquias que conformaram não só interesses econômicos como também políticos, e ainda plasmaram subjetividades diversas.

A classificação e hierarquização pela cor da pele passaram a ser usadas para a construção da desigualdade racial, definindo os papéis e a própria existência na estrutura colonial de controle do trabalho. Raça é uma categoria da modernidade que não tem história conhecida antes da América. Nessa perspectiva Quijano (2005) assinala o racismo, “classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça” (p. 117), como um elemento de continuidade da dominação colonial que se mantém como um padrão de colonialidade do poder, de dominação de um mundo globalizado, tendo como sustentáculo o eurocentrismo.

A vinda de portugueses para o Brasil toma um vulto maior com a descoberta de pedras preciosas na segunda metade do século XVII, e os que não conseguem se instalar em fazendas, na administração pública ou na mineração tentam se estabelecer em atividades de comércio nas cidades, por isso a proporção de brancos é menor no campo. Além da imigração espontânea, Prado Jr ressalta outro tipo estimulada pela Metrópole portuguesa para regiões consideradas estratégicas e pouco povoadas (o que certamente desconsidera a população nativa) como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pará.

Esse tipo de imigração com intermediação oficial tem particularidades. Como são desejados imigrantes brancos, que viajem em família para o trabalho na agricultura, a eles são reservadas condições de instalação e permanência como garantia de terras para o cultivo, créditos e auxílios variados.

A este tipo de imigração denominou-se colonização, atribuindo outro significado ao termo, pois aqui a colonização se refere ao processo interno de recepção de trabalhadores europeus: os colonos. Podemos verificar também uma ambiguidade na terminologia “colono”, por vezes usada na legislação para caracterizar aqueles trabalhadores que se instalavam em pequenas propriedades agrícolas, noutras vezes em referência aos que se encaminharam para as grandes lavouras cafeeiras (GONÇALVES, 2013).

É o caso de açorianos no Pará, suíços em Nova Friburgo no Rio de Janeiro, alemães no Sul do país. No período imperial este agenciamento oficial permaneceu inclusive com patrocínio de viagens diplomáticas à Europa para fomentá-lo, e tinha como princípio civilizatório a exigência de imigrantes brancos europeus que ocupavam terras públicas. Junto aos colonos agricultores também eram recrutados soldados que formavam milícias que agiriam

na manutenção dos interesses portugueses. No Sul, este foi um elemento importante, visto o componente geopolítico de disputa de territórios com países fronteiriços.

Esta proposta não só visava constituição de trabalhadores livres na lavoura, mas também a formação de uma população branca que distanciasse o país das características dos negros, dos indígenas e mestiços. Esse modelo não significou uma recusa ao trabalho escravo, pois mesmo nas áreas de instalação dos colonos, há registros de que os negros permaneciam atuando nas fases mais árduas da labuta como o desbravamento e o preparo da terra para o cultivo. A presença dos europeus no sul do Brasil intensificou, o que um religioso da época denominou como antídoto para a infestação dos indígenas, ou seja, o extermínio dos indígenas chamados pejorativamente de “bugres” (SEYFERTH, 2002).

Os projetos imigratórios no Brasil tomam corpo em meados do século XIX⁴⁶ com uma disputa entre o modelo de colonização com pequena propriedade e outro de captação de trabalhadores para as grandes lavouras de café que não fossem os escravizados. Tais projetos não foram excludentes; a iniciativa de agenciamento de agricultores europeus para ocupação de terras públicas ocorreu em locais afastados do grande latifúndio escravista e tinha como pressuposto um processo civilizatório em que atributos biológicos, como a cor da pele branca representava um indicador de superioridade. O imigrante ideal para essas iniciativas de povoamento era “o agricultor europeu branco que emigra em família”. Mais tarde, a partir de 1850, também a imigração de asiáticos foi estigmatizada e incluída na categoria de correntes imigratórias indesejáveis por serem “comparáveis aos indígenas e só melhores do que os africanos”.

Trabalhos sobre a imigração chinesa e os “coolies” retrataram a discriminação racial e cultural a eles destinada. Foram trabalhadores chineses e indianos submetidos a uma condição muito próxima do trabalho escravo “numa posição intermediária entre o escravo e o trabalhador livre, condensando uma “mistura de diferentes sistemas de trabalho” (escravo, forçado, por dívida, livre), com pagamento vinculado à produção” (POTTS, 1990 apud VILLEN, 2015 p. 37). Esses trabalhadores tinham custo muito baixo para o empregador, pois recebiam salários ínfimos, contratos de trabalho temporário e ficavam eles próprios responsáveis pelos custos de retorno ao país de origem.

O recrutamento destes trabalhadores no início do século XIX está associado às intervenções coloniais da Inglaterra na China e Índia possibilitando a ação de comerciantes que arregimentavam lavradores através de contratos ou uso da força, e os transportavam em

⁴⁶ Velozo e Almeida (2019) e Barreto (2019) observam o quanto a Revolução do Haiti (1791-1825) influenciou ações consideradas preventivas por parte das elites latinas, isso inclui a política migratória.

embarcações lotadas. Os custos do transporte eram descontados dos pagamentos, eram submetidos aos açoites, marcados a ferro. Resistindo a tais condições protagonizaram reações que lhes custaram prisões, execuções e suicídios. Há registros de 12 milhões de “coolies” entre 1810 e 1920, na Inglaterra, EUA, Cuba, Peru, Chile.

No Brasil, em 1810 chegaram 400 trabalhadores nessa condição, mas o período de maior uso dessa modalidade coincide com o período de transição para o trabalho livre. Estima-se que chegaram mais de 3.000 “coolies” durante todo o século XIX. Mesmo tendo baixo custo e contribuição nas técnicas de cultivo, estes trabalhadores não serviram aos critérios de seletividade do projeto imigrantista em curso no Brasil, e foram admitidos como forma temporária, pois representavam no discurso oficial um atraso civilizatório, intelectual e moral (YAN, 1977; SEYFERTH, 2002; VILLEN, 2015).

A partir de 1848 intensas ondas imigratórias são direcionadas para São Paulo. Os cofres públicos passam a financiar estes fluxos não só diretamente através do Império e das Províncias, mas também concedendo esta atividade às companhias privadas de imigração. Os próprios cafeicultores adquiriam empréstimos facilitados com o governo imperial, e com esse recurso contratavam empresas de imigração que atraíam e transportavam os imigrantes da Europa. O interesse privado na imigração teve ainda dois importantes fatores: a legislação que proibiu o tráfico e entrada de escravos no país; a legislação que transformou a terra em mercadoria (IOTTI, 2010).

Essa fase consolida a dominação inglesa sob os territórios da América Latina, muitos já independentes politicamente, baseada em mecanismos principalmente econômicos (controle de mercados, dos processos econômicos através de instituições financeiras e de associações com agentes de interesses locais) e militares. Fernandes (1975) ressalta o reforço da dominação e da dependência nesse período neocolonial, tendo em vista a persistência do Brasil (e demais países latinos), na divisão internacional do trabalho, como exportador de produtos primários e como fonte de transferência de excedente econômico para as economias centrais do sistema capitalista.

Moura (2014) ao estudar o escravismo, no Brasil, considerando “a modernização sem mudanças” tem como linha condutora de seu pensamento a relação moderno/arcaico, inspirado pelos debates críticos ao subdesenvolvimento. Neste processo de modernização, os senhores de escravos representam as forças conservadoras para manutenção de privilégios e, por isso, investiram em táticas políticas que os mantivessem no núcleo de dominação, no caso da permanência do trabalho escravo ou com seu término. A vinda de imigrantes estava inserida nessa investida de perpetuação de poder.

O processo de modernização ocorreu com o endividamento especialmente da Inglaterra como principal credor. As mudanças ocorreram sob a base escravista. São exemplos a mineração e as estradas de ferro, que se desenvolveram e modernizaram com investimentos externos ingleses, mantendo o largo uso do trabalho escravo. A desconstrução do escravismo ocorreu em fases controladas pelos próprios interesses externos e internos que o construíram e com ele se beneficiaram.

O fator externo determinante foi a expansão e consolidação do capital industrial, sendo a Inglaterra a economia precursora e, portanto principal interessada no mercado para a produção industrial e na quebra dos monopólios coloniais. A proibição do tráfico intercontinental de escravos e sua atuação, pressionando para que tal medida fosse acatada, tinha exatamente como alvo fragilizar tais monopólios, constituindo medidas de base econômica que afetaram a agricultura escravista (IANNI, 1978).

Essa hegemonia inglesa possibilitou a acumulação de capital financeiro e a generalização das relações de trabalho capitalistas que tem como fundamento a separação do trabalhador dos meios de produção. Nesse sentido, era necessário expandir também para as colônias essa relação de trabalho. O liberalismo e a defesa do trabalho livre cumpriram o papel de se opor ao escravismo e “iluminar” as ideias abolicionistas nas colônias, embora esse brilho tenha sido muito eclipsado pelo peso das relações oligárquicas, restringindo a crítica ao escravismo, mais por ser a representação do arcaico do que por questões morais e humanitárias. A questão sobre possíveis formas de integração do negro era residual à preocupação com a superação da estrutura econômica agrária escravista para a modernização nos moldes capitalistas.

Internamente, medidas como tarifas alfandegárias, a Lei da Terra, Lei Eusébio de Queiroz e a própria política imigrantista contribuíram para as mudanças. A Lei da Terra de 1850 representou um dos mecanismos de proteção da oligarquia agrária. A partir desta Lei, o Estado, até então único detentor de terras passa a comercializar as terras, tornando-as mercadoria. Com isso, os fundiários se precaveram de qualquer possibilidade de uma pressão abolicionista mais radical que reivindicasse uma reparação aos escravizados através de doação de terras públicas. Ao mesmo tempo selava a impossibilidade de acesso a terras para este segmento, visto seu grau de despossessão e criaram-se ainda as premissas da marginalização social dos escravizados libertos, pois a eles nenhuma medida de integração foi proporcionada.

Ao colono estrangeiro a Lei da Terra proporcionava a possibilidade de adquirir terras, fosse através de seus recursos ou de ajuda do seu país de origem, através de transações ou remessas bancárias.

A Lei da Terra tinha, no fundo, conteúdo político. Ela deu um cunho *liberal* à aquisição de terras no Brasil, mas visava a, de um lado, impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse a doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos e, de outro, estimular o imigrante que via a possibilidade de transformar-se em pequeno proprietário. [...] o que se desejava, em última instância, era, através dessa estratégia de *modernização*, conservar-se a grande propriedade, mas com o trabalhador livre importado, descartando-se, assim, definitivamente, a integração do trabalhador nacional, especialmente do ex-escravo negro, após a Abolição (MOURA, 2014, p. 111).

Fundamental ressaltarmos as violências também enfrentadas pelos imigrantes europeus, pois num país de práticas e mentalidade escravocrata acumularam-se denúncias e reações⁴⁷ destes trabalhadores em relação às violências sofridas. Moura (2014) analisa a função da Lei de Terras como dispositivo para fechar o circuito de profilaxia social prometendo possibilidades de fixação e mobilidade social aos “descendentes de raça civilizada⁴⁸”, mantendo o esforço de branqueamento do Brasil e garantindo a necessidade da venda da força de trabalho por parte dos imigrantes, já que nenhuma terra pública poderia ser cedida a partir da referida lei.

O evento que ficou conhecido como Revolta de Ibicaba é um exemplo de reação dos imigrantes descontentes com contratos, assinados antes do embarque para o Brasil, e com condições que os prejudicavam na relação de trabalho, como endividamento na compra de alimentação, instrumentos de trabalho, e no controle intenso da vida dos mesmos nas fazendas. No caso da Fazenda Ibicaba, no interior de São Paulo, a chegada dos imigrantes foi intermediada por uma empresa privada de agenciamento de força de trabalho imigrante para o Brasil, contratada pelo proprietário com recursos de financiamento público da época (IOTTI, 2010; VILLEN, 2015).

As denúncias e reações dos imigrantes ao tratamento que recebiam, no Brasil, geraram restrições e alertas aos possíveis emigrantes em países como França, Alemanha, Itália, o que contribuiu para os esforços do Governo Imperial na organização das medidas que pudessem estimular a imigração. Especialmente a partir dos anos de 1850, já com restrições externas e internas ao tráfico de escravos, os latifundiários do café aderem com mais expressão ao trabalho dos imigrantes, com destaque para os cafeicultores de São Paulo. Proliferam-se colônias de iniciativa tanto pública quanto de parceria com empresas particulares. Em São Paulo, estes empreendimentos tinham uma função de chamariz, visto que o trabalhador imigrante deveria

⁴⁷ O evento que ficou conhecido como Revolta de Ibicabas é um exemplo de reação dos imigrantes descontentes com falta de clareza dos contratos e com condições que os prejudicavam na relação de trabalho. Chegaram à Fazenda Ibicaba, no interior de São Paulo através de uma empresa de agenciamento de força de trabalho imigrante para o Brasil contratada pelo proprietário com recursos de financiamento público da época (IOTTI, 2010).

⁴⁸ Relato de Tavares Bastos, lobista imigrantista do século XIX que atuou para que fossem vendidas terras aos imigrantes a baixos preços (MOURA, 2014, p. 120).

antes de ser colono, experimentar o trabalho nas grandes lavouras com a justificativa de se adaptar ao trabalho tropical na cultura do café (PETRONE, 1987 *apud* IOTTI, 2010).

Moura caracteriza o escravismo tardio, ou seja, a fase em que o escravismo entra em decomposição estrutural no Brasil, momento em que a “rebeldia radical” do negro angariou aliados liberais, amplificando a luta para a opinião pública da época. Ressalta o autor que, enquanto o escravismo era uma instituição basilar e sólida, economicamente e politicamente, os únicos a se insurgirem eram os próprios escravos. Um dos pontos altos nessa análise é a valorização das revoltas e lutas. O conflito é tomado como elemento permanente da reação à brutalidade do escravismo, contrapondo análises que definiram a cordialidade e até mesmo infantilização por parte dos escravizados (MOURA, 2014; SILVA, 2017).

Tais análises contribuíram não só para o apagamento histórico da resistência dos negros e indígenas, como conformaram uma imagem de passividade que desconsiderou sua importância na produção de riquezas e trouxe impactos também às subjetividades descendentes.

Baeninger (2012) apresenta interessante aspecto do debate sobre migração interna no Brasil. Os escravizados eram forçados a deslocamentos entre as regiões do Brasil para atender às necessidades de produção nas grandes plantações. Após a proibição do tráfico internacional se estabelece um comércio interprovincial de escravizados que acompanha a direção da expansão das plantações de café, sendo os principais deslocamentos:

a) as transferências das áreas urbanas do próprio Sudeste para as plantações entre 1840 e 1850; b) a transferência interregional de escravos do Nordeste para o Sul-Sudeste de 1850 a 1870; c) as transferências interregionais dentro do próprio Sudeste de áreas não cafeeiras e de áreas cafeeiras pouco produtivas (MERRICK e GRAHAM, 1981 *apud* BAENINGER, 2012, p. 14).

Essa migração forçada dos trabalhadores negros escravizados além de constituir uma modalidade migratória interna no Brasil, antes mesmo do trabalho assalariado, já apontava a tendência da direção do Nordeste onde se concentravam os engenhos de açúcar para o Sudeste cafeeiro (BAENINGER, 2012).

No período de 1874 a 1889, o fluxo imigratório teve crescimento, especialmente de italianos que superaram amplamente os alemães. Os portugueses mantiveram relevância numérica sendo considerados imigrantes apenas após a Independência. Os principais determinantes da migração transoceânica para o Brasil foram: os próprios fatores de expulsão na Europa, com conflitos, perseguições às minorias e mudanças na organização do trabalho, que afetaram especialmente os trabalhadores do campo e artesãos; vantagens e estímulos oferecidos pelo Brasil no agenciamento aos imigrantes; a travessia se constituiu um mercado

lucrativo para as companhias de navegação que passaram a atuar estimulando e fazendo propaganda à migração

No Brasil, proliferaram-se atos normativos e legislações estimulando a imigração e a vinda de colonos, concomitante ao processo lento e gradual da abolição da escravatura que se formaliza em 1888 (SEYFERTH, 2002; IOTTI, 2010). A abolição do trabalho escravo e a Proclamação da República são marcadores da transição para uma sociedade de trabalho livre, e representam neste mesmo movimento uma complexificação nas relações de produção e de dominação.

No período republicano, o discurso e debates sobre um tipo nacional e sobre a depuração da mestiçagem para alcançar uma prevalência da “raça” branca adquirem maior evidência e status político. Nessa disputa e combinação do escravismo e do capitalismo no Brasil, a força de trabalho assalariada foi se constituindo preferencialmente de imigrantes, renovando sob o contexto capitalista o racismo colonial, atribuindo aos trabalhadores não brancos, a incapacidade de adaptação ao trabalho livre. Essa força de trabalho já emerge desqualificada, rebaixada, ocupando os postos mais desgastantes e degradantes da divisão social do trabalho.

Na formação do capitalismo dependente nacional, raça e classe se combinam recolocando a cisão colonial noutros termos. A racialização é recriada na sua condição de trabalhador livre em desvantagens em relação aos trabalhadores brancos, com os quais precisará construir laços solidários de luta intraclasse, e na sua condição de classe em relação aos capitalistas, majoritariamente brancos com forte conexão com a velha elite escravocrata, com quais se relaciona em antagonismo (IANNI, 1978).

Vimos que o capital industrial inglês provocou a adequação e subordinação das economias coloniais às necessidades da sua produção, que implicava em além da disponibilidade de matérias-primas a baixo custo e de mercado consumidor para suas mercadorias, inovações tecnológicas e na organização do trabalho. A produção passa a se basear na extração e criação do mais valor, delimitando a relação de oposição entre o capitalista e o trabalhador. As relações de produção passam a ser orientadas para a reprodução do capitalismo industrial sob a hegemonia inglesa.

Os setores oligárquicos mais prósperos, como os cafeicultores de São Paulo se inserem na nova lógica não só acionando o trabalho livre dos imigrantes, especialmente europeus italianos, e conformando-o com o trabalho escravo como também transferindo investimentos para os setores urbanos no comércio e indústrias de modo que a burguesia brasileira se constituiu mantendo continuidades com os senhores de escravos, e dessa forma buscando exercer influência e controle nas recentes instituições democráticas, atribuindo a elas um caráter

de distanciamento e intolerância às massas. Cabe ainda observar que um grupo minoritário de imigrantes chegaram em condições diferenciadas que lhes permitiam investimentos em negócios relacionados com a exportação e importação.

No mesmo período de intensa chegada dos italianos, no Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, foi promulgada uma lei e criado o Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes, que limitava a imigração de africanos e asiáticos. Posteriormente essa lei foi revista, permitindo a entrada de chineses e japoneses, desde que cumprissem requisitos como não ter histórico de crimes e nem mendicância. Outras nacionalidades tinham como exigência serem aptos para o trabalho e não terem antecedentes criminais. Aos comandantes das embarcações que traziam os imigrantes eram previstas sanções e penalizações, caso descumprissem o previsto na legislação⁴⁹. Alves sublinha o quanto o Código Penal da época corrobora as restrições da política imigratória, “legalizando formas de reduzir o número de negros e mestiços na sociedade, prevendo a expulsão de estrangeiros desempregados e de praticantes de capoeira” (2019, p. 31).

Este período do final do século XIX e início do século XX marca a construção das “classes perigosas” no Brasil. A base política composta por influentes pensadores conservadores e eugenistas promove ações jurídicas e sociais atrelando pobres, especialmente negros ex-escravizados a um potencial de ameaça à sociedade. Essa classificação também abrangeu imigrantes considerados subversivos e que segundo a imprensa da época, não demonstravam gratidão a terra que os acolheu⁵⁰. Como consequência, podemos ainda observar a criminalização da luta dos trabalhadores.

Esse cunho repressivo ganha contornos maiores na medida em que a organização política dos trabalhadores toma fôlego internamente. Como medida de prevenção, a luta dos trabalhadores é considerada uma ameaça à segurança nacional e, além da prisão, a Lei Adolfo Gordo, de 1907 prevê a expulsão do país de imigrantes envolvidos em tais situações⁵¹sob

⁴⁹ Aparatos coercitivos tem sido reatualizados ao redor do mundo, especialmente na Europa e EUA. Em 2019 a comandante do barco da ONG alemã Sea Watch foi detida por atracar embarcação com 47 migrantes resgatados no mar próximo à costa da Líbia

⁵⁰ Os trabalhos de Barreto (2019), Villen (2017) e Moulin (2019) contribuem para explicitar que a lógica da gratidão opera de longa data não só uma construção social midiática como também funciona como mediação político-institucional no atendimento a refugiados e imigrantes.

⁵¹ Quintanilha (2019) observa que este foi o início da regulamentação jurídica da expulsão de estrangeiros no Brasil mecanismo consolidado posteriormente no Governo Vargas como prerrogativa do próprio Poder Executivo. Tais apontamentos foram construídos pela autora no contexto da Portaria 666 de 07 de agosto de 2019 proposta pelo então Ministro da Justiça Sergio Mouro que reatualizava questões como periculosidade do estrangeiro e interesse nacional para justificar a expulsão sumária do país com prazo de 48h para recursos. A portaria foi revogada, mas deixou evidente a crescente perspectiva criminalizante sobre a migração internacional na gestão Bolsonaro.

alegação de que eram más influencias para os trabalhadores nacionais. Segundo observa Ana Luisa Zago de Moraes (2016):

A possibilidade de aplicação da pena de expulsão, assim como em relação ao delito de vadiagem, decorreu da política de limpeza da sociedade em face dos inimigos do progresso da Primeira República, dentre eles os escravos libertos e os próprios estrangeiros, não mais “imigrantes” úteis à colonização de áreas inabitadas, mas um perigo para os habitantes das cidades (apud QUINTANILHA, 2019, p. 02).

Eventos mundiais marcaram o início do século XX, como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a Crise de 1930. Nesse período, a América Latina já estava integrada ao centro imperialista do sistema mundial e a dominação externa operava sob formas mais complexas. O Estado assumia o seu papel de intervenção no capitalismo dependente, conduzindo e preservando os projetos hegemônicos. As funções econômicas diziam respeito ao investimento em áreas ainda pouco rentáveis à burguesia local e internacional ou em áreas estratégicas de grande vulto. Com isso foram criadas instituições estatais que geraram emprego e dinamizaram o mercado interno.

O processo de industrialização ocorreu amparado no acúmulo da exportação de matérias primas e alimentos. O poder internamente conformou-se sob o protagonismo da emergente burguesia industrial numa composição com a oligarquia agrária. Medidas protecionistas em relação à economia agroexportadora foram uma garantia aos excedentes que seriam destinados à indústria. O Estado dependente constituiu a instância articuladora e interventiva para o projeto dominante.

Esse vínculo entre a economia agrícola e a expansão industrial afetou tanto os trabalhadores rurais altamente explorados quanto os urbanos, que, desde os anos de 1920, vinham sofrendo a grande pressão para o rebaixamento dos salários potencializada com a paulatina constituição do exército industrial de reserva de trabalhadores, impulsionado pela migração interna de áreas rurais. Somam-se a estas condições as jornadas extensas de trabalho, larga participação de mulheres e crianças sub-remuneradas, condições insalubres de moradia (IAMAMOTO, 2007).

Importante ressaltar a presença de trabalhadores negros na organização da luta política desde o início do século. Categorias urbanas de trabalhadores tinham significativa composição de negros, geralmente as que exigiam grande dispêndio de esforço físico como marítimos e ferroviários e que tanto a regulamentação quanto o controle do trabalho acionavam elementos violentos da herança escravocrata (FERREIRA, 2020).

Essas condições de trabalho e existência explicitaram as contradições entre os interesses do capital e do trabalho exigindo a organização do proletariado, especialmente o urbano. As

mudanças na configuração do poder internacional no pós-Primeira Guerra Mundial e as tensões internas entre as frações da classe dominante internamente completam o cenário da reorganização política implantada a partir da gestão de Getúlio Vargas.

A intervenção do Estado aperfeiçoa mecanismos de coerção com a organização política autônoma dos trabalhadores e a eles combina ações assistenciais e corporativas. A partir deste momento, mudanças significativas na política migratória começaram a ocorrer e a oposição entre trabalhador imigrante, agora considerado estrangeiro, e trabalhador nacional é consolidada pela intervenção estatal.

Villen (2015) ressalta a importância dos desdobramentos desse giro na política migratória destacando os seguintes elementos: o trabalhador nacional aparece como condicionante do trabalhador imigrante, que só pode ser admitido na ausência daquele; critérios de seletividade para o trabalho imigrante passam a ser a necessidade de força de trabalho específica para as indústrias; o controle da imigração é justificado como proteção ao trabalhador nacional a situação de desemprego. “[...] a imigração foi colocada como uma das causas, ou seja, o “bode expiatório” para amenizar as pressões dos conflitos de classe no país” (2015, p. 99).

Além de conectar o perfil migratório desejável aos interesses da indústria em expansão sob os incentivos da política estatal, de 1930 a 1945 a política migratória definiu cotas de nacionalidade para a entrada no Brasil⁵², além de cotas majoritárias⁵³ para o trabalhador nacional em empresas e sindicatos.

Segundo Góes (2018), a gestão de Vargas é afinada com os projetos eugenistas expressos em propostas de branqueamento que vão ganhando formas mais sofisticadas, conforme se desenvolve a modernização dependente no Brasil. De acordo com Paixão (2016), passado o escravismo as elites se preocupavam em termos ideológicos com o perfil do mestiço para servir ao projeto hegemônico de desenvolvimento. Nesse caso, as teorias do racismo científico e de degenerescência que predominavam e tinham grande evidência, especialmente na criminologia, se aproximaram da preocupação com os aspectos culturais considerando que “[...] ao contrário das mazelas provenientes dos genes, que seriam supostamente eternos, os provenientes da cultura seriam alteráveis mediante processos que gerassem a mudança de antigos hábitos sociais herdados” (2016, p. 14).

⁵² Poderiam entrar no país 2% dos imigrantes de cada nacionalidade que já houvesse imigrado nos últimos 50 anos, portugueses foram liberados das cotas (ALVES, 2019).

⁵³ 2/3 de brasileiros natos nas empresas públicas e privadas e nos sindicatos (VILLEN, 2015).

A obra de Gilberto Freyre compõe uma narrativa oficial de que o colonialismo luso-tropical teve aspectos tão peculiares que seus desdobramentos foram a harmonização das raças, e que, portanto, nos trouxe uma vantagem histórica em relação a outras regiões colonizadas. O perfil das relações sociais sugerido por essa abordagem constrói um consenso social em torno de uma democracia racial que serve ao projeto de modernização, na medida em que:

[...] relacionamento mais amistoso entre indivíduos portadores de marcas raciais diferentes somente se torna factível quando um dos polos da relação aceita se sujeitar no interior de contatos, como indivíduos e coletividades, às relações notadamente assimétricas em termos econômicos, políticos e simbólicos (PAIXÃO, 2016, p. 15).

Desse modo, a população negra e mestiça só teria condições de contribuir para o desenvolvimento da nação e progredir se abandonasse suas referências e tradições em nome da harmonia das raças. Nessa renúncia estava inclusa a luta por direitos e igualdade nas condições de trabalho.

As propostas e políticas migratórias vão organizando seletividade racial sob a retórica da proteção ao trabalhador e segurança da nação. Além de restringir a entrada dos que chamaríamos hoje imigrantes econômicos, ou seja, os que não comprovassem posses, a seleção passou a acionar a rede da diplomacia e o controle da justiça, inclusive acionando o Departamento de Ordem Política e Social–DOPS. A língua nacional passou a ser obrigatória aos que entravam, e no grupo de perigosos, indesejáveis, incluíam-se deficientes físicos e mentais, analfabetos, ciganos, judeus, chineses, negros e japoneses e a prática de deportação ou expulsão se tornou mais recorrente (ALVES, 2019).

Essa ação seletiva e coercitiva, acionando diferentes órgãos para a questão migratória, assumia um discurso de proteção à nação, com conteúdo justificador que oscilava entre questões raciais, políticas, religiosas, de segurança e contribuiu para reforçar o termo estrangeiro, representando o elemento estranho ao território nacional, “o outro”. Tal situação se agrava no contexto da Segunda Guerra Mundial, pois imigrantes oriundos dos países do Eixo passam a ser vigiados pelo Estado, e é nesse período pós-guerra que chegam os primeiros refugiados no Brasil⁵⁴ (ALVES, 2019; PÓVOA NETO, 2015).

A imigração para o Brasil diminuiu a partir de 1930, como mostra a tabela abaixo, voltando a recuperar certo fôlego nos anos de 1950, período de significativa absorção de força de trabalho na indústria mobilizando, principalmente, a migração interna rural-urbana. Conforme observa Singer (1980), a chegada dos imigrantes, na década de 1950, não teve o mesmo impacto de anteriormente devido ao crescimento da população brasileira.

⁵⁴ Conforme abordamos no item 2.2.2.

Tabela 1 - Entrada de Imigrantes Internacionais, Estoque de Imigrantes Internacionais e População Total Brasil, 1930-1959

Período	Total de Entradas Imigrantes Estrangeiros	Portugueses	Japoneses	Italianos	Alemães	Espanhóis	Outros
1930-1939	332.768	102.743	99.222	22.170	27.497	12.746	68.390
1940-1949	114.085	45.604	2.828	15.819	6.807	4.702	38.325
1950-1959	583.587	241.579	33.593	91.931	16.643	94.693	104.629
TOTAL	1.030.440	389.926	135.643	129.920	50.947	112.141	211.344

Anos	População Brasileira	Estoque de estrangeiros	População TOTAL	Proporção população estrangeira no total (%)
1920	29.069.644	1.565.961	30.635.605	5,11
1940	39.752.979	1.406.342	41.159.321	3,42
1950	50.730.213	1.214.184	51.944.397	2,34

Fonte: Baeninger, 2012 apud Levy (1974); FIBGE Censos Demográficos de 1920, 1940 e 1950; Bassanezi (1995).

Nos anos 1950, o capital monopolista sob hegemonia mundial norte-americana fomentou novos ramos produtivos no Brasil promovendo a instalação de empresas multinacionais de bens duráveis e fomentando a indústria de base, estimulando novos hábitos de consumo. O controle de entrada dos imigrantes permaneceu atrelado às necessidades das indústrias monopolistas, configurando um dos perfis da imigração internacional deste momento: os trabalhadores especializados para a indústria. Outros dois perfis se mantiveram nesse período: fluxo espontâneo e outro para o trabalho nas colônias agrícolas (VILLEN, 2015).

Na década de 1960, com o espraiamento no Pós-Segunda Guerra Mundial de instituições transnacionais de governabilidade e diplomacia e com a descolonização de países da África e Ásia, trabalhadores especializados para a relações internacionais chegam ao Brasil. É desse período o registro da chegada dos primeiros senegaleses ao Brasil, funcionários do governo do recém independente Senegal (NDIAYE, 2020; JUNG, 2019).

No período da ditadura civil-militar, a questão migratória é inserida da perspectiva de Segurança Nacional que posteriormente se consolida no Estatuto do Estrangeiro de 1980. O imigrante é definido como “o estrangeiro”, “a prerrogativa do Estatuto era a compreensão do imigrante como uma ameaça ao país se ele não atuasse como investidor ou como estratégico para o mercado” (ALVES, 2019, p. 36). Quanto à regulação do trabalho, Villen identifica nesse período a emergência da “equação imigração/qualificação-especialização” (2015, p. 111) como a exceção para entrada e permanência no país.

No entanto, estudos⁵⁵ sobre a imigração boliviana no Brasil apontam para a constituição de um fluxo de trabalhadores de origem latina a partir dos anos de 1960, o que nos sugere que

⁵⁵ Cf. Oliveira e Baeninger (2012); Silva (2012)

o aparato, coercitivo e seletivo do Estado brasileiro sobre os “estrangeiros”, não inviabilizou a entrada de trabalhadores fora do escopo definido oficialmente.

A mudança na legislação migratória ocorre em 2017, mesmo o Brasil já tendo se comprometido com as normativas internacionais de direitos humanos para os refugiados desde 1997. A mobilização pela aprovação da nova Lei de Migração foi longa e contou com muitos sujeitos coletivos organizados em associações, movimentos sociais, acadêmicos e pesquisadores, organizações não governamentais, coletivos de imigrantes e refugiados e de emigrantes brasileiros que reivindicavam proteção legal por parte do Estado brasileiro. Desde os anos 90, a preocupação com os direitos humanos na política migratória ganhou vulto. A Lei do Refúgio é um dos desdobramentos dessa luta. O contexto dos anos 2000 com a eleição de governos progressistas que apontavam para tendências progressistas, na América Latina, contribuiu para o envolvimento de setores governamentais na mudança da legislação migratória, no Brasil, para os imigrantes não contemplados no ordenamento jurídico do refúgio e para a construção de acordos regionais no âmbito do Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

Sobre a nova Lei de Migração, o percurso desde o debate até a sua promulgação e implementação tem sido permeado de contradições. No mesmo período em que se intensificam os fluxos migratórios para o Brasil, já com novas configurações, e que a articulação social em torno da mudança na legislação migratória, na direção de alinhamento aos direitos humanos se fortalece, alteram-se as direções políticas e econômicas na América Latina e particularmente no Brasil.

O *impeachment* de Dilma Rousseff e o impacto da crise mundial nas condições de vida dos trabalhadores marcaram a ressurgência de discursos e práticas conservadoras e violentas, que persistem na sociedade brasileira e que encontraram na conjuntura de aprofundamento neoliberal, circunstâncias propícias para seu incremento. A Nova Lei de Migração foi sancionada por Michel Temer e sofreu 20 vetos, mas ainda assim tem sido celebrada como um importante avanço. A regulamentação da Lei é longa e polêmica, pois recupera aspectos muito próximos da legislação anterior como, por exemplo, a possibilidade de criminalização devido à condição migratória (CINTRA, 2020; CONECTAS, 2019).

Os avanços mais destacados na nova Lei de Migração são: a adoção da perspectiva de direitos humanos e a adoção da nomenclatura imigrante em substituição a estrangeiro (termo com forte conteúdo excludente); garantia de acesso às políticas públicas; possibilidade de reunião organizativa; previsão de ajuda humanitária; contemplação dos migrantes internacionais residentes no Brasil, os visitantes, os residentes fronteiriços e os apátridas, e inclusão de brasileiros que vivem no exterior (DPU; OIM, 2018, CONECTAS, 2019).

A inflexão no trato da migração internacional, no Brasil, se consolida no governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, com movimentos similares em outros países latinos. Além do reconhecido alinhamento e admiração aos EUA e sua política migratória securitária e violenta, medidas do governo brasileiro têm explicitado o recurso à lógica da segurança nacional. São algumas delas: o ataque aos médicos cubanos que resultou na retirada desses profissionais por causa de seu país, por considerarem que os mesmos estavam em risco no Brasil sendo profundamente atingidos em sua dignidade; o incremento da ação militarizada nas fronteiras e expansão do Programa Operação Acolhida com atuação interiorizada em diversos estados do país; a retirada do Brasil do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular das Nações Unidas sob alegação de defesa dos interesses e soberania nacional; a Portaria n.666 defendida e editada (e posteriormente revogada) pelo então ministro da justiça Sérgio Moro que, além de reatualizar a categoria de pessoas perigosas, previa a deportação sumária de imigrantes.

O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, proposto pela ONU e assinado pelo governo Temer, representou um compromisso político internacional com a perspectiva de proteção aos migrantes, sem implicar qualquer obrigatoriedade de implementação de ações específicas. Ao se desvincular formalmente do Pacto, o governo brasileiro justificou-se como zelo pela soberania e segurança nacional, argumentando cuidado com o perfil dos imigrantes que entram no país.

2.2 Migrações internacionais: diferentes categorias migratórias e perspectivas interventivas

Vimos que a constituição do capitalismo como um sistema mundial se deu e se mantém com o uso de uma arquitetura institucional que representa os interesses entrelaçados da relação entre Estado e capital. Esse aparato de instituições das relações internacionais opera no sentido da manutenção e fortalecimento da lógica hegemônica do capital, porém é atravessado pelas próprias contradições que fundamentam a sociedade de classes, que se manifestam tanto nas resistências dos trabalhadores, quanto na disputa interna da elite econômica mundial e nas relações de dominação estabelecidas entre as nações no mundo.

A migração tomada no âmbito das organizações transnacionais se constituiu alvo de normatização e de ações sob a retórica do consenso entre as nações. Esta atuação expressa as relações econômicas, políticas e jurídicas do sistema interestatal e, no contexto de crise do capital em que a intensificação das migrações, em todas as suas modalidades e status, se torna

um fenômeno social dramático. São as agências da ONU que protagonizam a “governança migratória”: Agência da ONU para Refugiados -ACNUR, OIM – Organização Internacional para as Migrações e Organização Internacional do Trabalho.

Braz (2018) destaca que, embora exista um *migration management* cuja coordenação e busca de consenso tenha centralidade na ONU, existem diversos outros agentes não governamentais envolvidos. Para a autora, a operacionalização dessa governança migratória ocorre com uma difusão de modelos globais para as realidades regionais que acabam recebendo tais orientações, mas não deixam de considerar elementos de sua própria história econômica e política na construção de suas respostas à questão migratória, constituindo uma governança migratória regional.

A retração econômica e a expansão de ações xenófobas e racistas evidenciaram uma direção por parte principalmente dos países centrais da adoção de uma política cada vez baseada na soberania e na segurança nacional e menos na proteção social, ou melhor, dizendo, propondo outra forma de lidar com os mecanismos de proteção. A “guerra ao terror”, dinamizada a partir dos eventos de setembro de 2001⁵⁶, e os diferentes conflitos armados pulverizados nos continentes se tornaram a justificativa para organização de medidas restritivas, desestimuladoras e punitivas aos migrantes.

A ação política dos Estados, se valendo do discurso dos “interesses nacionais” ou “segurança do país”, dinamizam os instrumentos de poder já existentes e mobilizam novos, buscando também estruturar novas relações entre os Estados e entre os governos e os cidadãos. Com isso a proposta de um Estado eficaz se estrutura através de ferramentas de gestão espelhadas na iniciativa privada. Nessa perspectiva, o termo “governança” adquire status de categoria-chave mundial para a administração de negócios, para a atuação dos Estados, das instituições não governamentais e, como ressaltam Dardot e Laval, para “a condução mundo” na sociedade neoliberal (2016, p. 276).

No plano econômico uma boa governança passou a significar adequação aos ajustes estruturais que regulam o comércio e as finanças globais integrando os países ao mercado mundial. Tomando como exemplo a gestão empresarial, as ações dos Estados em diferentes áreas devem ser supervisionadas e avaliadas por agências e organismos que detém *expertise* nas atividades. Desse modo, os Estados acabam tendo importantes esferas de sua atividade sob controle de organizações supra-governamentais e privadas.

⁵⁶ Série de ataques à bomba, coordenados no território norte-americano em 11 de setembro de 2001.

Disso resulta que o modo como o exercício de poder se organiza envolve uma série de instituições políticas e jurídicas internacionais e nacionais, que não só executam ações, como também definem agendas dos Estados, contando com o apoio local. A governança na ação pública envolve então uma mescla de instituições como empresas, comunidades religiosas, associações, universidades, agências e ONGs internacionais, definida pelos autores como uma hibridação generalizada da ação pública.

Por isso Dardot e Laval destacam a importância política da categoria governança, que não só difunde a racionalidade da concorrência generalizada entre as nações em disputa por gestões de “boas práticas de governança”, como também estabelece uma relação de antinomia com a categoria “soberania”, tomada nesse contexto, especialmente para os países dependentes, como defasada. Os Estados passam a ser avaliados no sistema interestatal mundial não mais “por sua capacidade de assegurar soberania sobre um território, segundo a concepção ocidental clássica, mas pelo respeito que demonstra às normas jurídicas e às “boas práticas” de governança” (2016, p. 276).

Da argumentação sobre a governança de Estado, salientamos dois importantes aspectos. O primeiro é sobre a relativização do papel do Estado que aparece como débil na intervenção política e, na verdade, é o patrocinador de uma complexa articulação de interesses públicos e privados, nacionais e internacionais, apresentados como “boa prática de governança”. Na esfera global, esse aparente emaranhado de alianças e instituições supranacionais poderosas contribui para evidenciar uma governança mundial e ocultar a disputa cada vez mais tensa pelo poder mundial.

O segundo destaque se refere ao papel das instituições na produção de formas de existência, no caso, referenciadas ao mercado, a competição e a lógica de custos e benefícios. A recorrência a esta abordagem sobre a categoria governança e sua disseminação no aparato estatal nos parece muito oportuna na discussão sobre migração, particularmente em relação à intervenção das agências transnacionais.

A ação do Sistema ONU influencia e cria sistemas hierárquicos de direitos, e direciona de certa forma o debate público sobre migração, atuando como formadoras de opinião sobre o assunto e acionando para esta tarefa outros atores institucionais relevantes, como acadêmicos e *policy makers*. O processo dinâmico das migrações por vezes acaba ofuscado pelas categorias e status migratórios, especialmente o de refugiado e imigrante econômico. Deste modo, ao discutirmos as normativas internacionais e nacionais para a migração, é importante não perdermos de vista que o ato de migrar não é necessariamente uma ação individual, pois quando um indivíduo migra coloca em movimento uma estratégia que representa uma coletividade, seja

por questões de ameaça para sua vida ou por sua sobrevivência. As consequências dessa mobilidade também reúnem um conjunto de interesses e instituições.

Tendo as categorias migratórias uma relação direta com a necessidade de intervenção política sobre a migração, especialmente a internacional, os processos acionados de classificação dos migrantes que se desdobram em acesso a direitos para alguns e obstrução para outros, nem sempre revelam a complexidade envolvida nos deslocamentos. As categorias e status migratórios foram construídos historicamente, ao longo do desenvolvimento do capitalismo e das relações entre as nações, tendo como cenário opressões, convulsões políticas, conflitos, pobreza e desigualdade social e, por vezes, a associação de uma ou mais dessas situações.

Uma das primeiras classificações que contribuem para a aproximação com as regulamentações migratórias é a diferenciação entre migrações forçadas ou migrações voluntárias. A primeira se caracteriza pela fuga de guerras, perseguições de diferentes ordens e desastres ambientais. A segunda é comumente relacionada com a busca por melhores condições de vida, o que para o grande contingente populacional do planeta significa busca por melhores oportunidades de trabalho. Parreira e Batista (2013) explicam que as duas categorias são protegidas por instrumentos jurídicos internacionais de Direitos Humanos.

A migração involuntária conta com a atuação da Agência da ONU para Refugiados – ACNUR e tem normativas específicas amparadas pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional dos Refugiados e o Direito Internacional Humanitário.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos tem como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que estabelece um conjunto de direitos universais e indivisíveis a todo ser humano. Ao lado da Declaração foram detalhados em instrumentos mais específicos a proteção para determinados segmentos considerados mais vulneráveis ou certos direitos. O Direito Internacional Humanitário, que já tinha antecedentes do contexto da Primeira Guerra Mundial, se refere à garantia de direitos como saúde, alimentação, aos envolvidos em situações de guerras, especialmente as internacionais, e outros conflitos armados.

O Direito Internacional dos Refugiados tem como base o Estatuto de 1951 e se relaciona com as consequências diretas da Segunda Guerra Mundial. Refere-se àqueles que se encontram fora do país de sua nacionalidade ou residência por fundados temores de perseguição em razão de sua raça, credo, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opiniões políticas.

Sobre a migração voluntária, esta encontra proteção em tratados e resoluções da Assembleia da ONU e tem sido desde a primeira década do século XXI alvo de ações da

Organização Internacional para Migrações, órgão recentemente incorporado à estrutura da ONU. Embora as classificações involuntário/voluntário incluam diferentes categorias é comum a evidência nas mídias e debates políticos das condições de refugiado e imigrante econômico, quase sempre numa perspectiva de oposição.

Basso (2020) ao analisar o crescimento exponencial das migrações internacionais para a Europa avalia que as causas para os deslocamentos são estruturais e de longo prazo. Ao imediato são as guerras e conflitos que causam colapso na segurança dos civis, na estrutura urbana e nas atividades produtivas, restando a fuga ou a morte. Porém, a intensificação das desigualdades regionais e alianças destrutivas entre países centrais e periféricos têm provocado há longos anos, níveis de pobreza que afetam a sobrevivência das pessoas. O fluxo dos refugiados então se une ao fluxo histórico da imigração econômica. Para o autor, essa oposição, que na capilaridade das políticas sociais e ações de atendimento pode se transformar em disputa, em última instância tem um elemento comum: a agressiva expansão do capital global.

As emigrações sejam causadas por fatores econômicos, políticos, militares, culturais ou mesmo por uma mistura desses fatores, são sempre emigrações forçadas. Ninguém deixa "voluntariamente", alegremente, seu lugar de nascimento. Por isso, prefiro falar de emigrantes e não migrantes, para destacar, sobretudo, que se provém não de lado nenhum, mas de um preciso contexto sociocultural e nacional, e em segundo lugar que, se o deixei, é porque me vi forçado a deixá-lo. Ainda que tenha se tornado de uso corrente falar de migrantes, concordo com A. Sayad em dizer que os humanos não são jamais migrantes (como os pássaros), mas sim sempre emigrantes e imigrantes, posto que os emigrantes, qualquer que seja a consciência que tenham, depois de terem sido desgarrados de sua própria terra de origem, buscam um novo lugar no qual radicarem-se (s/n).

Tomar criticamente as categorias migratórias significa entendê-las como construção necessária em determinados períodos da nossa história. Refugiado e imigrante econômico são classificações que garantem inclusão ou exclusão a um conjunto de direitos e proteção social e são ao mesmo tempo condutos para o reconhecimento e interpretação da migração ao longo do desenvolvimento da sociedade.

2.2.1 Refúgio e a proteção às violações dos direitos humanos

Segundo Andrade (2005), na agenda de vários Estados e da Liga das Nações o refúgio constava como uma prioridade, sendo compreendido como refugiados “pessoas que, devido a conflito armado ou ao regime político vigente nos seus países de origem, e na impossibilidade de gozarem de proteção nacional, se veem obrigadas a se dirigir a outros Estados em busca de proteção internacional” (2005, p. 60). De acordo com o autor, esta preocupação tinha a

dimensão de aproximadamente dois milhões de desnacionalizados russos na Europa e Ásia. Segundo Jubilut (2007), a preocupação com os russos fugindo das alterações políticas do seu país, no século XX, inaugura a proteção institucionalizada aos que buscam proteção fora de seu território de origem⁵⁷. A criação de regras internacionais para o refúgio neste período tem como preocupação não apenas os refugiados, mas também os países que os receberiam. Para os países receptores, tendo em vista o aumento do contingente de refugiados, estes migrantes poderiam significar uma instabilidade política e uma ameaça à sua segurança.

Até então a configuração geopolítica internacional, no século XX, dividia em Estados, nações independentes regidas por suas próprias regras, não havendo regras internacionais para os refugiados. Jubilut (2007) observa que, mesmo com a criação de regras internacionais, o refúgio se manteve tratado como “um problema pontual, tanto espacial quanto temporalmente”. Desta forma, a Organização Internacional de Refugiados – OIR - foi criada para atender segmentos específicos de refugiados e com previsão de término de suas atividades, o que ocorreu no início da década de 1950.

No contexto mais complexo do fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas - ONU - em 1945, estima-se que entre 1939 e 1947, 53.536.000 pessoas foram deslocadas das suas cidades e países de origem (GINESY, 1948, p. 70 apud ANDRADE, 2005, p. 61). Produziu-se um número jamais visto até então de refugiados. Dois tipos de refugiados produzidos na Segunda Guerra se destacam: judeus que no início da guerra foram deportados da Alemanha tendo retirados seus bens e nacionalidade; não judeus que durante a guerra abandonaram seus países (sem serem deportados, ou antes, de serem ou para não serem) por causa de perseguição e por não contarem com proteção estatal (JUBILUT (2007).

Com o término da guerra e a criação do Estado de Israel, ocorreu o êxodo de palestinos que lá habitavam e passaram a ser rechaçados daquele território. Sobre esta questão observa Jubilut:

É interessante notar que os palestinos não são abrangidos pelo sistema geral de proteção dos refugiados. Há duas explicações para tal fato. De um lado, há autores que entendem que a condição de refugiados dos palestinos decorre da criação do Estado de Israel patrocinada pela Organização das Nações Unidas, e em função disso, caso fossem tidos como refugiados, estar-se-ia admitindo que a Organização das Nações Unidas “criou” refugiados, estabelecendo-se, com isso, um paradoxo de sua atuação: proteção *versus* produção de refugiados. De outro lado, há autores que

⁵⁷ A autora afirma que a questão de seres humanos que precisam de proteção fora do seu território de origem em função de perseguição existe desde a expulsão dos judeus da região da que hoje compõe a Espanha no século XV. Em seguida os muçulmanos expulsos da mesma região no século XVI, os protestantes expulsos dos Países Baixos por volta de 1577, os huguenotes que fugiram da França em 1661. Contudo tais eventos não mobilizaram institutos jurídicos internacionais (JUBILUT, 2007).

apontam a existência da reserva geográfica presente na Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados [...] como o principal motivo da criação de dois órgãos separados. Em face de tal situação, a ONU estabeleceu um órgão próprio para tratar a questão dos deslocados palestinos (Agência das Nações Unidas para Auxílio e Trabalho para Refugiados Palestinos no Oriente Médio, também denominada em português de Organismo de Obras Públicas e Socorro das Nações Unidas para Refugiados Palestinos no Oriente Próximo), excluindo-os da competência de seu órgão especializado no tema dos refugiados (p. 26, 2007).

Evidencia-se, portanto, o trato político-ideológico deste órgão internacional às questões globais, em particular a questão do refúgio e dos deslocamentos. Embora possam ter aparência de impulsos naturais de sobrevivência ou contingências históricas estão inseridas em questões de disputa e dominação que envolvem interesses políticos, econômicos e culturais.

A Agência das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR – herdou o plano global de atuação da OIR, porém com o envolvimento de mais países. O ACNUR, criado em 1951, inaugurou uma nova fase na proteção internacional dos refugiados, e é atualmente o organismo responsável pelos refugiados no âmbito da ONU. Os critérios para a obtenção do status de refugiado estão descritos nos documentos internacionais chancelados pela ONU, Convenção de Genebra ou Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, de 1967.

A convenção criada nos pós Segunda Guerra está baseada no artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948: “toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar de asilo em outros países” (ACNUR, 2015). Ratificada por 145 países é a principal referência em relação aos refugiados e deslocados.

A atuação do ACNUR assinala o início efetivo da organização internacional da proteção a refugiados e promove alteração na qualificação do refúgio. Anteriormente o reconhecimento do status de refugiado se dava somente por critérios coletivos, pois se concedia proteção para indivíduos que comprovassem ser membros de um determinado grupo perseguido, não sendo necessária e nem prevista a comprovação da individualização da perseguição. A partir da atuação do órgão, passou-se a efetivar também a qualificação de refugiados considerando perseguições individuais. Outra limitação inicial foi uma restrição temporal e espacial que definia com público da Convenção os deslocados antes de 1951, na Europa.

Devido à abrangência da influência da ONU, o ACNUR universalizou o tema do refúgio, o que implicou em melhor receptividade ao debate da acolhida nos países. Com isso, ampliou-se a divulgação internacionalmente, facilitando e fomentando legislações nacionais e a efetivação dos acordos internacionais sobre refúgio⁵⁸.

⁵⁸ Jubilut (2007) observa que a fase inicial de universalização do debate e dos diplomas internacionais sobre o refúgio coincidiu com a Guerra Fria e a questão dos refugiados foi utilizada também como propaganda

O Protocolo de 67 surge num contexto de novos deslocamentos dentro e fora da Europa com movimentos separatistas na Ásia e Guerras de independência de países na África. Novos Estados independentes foram criados e novo contingente de refugiados surgiu. Tais eventos contribuíram para a ampliação da definição de refugiado através da Convenção de Organização de Unidade Africana, de 1969. Ainda na perspectiva de ampliação da definição de refugiados, a Declaração de Cartagena de 1984, considerando as ditaduras instaladas em diversos países da América Latina, admite como causa para solicitar o direito ao refúgio a ocorrência de grave e generalizada violação de direitos humanos.

O fim da Guerra Fria e o contexto da globalização neoliberal inaugura um período de contradições permanentes, marcadas por conflitos internos nos países justificados por questões étnicas e religiosas e por contradições econômicas⁵⁹, que levam significativos contingentes populacionais a deixarem seu país em busca de melhores condições econômicas, situação que não configura refúgio, mas é muito verificada nas solicitações, configurando os imigrantes econômicos. São estas últimas situações alvo de grande parte das estratégias criminalizantes, sempre com justificativa de que causam risco para a economia do país receptor.

O refúgio, articulado ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, é aplicado quando se verificam fortes violações dos direitos humanos, geralmente em conflitos e guerras. A acolhida prevista nos documentos da ACNUR abrange proteção, a aplicação das leis internacionais e locais; assistência ao refugiado; integração.

Os elementos essenciais para a definição do refúgio, como vimos, são: a perseguição, o fundado temor de que a perseguição ocorra, a extraterritorialidade. Quanto à perseguição, Jubilit (2007) explica que o agente pode ser do Estado⁶⁰ como pode ser não estatal, e se configura quando ocorre uma falha sistemática e duradoura na proteção dos direitos humanos, o que inclui “o direito de não ser submetido à tortura, de não ser escravizado, à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, de não sofrer prisão arbitrária” (p. 46).

O fundado temor de que a perseguição ocorra tem uma dimensão subjetiva, presumindo-se que todos os solicitantes gozam dele somente por terem solicitado o refúgio. É uma dimensão objetiva que consiste na verificação das condições objetivas do Estado do qual provém o

política dos blocos adversários, a busca por refúgio em um dos blocos por cidadãos do bloco adversário significava a superioridade de um sobre o outro.

⁵⁹ É digna de nota ainda a Guerra no Afeganistão nos anos de 1990 que produziu, e ainda produz no pós-guerra, refugiados.

⁶⁰ Alguns Estados só compreendem a perseguição em casos em que ela seja perpetrada por agente estatal, a autora considera esta uma interpretação restrita.

solicitante em relação ao próprio solicitante⁶¹. A extraterritorialidade diz respeito à necessidade do solicitante estar fora do Estado ou território de ameaça. Atualmente, com o fechamento das fronteiras, há um esforço por parte de instituições de defesa dos direitos humanos de diminuir a relevância desta exigência (JUBILUT, 2007).

Outro aspecto é o fato de o solicitante precisar demonstrar ser merecedor da proteção e, portanto, reunir o maior número de evidências e comprovações, mostrando ainda que a situação que o tornou refugiado não deixou de existir (JUBILUT, 2007; NAVIA, 2014).

Os problemas clássicos para a concessão do refúgio são o racismo, nacionalidade, religião e filiação a certo grupo social. Como vimos, documentos mais recentes ampliaram as possibilidades para a concessão do refúgio, incluindo questões reivindicadas na África e América Latina, a grave e generalizada violação de direitos humanos, situações de extrema violência. Outras questões passaram a integrar o debate internacional sobre refúgio como perseguição relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero (BONIS, 2017).

O desenvolvimento dos Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos vai absorvendo as tensões políticas dos continentes. Na América, por exemplo, os EUA não se comprometeram com a unidade do sistema e não participaram da Convenção Americana de Direitos Humanos que entrou em vigor em 1978. Na Europa, especialmente em relação à migração, países têm ignorado ou burlado o compromisso com o Sistema de Direitos Humanos adotando posturas cada vez mais repressoras. Foi o caso do Regulamento de Dublin, assinado em 1990, mas não adotado pela União Europeia. O objetivo do tratado era agilizar as solicitações de refúgio e asilo e proteger os solicitantes do desgaste do processo em diferentes países do bloco.

Nas últimas décadas, o cenário mundial das migrações apresentou alterações quantitativas e qualitativas. Os maiores desafios, segundo o ACNUR (2010), são os fluxos cada vez mais mistos que colocam refugiados e imigrantes econômicos sob condições de expulsões semelhantes; e o fato deles compartilharem com cada vez mais frequência das mesmas rotas migratórias, ficando expostos a perigos e violências similares.

⁶¹ A entrevista no país de acolhida acaba sendo um procedimento importante para a verificação do fundado temor, segundo Jubilut (2007), entrevistador e entrevistado dividem a responsabilidade de estabelecer as evidências do fundado temor. Navia (2017) problematiza os procedimentos burocráticos para a obtenção do status de refugiado, a autora mostra em sua pesquisa o quanto as dinâmicas burocráticas institucionais expressam a concepção e as respostas dos Estados Nacionais sobre o refúgio. Sua pesquisa articula as categorias de Regimes Repressivos e Regimes Complacentes para explicar os processos constituídos nas instituições no Brasil para os solicitantes de refúgio, concluindo que há uma articulação de controle nos órgãos repressivos e nos órgãos assistenciais que constitui uma racionalidade burocrática que determina a percepção do país sobre os refugiados e impactos nas subjetividades dos solicitantes baseada na desordem, desespero e impossibilidades.

O ACNUR define como público de sua atuação:

Refugiados: são pessoas que estão fora de seu país natal devido a fundados temores de perseguição relacionados a conflitos armados, questões de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, como também por imposição da violação generalizada de direitos humanos.

Solicitante de refúgio: alguém que solicita às autoridades competentes ser reconhecido como refugiado, mas que ainda não teve seu pedido avaliado definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio.

Deslocados internos: são pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para encontrar proteção. Neste sentido, continuam – ao menos teoricamente – sob a proteção do seu país de origem.

Apátridas: são aqueles que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países.

Retornados: refugiados e solicitantes de refúgio que retornam voluntariamente a seus países de origem. B(ACNUR, 2019, p. 14).

No atendimento aos refugiados e demais populações sob seu critério de elegibilidade, o ACNUR prevê soluções duradouras: repatriação voluntária, reassentamento e integração local. A primeira garante ao refugiado o retorno ao seu país de origem e, quando há condições, a integração local. O reassentamento ocorre em casos em que permanecer no país no qual solicitou o refúgio representa um risco, seja por “problemas de segurança, integração local ou falta de proteção legal e física” (ACNUR, 2019, p. 15). Neste caso, o ACNUR busca instalar o refugiado em um terceiro país.

Integração local, de acordo com reflexões produzidas por Thomé (2019), é uma categoria polissêmica porque pode se referir tanto à construção de uma relação entre refugiado e sociedade receptora que acomode um novo projeto de vida e permanência, respeitando sua cultura e história, e pode se estabelecer com imposições de assimilação; como também pode significar uma política complexa, pois envolve todo um aparato institucional de direitos que incluem aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

A Organização Internacional para as Migrações – OIM e a OIT - abrangem diferentes categorias migratórias em sua atuação e desenvolvem ações em interseção com o ACNUR. A OIM vem ampliando sua intervenção do âmbito consultivo para definição e implementação de políticas migratórias nos Estados para o financiamento e execução de projetos.

Criada em 1951, com o nome de Comitê Intergovernamental Provisório para os Movimentos de Migrantes da Europa (PICMME) e com a responsabilidade de reassentar e transportar deslocados forçados e imigrantes se torna Organização Internacional para as Migrações, em 1989, o que a transforma de “agência de logística para agência de migração”. Inicialmente atuando como uma ONG internacional se efetiva no Sistema ONU em 2016, tendo

como marco deste ingresso a conferência que se desdobrou na Declaração de Nova York, sobre a qual falaremos adiante (OIM, 2020).

A OIM atua sob o lema de promover a migração humana ordenada e segura. Sua proposta institucional refere-se a ações de apoio aos Estados oferecendo capacitação sobre legislação internacional, compilação de dados e elaboração de perfis migratórios, promoção de espaços e ações de cooperação internacional, regional e bilateral além da organização de fóruns sobre a temática migratória.

Ashutosha e Mountzb (2010) observam que a expansão da ação da OIM inclui uma gama de projetos definidos pela agência como de gestão da migração, são exemplos: projetos que visam proteger migrantes da ação do tráfico de drogas e de pessoas, construção de moradias para vítimas de desastres ambientais, reassentamentos, repatriações, treinamento de profissionais para atuação em fronteiras, administração de centros de refugiados, serviços médicos, projetos de desenvolvimento econômico para migrantes. Acompanhou essa ampliação de atuação o aumento do número de Estados-membros, do número de funcionários e do orçamento.

É certo que a OIM tem uma agenda internacional, regional e local para a migração e atua numa perspectiva de governança global das migrações, que se fortaleceu a partir da década de 1980. Sua atuação, na medida em que evidencia a necessidade da gestão ordenada e segura das migrações, pode contribuir para a percepção política desse fenômeno como uma desordem natural e perigosa não só para os próprios sujeitos migrantes como para as sociedades que os recebem.

A última agência da governança global das migrações que destacamos⁶² é a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Embora a tenhamos colocado por último, já mencionamos que sua criação se insere no bojo do Tratado de Versailles, dada a importância que a luta de classes havia adquirido. A própria instituição apresenta sua atuação na regulamentação do trabalho internacional como a responsável pelas “regras do jogo” (OIT, 2014).

Reúne representantes de governos, empresários e trabalhadores de 187 países. As convenções⁶³ e regulamentações⁶⁴ elaboradas de proteção ao trabalho são aprovadas nas Conferências Internacionais do Trabalho. Além disso, a supervisão da implementação das

⁶² Outras agências ligadas a ONU também estão envolvidas no debate e ações sobre migrações, como por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. No âmbito de nosso estudo consideramos como centrais as três abordadas ACNUR, OIM e OIT.

⁶³ As convenções têm caráter de tratados internacionais e os países que as assinam se comprometem em seguir suas determinações.

⁶⁴ São princípios orientadores não sujeitos a obrigatoriedade.

convenções nos países membros e a produção de informações são atuações da OIT. A Convenção n. 97 e a Convenção n.143 são as principais que visam proteger o trabalhador migrante. Falaremos sobre elas mais adiante.

2.2.2 O Refúgio no Brasil

O Brasil é signatário das Convenções sobre acolhimento de refugiados. O Comitê Nacional para Refugiados- CONARE – é um órgão do Ministério da Justiça, responsável pela análise das solicitações. Nos casos que não atendem aos requisitos de refugiados e que são recusados, a legislação permite que se encaminhe para o Conselho Nacional de Imigração – CNIg - para nova avaliação. Segundo Fernandes (2015), o uso deste dispositivo, agora garantido na Lei de Migração, foi um longo processo de luta protagonizado pela Pastoral da Mobilidade Humana da Igreja Católica, em função da situação dos haitianos. O CNIg⁶⁵ é um órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública composto por representantes governamentais, de empregadores e de trabalhadores, com incumbência de orientar, coordenar e fiscalizar as atividades de imigração (SPRANDEL, 2015, p. 49).

As principais referências legais, além da Constituição Federal sobre migrações no Brasil, são: A Nova lei da Imigração (2017); Código Penal; Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Refúgio (SPRANDEL, 2015). A estrutura governamental antes contava com o extinto Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente os Ministérios da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores e da Defesa têm tido papel determinante.

Pesquisadores⁶⁶ apontam para a burocratização dos órgãos governamentais e observam ainda que a retórica da cordialidade se traduz em ações que recebem o imigrante, mas depois atribui apenas a ele o sucesso, na lógica do “vire-se, vê o que consegue”⁶⁷. Ou seja, soluções individuais sem suporte substantivo por parte do Estado.

O Brasil conta com uma estrutura de apoio da ONU, desde 1977, particularmente atuando nas iniciativas da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e São Paulo, mas foi no

⁶⁵ Inicialmente vinculado ao extinto Ministério do Trabalho e Emprego, que teve suas atividades redistribuídas em 2019 para o Ministério da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sua extinção se deu no bojo das medidas da contrarreforma dos direitos do trabalho no Brasil iniciada na gestão de Michel Temer em 2016 com continuidade e aprofundamento no governo Bolsonaro.

⁶⁶ Seyfert (2002), Fernandes (2015), Sprandel (2015), Lussi (2015)

⁶⁷ Tatiana de Almeida Accioly em comunicação no V Seminário do NIEM - Migrações: rumos, tendências e desafios, mesa: O debate sobre políticas de imigração no Brasil em 13 de Agosto de 2015, conclui com base em suas pesquisas que essa lógica atravessa tanto as ações governamentais direcionadas para o trabalho quanto às ações com base em direitos humanos, o que na sua percepção torna a ação da sociedade civil, em especial da Pastoral da Mobilidade Humana tão relevante e fundamental para os imigrantes

período Pós Segunda Guerra Mundial que houve o registro da chegada dos primeiros refugiados no Brasil. Segundo Andrade (2005) essa recepção foi negligenciada pelo governo brasileiro que não cumpriu as diretrizes de acolhimento, tratando o grupo como imigrantes econômicos. Com a pressão da Organização Internacional para Refugiados, o Brasil acabou por receber outros grupos de refugiados de modo que “alcançou-se, entre dezembro de 1948 e agosto de 1949, a cifra de 14.016 pessoas, recepcionadas e encaminhadas para vários estados, encabeçando a lista de 28 nacionalidades os poloneses (5.468) e os húngaros (1.450)” (2005, p. 80).

O Brasil recebeu a partir do final da década de 1950, refugiados de países latinos sob regimes ditatoriais, porém dada a própria experiência autocrática atuou no sentido de providenciar reassentamento em outros países. É só a partir de 1990 que o refúgio toma uma dimensão maior no Brasil, especialmente pela chegada de angolanos em busca de proteção das violências da guerra civil (JUBILUT, 2007).

O CONARE é o órgão responsável pela análise dos pedidos de refúgio. Este órgão é composto por entidades da estrutura do governo brasileiro, por representantes da Sociedade Civil e pela entidade internacional ACNUR.

Para os estrangeiros que chegam essa organização institucional nem sempre é clara. Navia observa que:

Na maioria das vezes, o contato direto dessas pessoas se estabelece com as funcionárias da Cáritas e com a Polícia Federal. A Cáritas, algumas vezes, se apresenta e são referidas pelas pessoas como Acnur, mas não assumidas como Conare, a Polícia Federal também não é pensada como tal. Essa situação colabora com que o comitê apareça como uma figura distante (2017, p. 68).

Como vimos, estar em território nacional é condição fundamental para a solicitação do refúgio, e mesmo que tenha ingressado em condições consideradas irregulares cabe a solicitação. Tendo em vista todo contexto de criminalização e coerção à imigração, muitos estrangeiros têm acionado o recurso do refúgio⁶⁸ como estratégia de permanência no Brasil, visto que uma vez se identificando à Polícia Federal como refugiados e preenchido o formulário de solicitação⁶⁹, cabe ao CONARE os procedimentos de avaliação. Enquanto a avaliação está em curso é fornecido o protocolo de solicitante de refúgio, o que possibilita o acesso a serviços e configura uma documentação oficial no país até que seu pedido seja deferido ou não.

⁶⁸ Informação relatada pela equipe da Cáritas Diocesana do Rio de Janeiro em evento no Conselho Regional de Serviço Social/7ª Região, 16 de setembro de 2018. Atentas a esta situação entidades têm inserido em suas cartilhas explicações a respeito da diferença entre migrantes vulneráveis e solicitantes de refúgio.

⁶⁹ O formulário para solicitação da condição de refugiado é realizado agora através de um sistema online, o SISCONARE. Muitos questionamentos têm sido feitos a respeito do acesso a uma conexão estável e ao fato da funcionalidade em outras línguas ainda não estar habilitada.

É por esse motivo que os senegaleses constam em números significativos nas solicitações de refúgio, porém são quase inexistentes nos dados de refugiados reconhecidos. O Senegal não é reconhecido como país que oferece os riscos definidos na regulamentação internacional sobre o refúgio, por isso, das solicitações realizadas pouquíssimas são deferidas.

Segundo o ACNUR (2020), os deslocamentos forçados em consequência de conflitos, perseguições e graves violações de direitos humanos atingiram mais de 79,5 milhões de pessoas, das quais aproximadamente 29,6 milhões foram reconhecidas como refugiadas, 4,2 milhões são solicitantes de refúgio e 10 milhões como apátridas, 45,7 milhões são deslocados internos. Destes deslocados forçados, 68% se referem a cinco países: 1ª Síria; 2º Venezuela; 3º Afeganistão; 4º Sudão; 5º Myanmar.

Em 2018, o Brasil recebeu 80.057 solicitações de refúgio de 84 países, 61.681 (77% do total) foram de venezuelanos. Foram deferidos, ou seja, reconhecidos como refugiados 777 pessoas, sendo 476 sírios. No mesmo ano, foram concedidas extensão da condição de refugiado para 309 pessoas. Dessas, 134 eram da República Democrática do Congo, ou seja, do total de reconhecimentos da condição de refugiado, sírios e congolezes foram as principais nacionalidades. Desse total, 34% eram mulheres (MJSP, 2019).

Alguns fluxos pressionam e tensionam as respostas migratórias no Brasil, especialmente sobre a caracterização de refugiados e imigrantes econômicos. Foi assim com os haitianos, principal nacionalidade na recente migração no Brasil, segundo o MJSP (2019). Muitos elementos estão envolvidos na vinda de haitianos para o Brasil. O terremoto, em 2010, aparece como motivação determinante principalmente na grande mídia, mas pesquisadores têm mostrado outros importantes elementos explicativos como a restrição e coerção nos destinos historicamente acessados por eles, como República Dominicana e EUA e a influência da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – Minustah – coordenada pelo Brasil no território haitiano (FERNANDES, 2015; SEGUY, 2016). No caso dos haitianos foi usado um dispositivo legal de concessão de vistos de permanência humanitários e vistos de permanência.

No caso dos venezuelanos, em 2018, foram concedidas autorizações de residência. Com o aumento do fluxo e as crescentes tensões, especialmente na fronteira em Roraima, com significativo aumento de demanda para os serviços sociais, conflitos envolvendo a população local, situações de deportação e pressão para fechamento da fronteira, foram reconhecidos de uma só vez, em 2019, mais de 20.000 solicitações de refúgio de venezuelanos, segundo o

Ministério da Justiça⁷⁰, e até meados de 2020 foram 37 mil reconhecimentos da condição de refugiado.

2.2.3 Migração Econômica Internacional

A construção de barreiras físicas e outros equipamentos coercitivos nas fronteiras internacionais têm sido muito associada ao debate ou denúncias sobre recrudescimento do controle da imigração, quase sempre relacionada a um tipo de migrante, aquele que busca trabalho fora de seu país de origem e migra à margem dos sistemas regulatórios internacionais. Vejamos algumas das definições utilizadas pela OIM⁷¹:

Imigrante - Do ponto de vista do país de chegada, uma pessoa que se muda para um país que não seja o de sua nacionalidade ou residência habitual, para que o país de destino se torne efetivamente seu novo país de residência habitual.

Migração internacional - O movimento de pessoas para longe do local de residência habitual e através de uma fronteira internacional para um país do qual não são nacionais.

Migração irregular - Movimento de pessoas que ocorrem fora das leis, regulamentos ou acordos internacionais que regem a entrada ou saída do Estado de origem, trânsito ou destino.

Migração laboral - Circulação de pessoas de um Estado para outro, ou dentro do seu país de residência, para fins de emprego.

O pertencimento a um Estado-nação é o fator determinante no deslocamento mundial. Parreira e Batista (2013) observam que a circulação internacional sempre esteve relacionada com o controle do Estado, mas que com o aumento dos fluxos migratórios tem sido tratados com crescentes restrições e associados à desestabilização política e econômica. O direito de ir e vir no âmbito internacional é suplantado pelo poder da regulação dos Estados, e nesse sentido as autoras afirmam: “não há regulamentação do direito de imigrar” (2013, p. 08). Explicam que a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU:

[...] estabelece em seu artigo 13.1 o *direito de circulação dentro de determinado estado*, e o artigo 13.2, consagra o *direito de circulação do indivíduo no espaço internacional*. Não se reconhece, entretanto, o direito do indivíduo se estabelecer em país diverso daquele de sua nacionalidade. Em outras palavras: a DUDH estabelece o princípio de reserva legal quanto às restrições aos direitos de locomoção e de imigração, mas não é clara quanto ao reconhecimento do direito à emigração. Protege-se o direito de sair do país, mas não o de entrar em outro país. A mesma contradição permanece no Pacto de Direitos Civis e Políticos. Questões como o direito à entrada, ao estabelecimento, à concessão de cidadania, se referem à soberania estatal, estão na esfera nacional, não havendo um *direito humano à imigração* (Ibid, p. 11).

⁷⁰ Disponível em: <https://www.novo.justica.gov.br/news/conare-estende-condicao-de-refugiados-a-mais-de-700-criancas-e-adolescentes-venezuelanos> Acesso em 22 mai. 2020.

⁷¹ Disponível em: <https://brazil.iom.int/> Acesso em 15 jul. 2020.

A bandeira do direito de migrar está, como tantas outras, inserida nas contradições e luta de interesses que se estabelecem em torno da garantia dos direitos humanos como um conjunto de garantias a todos da espécie humana⁷². As convenções da ONU vêm reconhecendo que alguns grupos sociais são mais vulneráveis às desigualdades sociais e, por isso, além da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos são constituídos outros mecanismos de proteção destinados a eles. Para imigrantes, especialmente os indocumentados – geralmente tratados como irregulares – se destacam um conjunto de deliberações.

As convenções da OIT sobre as questões do trabalho e imigração que se preocupam com o trabalhador imigrante são de contextos históricos diferentes. Destacamos:

Convenção no19 da OIT, de 1925 - trata da igualdade de tratamento devida aos trabalhadores estrangeiros e nacionais em caso de acidentes de trabalho, obrigando os países membros da OIT em matéria de indenizações. Ratificada por 120 países.

Convenção no97 da OIT, de 1939, revista em 08/06/1949 - se dirige ao “trabalhador imigrante”, definindo-o como aquele que “emigra de um país para outro com vistas a ocupar um emprego que não seja por conta própria” (art. 11).

Convenção no143 da OIT, de 04/06/1975 - enfrenta o problema das imigrações irregulares, afirmando a necessidade de se *regularizar o trabalhador em situação ilegal*. Na Convenção estão previstas punições para os traficantes de mão de obra e para os empregadores que admitem as condições ilegais, prevendo a colaboração internacional para que as sanções sejam efetivas (Parreira e Batista, 2013, p. 12).

A Convenção n. 97 se refere a trabalhadores documentados e elimina os trabalhadores em atividades consideradas informais. Foi ratificada pelo Brasil em 1966. A Convenção n. 143 não foi ratificada pelo Brasil, e seu contexto é o de transformações no trabalho e de uma realidade imigratória econômica intensa e fortemente constituída de imigrantes indocumentados. Não por acaso, nas décadas seguintes, o debate sobre os trabalhadores imigrantes toma um vulto maior no Sistema Internacional de Direitos Humanos e na mesma proporção (ou numa proporção maior) proliferam-se ações coercitivas sobre esses trabalhadores sob o argumento da segurança nacional.

A Convenção de Proteção aos Trabalhadores Migrantes e Suas Famílias, de 1990, inclui os indocumentados em suas preocupações e aborda liberdades individuais, como a religião, a proteção contra discriminações no trabalho o que envolve salários, jornadas de trabalho e outros direitos. Essa convenção foi ratificada em 2011, quando o 41^o⁷³ Estado-membro assinou.

Observam Parreira e Batista (2013) que nenhum dos países centrais com grandes fluxos imigratórios ratificou a convenção, e que o Brasil foi o único do MERCOSUL que não assinou. Explicam as autoras que o próprio conteúdo do documento justifica a não adesão, pois seu

⁷² Daí a luta política internacional do “Direito de Movimento” e “Nenhum ser humano é ilegal”.

⁷³ O mínimo de adesões necessárias.

conteúdo não cria novos dispositivos e, sim, reforça direitos já estabelecidos, além de ser de interpretação restritiva, ou seja, oferece parâmetros que cabe ao Estado ampliar ou não, mas o fato é que a Convenção aborda dois elementos tensionados na dinâmica das migrações econômicas: a referência aos imigrantes “irregulares” e a proteção ao trabalho.

A importância política desta Convenção tem relação direta com a situação vivenciada pelos imigrantes econômicos já naquele momento. O texto do documento provoca os países a elaborar políticas migratórias que absorvam os imigrantes indocumentados e suas necessidades, além de prever mecanismos internacionais para tratar de discordâncias como o Comitê de Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de seus Familiares (PARREIRA; BATISTA, 2013).

Em 1998, a OIT, reconhecendo as mudanças e tensões crescentes na esfera do trabalho com a deslocalização da produção e a exploração do trabalho cada vez mais agressiva a segmentos considerados vulneráveis, estabelece a Declaração sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho. Define recomendações que abordam o direito à sindicalização; a eliminação de formas de trabalho forçado ou obrigatório; combate ao trabalho infantil e eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação, o que inclui imigrantes de diferentes status⁷⁴. São legislações complementares à atenção aos imigrantes internacionais as que se referem ao tráfico de pessoas e trabalho análogo à escravidão.

A proteção ao trabalhador imigrante acaba se constituindo pulverizada e frágil internacionalmente e, nos anos 2000, concomitante ao seu aumento, em 2004, a ONU registrava 2,4 milhões de imigrantes em busca de melhores condições de vida nos países desenvolvidos do Norte Global, período em que se expande também a resistência e mesmo o boicote aos direitos humanos. Liderado pelos EUA, posteriormente reproduzido por países na Europa, o tratamento aos refugiados e imigrantes econômicos se torna cada vez mais restritivo e violento. Segundo Marques (2006) este período pode ser considerado o “emblema de um ciclo” que marca o rompimento da principal potência mundial com os compromissos formais com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o que tem efeito tanto em outros Estados Imperialistas, quanto nos Dependentes. A partir daí, as barreiras e inconsistências legais se associam com regularidade em muitos territórios, com muros e demais bloqueios físicos.

⁷⁴ Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_230648.pdf Acesso em: 20 ago. 2020.

3 MELHOR EXÓTICO DO QUE TEMIDO: SENEGALESES NO MUNICÍPIO DE NITERÓI/RJ

3.1 Notas do campo: a aproximação aos sujeitos da pesquisa

Cabe recuperarmos aqui o evento que determinou a organização de nossa pesquisa. Nossa relação com a cidade de Niterói, para além de turista, se estabeleceu a partir da inserção laboral na Universidade Federal Fluminense, no campi situado no município. Por isso, a percepção dos ambulantes senegaleses na região central de Niterói se deu concomitante às descobertas e sensações de quem vivenciava uma construção de relações e vínculos com esse território.

Conforme mencionado na introdução deste trabalho o testemunho de agressões xenófobas e racistas a um ambulante senegalês em meados de 2015 nos causou um impacto de múltiplas dimensões. Esse trabalhador imigrante vendia artesanato e acessórios femininos e masculinos que, por suas formas e cores, remetiam ao continente africano. Os produtos estavam expostos no chão sob um tecido também com referências à África. Eu me aproximava, como de outras vezes, para comprar pulseiras, quando um homem muito alterado e esbravejante dirigiu as seguintes ofensas ao ambulante: “porque não volta pra sua terra? Um monte de macaco fedido aqui no nosso país roubando nossos empregos...”.

Foi tudo muito breve. O ambulante permaneceu calado como se não devesse dar atenção ao ocorrido. Para nós o efeito foi monumental. Embora já tivéssemos comprado os produtos naquele local, não saberíamos dizer se foi do mesmo homem que ali estava, nunca nem nos tinha ocorrido saber sobre o país de origem do vendedor e mais, o interesse pelas peças chamadas na linguagem mercadológica de “étnicas”⁷⁵ era a motivação para a ida às compras, mas nos pareceu demasiado superficial o total desinteresse pelo trabalhador que tivéramos até aquele momento. Tentamos comentar sobre o ocorrido, mas o vendedor se limitou a realizar a

⁷⁵ Munanga (2003) problematiza o uso do conceito de etnia de forma essencialista e estática esvaziando seu conteúdo social, cultural e histórico o que para o autor acaba por reproduzir racismo. É considerado “étnico” um conjunto de diferenças atribuídos a um determinado grupo, por exemplo, os negros africanos, no entanto na África há diversidade e mudanças ao longo do processo histórico. No caso da migração esse debate nos parece bem pertinente, pois o “empreendimento étnico” ou “mercado étnico” ao mesmo tempo em que se torna interessante para os imigrantes que podem explorar um nicho de vendas também constrói uma homogeneidade em determinado grupo desconsiderando especificidades. Martins Jr (2020) ao estudar imigrantes brasileiros em Londres identificou entre os próprios brasileiros uma diferenciação, entre aqueles que dependem de trabalhos em comércios étnicos de roupas e comidas e outros que buscam se afastar do que consideram um estereótipo do brasileiro que os marca racialmente e dificulta a integração social.

venda sem interesse em conversar, para nós nem ficou explícito se ele se comunicava bem em português.

Nossa primeira impressão foi a de que a cor da pele e a atividade laboral por ele desempenhada expressavam determinações relevantes de uma realidade complexa, como é a de imigrantes econômicos. Naquele momento, nossa percepção e interesse foram forjados, mais pelas semelhanças da condição de trabalhadora negra do que pelas particularidades da condição migratória. No entanto, sabemos que os elementos, que para nós gerou identificação, são os mesmos que provocam rejeições e barreiras nas relações institucionais e nas demais experiências cotidianas.

A nacionalidade do ambulante só saberíamos semanas depois, através da informação fornecida por um estudante universitário da Guiné-Bissau, no Brasil, para o curso superior que nos disse “são senegaleses! Eles estão espalhados pelo mundo com suas mercadorias”. O tom nos pareceu demasiado preocupado em delimitar um distanciamento de classe e nacionalidade/etnia.

A partir daí buscamos entender as circunstâncias sociais e históricas que determinaram o movimento migratório deste grupo para o Brasil, os desafios e as conexões que se apresentam na relação presente/passado dos antecedentes imigratórios brasileiros. Essa foi a maneira como se tornou possível para nós os estudos sobre migração. Poderíamos ter explicado as condições de emergência do interesse de pesquisa a partir da formação em serviço social, atenta às manifestações da questão social que nos determinam socialmente e que apura nossa apreensão sobre as expressões da exploração e opressão cotidianas. No entanto, nos pareceu valiosa a recomendação de Becker (2007) de preservar as características do “acaso”, de como as coisas aconteceram, pois elas envolvem o potencial criativo do pesquisador, mas, para além disso, uma variedade de condições que dizem respeito aos demais sujeitos enredados no fenômeno.

A atividade de coleta de dados no campo empírico, concomitante à aproximação com a bibliografia sobre imigração, teve início com o uso da técnica da observação da expressão fenomênica da questão migratória, manifesta no trabalho informal dos senegaleses e na exposição à violência racista e xenófoba, na área central do município de Niterói no estado do Rio de Janeiro. A partir daí as interrogações que organizaram nossa investigação foram referentes: em princípio sobre as características contemporâneas da imigração, no Brasil, em que se destacam um perfil novo em relação ao histórico do imigrante no país até os anos 2000 majoritariamente europeu; a segunda se organizou a partir do aumento exponencial de trabalhadores em busca de possibilidades de sobrevivência rompendo fronteiras nacionais mesmo sob riscos geográficos, naturais e avanço de formas coercitivas e criminalizantes; e a

terceira questão se estrutura em torno da dimensão quantitativa do fluxo recente para o Brasil e sobre as particularidades de deslocamento e recepção de imigrantes negros.

Para nos aproximarmos das experiências de migração dos sujeitos motivadores dessa pesquisa, realizamos entrevistas com senegaleses e observação de atividades religiosas, culturais e de trabalho realizadas por eles. Nosso trabalho de campo pode ser dividido em uma fase inicial exploratória de 2016 a 2017 e uma fase mais madura, quando já acumulávamos informações sobre a imigração senegalesa no Brasil e em Niterói.

Na abordagem exploratória realizamos observação simples de 2 a 3 dias da semana, buscando perceber a localização e distribuição dos ambulantes no espaço territorial do centro de Niterói. Percebemos que entre os ambulantes africanos, a maioria era senegalês, mas outras nacionalidades estavam presentes. Essa constatação foi possível pelo modo dos ambulantes brasileiros os chamarem se referindo a angolanos. A princípio achamos que poderia ser a forma homogeneizante comum, no Brasil, de se referir aos africanos, e sendo os angolanos a nacionalidade por muito tempo majoritária nas solicitações de refúgio, em especial no Rio de Janeiro, há no senso comum da cidade a associação imediata do africano com o angolano e mais, os associando a certa malandragem popularizada num personagem de humor exibido semanalmente numa grande emissora de TV. Mais tarde na fase de entrevistas confirmamos as nacionalidades angolana, camaronês e ganense.

Os senegaleses nos chamaram atenção por constituírem um grupo. Com aparência jovem. Identificamos por dia de observação aproximadamente de 20 a 30 homens que localizavam seus tabuleiros, quase sempre de óculos e relógios, de certa forma próximos e mantinham certa comunicação verbal ou visual. Alguns não se comunicavam bem em português e entre eles se comunicavam em wolof. Descobrimos posteriormente ser esta a língua nativa mais falada no Senegal. Os senegaleses se espalhavam pelo centro da cidade ocupando diferentes espaços. No decorrer da semana mudavam seus locais de venda com frequência, o que nos pareceu ser uma estratégia talvez pela fiscalização. Algumas exceções nesse deslocamento frequente foram percebidas, por exemplo, em relação às mulheres, que tendiam a ficar nas mesmas regiões. Pareceu-nos que as mulheres eram minoria contrastante em relação aos homens. Contamos nessa fase aproximadamente 05 ambulantes mulheres. Elas traziam sempre em suas vestimentas ou acessórios elementos que remetiam a alguma referência africana e seus produtos e serviços também tinham estas características: roupas, turbantes, tecidos, acessórios de moda e utensílios domésticos como cestos artesanais, trançavam cabelos e ensinavam amarrações.

A outra exceção foram os vendedores que pareciam mais familiarizados com a cidade e com os demais ambulantes, falavam com mais desembaraço o português e seus produtos eram outros que não apenas os tabuleiros de relógios e óculos. Eles mantinham-se nos mesmos locais e alguns tinham uma infraestrutura melhor de venda, parecendo regularizada com barracas e bancadas.

Ainda nessa fase, buscamos serviços públicos das políticas de assistência social e saúde com abrangência de atendimento na região central de Niterói. Nesses equipamentos recebemos informações muito semelhantes. As profissionais demonstravam ter conhecimento sobre os imigrantes, mas não tinham registros sobre os possíveis atendimentos realizados. Comentavam algumas lembranças vagas e disseram saber que eles moravam na região do Centro da Cidade. Indicaram, inclusive, que buscássemos informações na Polícia Federal, órgão que acreditavam ser mais habilitado para a questão dos imigrantes.

Esse foi um período rico de levantamento de informações e impressões sobre os senegaleses em Niterói e nos aguçou o interesse pela questão do trabalho e da questão racial. Homens e mulheres negros e negras explicitando referências de sua origem, seja pelo idioma ou pela estética, trabalhando no espaço aberto da rua, são (in) visibilizados de que forma nesse espaço urbano?

Essa aproximação inicial com o interesse de investigação, a imigração de senegaleses para o Brasil, particularmente os que se encontram na cidade de Niterói no Estado do Rio de Janeiro, nos possibilitou a apreensão da presença deste grupo no município como uma expressão local de um crescente fenômeno global, a intensificação das migrações no mundo, tanto na dimensão nacional com os deslocamentos internos, quanto na travessia de fronteiras internacionais. Fenômeno que tem como acompanhamento o aprofundamento de manifestações xenófobas e racistas.

O segundo momento de imersão no campo, já com a pesquisa mais amadurecida ocorreu de 2018 a março de 2020. As estratégias foram o acesso aos senegaleses e outras pessoas que se caracterizassem como referência e a continuidade da observação, mas agora combinada com breves abordagens através de conversas informais. A observação nesse momento se deu no Centro de Niterói e na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, nossa pesquisa contemplou o bairro de Copacabana, onde os senegaleses passaram a exercer intensa atividade de vendas, especialmente nas praias, e no trajeto rodoviário Niterói-Copacabana e/ou no sentido inverso. Estivemos presentes também em feiras culturais que alguns dos trabalhadores senegaleses participavam, e num grande evento religioso promovido pela comunidade senegalesa em Niterói, o Magal, sobre o qual falaremos melhor adiante.

O deslocamento para o trabalho de ambulantes em Copacabana e outras praias do Rio de Janeiro era feito na linha intermunicipal de ônibus que liga Niterói a Copacabana, esta é a opção mais barata de acesso à zona sul do Rio de Janeiro. Ainda assim devido aos altos valores do transporte público, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, alguns dos camelôs senegaleses se instalaram em apartamentos no bairro de Copacabana, onde em grupo de muitos compartilham as despesas e assim ficavam mais próximos as praias da Orla da Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, “Trabalhamos vendendo... agora muitos tem ido pra Copacabana. Se fizer as contas do dinheiro do deslocamento pra lá é melhor alugar um lugar lá e dividir com muitos do que ir e voltar pra Niterói, isso que estamos fazendo” (Oumar).

A observação no deslocamento rodoviário foi realizada no período de setembro de 2018 a dezembro de 2018, em um dia da semana. Embarcávamos em horários mais para o final da manhã em Niterói em direção à Copacabana e retornávamos em horários no início da noite. No trajeto para Copacabana nem sempre havia presença de senegaleses. Já nas viagens de volta era comum identificá-los com suas mochilas e tabuleiros⁷⁶ de vendas, geralmente em grupos de 03 ou 04, sempre silenciosos, trocavam poucas palavras, regularmente em idioma estrangeiro, provavelmente em wolof. Quando havia lugares disponíveis, eles geralmente se instalavam nos assentos traseiros. Em muitas situações passageiros evitavam sentar próximo a eles mesmo que só houvesse estes lugares disponíveis.

Recorrentemente passageiros manifestavam incômodo com os tabuleiros e em algumas situações verbalizavam agressões do tipo: “esses estrangeiros vêm pra cá querendo se dar bem...”. Raramente alguém se manifestava no sentido contrário, mas havia casos em que brasileiros se solidarizaram em defesa da imigração e dos imigrantes como um direito. Nestas situações, os senegaleses se mantinham calados e faziam movimentos de colaborar para que as mochilas ou os tabuleiros deixassem de incomodar. Nas vezes em que entravam vendedores ambulantes brasileiros no coletivo era comum que os senegaleses comprassem algum dos produtos oferecidos.

Nessa atividade de observação e abordagem informal, conversamos com 15 trabalhadores senegaleses, a maioria das vezes em Copacabana onde verificamos que a receptividade era melhor. As conversas eram sempre breves e informais visto que estavam em atividade de trabalho ou no fim de um dia de trabalho sob o sol, muitas vezes intenso e desgastante. Os temas versavam sobre o dia de trabalho, tempo em que estavam no Brasil na condição de imigrante. As reações foram diversas, alguns mostraram desconforto para falar

⁷⁶ Chamaremos assim o equipamento de trabalho em que os ambulantes senegaleses expõem os óculos e relógios comercializados nas praias.

sobre suas experiências, o que nos pareceu compreensível e respeitável visto não haver um vínculo anterior e nem haver uma intermediação institucional com a pesquisadora através de atendimentos e outras ações, o que certamente gera desconfiança; possibilidade de memórias e sentimentos dolorosos; e ainda a vulnerabilidade em relação ao status migratório nem sempre “documentados”. Outros demonstraram ter dificuldades de compreender o português. Em geral, a atitude era sempre respeitosa e de certa surpresa por nossa iniciativa de conversa.

As entrevistas semiestruturadas foram a partir da amostragem “snowball”, em locais sugeridos pelos próprios entrevistados que foram 04 imigrantes senegaleses atuantes e os conhecidos no grupo de Niterói, que consistia em 01 funcionário de órgão da diplomacia senegalesa na Cidade do Rio de Janeiro, 01 professora da UFF que executava projeto de extensão universitária e que tinha como um dos seus públicos-alvo imigrantes em Niterói, 03 servidoras públicas em Niterói das áreas de assistência social, saúde e direitos humanos, 01 representante de um dos coletivos⁷⁷ da organização da luta dos trabalhadores ambulantes em Niterói.

As entrevistas tiveram como eixos centrais: a emigração para o Brasil, em especial a vinda para Niterói; as relações de trabalho e exposição ao racismo e outras discriminações e opressões; o acesso à moradia, relação com a cidade e acesso aos serviços públicos. Como para os imigrantes o uso dos nomes pode ser desconfortável optamos por identificar todos os entrevistados com nomes fictícios.

A amostragem chamada de “snowball” ou “bola de neve” se caracteriza pela utilização de documentos ou pessoas-chave, ou ainda “sementes” para o início da localização das pessoas a serem entrevistadas. Em seguida estas pessoas de referência indicaram novas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa. Cientes das possíveis dificuldades desta amostragem, como a limitação a narrativas mais plurais, acreditamos que ela nos possibilitou um acesso com maior credibilidade aos sujeitos da pesquisa. No intuito de minimizar esta possível redução ou condução de informações para os interesses das pessoas ou grupo selecionados, buscamos ampliar ao máximo o acesso à bibliografia e documentos

Consideramos que o principal instrumento no trabalho de campo foi a observação direta. As entrevistas foram acrescentadas a partir das sugestões da banca de qualificação realizada em junho de 2019 e foram aprovadas pelo Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da UERJ, n. 3.976.029. Compreendemos as entrevistas como um recurso para complementar e aprofundar

⁷⁷ Em Niterói identificamos 04 organizações de luta dos trabalhadores ambulantes, elas se distinguem por questões de características específicas como por exemplo, trabalhadores ambulantes com deficiência e quanto a regularizado e não regularizados.

as informações e o entendimento acerca das atividades realizadas no mercado de trabalho e do seu significado na cultura trazida pelo imigrante senegalês.

A presença dos senegaleses é mais notada no sul do Brasil como registra um significativo número de pesquisas. Nossa aproximação com esses sujeitos, em Niterói, requereu a busca por conhecimentos que nos possibilitasse reconhecê-los, inseridos num movimento migratório que envolve o continente africano. Por isso, iniciamos o capítulo contextualizando a mobilidade espacial, na África, considerando que tal movimento implica e é implicado na mobilidade do trabalho e do capital na atual fase do capitalismo.

3.2 Migra-se mais dentro da África: Dinâmicas migratórias na África e a diáspora senegalesa

“Migra-se mais dentro da África do que para fora” essa frase iniciou a explicação de Mamadou sobre a imigração de senegaleses que embora tenha um forte fluxo transcontinental cobre vários países da própria África, inclusive com deslocamentos sazonais que variam conforme as épocas e condições de cultivo agrário.

As migrações internacionais africanas têm sido evidenciadas por organizações internacionais e especialmente por registros midiáticos de cenas em que homens, mulheres e crianças se arriscam em perigosas tentativas de travessia de fronteiras por terra, céu e mar. Além dos recorrentes barcos e botes lotados no Mar Mediterrâneo, cuja estimativa de mortos e desaparecidos é de 18.000 entre 2014 e 2018⁷⁸, há relatos de migrantes em jornadas não menos arriscadas em travessias terrestres, em baús de caminhões, em compartimento da âncora ou contêineres em embarcações em águas internacionais e até nos espaços reservados para as rodas de pouso de avião.

Para além da aparência suicida e desesperada que denotam tais acontecimentos, nos parecem pertinentes as observações de Bond (2007) e de Lumembu (2000) sobre a necessidade de buscar as causas de fundo da imigração africana. Para Bond (2007), o legado histórico colonial do continente constitui a existência de duas Áfricas, uma em que corrupção e pobreza são considerados elementos natos de sua população, e que a esse estereótipo é acrescentado uma animalização da África e de quem lá vive, o continente seria uma grande selva em que o elemento humano é um detalhe quase inexistente ou, como ressaltou Fanon (2009), representa

⁷⁸ Segundo estimativa da OIM, em 2017, pelo menos 6.163 pessoas desapareceram durante a migração e, de acordo com o ACNUR, mais de 1,5 mil migrantes morreram durante os primeiros sete meses de 2018 ao tentar atravessar o Mar Mediterrâneo em direção à Europa.

o animalesco, o não humano, o incivilizado, tanto que a linguagem dominante opressora aciona uma linguagem zoológica de tratamento ao negro africano. Para Bond (2007), essa lógica racista e antropomórfica persiste como mediação nas relações globais econômicas, políticas e culturais com os países africanos. Daí Villen (2018) observa que os imigrantes negros são considerados no Brasil com a mesma lógica em que seus países de origem, e nesse caso o continente todo se insere na divisão internacional do trabalho de forma subalternizada e racista.

Resume Bond: “Como o ‘continente negro’, a África tem sido tipicamente pintada em largas pinceladas, como um lugar de pessoas pagãs e incivilizadas, como selvagem e supersticiosa, como tribal e nepotista” (2007, p. 15). Esta percepção desconsidera o saque realizado no continente desde os primórdios do capitalismo assim como as lutas e resistência que foram desde então constituídas. Os argumentos listados pelo autor apresentam marcos históricos das relações constituídas na África:

[...] comércio à força datando de séculos; escravidão que arrancou e desapropriou cerca de 12 milhões de africanos; roubos de terras; esquemas perversos de taxação; metais preciosos levados embora; a apropriação de antiguidades pelo Museu Britânico e outras salas de troféus; a emergência de ideologias racistas no século XIX para justificar o colonialismo; a divisão em 1884-1885 da África em territórios disfuncionais numa sala de negociações em Berlim; a construção dos sistemas de instalação de colonos e extração colonial – dos quais o apartheid, a ocupação alemã da Namíbia, as colônias portuguesas e o Congo Belga do Rei Leopoldo foram talvez apenas os mais gritantes exemplos – frequentemente baseados na expulsão de trabalhadores negros de áreas rurais (deixando às mulheres responsabilidades significativamente maiores); campos de batalha da Guerra Fria – por influência dos conflitos entre EUA e URSS – cheios de milhões de corpos; outras guerras catalisadas pela busca de minérios e desdobramentos violentos como as testemunhadas nos diamantes e columbitas de sangue; antigas faixas de caça no Leste, Centro e Sul da África, hoje vazias de rinocerontes e elefantes cujo marfim tornou-se material ornamental ou afrodisíaco no Oriente Médio e Leste Asiático; sociedades usadas como cobaias nos recentes testes das corporações farmacêuticas (BOND, 2007, p. 24).

A longa citação se justifica pela constatação do quanto tais elementos não só expressam a construção histórica do continente como também revelam desafios ainda colocados para sua população, que vivencia o crescimento das disparidades sociais em países com os menores índices de desenvolvimento do mundo (ONU, 2019).

Da mesma forma em que são naturalizados a pilhagem das riquezas da África e o passado de escravização, a situação dos imigrantes africanos também é banalizada. Lumenbu (2000) chama atenção para as recorrentes causalidades atribuídas à imigração no continente, a falta de condições básicas de desenvolvimento e a pobreza. Tais situações não são uma fatalidade, é preciso discutir de fato as causas estruturais e não os sintomas, recomenda o autor.

As migrações africanas são múltiplas, tanto em relação à história quanto às modalidades e direções. Segundo Badi (2015), a migração africana é interafricana e transfronteiriça. Os

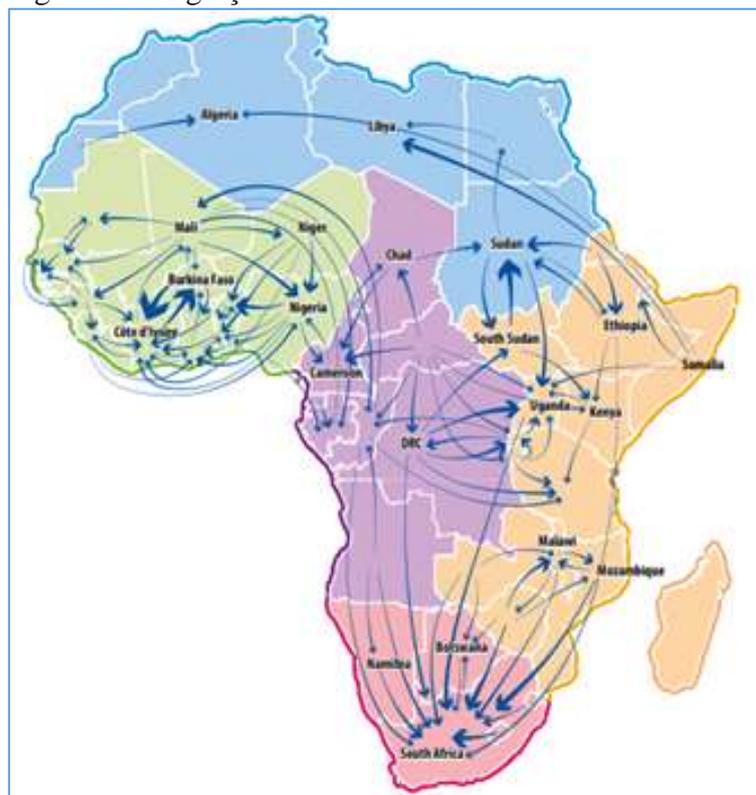
deslocamentos internos são os mais comuns, chegando a representar 75% dos deslocamentos no continente. São movimentos históricos desde a época pré-colonial de povos que viviam da agricultura e buscavam melhores condições de água e terras cultiváveis e são na contemporaneidade motivados pela busca de melhores condições de trabalho, perseguições étnicas e políticas. Acrescenta-se ainda questões ambientais como desertificação, seca e desflorestação.

Ao realizar um reconhecimento dos deslocamentos internos Badi (2015) apresenta República Democrática do Congo, Somália, Nigéria, Sudão e Angola como países que produzem emigrantes e refugiados. A dinâmica migratória na África (Figura 1) é constituída de muitos movimentos, no Norte os fluxos são direcionados majoritariamente para a Europa e EUA, na África Subsaariana três países são responsáveis por intensos fluxos para a Europa: Gana, Nigéria e Senegal.

Alguns países têm uma característica híbrida, ao mesmo tempo em que recebem migrantes são também emissores. Este é o caso da Nigéria que vive conflitos que acarreta refugiados e por ser produtor de Petróleo atrai migrantes. Países como Quênia, Botswana, África do Sul e Costa do Marfim oferecem mais recursos e atraem fluxos de trabalhadores dos países mais pobres do continente. No entanto, ressalta Badi (2015), as expulsões podem ser tão brutais que mesmo os países muito pobres acabam sendo receptores de populações vítimas de conflitos étnicos e perseguições políticas, como ocorre em Malawi, que desde os anos de 1990 tem recebido refugiados. Atualmente, neste país, um Centro de Refugiados, previsto para atender 10 mil pessoas, encontra-se com 44 mil refugiados. O Centro é mantido pela ONU e recebe pessoas oriundas do Burundi, República Democrática do Congo, Ruanda, Somália e Etiópia.

África Ocidental e África Central são regiões migratórias que servem de etapa para chegada à Europa. Nesta parte do continente é mais perceptível as redes de contrabando de pessoas, que movimentam fartos lucros e se estendem pelas demais regiões do continente. O tráfico de migrantes é um crime que envolve ganhos financeiros ou materiais com a intermediação da entrada de pessoas num país fora dos canais legalizados. As principais vítimas no mundo são mulheres e meninas. A ONU estima que os contrabandistas movimentaram, no ano de 2016, aproximadamente 07 bilhões de dólares.

Figura 1 – Migrações Internas na África



Fonte: FAO/ONU; CIRAD (2017)

As migrações internas têm dinamizado as relações entre o rural e o urbano. A busca por condições de trabalho é o motor dos movimentos que fazem trabalhadores e trabalhadoras rurais mudarem em princípio para as zonas urbanas de seu próprio país ou para zonas rurais que ainda ofereçam possibilidades nas monoculturas. Os migrantes urbanos costumam partir para zonas urbanas do próprio continente da África e de outros continentes. Os migrantes africanos são jovens: em 2015 entre os migrantes internacionais no mundo eram o grupo proporcionalmente mais jovem com idade entre 15 a 24 anos (FAO/ONU; CIRAD, 2017).

A Figura acima mostra as direções da migração interna nas regiões da África em que o fluxo para a África do Sul se destaca. A política de restrição e do migrante como “bode expiatório” atinge também a migração entre países africanos. África do Sul tem organizado ações policiais de controle e deportação de imigrantes de países da região considerados ilegais, mantendo, desde o final dos anos de 1990, um polêmico centro de detenção de migrantes.

Cabo Verde, rota importante de saída para a América e Europa, mesmo sendo membro de blocos econômicos regionais que garantem acordo de livre circulação tem endurecido a recepção de migrantes, explicitando uma tendência de expansão do controle migratório europeu de modo a conter os fluxos para a Europa ainda na região emissora. As migrações internas na África são também atravessadas por xenofobia e pelos processos de desenvolvimento e crises

econômicas e políticas que afetam os Estados e as iniciativas regionais de unidade (BADI, 2015).

Mercandalli et al. (2017) destacam características locais da migração na África Subsaariana que determinam a complexidade de estratégias para além do modelo de atração-expulsão (push-pull): a população jovem e ainda concentrada em áreas rurais agrega outros fatores motivadores para a migração, como possibilidade de outros estilos de vida e acesso a mais oportunidades educacionais e socioculturais; a mobilidade rural-urbano em algumas regiões da África nem sempre significa acesso às cidades industrializadas e sim a outras atividades informais; expectativas da ONU são de um impulso demográfico na região aumentando em 1,4 bilhão de pessoas até 2050, o que prospecta grande disponibilidade de força de trabalho; as famílias rurais são numerosas e predominantemente envolvidas na agricultura, é comum terem pelo menos um membro migrante que, com suas remessas, possibilita o envolvimento das famílias em outras atividades.

Mas transformações na dinâmica migratória rural na África têm ainda outras questões que se relacionam com a economia global. A África Subsaariana é uma região de riquezas minerais e hidrocarboríferas, concentra grandes reservas de platina, cromita, cobalto, bauxita, coltan, diamantes, além do petróleo. Dos 54 países africanos, 47 estão nessa região. Por estes atrativos, desde 2001 registram-se investimentos crescentes de países considerados de economias emergentes no estreitamento das relações no continente. Um exemplo disso foi a instalação em 2009 em Moçambique da 2ª maior mina de carvão a céu aberto do mundo pela mineradora Vale, que para tal feito removeu centenas de famílias.

A expropriação da terra e a pilhagem têm produzido contingentes migrantes na África, Ásia e América Latina. Expropriação, como vimos no Capítulo 1, é um fenômeno permanente no capitalismo que separa os trabalhadores dos seus meios de vida, de direitos, de crédito, de água, da terra e produz trabalhadores em busca de condições de venda de sua força de trabalho.

Um dos processos que constituem a pilhagem contemporânea de recursos da África é o mercado global de terras. Segundo Sassen (2006) a aquisição de terras de um país por governos de outros países e pelo capital privado estrangeiro não é novidade. Porém, desde 2006, houve importantes mudanças na diversidade de compradores, que são de diferentes países de origem e empresas de ramos diversos, e houve avanço na quantidade e alcance geográfico das aquisições. Um aspecto determinante do mercado global de terras é que as transações nem sempre decorrem de compra e outros contratos. As aquisições podem ser decorrentes de apropriações de terras indígenas, quilombolas ou de pequenos produtores, seja por processos violentos do passado ou “açambarcamento de terras” recentes por desapropriações, coerções e outros métodos espoliativos.

A expansão dessas aquisições tem fundamento no interesse em cultivos industriais para biocombustíveis e alimentos, e para fins de especulação. As transações do mercado global de terras envolvem a venda, arrendamento ou concessão; convertem o uso da terra por pequenos proprietários para uso comercial em grande escala; aumentam o volume quando o preço dos alimentos sobe no mercado mundial; concentram-se maciçamente na África, embora ocorram com intensidade na Ásia e América Latina (SASSEN, 2006).

Para a efetividade desse mercado de terras são necessárias ações do Estado de modo a regulamentar e criar infraestrutura para seu desenvolvimento, especialmente porque as monoculturas e atividades de mineração podem ter grande impacto ambiental, atingindo fontes de água potável, florestas, fauna, exaurindo a terra (SASSEN, 2006; BOND, 2007). As consequências vão da expulsão dos pequenos agricultores que têm suas terras absorvidas nas grandes plantações à fome visto que deixam de plantar seu próprio alimento. Diante destas questões, do crescimento populacional e da degradação das condições ambientais, a migração interna e internacional é um recurso alternativo ou complementar à agricultura familiar.

A China tem se destacado na aquisição de terras e nos investimentos externos diretos na África, desde a década de 1960⁷⁹, período de grandes mobilizações de descolonização no continente africano. Há registros de investimentos de empresas e do governo chinês na África, mas é nos anos de 1990 que se intensifica a ação da China no continente, tendo seu ápice em 2006, no Fórum de Cooperação China-África, evento que consolidou a ligação diplomática e comercial sino-africana, baseada em investimentos e cooperações que garantem o escoamento para o país asiático de recursos minerais, em especial Petróleo e alimentos, commodities agrícolas e minerais. Em troca recebem obras de infraestrutura (CARVALHO JR, 2011; ACP, 2012).

A retórica diplomática da China é de ajuda e cooperação de negócios na África. Os dados sobre as dimensões dos recursos e termos das ações são uma “zona cinzenta” pouco divulgada pelas partes (CARVALHO JR, 2011). Essa relação comercial e de investimentos diretos produziu uma imigração econômica chinesa para a África que se concentra nos países petrolíferos, cujas empresas da China recrutam trabalhadores em seu próprio país natal ou através de agências intermediárias. Pesquisadores destacam a presença também de agricultores chineses que passam a atuar nas plantações das terras adquiridas, visando a exportação para a própria China. O fluxo oposto também se realizou, em menor escala, pois africanos passaram a migrar para a China com maior frequência. Os dados sobre as duas direções migratórias são

⁷⁹ Carvalho Jr. (2011) cita articulações políticas no Egito em 1964 e a construção da ferrovia na Tanzânia com recursos chineses na Tanzânia na década de 1960.

escassos, mas em 2009 a OIM registrou significativas remessas da China para países africanos (POLITZER, 2008; SKELDON, 2011).

Desde 2005, o Senegal restabeleceu relações diplomáticas com a China e os países firmaram a partir daí acordos bilaterais, que garantem a exportação por parte do Senegal de produtos agrícolas como o amendoim e seus derivados, peles, peixes, escória e outros minérios, madeira. As exportações do Senegal para a China foram de US\$ 276,23 milhões em 2019 (COMTRADE/ONU, 2020).

O Senegal é um os países da África Subsaariana, que tem uma população de aproximadamente 16 milhões de pessoas, com significativo contingente jovem, na faixa etária de 0 a 14 anos, correspondente a 41,15% da população. As mulheres são aproximadamente 50% da população, a população rural é de aproximadamente 08 milhões e a urbana 06 milhões. A colonização do Senegal foi um elemento estratégico para o tráfico de escravizados no Oceano Atlântico, da Ilha de Gorée. Seu território foi um dos principais centros comerciais de escravizados do século XV ao XIX.

Figura 2 - Mapa de Localização de Senegal na África Ocidental



Fonte: IBGE Países⁸⁰.

Senegal deixou de ser colônia francesa em 1960. Atualmente não passa por contextos bélicos, sendo considerado um país com regime democrático e, portanto, não se encaixa nos parâmetros jurídicos internacionais reconhecidos na legislação brasileira do refúgio. É um país de maioria islâmica, aproximadamente 94% da população tem essa referência religiosa.

⁸⁰ Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br> Acesso em: 28 set. 2020.

Conforme lembra Cohen (2008) a conexão diáspora e religião é histórica, seja por cisões internas ou perseguições por parte dos Estados-nação, no caso dos senegaleses o fator religião nos parece ser um elemento diaspórico importante tanto na mobilização para a migração quanto na produção de condições de permanência no lugar de destino. Voltaremos a tratar essa questão mais adiante.

Tedesco (2017) destaca como determinantes para a compreensão da dinâmica migratória senegalesa, a organização da economia colonial especialmente no Pós Primeira Guerra Mundial e o período de modificações e desenvolvimento na produção agrícola iniciado nos anos de 1960 e intensificados na década de 1970.

O alinhamento imperialista da economia da colônia era pautado na produção agrícola segundo as necessidades da metrópole num ciclo de dependência que implicava escoar a maior parte da produção para a metrópole e importar de lá bens de consumo. Essa heteronomia adquire um sentido ainda mais dramático para a colônia no Pós-Segunda Guerra Mundial⁸¹ quando há redução da importação por parte da França. O esforço durante a guerra impôs um ritmo maior de produtividade sob preços mais baixos das mercadorias, “a rentabilidade da agricultura teve uma queda vertiginosa, além do que provocou alterações no sistema tradicional de produzir das unidades familiares no meio rural. Foi dada prioridade ao amendoim e ao algodão em detrimento de outras culturais tradicionais dos camponeses” (TEDESCO, 2017, p. 240). Com o abastecimento interno prejudicado e o esgotamento das condições de produção no campo, o país vivenciou uma grande crise em que a falta de alimentos se tornou a expressão mais severa.

Nas décadas seguintes, as migrações internas e externas se intensificaram, tanto para países fronteiriços, para outras colônias francesas e para a França, onde muitos senegaleses foram absorvidos em serviços de reconstrução do país. Esse período histórico coincidiu com a organização de lutas anti-imperialistas e anticoloniais. O clima político em várias partes do mundo captava movimentos de questionamentos à submissão do continente africano (e da Ásia e América Latina chamados Terceiro Mundo) e de seu povo autóctone. Pesquisadores e a organização das lutas por independência passam a reconhecer e denunciar como elemento de dominação a desculturação, o assalto e a escravização econômica e mesmo biológica da África (FANON, 1965).

⁸¹ Um aspecto a desta e de outras guerras imperialistas é o recrutamento de soldados coloniais, consta que um dos primeiros recrutamentos foi realizado no Senegal e que eram realizados tanto pela coerção quanto por promessas de benefícios e status. Disponível em: <https://help.ea.com/pt-br/help/battlefield> Acesso em 08 ago. 2020.

Hobsbawm (2008) sobre os processos de descolonização na África avalia que a mobilização popular na África era embrionária, com ausência de instituições políticas democráticas e com uma minoria alfabetizada, o determinou que os processos de transformação fossem em alguns casos conduzidos por uma elite nacional minoritária e líderes carismáticos como Léopold Sédar Senghor⁸² no Senegal⁸³ que conduziu a emancipação nacional em 1960.

Em alguns países a descolonização seguiu uma política “profilática” com a concessão da independência pela metrópole mantendo a dependência econômica e cultural e prevenindo um possível alinhamento com o socialismo. Noutros casos a luta foi sangrenta, disseminando e institucionalizando a tortura e a brutalidade pelas forças de segurança (HOBSBAWM, 2008). Não por acaso em 1979 a Organização da Unidade Africana lança as bases da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, instrumento que amplia a definição de refugiado da Convenção de Genebra de 1951 evidenciando perseguições e torturas políticas.

Moura (1994, s/n) reconhece o esforço crítico nas obras de Hobsbawm, mas acusa um teor “eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de analisar e interpretar a dinâmica social” nessas análises do historiador britânico, pois ao qualificar as fragilidades das lutas por independência na África define como pré-políticos os movimentos por libertação na África e acaba por desconsiderar a importância da luta de Lumumba, por exemplo, na República Democrática do Congo e uma série de importantes levantes construídos na periferia do capital como os Zapatistas no México e os Sandinistas na Nicarágua, que sofreram forte repressão e tiveram lideranças mortas.

Após a independência, o Senegal importa tecnologia da França e EUA para investimento na modernização da agricultura mantendo a cultura do amendoim introduzida na colonização e adere às ações de estabilização financeira sob orientação do FMI e Banco Mundial que previa as soluções técnicas de redução de despesas públicas, liberalização da economia, política fiscal rígida.

⁸² Léopold Sédar Senghor é reconhecido por pesquisadores como um “homem de Estado”, sua atuação política institucional teve início como representante parlamentar do Senegal ainda colônia francesa, mas já era conhecido junto com Aimé Césaire como um dos principais expoentes do movimento político cultural Negritude. Esse movimento que teve na França, na década de 1930, seu local de organização e difusão surge da experiência do racismo que estudantes e intelectuais oriundos das colônias sofreram na França. As propostas do movimento giraram em torno da ressignificação do sentido de ser negro e da valorização de suas experiências e referências culturais, daí cunham o conceito de negritude. Com o avanço do movimento, especialmente no Pós 2ª Guerra, alguns de seus participantes incorporaram a libertação política como elemento importante questionando portanto o colonialismo. O movimento recebeu críticas sobre seu perfil “pequeno burguês” visto ter sido criado por estudantes oriundos das elites locais das colônias, assim como Senghor também foi criticado por um suposto posicionamento colaborativo com a França (CÉSAIRE, 1978, DOMINGUES, 2005, KABEMGUELE, 2020).

⁸³ Kwame Nkrumah no Gana; Sekou Touré na República da Guiné; Juilius Nyerere na Tanzânia; Mobito Keita no Mali (VISENTINI, 2012 In MANOEL; LANDI, 2019).

Unidades familiares de produção foram pressionadas a abandonar outras culturas e se dedicar à monocultura do amendoim. Sob a orientação de agências de fomento da França, aliadas aos bancos internacionais, bem como às agroindústrias, algumas regiões do Senegal foram pressionadas à especialização produtiva (TEDESCO, 2017 p. 245).

Esse projeto de modernização acabou mantendo camponeses em condição de pobreza e por causa da especialização na monocultura do amendoim os recursos gerados precisavam ser usados para compra de outros cereais para a alimentação. Essa realidade no campo fomenta a migração e uma tendência de proporções globais de diminuição progressiva de trabalhadores dedicados às atividades agrícolas, desde a Segunda Guerra Mundial. O aumento da produção agrícola no mundo foi acompanhado de um declínio do número de agricultores. Apesar desta redução o Senegal se mantém como um país predominantemente rural (OUMAR BA, BOURGOIN, DIOP, 2017).

As transformações na economia capitalista nos anos de 1970 não significaram projetos de desenvolvimento, a globalização da economia mundial não despertou interesse dos empresários capitalistas e investidores em ações que resultassem no desenvolvimento local dos países pobres. Grandes fluxos de migração de trabalhadores para os países no centro da economia capitalista se formaram. Na França, boa parte dos imigrantes era de antigas colônias africanas. Nos EUA, era da América Central.

O desenvolvimento do capitalismo global explicita nos momentos de crise as desigualdades constitutivas de seu funcionamento. A mudança na política monetária no final dos anos de 1970 e o aumento das taxas de juros levaram os países africanos a uma dramática intensificação de transferência de capitais para pagamento das dívidas à custa do agravamento das condições de vida da população, da corrosão dos setores produtivos e do recuo das ações do Estado em serviços sociais. O endividamento extremo serviu de mecanismo disciplinar para os ajustes preparando o terreno para o novo ciclo de expansão do capitalismo financeiro e de expropriações (SASSEN, 2006; BOND, 2007).

Outro elemento histórico é o perfil de cumplicidade das elites africanas que exportam seus recursos adquiridos na exploração e apropriação do trabalho e riqueza no continente para instituições financeiras e investimentos nos países centrais mantendo uma forte conexão com os mecanismos coloniais de expropriação. Segundo Rodney (1975), atuam como verdadeiras correntes de transmissão entre as metrópoles capitalistas e as dependências africanas, representam a própria definição de subdesenvolvimento. Fanon (2009) denominou voluntarismo narcísico a pretensão das elites do continente de substituir localmente a burguesia

imperialista. Diante da manutenção das relações internacionais desiguais e hierárquicas coube a esse grupo se acomodar no papel de intermediário de negócios do capital imperialista.

Amílcar Cabral (1970) reforça o argumento de que os elementos explicativos para a desigualdade social entre as elites e as massas populares na África tiveram como base o colonialismo. A luta de classes, na África, é fruto de um processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas de intensa e violenta usurpação. Para o autor, é necessário considerar que as relações de classe na África são caracterizadas por uma complexidade particular que envolve as relações das aldeias e cidades, de diferentes grupos étnicos, do camponês e do operário. A estratégia dominadora colonial se utilizou e aprofundou estas divisões através da dura repressão, mas também da cooptação assimiladora das lideranças étnicas, o que incluiu o financiamento dos estudos de seus herdeiros e o apoio através de ganhos materiais e políticos da pequena burguesia rural e urbana.

A experiência do domínio colonial demonstra que, na tentativa de perpetuar a exploração, o colonizador não só cria um perfeito sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, como ainda provoca e desenvolve a alienação cultural por parte da população, quer por meio da pretensa assimilação dos indígenas, quer pela criação de um abismo social entre as elites autóctones e as massas populares. Como resultado desse processo de divisão ou aprofundamento das divisões no seio da sociedade, sucede que parte considerável da população, especialmente a “pequena burguesia” urbana e campesina, assimila a mentalidade do colonizador e considera-se como culturalmente superior ao povo a que pertence e cujos valores culturais ignora ou despreza (CABRAL, 1970, p. 363)

Essa configuração política local contribuiu para a preservação das disparidades internas nos países, mas também regionais, atribuindo a alguns países a função de representante imperialista na África, possibilitando a alguns como África do Sul o acesso a recursos e investimentos diferenciados (BOND, 2007). Essas questões interferem tanto na organização econômica de cada país como também na integração do continente fomentando conflitos e disputas, constituindo características nos Estados que se afastam de um projeto que unifique em torno de um sentido de nação.

O reconhecimento da corrupção, opressão, indiferença e violência nos Estados africanos devem, portanto, ser inseridos numa rede de relações no sistema capitalista constituído desde a pilhagem colonial e transmutados numa governança internacional diversa que se beneficiam do subdesenvolvimento e da fragilidade democrática na África.

Com o avanço da financeirização, empresas e instituições financeiras africanas migraram suas sedes para países no Norte Global (BOND, 2007). A fuga de capitais, endividamento externo, recuo do Estado associados a menor demanda de exportações dos

produtos agrícolas e minérios africanos levaram ao aprofundamento das desigualdades nos anos de 1980.

No final da década de 1990, a África enfrenta as consequências de séculos de exploração e opressão, citadas por Becerra e Buffa (2018) como “quatro cavaleiros do apocalipse”: guerras, fome, epidemias e catástrofes naturais. No Senegal, as políticas protecionistas americanas ao óleo do girassol e da canola, contribuíram para a crise do amendoim. Sobre o desgaste e escassez dos recursos naturais Ndiaye (2008) destaca além das mudanças climáticas que causaram seca, as consequências da exploração predatória das terras e florestas, a desconsideração dos conhecimentos e práticas locais por parte dos governos coloniais e pós-coloniais em nome da modernidade e do desenvolvimento.

A desvalorização monetária numa proporção de mais de 50% foi outro agravante para a economia e condições sociais no país. Desse modo, a intensificação da emigração para a Europa e os EUA foi consequência também desses processos e fez com que a remessa dos imigrantes adquirisse uma importância significativa no PIB do país chegando a 17%. Estima-se que, em 2016, eram 3 milhões de senegaleses emigrados principalmente para França, Itália, Espanha e Inglaterra. A saída intensa pelo mar nos anos de 2000, para a Espanha, cunhou a expressão em wolof “Barça ou Barsak” que equivale a “Barcelona ou a Morte” numa referência as perigosas condições das viagens (MACEDO, 2019). É comum, portanto, referências a uma diáspora senegalesa (NADIYE, 2018; TEDESCO, 2017) ou a uma globalização da migração senegalesa (CASTLES & MILLER, 2009; JUNG, 2019).

A ação das instituições financeiras transnacionais sobre a África se mantém no século XXI exigindo pagamento de dívidas e através de um incessante “neoliberalismo disciplinar” expresso em planos e recomendações para o desenvolvimento da África que implicam em cada vez expropriações e agravamento das desigualdades sociais que dentre outras consequências intensifica as imigrações e consolida a fuga de cérebros que faz com que 15% dos profissionais mais bem instruídos da África vivam agora fora do continente (BOND, 2007).

Segundo o Observatório das Migrações que reúne representantes de Estados da África, Caribe e do Pacífico, Observatório ACP⁸⁴, desde os anos 1990 os registros de imigração de africanos para a América Latina vêm aumentando. Nos anos 2000, esta tendência adquiriu maior expressão. Os fatores associados ao incremento deste fluxo são: o crescente controle das fronteiras nos Estados Unidos e na Europa, principalmente após os eventos de 11 de setembro de 2001, as restrições nas solicitações de refúgio no Canadá; o legado colonial que determinou

⁸⁴ Iniciativa financiada pela OIM e pela União Européia.

a histórica conexão marítima no Atlântico e a diáspora negra nas Américas; políticas migratórias mais complacentes e uma suposta capacidade limitada dos Estados no controle e monitoramento dos casos indocumentados; registro de impulsos de desenvolvimento econômico de alguns países na América Latina (ACP, 2012; WABGOU, 2005).

Wabgou (2005) observa outros fatores que funcionariam como atrativos, como a influência de missões religiosas oriundas das Américas que acabam informando a América Latina como um destino possível; reunião familiar, refúgio e projeto de trânsito e acesso a redes migratórias para os EUA. Segundo a ACP (2012), desde 2010, o número de imigrantes africanos e asiáticos que chegam à Costa Rica, México, Nicarágua, El Salvador e Panamá tem aumentado.

Na América do Sul, Brasil e Argentina são os destinos mais buscados, inclusive pelos senegaleses que estabeleceram como demonstra Tedesco (2017) certa circulação entre os países. Durante muito tempo a rota mais usual de chegada ao continente foi pelo Equador. Sobre as aproximações migratórias entre Brasil e Argentina, Kleidermacher e Tedesco observam que:

Ambas as nações possuem, na sua história, uma identidade imigratória, em geral, centrada em maior número pela Europa e África. Os dois países também possuem a marca da emigração; argentinos e brasileiros estão em grande número em vários países da Europa e Ásia e, de modo mais intenso, nos Estados Unidos. Portanto, são realidades múltiplas e ambíguas; são países de atração por estarem nos denominados “em vias de desenvolvimento”, mas, ao mesmo tempo, produzem intensos fenômenos de emigração. Esse é uma das características e que dá certa especificidade ao fenômeno da imigração sul-sul (2017, p. 14).

No entanto, esse fluxo vem sendo afetado pelo endurecimento das legislações tanto na Argentina como no Equador. A crise econômica e a constatação de que, embora países latinos tenham construído respostas migratórias próximas à perspectiva de direitos humanos, denúncias de racismo e exclusão em relação aos imigrantes são frequentes.

Podemos considerar que os imigrantes africanos têm sofrido pressões de expulsão e precariedade tanto nos países de origem com a sangria⁸⁵ da pilhagem permanente, como nos países de destino em que muitas vezes permanecem em condição indocumentada e acessam empregos informais mal remunerados, o que os colocam segundo Lumembu (2000) numa condição de “periferia da periferia migratória”.

⁸⁵ Sobre a exploração e expropriação na África Lumembu (2000) usa o sangue como metáfora se referindo “La hemorragia de las fuerzas productivas africanas”. Harvey (2011) também se utiliza da alegoria da circulação sanguínea em referência ao fluxo de capital que se organiza de forma contínua e desigual garantindo a reprodução do capitalismo.

3.3 A Migração Senegalesa no Brasil e a Inclusão de Niterói como destino possível

Os senegaleses têm crescido e se organizado⁸⁶ na cidade de Niterói⁸⁷. No ano de 2016, a então presidenta⁸⁸ da Associação de Senegaleses Residentes no Rio de Janeiro⁸⁹ estimava a presença de cerca de 200 senegaleses no município. Este número oscila conforme a dinâmica de deslocamento dos senegaleses pelo Brasil e pela chegada de novos trabalhadores. Quantitativamente pode não parecer expressivo, mas este fluxo indica estruturas consolidadas de redes de solidariedade para recepção e permanência tendo, portanto, uma importância qualitativa no conhecimento e estudos da imigração contemporânea no Brasil. Como vimos, o país tem um histórico de políticas de atração de imigrantes, europeus e brancos, porém, a partir dos anos de 1990, a vinda de refugiados de diferentes países e a intensificação da imigração fronteiriça têm complexificado e atribuído maior heterogeneidade ao perfil migratório (PÓVOA NETO, 2018).

Tabela 2 - Registros de africanos (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE) no Brasil, entre 2000 e 2017, segundo ano de registro e principais países de nascimento

Principais países:	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Angola	557	248	280	258	315	403	546	541	610	1.437	957	1.040	1.100	1.177	1.063	1.627	1.328	1.251	34.749	27,97
Guiné Bissau	34	63	90	97	100	171	176	114	253	665	305	182	279	233	383	430	452	432	4.460	8,46
Cabo Verde	138	130	116	128	152	152	249	329	348	437	255	186	260	305	331	320	222	188	4.226	8,01
Nigéria	61	37	67	87	92	170	121	134	88	655	127	180	247	159	230	535	407	693	4.160	7,89
Moçambique	50	55	85	110	132	166	134	144	144	316	272	303	335	425	469	388	295	133	4.142	7,86
Senegal	27	9	15	11	17	47	16	16	16	609	29	24	33	33	327	419	269	2.150	4.067	7,71
Rep. África do Sul	40	86	58	52	79	101	133	122	184	244	185	235	260	306	201	210	130	101	2.707	5,13
RDC	10	15	5	16	15	20	36	24	52	88	49	69	93	146	133	372	298	357	1.738	3,41
Gana	16	4	10	14	16	13	8	10	15	94	29	25	29	40	120	133	335	685	1.596	3,03
Rep. Árabe do Egito	16	28	25	21	28	33	42	53	53	86	56	63	222	120	77	166	173	225	1.666	2,78
Marrocos	38	30	31	42	46	44	38	54	41	112	56	84	88	93	100	179	170	174	1.430	2,69
Rep. do Congo	15	6	14	9	8	20	36	30	69	138	87	98	43	40	22	41	51	34	761	1,44
Camarões	7	2	9	6	7	20	24	24	24	76	39	36	60	68	44	71	77	77	674	1,28
São Tomé e Príncipe	7	1	17	8	37	74	21	27	16	52	28	38	38	21	57	59	34	36	571	1,08
Ergébia	16	13	16	19	25	25	22	26	14	33	27	28	56	44	57	68	36	34	561	1,06
Benin	2	0	1	1	2	1	3	4	8	10	6	20	70	39	102	70	87	101	527	1,00
Tunísia	7	1	5	7	9	15	14	26	11	22	22	35	32	48	41	83	64	78	520	0,99
Quênia	14	8	26	9	22	14	18	22	18	23	35	25	24	16	29	39	36	34	393	0,75
Costa do Marfim	6	6	6	11	10	9	11	18	13	29	25	13	30	22	29	45	39	43	364	0,69
Líbia	7	3	14	4	9	7	7	10	2	14	9	13	12	14	15	46	54	82	321	0,62
Outros países africanos	114	88	75	82	88	111	105	90	105	228	116	151	228	231	340	355	324	414	3.245	6,15
Total	1182	794	966	993	1.210	1.617	1.760	1.773	2.884	5.368	2.705	2.856	3.549	3.580	4.170	5.646	4.951	7.524	52.728	100,00

Fonte: BAENINGER, DEMÉTRIO, DOMENICONI, 2019.

⁸⁶ A exemplo de outras cidades no sul e sudeste do Brasil onde criaram associações regionais de senegaleses
⁸⁷ Em 2018 a comunidade senegalesa em Niterói organizou em espaços públicos municipais a “Jornada Cultural Khassida” ou “Journée Khassida” evento cultural-religioso que teve visibilidade na cidade.
⁸⁸ Interessante o fato da representação naquele momento ser exercida por uma mulher. A imigração senegalesa no Brasil é majoritariamente masculina na faixa etária de 19 a 50 anos (Tedesco; Grzybovski, 2015) e em Niterói ouvimos que “só haviam 05 mulheres senegalesas e todas casadas”, o que nos sugeriu que vieram para se unir ao marido que aqui já estava.
⁸⁹ Conforme entrevista concedida e disponível em https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/niteroi/2016-04-09/e-a-vez-da-africa.html

Os dados da tabela acima, embora não incluam os imigrantes indocumentados e nem os solicitantes de refúgio, apresentam um panorama da imigração africana para o Brasil em relação aos países de origem. Mostram uma imigração mais consolidada representada pelos angolanos e outras que vêm adquirindo destaque, como os senegaleses. Estes estão mais presentes no sul do Brasil, o que mobilizou grupos de pesquisas específicos sobre este fluxo migratório. Estimava-se, em 2015, que no Rio Grande do Sul havia 2 mil senegaleses. Apontamentos do pesquisador Tedesco (2015) identificam que senegaleses têm entrado no Brasil pela fronteira do Acre com o Peru, depois se deslocam para São Paulo⁹⁰ e outros de lá se deslocam para o sul, como o município de Passo Fundo, atraídos pela possibilidade de trabalho em frigoríficos⁹¹ e da certificação halal⁹². Outra rota consolidada é para Argentina. Um aspecto que parece caracterizar este grupo, e talvez outros grupos migrantes, é essa trajetória que perpassa diferentes cidades do Brasil em busca de melhores condições de permanência, sendo possível falar na migração de senegaleses para o Brasil e no Brasil (JUNG, 2019). Desse modo, alguns senegaleses que se encontram em Niterói já estiveram no sul do país como nos confirma um de nossos interlocutores:

O destino principal era a França, mas com as restrições outros destinos foram aparecendo. Os senegaleses do sul do Brasil e do RJ são os mesmos porque eles se movem em busca de melhores condições. Teve muito interesse das instituições no Sul e isso acabou mostrando mais (Entrevistado H.)

Outro aspecto a ser considerado é a configuração do Brasil como o país possível para migrar e, portanto, um país de trânsito para destinos mais desejados como EUA e Canadá (NDIAYE, 2018; BAENINGER, 2013). A perspectiva de melhores condições foi expressa por Mohamed: *“brasileiro gosta muito de dinheiro, tudo custa muito dinheiro e o que a gente ganha não dá. Então tem que pensar em sair e buscar lugar melhor”*.

O relato de Mohamed expressa o reconhecimento de que as condições de permanência no Brasil são dificultadas pelos salários considerados baixos e o alto custo de vida, o que desafia

⁹⁰ A Revista Exame de aponta uma Mesquita no Centro São Paulo como importante local de acolhimento para senegaleses, a reportagem afirma que por dia são recebidos de 70 a 80 imigrantes e que um terço deles é de senegaleses. Revista Exame, 08/07/2015, disponível em www.exame2.com/mobile/brasil/noticias/senegalesesformamumanovaonadadeimigrantesnobrasil

⁹¹ A procuradora do trabalho Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes ao elencar as principais ocorrências no Ministério Público do Trabalho envolvendo o trabalho de estrangeiros, aponta o trabalho em frigoríficos como um dos mais degradantes em uso no Brasil e que tem utilizado largamente a força de trabalho imigrante, caracterizam este “trabalho jornadas abusivas, excesso de frio, esforços repetitivos, cenário deprimente” (LOPES, 2015, p. 228).

⁹² “Forma de abate de animais com destino a exportação para países de costume muçulmano, que supostamente exige que os trabalhadores que realizam a matança sejam muçulmanos e realizem o ato manualmente, em constrictão, pronunciando determinadas palavras. Esta suposta exigência tem justificado a preferência de contratação de trabalhadores provenientes de países com mais presença muçumana, como Bangladesh, Senegal, Iraque, entre outros” (LOPES, 2015, p. 229).

a necessidade de subsistência e de poupança de recursos para as remessas. Rio de Janeiro e Niterói são cidades com uma dinâmica histórica de urbanização e, por terem sido centros políticos, carregam contradições dos grandes ciclos econômicos e das desigualdades sociais desde a época colonial e do impulso de industrialização desde o século XIX.

As cidades do Rio de Janeiro e Niterói constituíram-se a partir da ocupação urbana por parte de uma elite colonial e burguesa representantes do poder político e econômico e da intensa convivência entre trabalhadores livres e escravizados, inclusive trabalhadores africanos livres⁹³ que compartilhavam a experiência de opressão, segregação e exploração materializadas na ocupação diferenciada da cidade, moradias precárias e condições de trabalho, transporte, alimentação inconsistente e com realidade de trabalho formal e informal (MATTOS, 2008). A desigualdade social, segregação espacial, intensa exploração do trabalho, mas também a organização de resistências a esta realidade e a presença histórica de trabalhadores africanos são elementos constitutivos da questão social na região do Rio de Janeiro e Niterói que se agravaram ao longo do tempo e determinando dentre outros elementos o alto custo de vida em relação a outras regiões do país (ALMEIDA e AZZONI, 2016).

No Estado do Rio de Janeiro, segundo dados organizados em 2015, pela Pastoral do Migrante e Rede Migração Rio, a partir do Censo de 2010, 72,4% dos 76.687 imigrantes⁹⁴ residiam na Cidade do Rio de Janeiro (55.531), seguida dos municípios de Niterói (3.741), Nova Iguaçu (1.778), Duque de Caxias (1.641) e São Gonçalo (1.629). Estes 05 municípios concentravam 84% dos estrangeiros no estado do RJ. São municípios que têm uma dinâmica de interação com a cidade do RJ devido a infraestrutura para deslocamento, custo de moradia mais barato e melhor acesso a serviços como o de Educação. Esta mesma pesquisa mostra que a África é o continente com menos percentual de estrangeiros residentes no Brasil, embora tenha apresentado um crescimento de 0,4% em 2000 para 2% em 2010. No Estado do Rio de Janeiro, entretanto, a migração de africanos é mais expressiva especialmente por conta do fluxo de angolanos, a partir da década de 1990 e congolezes mais recentemente.

Nos relatos dos entrevistados foram mencionadas 04 formas de chegada ao Brasil: (1) através de convênios de formação para o ensino superior; (2) por via aérea direto no Rio de Janeiro; (3) pela fronteira com a Argentina; (4) pela fronteira terrestre no Acre, utilizando o Equador como porta de entrada na América Latina. O uso dessa última rota parece ter

⁹³ Apreendidos após a proibição do tráfico em 1830, muitos trabalhavam compulsoriamente para o Estado (MATTOS, 2008).

⁹⁴ Esta pesquisa trabalha com os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, com total de estrangeiros residentes no Brasil de 431.319 em 2010.

aproximado senegaleses e haitianos na travessia da fronteira. É comum, inclusive, trabalhos que abordam as duas nacionalidades e seus caminhos migratórios no Brasil.

Ndyaie (2018) identifica três momentos da imigração senegalesa para o Brasil. O primeiro tem como marco o estabelecimento de relações diplomáticas entre os países logo, após a independência do Senegal, construindo nas décadas seguintes uma estrutura correspondente às relações internacionais entre os dois países. Na década de 1990, convênios de cooperação no ensino superior trouxeram o segundo perfil de imigrantes senegaleses no Brasil. Alguns destes estudantes permaneceram no Brasil. Um deles, hoje professor universitário, foi um dos interlocutores de nossa pesquisa.

Por fim, a terceira fase, se caracteriza pelo período de impulso econômico pautado na retórica neodesenvolvimentista no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O investimento nas relações internacionais e em aberturas de investimentos de empresas brasileiras em países da África, que já existiam anteriormente, ganharam um novo fôlego e fomentaram uma imagem exitosa da economia do Brasil. Inclusive, em nossas entrevistas, foram citadas viagens do presidente Lula ao Senegal e outros países do continente africano, como imagens que construíram uma aproximação do Brasil tornando-o um possível destino, considerando, é claro, todo o contexto de restrições que já se vinha delineado nos destinos tradicionais europeus.

Esses três diferentes momentos se distinguem quanto ao conteúdo e o volume do perfil migratório. O período mais recente trouxe um fluxo mais intenso de trabalhadores com baixa qualificação que se tornam nossos conhecidos nas atividades como camelôs. Segundo contaram nossos interlocutores mais próximos deste último perfil, a chegada à América Latina se dava inicialmente pelo Equador⁹⁵, devido à legislação migratória mais flexível. De lá seguiam em rotas terrestres já conhecidas para o Brasil. Os relatos sobre esse trânsito para o Brasil foram momentos em que os entrevistados demonstravam pouca disposição em narrar. Pesquisadores alertam para redes de tráfico de imigrantes que não estavam tão organizadas na história da imigração do Brasil quanto se apresentam hoje:

sophisticated networks of smugglers exist between Brazil and Senegal, which is a major transit zone for West African migrations.[...] These mechanisms include trafficking official documents, applying from an African country where a given embassy is said to deliver more visas, or getting the passport of a country whose citizens have fewer visa requirements for a given destination. One Senegalese migrant in Brazil confided to me: “I had to go to Ivory Coast in order to apply for a Brazilian

95O Equador tinha uma política migratória de portas abertas e de flexibilidade migratória, adotou regras mais restritivas especialmente após a intensificação da imigração Venezuela na América Latina. As restrições para os senegaleses e mais 10 nacionalidades ocorreram em 2015 conforme disponível em <https://www.ministeriodegobierno.gob.ec/ciudadanos-de-11-paises-requieren-de-visa-para-ingresar-a-ecuador/>

visa. Someone told me it was easier to get one there. When my attempt failed, I had to pay for the road trip via Ecuador”.

The smugglers are, to a large extent, the ones who inform prospective migrants of the possibility of “asylum shopping” (Siegfried 2015) in Brazil, as many of my informants have maintained. When I asked how he managed to enter Brazil without a visa, thirty-six-year-old I.S. replied: “If someone can travel to Brazil via Ecuador without a visa, it is because he has highly-placed accomplices somewhere. If they want to prevent us from coming, they know how to do it”⁹⁶ (NDIAYE, 2018, p. 4-5).

Jung (2019) apresenta uma periodização diferente. Para ele as três fases da imigração senegalesa no Brasil se dividem em três períodos de 2000 a 2012; de 2003 a 2015 e de após 2015. A primeira geração de 2000 a 2012, se caracteriza pela vinda dos pioneiros que tinham o Brasil como a porta de entrada para a Argentina, já que neste não havia representação diplomática senegalesa. Este grupo que somou aproximadamente 1000 senegaleses, teria chegado em sua maioria pela via aérea ao Brasil e seguido pela fronteira terrestre para a Argentina.

Parece-nos que esta pode ser a origem da primeira geração de senegaleses no Rio de Janeiro, que podem ter se instalado em Niterói em razão de terem encontrado dificuldades em relação ao custo de moradia e possivelmente por terem se inserido em alguma rede que permitisse o trabalho, mesmo como camelô. Podemos dizer que foi este grupo que construiu uma rede de recepção para os demais assim como possibilitou a inserção na economia informal. Eles tiveram que lidar com as diferenças na cultura e as dificuldades de acesso à assistência social. Niterói se tornou referência para recepção de imigrantes senegaleses da segunda geração no Estado do Rio de Janeiro.

Um dos precursores desta primeira geração é Said, apontado por vários entrevistados como o comerciante senegalês mais antigo de Niterói. Embora ele não tenha se disponibilizado para entrevista soubemos através dos outros relatos que Said se instalou em Niterói há mais de 20 anos. É um comerciante regularizado e mantém suas vendas num ponto fixo próximo ao único grande Shopping Center da cidade num local com intensa movimentação de pessoas. Segundo relatos de entrevistados, Said manteve por longo período uma vigorosa conexão

⁹⁶ Existem redes sofisticadas de contrabando de pessoas entre o Brasil e o Senegal, que é uma importante zona de trânsito para as migrações da África Ocidental. [...] Esses documentos incluem o tráfico de documentos oficiais, que se aplicam a um país africano em que uma determinada embaixada entrega mais vistos ou obtém o passaporte de um país cujos cidadãos têm menos requisitos de visto para um determinado destino. Um migrante senegalês no Brasil me confidenciou: “Eu tive que ir até a Costa do Marfim para solicitar um visto brasileiro. Alguém me disse que era mais fácil conseguir um lá. Quando minha tentativa falhou, tive que pagar pela viagem para o Equador”. Os contrabandistas são em grande parte os que informam os possíveis migrantes sobre a possibilidade de “fazer compras de visto” (Siegfried, 2015) no Brasil, como muitos de meus informantes obtiveram. Quando perguntei como ele conseguiu entrar no Brasil sem visto, I.S., 36 anos respondeu: “Se alguém pode viajar para o Brasil via Equador sem visto, é porque ele tem cúmplices altamente colocados em algum lugar. Se eles querem nos impedir de vir, eles sabem como fazer isso” (tradução nossa).

comercial com o Senegal realizando viagens frequentes para aquisição de produtos para as vendas no Brasil.

Atualmente essa referência tanto comercial como de liderança política e religiosa nos pareceu ser exercida por Babacar, um jovem comerciante de 38 anos, em Niterói desde 2013, quando se iniciou um segundo momento mais amadurecido da diáspora senegalesa nesta cidade. Em sua chegada foi recebido por outro comerciante que lhe levou para uma moradia num “quarto com mais de 10 senegaleses” e que lhe introduziu nas vendas ambulantes fornecendo a mercadoria e indicando o local para vendas no centro de Niterói.

A religião e sua rede de comunicação e apoio se apresentaram como a mediação fundamental de recepção, acolhida e cuidado dos senegaleses em Niterói. Assim como a comunidade no sul do Brasil, os que estão em Niterói são em sua maioria muçulmanos que têm como referência político-religiosa Cheikh Ahmadu Bamba Mbacké⁹⁷, fundador da Confraria Mouride. A história deste líder tem bases na região do Senegal onde predominava o cultivo do amendoim, portanto área de importância estratégica para os franceses. Sua atuação de resistência aos colonizadores motivou sua expulsão por duas vezes do país. A experiência de migração forçada e os ensinamentos de fé e moral advindos daí atribuem forte direção de conduta e um significado particular a experiência migratória dos senegaleses.

A Confraria Mouride se organiza através de grupos chamados *Dahiras* que funcionam, não só no Brasil, com encontros periódicos para suporte religioso e como um espaço político e de solidariedade. Os membros contribuem financeiramente com regularidade para manutenção do espaço e das demais atividades dentre as quais se destacam o acolhimento aos recém-chegados e o apoio em situações de grande vulnerabilidade. Deste modo entendemos que cabe aos imigrantes, reunir recursos de suas atividades de trabalho, muitos camelôs, para sua sobrevivência, para Dahiras e para as remessas para suas famílias no Senegal.

As *Dahiras* cumprem uma função religiosa e assistencial aos imigrantes senegaleses e mais, representam a Confraria Mouride no território de imigração, expandindo sua atuação e buscando criar canais de interação. A organização das *Dahiras* na valorização do espaço público como possibilidade de visibilidade e trocas culturais incluem celebrações públicas dos feriados nacionais do Senegal, marchas nas datas religiosas muçulmanas. Ndiaye (2018) percebe nestas práticas mais do que uma solidariedade entre iguais, uma ação de desconstrução dos estereótipos do islamismo e de divulgação de uma identidade africana. Para o autor, os senegaleses têm um

⁹⁷ 1853-1927.

traço distintivo dos demais imigrantes africanos que é o envolvimento em atividades econômicas e culturais que fortalecem suas origens, especialmente as religiosas.

A Dahira em Niterói funciona desde 2008 e atende aos membros na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Expandiu sua atuação com o aumento do fluxo de chegada de senegaleses na época dos megaeventos realizados no Rio de Janeiro. Estes eventos a partir dos anos de 2013 figuram como marco da intensificação de senegaleses no Estado (TEDESCO, 2015; HEIL, 2018; NDIAYE, 2018).

Segundo informações do Consulado do Senegal no Rio de Janeiro existem trabalhadores senegaleses concentrados em Niterói e na Zona Oeste da cidade, nos bairros de Rio das Pedras e Cidade de Deus. Esses grupos têm distintas formas de organização, segundo afirmação do funcionário do consulado “são grupos diferentes, mas que se encontram na Mesquita da Tijuca⁹⁸”. Compreendemos que possivelmente os senegaleses que se encontram na zona oeste não compõem a Confraria Mouride.

Heil avalia o impacto e sucesso de atuação da Dahira de Niterói, nos seus primeiros 10 anos, especialmente na infraestrutura de recepção aos recém-chegados, oferecendo não só espaço físico, mas ações de intermediação com órgãos oficiais como o Consulado do Senegal no Rio de Janeiro.

Fundada há 10 anos com o nome Norou Darayni, termo árabe para “clareza aqui e lá”, essa dahira foi a primeira do Brasil. Nos primeiros anos, ela teve um crescimento lento, mas passou a se desenvolver mais rapidamente nos últimos quatro anos, em coincidência com os megaeventos ocorridos na cidade. Apesar das crises no país, no Estado e na cidade, a dahira Norou Darayni continuou a crescer. Esse crescimento se confirmou pela identificação dos vários espaços físicos ocupados ao longo dos anos pela dahira. Ela começou em um quarto da casa de um dos primeiros cinco membros fundadores e hoje ocupa um espaço de aproximadamente 100 m². É constituída por uma grande sala, dois quartos, cozinha e área de serviço. O salão é o local de reunião, capaz de acolher mais de cem pessoas. Um dos quartos se destina à moradia permanente de três a quatro pessoas que trabalham como cuidadores do espaço. Outro quarto serve para hospedar “estrangeiros”, principalmente líderes religiosos. A dahira é dirigida pelo dieuwrigne, seu responsável, e por um comitê eleito (2015, p. 114).

A realização dos megaeventos internacionais da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol no Brasil 2014 e as Olimpíadas - Rio 2016, associados com a disseminação de uma imagem de um legado histórico da escravidão de valorização e respeito da população afrodescendente, contribuiram para a inserção do Brasil nas rotas migratórias dos senegaleses. Vejamos o relato de Babacar:

O acesso pra Europa já estava difícil e a relação do Brasil com o Senegal era muito boa, Lula era conhecido lá, eu gostava do Lula. Era preparação para a Copa, um conhecido me falou de vir pro Brasil e de alguém que me receberia aqui. Vim com

⁹⁸ Bairro da cidade do Rio de Janeiro onde fica localizada a Mesquita referência religiosa para os senegaleses na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

visto de turista e um senegalês que já estava aqui em Niterói me recepcionou no aeroporto no Rio de Janeiro e me trouxe pra Niterói, me lembro de ter ficado assustado porque tinha exército na rua, parecia uma guerra pra mim. Fui pra um quarto com muitos senegaleses, era um espaço muito apertado com muita gente, nunca tinha passado por isso no meu país. No dia seguinte ele me deu um material pra vender, eram relógios e me levou pra um ponto no Centro de Niterói.

Nesse momento podemos identificar um grupo residente no Rio de Janeiro já com acesso à informação sobre cultura local, serviços públicos e ingresso na economia informal. A territorialidade se apresenta mais definida e os contornos diaspóricos mais sedimentados.

Da mesma forma a existência prévia de uma rede comunicação que garantisse certa segurança na acolhida foi mencionada no trajeto de chegada pela fronteira no Acre: “Comprei a passagem para o Equador que conhecidos senegaleses tinham dito que não precisava de apresentar visto. De lá estive no Peru e depois, Brasil. Consegui trabalho no sul, mas não era bom por isso vim pra cá” (Moruf.).

Esse segundo momento, de 2013 a 2015, caracteriza-se pelo aumento no número de senegaleses e pelo uso majoritário da rota por Quito, no Equador. Lá se juntavam a haitianos e outras nacionalidades e atravessavam a fronteira terrestre pela Amazônia. Uma vez no Brasil seguiam para o Sul do país inclusive com uma rede de captação de força de trabalho já constituída na fronteira do Acre por empresários para contratação especialmente para o abate em frigoríficos.

Em sua pesquisa sobre o fluxo migratório na fronteira do Acre com o Peru, Fonseca (2019) apresenta um dispositivo de acolhida que se constituiu, segundo a percepção da autora, de forma informal a partir da ação de um senegalês instalado em Rio Branco/AC para receber em sua casa os imigrantes africanos e que acabou reconhecido como dispositivo migratório fundamental para a chegada e construção de interiorização, principalmente para os senegaleses.

Nessa casa são recebidos majoritariamente homens senegaleses em busca de oportunidade de trabalho no Brasil. Considerados imigrantes econômicos, para eles, ter acesso à documentação que permita a inserção em atividades laborais é fundamental. Deste modo os senegaleses vindos do longo trajeto de Quito no Equador, passando pelo Peru, atravessam a linha nos municípios fronteiriços de Assis Brasil e Brasileia onde se apresentam às autoridades alfandegárias e de lá seguem para Rio Branco onde são orientados pelo anfitrião sobre os procedimentos para a solicitação de refúgio e retirada dos documentos como carteira de trabalho, CPF e cartão do SUS. De lá são organizadas oportunidades de trabalho de empresas, muitas do Sul na área do agronegócio que recrutam a força de trabalho já na Fronteira (FONSECA, 2019).

A pesquisa de Fonseca (2019) corrobora o relato de senegaleses em Niterói de que apesar dos desafios, riscos e altos gastos as rotas terrestres já contavam com uma rede de comunicação que estrutura as mobilidades e que acabava sendo a alternativa mais viável aos imigrantes econômicos. São os mecanismos mediadores apontados por Castles e Miller (2004) que envolvem ações privadas, organizações de recrutamento, organizações não governamentais, empresas privadas, advogados, até contrabandistas, constituindo uma verdadeira indústria da migração que não necessariamente serve de apoio ao migrante e que aciona estratégias econômicas, políticas e culturais.

A terceira fase definida por Jung (2019) tem como marco as mudanças na legislação migratória do Equador e a diminuição da vinda dos senegaleses para o Brasil. Nas análises do autor, a crise política e econômica no Brasil a partir de 2015 não só reduziu a procura pelo Brasil, como provocou a saída de senegaleses do país. Para o autor o fluxo dinâmico de senegaleses para o Brasil tende a desaparecer.

Embora os senegaleses encontrem agora a possibilidade de recepção já estruturada em Niterói há uma tendência de circulação em busca de melhores oportunidades. A cidade de Recife, em Pernambuco, foi um dos destinos citados por haver lá também uma rede Mouride. Esse movimento se articula ao desinteresse pelo Brasil apontado por Jung (2019), provavelmente, não somente por causa da crise econômica mundial e suas consequências no Brasil, como também pela crise política que se sucedeu ao impeachment de Dilma Rousseff e ascensão de Temer em 2016. As esperanças nutridas de oportunidades melhores no Brasil são reduzidas visto que pouco foi oferecido em termos de políticas sociais e as dificuldades no mercado de trabalho se agravam. A ascensão de grupos políticos alinhados a propostas de extrema direita revelou uma sociedade mais inóspita.

O fato é que, ao longo de anos, tendo como marco inicial os anos de 1990 os senegaleses vêm constituindo formas de chegada e permanência no Estado do Rio de Janeiro e na cidade de Niterói, onde organizaram uma importante rede de comunicação e apoio que consolidou a diáspora senegalesa nesse território.

Niterói desfrutou do status de principal cidade do Estado por um longo período, sendo a capital por 139 anos, nos períodos de 1834-1894 e de 1903-1975. Tem em sua história forte presença de movimentos migratórios, um dos primeiros centros de recepção, seleção e distribuição de imigrantes criados no Brasil, a Ilha das Flores, que funcionou de 1883 a 1966, ficava originalmente dentro dos limites de Niterói. Hoje o local é território do município vizinho de São Gonçalo. Niterói recebeu migrantes oriundos dos países europeus que se destacaram na

história da imigração do Brasil como também de trabalhadores nordestinos em busca de inserção no mercado de trabalho local.

Na década de 1990, a gestão municipal de Niterói investiu numa campanha de autopromoção da cidade em que, além de recursos e projetos nas áreas de promoção de melhores índices sociais, incluiu também o fomento às pesquisas e ações de visibilidade da contribuição dos imigrantes para a construção do espaço urbano e econômico da cidade. É a partir dessa iniciativa que Côrtes (2009) identifica produção acadêmica e literária sobre a imigração portuguesa, italiana, espanhola e de judeus em Niterói.

É nesse mesmo recorte temporal dos anos de 1990 que chegam os estudantes senegaleses inseridos em convênios para estudos universitários em instituições no Rio de Janeiro. Estes estudantes, já na condição de profissionais, se tornarão como já mencionado importantes referências para os senegaleses em busca de trabalho que começam a se instalar em Niterói a partir dos anos 2000.

Hoje podemos considerar que a presença dos senegaleses em Niterói expressa uma dinâmica diaspórica, pois as determinações da mobilidade do trabalho se conectam a aspectos de uma complexidade de identidades e temporalidades que, conforme explica Hall (2015), delineiam a noção de diáspora como metáfora para a compreensão dos deslocamentos.

O conceito de diáspora originalmente usado em referência à dispersão dos judeus, armênios e gregos, foi se ampliando ao uso para outros grupos étnicos que sofreram experiências análogas de perseguição e deslocamento forçado. Nos anos de 1990, o conceito sofre um esforço de revisão no intuito de situá-lo no contexto das transformações sociais e das dinâmicas migratórias recentes. Nesse sentido, as contribuições de Cohen (2008) e Handerson (2015) nos informam aspectos relevantes para o estudo do movimento dos senegaleses.

Os autores concordam que é a realidade, os usos práticos, as interações e significados construídos pelos sujeitos que definem os sentidos da categoria diáspora. Não é toda imigração que tem conteúdo de diáspora, é o aspecto de uma identidade coletiva mais do que a de uma determinação territorial que constitui o movimento da diáspora. Essas identidades, não são fixas e nem puras, podem ser ressignificadas e reconstruídas na interação com outras culturas e outras condições de vida. Desse modo Cohen (2003) rejeita uma perspectiva de análise das diásporas fixada no lugar de origem, na terra natal ou no lar como uma referência essencial e imutável.

Os senegaleses, ao se preocuparem em construir formas de interação com a localidade, parecem expressar essa dinâmica que ao mesmo tempo em que apresenta hábitos, costumes e experiências religiosas, constituídos a partir das referências de seu local de origem, também

constroem novas práticas e expressões que incluem a experiência atual de encontro com uma nova realidade e as negociações necessárias para sua permanência.

A compreensão de diáspora para Cohen (2003) considera a possibilidade de construção e reconstrução de práticas que atribuirão sentido às experiências vivenciadas pelos sujeitos considerando elementos de raça, classe e etnia. Com base em Brubaker, Cohen (2003) ressalta três elementos que constituem a diáspora: a dispersão, seja ela traumática ou não e geralmente atravessa fronteiras do Estado; a relação com o local de origem; a manutenção de fronteiras, ou seja, formas de solidariedade mobilizadas pelo grupo (COHEN, 2003, p. 522).

Uma das expressões significativas da presença senegalesa, em Niterói, foi a celebração religiosa da Confraria Mouride em que se celebra a experiência do líder religioso, Cheikh Ahmadou Bamba Mbacké. O evento é chamado Magal Touba ou Grande Magal.

Este evento marca a realização da peregrinação dos fiéis a Touba, cidade sede da Confraria no Senegal, e é organizado concomitantemente em todas as cidades do mundo em que os Mourides se organizam. Conforme explicam Brignol e Costa (2018), o Magal significa em wolof grande “homenagear”, “comemorar” e é uma grande celebração a atitude pacífica de resistência ao colonialismo e imperialismo francês representada no exílio do líder religioso lembrado.

Os senegaleses performam a peregrinação à Touba através de uma marcha nas ruas das cidades em que se encontram até o local da celebração. A celebração do Magal, em Niterói, requereu a articulação com o poder público municipal para a concessão do espaço público, onde foi realizado o evento durante todo o dia por onde circularam muitas pessoas, brasileiros e senegaleses. Mobilizou senegaleses e pesquisadores de diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

As leituras coletivas realizadas nessa ocasião remetiam a uma disciplina de oração e trabalho, mesmo diante de um contexto hostil e das dificuldades da imigração, tendo como referência a história de resistência forte, mas pacífica do líder fundador da Confraria. Numa das leituras, em especial a análise do mediador, trouxe exemplos em relação a como agir em contextos de ofensas “mantenha seu propósito moral e lembre a atitude do profeta que resistiu pacificamente”. Neste momento, imediatamente a situação racista que marcou nossa pesquisa e a atitude do ambulante, que nos pareceu naquele momento resignada, adquiriram outro sentido muito mais inserido numa disciplina de trabalho e da moral religiosa, pois era a sociabilidade construída com o envolvimento na própria diáspora, que reforçava tal atitude por parte dos senegaleses. Assim sendo, a autoridade das lideranças sobre eles se mostrou eficaz e revelou, ao mesmo tempo, a intenção da construção de uma imagem positiva dos senegaleses, em

Niterói, afastando, com isso, a possibilidade do surgimento de problemas que pudessem acentuar as ameaças de expulsão da cidade. Além disso, o trabalhador senegalês expressava a sua fidelidade e não corria o risco de ser afastado da sua comunidade.

Fotografia 1 - Matéria na Mídia sobre o Grande Magal em Niterói no Ano de 2018.



Fonte: Jornal Cidade de Niterói.

As leituras do *Alcorão* e de poesias realizadas na Celebração do Magal foram realizadas em português, o que demonstrou o cuidado dos organizadores na interação com os brasileiros. O evento contava com uma organização primorosa em equipes responsáveis pela recepção, condução da celebração, alimentação, limpeza. Fomos muito bem recebidos e apresentados às lideranças, a outros pesquisadores, aos familiares e fomos convidados a desfrutar do evento, assim como os muitos visitantes brasileiros presentes.

Pudemos perceber os perfis diferenciados, caracterizados pelos atuais estudantes que vieram através dos convênios de acesso aos estudos de graduação e pós-graduação, aqueles de gerações passadas de estudantes que se estabeleceram no Brasil, comerciantes que possuem lojas próprias e aqueles comumente chamados de imigrantes econômicos, cujo trajeto para o trabalho observamos. Essa diferenciação se evidenciava também nas tarefas, pois esses últimos estavam mais presentes nas atividades de servir os convidados e limpeza. Essa distinção de tarefas pode estar relacionada com a manutenção das relações da hierarquia religiosa entre líderes e seguidores de diferentes status social, conforme o local de origem. Segundo Babou (2015), entre as próprias lideranças ou entre os membros de maior status social são observadas fissuras por causa de disputas por prestígio em toda diáspora Mouride, como qualifica o autor o deslocamento desse grupo.

No Magal, as mulheres eram minoria absoluta entre os senegaleses. Evidenciou-se nesse evento a comunidade senegalesa organizada em diáspora, permeada de diferenciações em relação à inserção produtiva, condição social, gênero, escolaridade, mas expressando experiências comuns que remetem à dupla dimensão de territorialidade: a ancestral vinculada à terra natal e a reconstruída na interação com as cidades brasileiras em que eles se organizaram. O Magal representou um momento de celebração, de festa como estratégia de afirmação da cultura senegalesa no espaço público como plural, de comunicação, de troca.

Emigrar nos pareceu ter um sentido de reconhecimento de uma atitude de resistência e de cuidado com os seus, visto que há o compromisso no envio de remessas para as famílias no Senegal. A imigração foi expressa por alguns de nossos interlocutores como um projeto familiar:

“Eu trabalhava com vendas de num grande comércio no Senegal, mas o mercado na área ficou muito ruim e não tinha muitas opções no Senegal. Minha família é uma família religiosa no Senegal e me estimulou a sair” (Idrissa)

“Minha mãe me forneceu os recursos para vir” (Khadim)

“Foi muito dinheiro, minha família que me ajudou” (Laval)

A emigração significa ainda possibilidades para manutenção e desenvolvimento da Confraria e de seus membros, visto sua importância política e institucional:

Até a década de 1980, o amendoim representou um dos principais produtos de exportação senegalês, porém com a redução de sua produtividade devido aos efeitos climáticos que acabaram por reduzir o potencial fértil das terras (Touré, Crowley, 2014) e a perda de valor econômico do produto pela sua reduzida competitividade no mercado externo, a base econômica na qual a confraria Mouride assentava-se estava perdendo rentabilidade e pressionando a população local. É nesse contexto que a (e)migração passa a ser uma das principais alternativas para a possibilidade de sustento da confraria e de seus participantes. Outro ponto que incentivou na formação de fluxos emigratórios foi a pressão populacional nas áreas urbanas e sua consequente falta de empregos. É nesse contexto que a confraria passa a dispor de um conjunto de significados importantes que possibilitam o empreendimento do processo migratório e servindo como uma das principais fontes de renda da cidade de Touba, que centraliza a confraria Mouride (TEDESCO, 2015, p. 7-8).

Sobre a relação da imigração com a religião e com as estruturas familiares que planejam o projeto migratório como estratégia para sua reprodução social parece-nos importante as análises de Silva (2018) que remetem ao processo de mobilização para o trabalho no cultivo do amendoim. Segundo o autor, com base em Sakho et al (2017) a expansão da economia do amendoim se constituiu em associação com as Confrarias Mourides e a gestão imperialista francesa.

O conflito entre as lideranças Mourides e a gestão francesa se estabeleceu a partir do projeto de modernização com a construção de linhas férreas que serviriam à logística de

transporte do amendoim. Segundo Silva (2018) esta divergência que envolveu também a repressão à etnia wolof, criou conflitos armados em 1920 e só após a derrota das lideranças Mourides é que a estratégia da resistência cultural e simbólica no território senegalês ganha evidência. Ao mesmo tempo os líderes Mourides se tornaram agentes da dinâmica econômica colonial e neocolonial, como mediadores da mobilização para o trabalho, ou seja, eles controlavam as terras destinadas à plantação de amendoim e criaram um mercado regional de trabalho em que as famílias se dedicavam ao cultivo do produto em trabalhos nem sempre remunerados. A administração dessas terras e da produção se estruturou a partir do planejamento e territorialização do governo imperialista estabelecendo certa aliança com os chefes religiosos que, com isso detiveram também poder político.

As questões ambientais e econômicas já abordadas anteriormente que afetaram a economia do amendoim dinamizaram as migrações a princípio internas na África e posteriormente para fora do continente sob a identidade do mouridismo e da narrativa sobre a “emigração senegalesa no mundo contemporâneo que é diversas vezes vista como diáspora de uma comunidade de mesmo parentesco cultural que portaria elementos de resistência à dominação colonial” (SILVA, 2018, p. 144).

Dessa forma a mobilização do trabalho na economia do amendoim fundou relações políticas e sociais no Senegal, que organizadas a partir da religião são expandidas e sustentadas através da diáspora e da atuação em solo estrangeiro. Tal dinâmica influenciou fortemente na questão educacional e na constituição de um sentido de ética religiosa do trabalho.

As *daaras* se constituíram sob a liderança de Cheikh Ahmadu Bamba Mbacké em escolas de trabalho rural, com a ideia da “ênfase no trabalho físico como uma forma de serviço a Deus”. Segundo Babou (2015), os mourides concordam que os valores da “disciplina e trabalho duro, otimismo, humildade e frugalidade, todas as coisas que aprenderam, durante sua educação na daara ou em suas famílias, serviram para que pudessem lidar de maneira eficaz com os desafios da vida longe de casa e a ganhar uma vida decente” (2015, p. 9, tradução nossa).

Babou (2015) argumenta que o sentido de fé e trabalho da imigração Mouride atribui significado consciente ou inconsciente de propensão empreendedora à diáspora senegalesa, visto que são mobilizados tanto pelo sucesso no projeto migratório, quanto pelas melhorias e investimentos que a imigração já possibilitou no território de origem. Para o autor, o sentido da imigração e do trabalho para os mourides está na realização espiritual de seguir, como no exemplo de Cheikh Ahmadu Bamba Mbacké enfrentando adversidades em terras estranhas e conseguindo resistir.

Segundo Babou (2015) os mourides são aproximadamente 1/3 da população do Senegal, mas representam aproximadamente metade da diáspora senegalesa. Sobre as características dos imigrantes mourides, Babou (2015) afirma que são de classe social diversa, inclusive os primórdios dos deslocamentos Mourides foram realizados pelos “mourides ricos”, como comerciantes experientes e artesãos qualificados. A instalação das *dahiras*, como locais de oração e de suporte social, é que possibilitou a imigração de membros das famílias rurais pobres.

Devido a esse perfil, Babou (2015) reivindica que as análises da imigração Mouride aacionem outros elementos explicativos, que não se relacionam com a dinâmica da divisão global do trabalho e nem com as explicações neoclássicas, visto que a atividade ambulante assume maior importância para esses imigrantes.

Para nós, a análise da imigração senegalesa no Brasil deve considerar a particularidade do aspecto religioso, que se constituiu na formação social do Senegal, como um dos elementos de mobilização do trabalho com significativo poder político e econômico, e que se apresenta como um pilar da chamada diáspora senegalesa no Brasil. Dessa forma não dispensa análise dos elementos do trabalho e do valor.

A experiência de mobilidade e de constituição da diáspora não se realiza sem tensões e em muitas situações recolocam questões de temporalidade. Nesse sentido é importante registrar as diferentes reações às manifestações de homens negros mulçumanos, vestidos em trajes com representação religiosa e etnia marchando em celebração nas ruas e locais públicos de Niterói.

As expressões de respeito, curiosidade, solidariedade são em muitos casos acompanhadas de racismo, externalizadas dentre outras formas com termos depreciativos. Conforme Gilroy (2002) a diáspora africana é indissociável da memória do terror racial que constituiu o Atlântico Negro, ligando Europa, América e África. Nas manifestações da identidade e cultura negras são inevitáveis a estigmatização e hierarquização racial, o que atribui um sentido político de resistência e denúncia na ação pública dos senegaleses.

O texto produzido por Kaly (2011), cujo título “O Ser Preto africano no paraíso terrestre brasileiro: um sociólogo senegalês no Brasil”, sintetiza a complexidade da questão racial no Brasil e o estranhamento e frustração quando o mito da democracia racial se revela uma sofisticação do racismo. Além de humilhações e violência de cunho racista uma das formas da discriminação relatada pelo autor é a redução de toda diversidade dos países africanos na expressão sem distinção de “negro africano”.

No caso dos imigrantes econômicos senegaleses em Niterói essa redução discriminatória acrescenta numa simbiose pejorativa à própria atividade laboral desempenhada por eles, são os “ambulantes africanos” ou os “imigrantes econômicos sem qualificação”.

Outro elemento que pode ser considerado de tensão e reconstrução na diáspora senegalesa é a relação entre os homens e mulheres⁹⁹. Estima-se¹⁰⁰ que as mulheres sejam cerca de 50% dos migrantes internacionais. Atendem à divisão sexual internacional do trabalho que atribui a mulheres migrantes, pobres, não-brancas e, em muitos casos, indocumentadas, atividades domésticas ou relacionadas ao cuidado de idosos, crianças e de saúde, o que levou a estudos sobre *global care chain*, definido por Hochschild (2011) como uma série de ligações pessoais entre pessoas ao redor do mundo baseadas no trabalho pago ou não pago de cuidado e *care drain*, deslocamento de profissionais da área da saúde, especialmente da grande área da enfermagem. Importante mencionar a maior exposição das mulheres migrantes a violências, à prostituição e ao tráfico de pessoas (WIHTOL DE WENDEN, 2016).

No caso dos senegaleses em Niterói, as mulheres são minoria, uma tendência que é observada nacionalmente em pesquisas e percebida nos dados de solicitação de refúgio do CONARE. Sobre esta questão, Massar afirmou-nos em tom sério que “só as mulheres casadas vêm para o Brasil para encontrar seus maridos”. Segundo explicou-nos Aida, uma jovem comerciante senegalesa, mãe de três filhos, as relações familiares que envolvem os papéis e lugares sociais de homens e mulheres no Senegal são construídas de forma muito específica em relação à cultura de vínculos familiares que podem ser poligâmicos e com as referências religiosas. No entanto a experiência migratória tem determinado reflexões a respeito, especialmente na relação com as mulheres brasileiras: “no Senegal as mulheres são respeitadas e cuidadas são elas que definem as questões da família, dos filhos...as brasileiras não entendem as vezes que tem a ver com nossa cultura, com nossa religião. Mas as mulheres trabalham e agora tá mudando muito...fazemos até encontros no Brasil”.

Sakho et al (2015) afirmam um aumento das migrações autônomas de mulheres no Senegal, uma tendência que é notada primeiramente nas cidades e depois nas áreas rurais. Segundo os autores, nas tradições rurais do Senegal, que inclui a Bacia do Amendoim e o Vale do Rio Senegal, a migração das mulheres só era reconhecida como legítima pela comunidade local nos casos de acompanhamento familiar por ser atribuído valor cultural à mulher nos domínios familiares.

⁹⁹ E para além podemos supor que envolve as identidades de gênero e orientação sexual. Dados organizados em parceria entre o ACNUR e o CONARE (2019) mostram um crescimento nas solicitações de refúgio relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero, de 2010 a 2018 foram 369, destas 11 foram de nacionais do Senegal que se declararam gay (09) e heterossexual (02). Destas 02 foram indeferidas, 02 arquivadas, 01 consta como pendente e 06 foram deferidas, considerando que de 2002 a 2019 apenas 15 solicitantes de refúgio senegaleses obtiveram o reconhecimento da condição de refugiado estes 06 que foram deferidos por grupo social nos parecem relevantes. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/refugiolgbi/> Acesso em 20 ago. 2020.

¹⁰⁰ <https://www.iom.int/global-migration-trends> Acesso em 03 ago. 2020.

Para os autores, a maior presença migratória das mulheres no Senegal se relaciona com o agravamento das condições de vida das famílias e necessidade de aumento da renda e ao crescimento da escolarização das meninas nas cidades. A imigração das senegalesas é composta por mulheres jovens nas faixas etárias de 25 a 34 anos e 35 a 44 anos. É maior para países na África e Sul da Europa, onde elas são atraídas por empregos com poucas exigências de qualificação e serviços domésticos ou oportunidades de estudo. A imigração autônoma das mulheres é ainda subestimada ou negligenciada nas estatísticas devido à persistência da diferenciação cultural em relação aos lugares de homens e mulheres especialmente em relação aos espaços público e privado. (SAKHO et al, 2010, SAKHO et al, 2015).

A organização dos senegaleses ao longo dos anos produziu respostas. O trabalho desenvolvido pela Dahirah tem fundamental importância na recepção, no trânsito (pois alguns seguem para outras regiões) e permanência dos senegaleses. Atualmente a recepção passa em muitos casos pela rede já construída com trabalhadores já instalados em Niterói ou no município do Rio de Janeiro. Durante nossa pesquisa, verificamos estas ações em vários momentos: com a intermediação de lideranças para a inserção de senegaleses em um curso de português, articulação com a Cáritas RJ para atendimento referente à condição migratória, orientação sobre regulamentação migratória, articulação com a Coordenadoria de Direitos Humanos do Município de Niterói, único equipamento governamental em que identificamos uma ação mais próxima com os imigrantes senegaleses.

Uma situação importante e complexa foi o grave adoecimento de um ambulante senegalês já idoso que aparentemente optou por ficar e usufruir no atendimento em saúde no Sistema Único da Saúde num equipamento de Niterói. Esta situação mobilizou uma campanha solidária entre os membros da Dahirah para que fosse providenciado o traslado do idoso que veio a óbito no Brasil, o ritual fúnebre muçulmano tem recomendações específicas sobre o manejo e locais de sepultamento.

A permanência em Niterói nos pareceu refletir os vínculos transnacionais já estabelecidos que garantem uma rede de cuidados também no Brasil e o possível drama da escolha entre estar próximo da família e em seu país natal ou no lugar onde os cuidados em saúde são mais viáveis.

A imigração é um projeto que pode atravessar a vida e ainda se apresentar como realidade quando ela cessa, nesse caso como contingência. Para além das oportunidades laborais que mobilizam a vinda para Niterói, o acesso aos cuidados de saúde necessários, numa condição de enfermidade impossíveis no seu país natal, para sua condição de trabalhador livre, pareceu determinante na decisão de permanência do imigrante.

3.4 Inserção Laboral ou o Perde e Ganha Cotidiano

Os senegaleses são um grupo diverso no Rio de Janeiro. Mesmo entre os vendedores em Niterói, identificamos um grupo minoritário que circula internacionalmente em função do comércio e dos vínculos no Senegal. A estes não interessa o status de solicitante de refúgio, pois teriam sua mobilidade limitada. Outro grupo mais numeroso pode ser associado ao perfil do imigrante econômico não qualificado. São estes que acionam a estratégia de solicitação de refúgio ao chegarem ao Brasil, pois assim podem ter acesso a documentos provisórios que ajudam na instalação no país e na busca por trabalho.

Como ressaltamos no Capítulo 2, tomar criticamente as categorias migratórias significa entendê-las como construção necessária em determinados períodos da nossa história. Refugiado e imigrante econômico são classificações que garantem inclusão ou exclusão a um conjunto de direitos e proteção social e são ao mesmo tempo condutos para o reconhecimento e interpretação da migração. No aspecto jurídico-institucional internacional e nacional, nos parece que o status de refugiado em função do fundado temor e perseguição tende a ser melhor recebido. Já o imigrante econômico, considerado aquele que escolheu migrar, representa concorrência e aciona ações mais limitadas de acolhimento e integração.

Segundo dados do Comitê Nacional para Refugiados¹⁰¹, existiam aproximadamente em 2019, cerca de 8.000 pedidos de nacionais oriundos do Senegal interessados em ser reconhecidos como refugiados. Em 17 anos apenas 15 solicitações foram deferidas pois os senegaleses são considerados imigrantes econômicos.

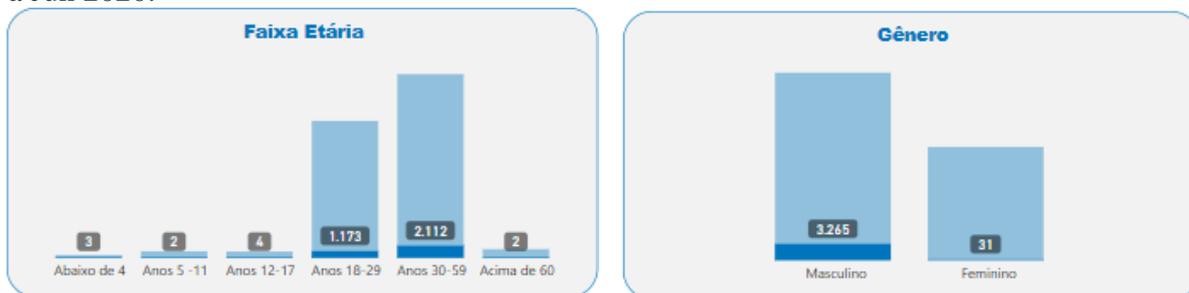
Reconhecendo a presença destes trabalhadores no Brasil e crescente inserção dos mesmos em atividades do agronegócio, no final de 2019, a portaria conjunta dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e das Relações Exteriores (MRE), de n. 10 de 05/12, abriu possibilidade de senegaleses no Brasil que aguardavam resposta de pedido de refúgio solicitarem autorização de residência por dois anos.

A condição de “periféricos da periferia migratória” descrita por Lumumbe (2000) ao se referir aos imigrantes da África Subsaariana aplicada à realidade dos senegaleses, remete não só às condições de expulsão no país de origem, mas ao acesso a trabalhos menos favoráveis, a uma legislação social em processo regressivo e excludente o que acaba por determinar, por vezes, o Brasil como o país possível para migrar e, portanto, um país de trânsito para destinos mais desejados no centro do capitalismo. Determina ainda uma intensa circulação interna no Brasil “eles entram e saem o tempo de Niterói”, conforme nos informou Abbou.

¹⁰¹ Disponíveis em www.justica.gov.br Acesso em 19 de dezembro de 2019.

Os dados do CONARE referentes às decisões do órgão em relação aos senegaleses solicitantes de refúgio, no período janeiro de 2017 a junho de 2020, mostram uma maioria de homens em idade produtiva.

Gráficos 1 - Faixa Etária e Sexo¹⁰² dos(as) Senegalesas Solicitantes de Refúgio de Jan 2017 a Jun 2020.



Fonte: CONARE (2020)

As experiências de trabalho em Niterói - além do trabalho ambulante já estruturado na rede migratória de vendas, nos locais públicos - foi na área da construção civil, numa obra pública, e segundo nos contou Seid, nos fins de semana, eles continuavam as vendas nas praias:

“o encarregado que me tratava como animal mesmo, diferente dos outros brasileiros, me xingava de coisas que eu nem entendia, que nunca tinha acontecido antes comigo. Por causa da minha cor. Mas eu não ligo continuava fazendo o certo...”.

Além do racismo, elemento histórico nas relações de trabalho no Brasil, a expectativa da vulnerabilidade do imigrante seja por uma rede social de apoio restrita ou por uma condição migratória frágil, permeou esse trabalho na obra pública, terceirizada para a execução de uma empresa privada: “Éramos um grupo de mais ou menos 16 e a situação já estava ficando difícil porque precisávamos mandar dinheiro pra família e ele dizia, se não estiver satisfeito vai buscar seus direitos” (Sene).

A experiência de trabalho nas ruas e as relações com os trabalhadores brasileiros, nesse espaço, também expressam aspectos estruturais da formação do mercado trabalhista no Brasil que manteve simultaneamente diferentes formas de trabalho de modo que a informalidade sempre foi uma realidade de muitos trabalhadores e tem crescido desde que a crise mundial afetou com potência o país, fomentada pelas contrarreformas dos direitos trabalhistas.

“A relação é conflituosa, os brasileiros tratam mal dizem que eles “chamam a guarda”, falam coisas racistas né...”. Ronaldo, ambulante brasileiro, nos explica que “chamar a guarda” significa que os africanos (segundo ele senegaleses, ganeses, angolanos e camaroneses) se destacam entre ambulantes pelo porte físico e cor da pele e por isso eles são recorrentemente

¹⁰² Embora o dado divulgado pelo CONARE seja definido como gênero, acreditamos tratar-se de sexo na forma binária masculino e feminino.

alvo das ações de fiscalização e repressão da Guarda Municipal. Continua Ronaldo: “e de fato eles chamam! A Guarda vai direto neles e de quem está perto”.

Sobre a complexa relação entre ambulantes africanos e brasileiros nosso interlocutor analisa:

[...] a rua é assim mesmo esse perde e ganha e eles estão com a gente nesse corre. Eu penso assim e a gente chama eles para organização pra conversa. Os senegaleses são sérios e reservados. Eles não confiam... até entendo porque é complicado mesmo... mas tem uns que são diferenciados e tem um perfil mais diferenciado... acho que com esse vai somar.

A tensão entre os ambulantes ficou mais intensa em 2015 quando a Prefeitura de Niterói definiu um novo recadastramento para os trabalhadores nas ruas da cidade. Segundo Ronaldo, de lá pra cá muitos ambulantes trabalham sem regularização, seja porque não atenderam aos requisitos na época, seja por terem iniciado as atividades posteriormente. Há, portanto, uma reivindicação de um censo dos ambulantes e uma nova regularização. Enquanto isso não acontece, ações truculentas com uso desproporcional de violência e apreensão de mercadorias têm sido frequentemente noticiadas na mídia local.

“Alguns senegaleses já trabalham há muitos anos. Tem um que deve estar aqui faz uns 20 anos, é muito conhecido e é licenciado. Tem uns que são regularizados e tem outros que usam a barraca regularizada de alguém” (Ronaldo).

Em decorrência dessa condição de irregularidade da atividade de trabalho e da condição de imigrante com possibilidade de condição indocumentada, a vigilância e repressão são mais intensas e violentas. O espaço da rua e a cor da pele certamente potencializam as ações truculentas, visto que a rua segundo Augé (1994) é considerada um “não-lugar” desprovido do sentido de pertencimento humano e o negro é, na gramática racializada, o desumanizado.

Fotografias 2 – Matéria na Mídia Escrita sobre Repressão a Trabalhadores Ambulantes em Niterói Jun-2020



Fontes: A Nova Democracia¹⁰³ (2020) e Plantão em Foco¹⁰⁴ (2020)

¹⁰³ Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/noticias/13736-rj-homem-senegales-e-espancado-por-guarda-municipal-em-niteroi>

¹⁰⁴ <https://plantaofoco.com.br/policia/confusao-entre-senegaleses-e-guardas-no-centro-de-niteroi/>

As reportagens sobre a violência a três imigrantes africanos trabalhadores ambulantes relatam que na semana da abordagem os ambulantes já haviam perdido suas mercadorias numa outra abordagem de fiscalização. De acordo com Ronaldo, o senegalês vítima dessa abordagem tinha a situação migratória documentada. Como abordamos anteriormente, os senegaleses ao pisarem em território nacional solicitam o refúgio e, desta forma, podem ter acesso aos documentos necessários para identificação e trabalho. Nos casos em que o senegalês chega a Niterói sem a documentação da solicitação do refúgio, a Dahira, através de suas lideranças, realiza as orientações e busca, junto ao trabalhador, os caminhos para viabilizar, assim como nos casos de necessidade a renovação da solicitação.

Como organização de uma representatividade política externa, a comunidade senegalesa está em fase de articulação e estruturação burocrática e jurídica de uma associação dos senegaleses no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um movimento que já havia, mas que não avançou para reconhecimento legal. Em razão das crescentes manifestações racistas, os senegaleses retomaram as reuniões para este fim.

A trajetória do imigrante senegalês no Brasil é marcada pelo caráter da provisoriedade, uma vez que, ao solicitar o refúgio sabe que as possibilidades de ter seu pedido deferido são mínimas, pois o Estado brasileiro não reconhece nesta nacionalidade as exigências que definem a condição de refugiado. Não obstante, órgãos governamentais atuam, desde 2012, em conjunto com empresários para agilizar a captação dessa força de trabalho na fronteira (MACEDO, 2019). Com base nos dados do Relatório Anual Obmigra (2019) os senegaleses têm ampliado sua participação nas autorizações para o trabalho formal, concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração, o que aponta para o interesse nessa força de trabalho particularmente no agronegócio no abate de aves. De acordo com o referido relatório, os senegaleses são desde 2017 a principal nacionalidade em autorizações para o trabalho formal.

A excepcionalidade é a outra característica das ações regulatórias para os considerados imigrantes econômicos. Os senegaleses têm se valido do dispositivo das anistias migratórias que possibilitam uma regularização migratória, ainda que provisória. Em 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública abriu a possibilidade de anistia aos senegaleses, no Brasil, anunciando uma expectativa de atender aproximadamente 8000 senegaleses indocumentados ou solicitantes de refúgio. A Dahira empreendeu esforços para aqueles que estivessem nessas condições se beneficiassem dessa oportunidade de modo que, em Niterói, atualmente são raros os casos de condição indocumentada.

Para a obtenção da regularização através da anistia o imigrante precisa dispor de recursos para a documentação e taxas. Os ganhos dos senegaleses nas vendas ambulantes

precisam atender suas necessidades de subsistência, a contribuição para a manutenção da Daira e o compromisso das remessas para a família. Segundo nos disseram, os ganhos são variáveis, em períodos de “boas” vendas como no verão, que podem chegar a obter “mais de 1000 reais numa semana”. No entanto, esta é uma informação que alcançamos nas entrevistas, pois segundo me advertiu Mamadou “não se pergunta a um senegalês quanto ele ganha”.

Os custos das remessas são altos, pois as taxas são cobradas em dólar. A empresa Western Union foi mencionada para as transferências internacionais, por isso, quando possível, são enviadas por terceiros em trânsito. Há um forte conteúdo de compromisso moral com o envio desses valores que são utilizados para o consumo da família no Senegal.

Herédia e Pandolfi (2015) sugerem, a partir de pesquisa com os senegaleses na Serra Gaúcha, um perfil que em geral se define por: homem, jovem e solteiro; projeto migratório de inserção laboral; com compromisso de enviar remessas de dinheiro aos familiares que permaneceram no Senegal; grande parte é muçulmana vinculados à confraria Mouride e a experiência mais recorrente de trabalho é no comércio. Acrescentamos a essas informações, a frequência escolar em instituições educacionais religiosas, as escolas corânicas, o que segundo nos explicou Massar justifica o fato de muitos não serem fluentes na língua francesa, pois nessas escolas onde cursaram o ensino que equivaleria ao nosso ensino fundamental, o idioma utilizado além do wolof é o árabe. No mais, podemos afirmar que o perfil que encontramos se assemelha ao indicado pelos autores.

Em São Paulo, Silva (2028) identificou no banco de dados da instituição de atendimento a refugiados e migrantes Missão Paz que nos anos de 2015 e 2016 o grupo de imigrantes senegaleses, em São Paulo era composto majoritariamente por homens, entre 20 e 35 anos, com um índice de indivíduos com ensino superior completo de cerca de 30%, tendo como principais áreas de formação engenharia, direito e administração.

Sobre o trabalho informal ambulante que praticamente atribui identidade migratória aos senegaleses, podemos considerar que essa atividade compõe o quadro da informalidade e da superexploração, traços constitutivos do capitalismo brasileiro (TRINDADE, 2020). A informalidade se caracteriza pela ausência de formas contratuais regulares e fixas, por formas de autorreprodução variadas e pela redução dos custos de circulação, formalidade e informalidade que cada vez se tornam mais complementares no Brasil e o caráter da desproteção social mais atribuído à informalidade tem se generalizado nos contratos formais de trabalho.

O entendimento dual da relação formalidade e informalidade promove uma falsa oposição que transfere para o trabalhador informal características pejorativas de atraso, falta de qualificação. Associadas à realidade do trabalhador ambulante negro africano na cidade com a

maior segregação racial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo o Mapa da Desigualdade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro divulgado este ano pela ONG Casa Fluminense, podem reproduzir a lógica colonial que produz uma inserção subalternizada quanto ao tipo de trabalho, as condições de trabalho, a remuneração e sobre sua própria condição existencial.

Observamos estes trabalhadores muito restritos ao espaço e às atividades de trabalho, inclusive aos fins de semana nas praias. Alguns nos relataram nunca ter circulado em outros espaços da cidade que não fossem o entorno da moradia, os trajetos do trabalho e da Mesquita. Os locais onde se estabelecem para moradia no Centro da Cidade são as áreas com habitações antigas e com infraestrutura precária onde dividem espaços densamente ocupados.

A condição de dependência é compartilhada pelos dois lados do Atlântico. A América Latina é historicamente marcada pela dominação política e econômica externa e pela exploração em todos os níveis da existência humana e da produção. O Brasil não é exceção e tem na heteronomia um traço peculiar de sua dependência, sendo a economia do país organizada para ser fonte de capitais para os países centrais. Soma-se ainda, a configuração de uma dominação burguesa nacional escravocrata, reacionária e violenta (Fernandes, 1975). Esse encontro de condições tão semelhantes, mas ao mesmo tempo desconhecidas, engrossam o caldo da imigração senegalesa no Brasil. Brasileiros pensam¹⁰⁵ identificar traços de subdesenvolvimento e dependência ao atribuírem aos senegaleses características de “moradores de floresta” e “famintos”, conforme os próprios nos relataram, e são incapazes por vezes de reconhecer a nossa própria história e mazelas sociais. Como observa Sayad¹⁰⁶ (1998), a imigração dissimula a si mesmo e produz uma representação do imigrante como o risco, explicitando na sociedade de imigração elementos de defesa da ordem social e de seu caráter arbitrário.

O imigrante como problema social autonomizado de todo contexto social global influencia inclusive abordagens de pesquisadores que os tomam em relação a uma série de problemas sociais¹⁰⁷: “os imigrantes e o emprego ou os imigrantes e o desemprego, os imigrantes e a habitação, os imigrantes e a formação, os imigrantes ou os filhos de imigrantes e a escola, os imigrantes e o direito de voto, os imigrantes e **sua** integração, os imigrantes e a volta para sua terra [...]” (SAYAD, 1998, p. 56-57, grifo nosso).

¹⁰⁵ Dizemos pensam, porque tais afirmações são pautadas mais em preconceitos do que correspondem a um conhecimento da realidade vivenciada pelos imigrantes em seu país de origem.

¹⁰⁶ Embora a produção do autor tenha como contexto a migração argelina para a França a partir especialmente dos anos de 1960, sua análise da imigração como uma totalidade compreendendo aspectos da emigração e imigração como complementares nos parece pertinente e relevante para a análises atuais.

¹⁰⁷ Tomamos também para nós a advertência e o desafio de conduzir a pesquisa numa perspectiva que ressignifique essa percepção.

Essa questão nos foi apresentada pelos próprios senegaleses em duas situações que valem relatar. Primeiro quando se cercaram de cuidados para concessão de entrevista argumentando que “estão cansados de serem tratados como objeto pelos pesquisadores”, que são entrevistados e os resultados “não dizem da experiência de migração dos senegaleses”. Uma denúncia da forte permanência de perspectivas autoritárias e etnocêntricas. Como alerta Fanon (1965) sobre o sociocentrismo, “frases como: ‘eu conheço’, ‘é assim que eles são’, traduzem esta objetificação levada ao máximo” e ainda acrescenta o autor, “o exotismo é uma das formas de simplificação” (p. 42).

Nesse sentido, a segunda afirmação de um de nossos interlocutores, “é melhor ser exótico do que temido”, demonstra a complexidade das relações estabelecidas no Brasil. Expressa o reconhecimento por parte do imigrante do tratamento como perigoso, concorrente e até incivilizado, reforçado pela noção, muito presente no senso comum e utilizada em discursos xenófobos e nacionalistas, do refugiado e do imigrante como um criminoso em fuga. O temor da criminalização e de violência é real na medida em que as instituições executoras de políticas sociais, tanto de proteção social quanto de segurança, estão suscetíveis e atravessadas por essa lógica, que inclusive vem crescendo nas intervenções fronteiriças no Brasil, cada vez mais militarizadas. A afirmação contém ainda a revelação de uma estratégia de integração que tem nas relações socioculturais e práticas religiosas importantes aliadas.

Ndiaye (2018) critica as abordagens que, para ele, reduzem o imigrante senegalês a atividade econômica de ambulante desconsiderando que em suas atividades eles incorporam e projetam noções de identidade religiosa muçulmana e de identidades africanas no Brasil expressando em vestimentas e artesanatos suas diferenças e cultura e, ao mesmo tempo, buscam com isso acionar mecanismos de reconhecimento e pertencimento nas cidades em que se estabelecem.

Essa objetificação do imigrante se revela também num modelo ideal de imigrante, ou seja, aquele que só traz vantagens ao país que o recebe, uma “força de trabalho provisória, precária, em trânsito” (SAYAD, 1998, p. 54). Provisório porque é um trabalhador revogável; provisório na sua própria condição de existência permanecendo sempre na condição de imigrante, estrangeiro, outro. É nesse sentido que Sayad afirma que “trabalhador migrante” é quase um pleonasma já que essa é a condição para que seja tolerado.

Ainda assim não é qualquer trabalho, “é o trabalho que o mercado de trabalho para imigrantes” lhes reserva. Embora as análises do autor tenham sido desenvolvidas numa migração com raízes coloniais, as imigrações em busca de uma melhor inserção de trabalho também apresentam os chamados nichos, ou seja, se não forem trabalhadores altamente

qualificados que ocupam postos especializados, a eles serão atribuídas atividades manuais, intensas, perigosas e sem garantias de proteção social, “por ‘nichos’ do mercado de trabalho devemos entender os empregos com menor exigência de qualificação e remuneração mais baixa, e flexibilidade, como sabemos, é o termo edulcorado para relações contratuais com menos garantias para empregados” (MATTOS, 2019, p. 82). E no limite, formas de trabalho análogas à escravidão, vide recentes denúncias e resgate de trabalhadores venezuelanos aliciados ainda na fronteira¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Disponíveis em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/04/18/venezuelanos-em-situacao-analoga-ao-trabalho-escravo-sao-resgatados-no-sul-da-bahia-dois-homens-sao-presos.ghtml> e <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2018-02-27/venezuelanos-direitos-humanos-roraima.html>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos a migração internacional na atualidade o fizemos considerando a dinâmica expansiva da acumulação capitalista que conforma relações sociais contraditórias e desiguais fundadas na expropriação dos meios de produção de modo que os trabalhadores sejam disponíveis para o capital e livres para a venda de sua força de trabalho. A força de trabalho, essa mercadoria que ao ser consumida gasta o valor investido e produz mais valor, não revela essa sua particularidade de imediato, tal característica fica envolta nos mistérios das relações de compra e venda estabelecidas no mercado de trabalho.

A presença de trabalhadores senegaleses em Niterói nos motivou a traçar caminhos de desvelamento das relações sociais que impulsionam os movimentos migratórios internacionais tão intensificados nas últimas décadas e que têm tido o Brasil como um destino possível. Procuramos construir uma argumentação que evidenciasse a mobilidade da força de trabalho como um elemento chave da constituição e desenvolvimento do capitalismo que toma formas cada vez mais complexas exigindo dos trabalhadores crescente submissão, adaptabilidade e deslocamentos internos e internacionais.

O conceito de mobilidade do trabalho proposto por Gaudemar (1977) foi um importante recurso para que pudéssemos transcender as explicações que centralizam nas decisões espontâneas ou contingenciais dos indivíduos ou grupos a decisão de migrar. Nessa argumentação, o movimento migratório dos indivíduos tenderia a equilibrar as desigualdades no mercado de trabalho potencializando as características e habilidades dos migrantes e ao mesmo tempo incrementando as forças econômicas da acumulação de capital.

A abordagem da mobilidade do trabalho se inscreve numa tendência teórica caracterizada por Póvoa Neto (2007) como um esforço de reconhecer as relações que determinam os processos migratórios sem com isso reduzir o indivíduo a objeto na estrutura social tornando-o simples variável do movimento da história. O uso da força de trabalho nas localizações, condições de intensidade e ritmos de produção para obtenção de valor exigidas pelo capital só foi possível com a constituição de um processo dialético de formação e reprodução social que envolve capital e trabalho de forma relacional.

Mobilidade do trabalho problematiza a liberdade contraditória do trabalhador que é proprietário da sua força laboral mas precisa vendê-la no mercado do trabalho que na contemporaneidade adquire cada vez mais um caráter global reatualizando mecanismos

primitivos¹⁰⁹ e coloniais para disponibilização e utilização otimizada da força de trabalho mundial e criando novos dispositivos de controle, seletividade e regulação.

O capitalismo financeirizado ao dinamizar os processos especulativos alçando-os ao centro da acumulação de capitais não dispensa a esfera da produção, pois depende da produção de mais valor que nela tem seu momento privilegiado. No entanto os avanços tecnológicos permitem uma reestruturação do mundo de trabalho que reduz a capacidade de emprego produtivo da força de trabalho em escala mundial.

Esse cenário agudiza as contradições e desigualdades uma vez que aumenta a superpopulação relativa e exige a intensificação da extração do sobretrabalho para responder as prospecções especulativas e remunerar os capitalistas rentistas e concomitantemente aciona formas de expropriação com uso de métodos a “ferro e fogo”, de modo a disponibilizar áreas de investimento rentáveis para o capital.

As migrações internas, fronteiriças e transnacionais adquirem uma nova intensidade tanto na qualidade como na quantidade em diferentes direções no mundo. As migrações de países da África para o Brasil a partir especialmente dos anos 2000 tem relação com esse contexto de atravessamento de capitais na periferia do capital sob a forma de investimentos diretos, sujeição à dívida pública canalizando de forma cada vez mais dramática os recursos naturais e o sobretrabalho produzido na direção periferia-centro.

No Brasil, observa-se a partir desse momento um aumento das emigrações com destino a países do Norte Global que embora subestimadas, segundo o Ministério das Relações Exteriores (2020) avalia, 2,5 milhões de brasileiros vivem fora do Brasil e começam a ser alvo de pesquisas que indicam que o emigrante brasileiro está presente em diversos países. Assim como os imigrantes que aqui chegam, os brasileiros que emigram estão em muitos casos sujeitos a situações de indocumentação, à ação de intermediários ilegais nas fronteiras e comprometidos com o envio de remessas de dinheiro ao núcleo familiar que permanece no Brasil (PATARRA, 2005).

Os Estados nacionais periféricos aprofundam sua relação dependente no sistema mundial e internamente promovem ajustes a este ordenamento econômico e político global que acirram e fomentam a reprodução social ampliada dos trabalhadores sob bases cada vez mais rebaixadas do valor de sua força de trabalho com expansão de empregos flexíveis caracterizados por instabilidade contratual, ausência de direitos e garantias de proteção ao trabalho, subemprego, desemprego, aprofundamento da pobreza.

¹⁰⁹ Referente aos processos de formação da força de trabalho instaurados na fase da “assim chamada acumulação primitiva” capitalista (MARX, 2015).

Para Antunes (2018) a situação dos imigrantes é “a ponta mais visível do iceberg no que concerne à precarização das condições de trabalho no capitalismo atual” (2018, p. 84). O estudo dos imigrantes senegaleses em Niterói teve como fundamento os processos que configuram o atual momento de desenvolvimento da acumulação capitalista contemporâneos que acionam formas de mobilidade do trabalho compatíveis com as necessidades de uso capitalista da força de trabalho no atual cenário e que, portanto, recolocam e criam novos desafios aos trabalhadores que constroem suas possibilidades de adaptação e resistência a partir das condições objetivas instauradas.

A estruturação da tese teve a preocupação de situar os elementos teóricos que constituem nosso entendimento sobre a migração a partir da discussão do trabalho como categoria fundamental de constituição das relações sociais no capitalismo e da constituição do Estado-nação como uma exigência de dominação que estabelece a partir do “casamento” de interesses Estado e Mercado mecanismos de expansão do capital e controle da classe trabalhadora que na dinâmica imperialista aperfeiçoa os dispositivos de mediação de interesses entre as classes.

Não podemos desconsiderar a forma desigual e combinada com que as relações capitalistas se espraiam no mundo. Na análise dos processos migratórios faz-se necessário a atenção para a realidade hierarquizada que constitui o capitalismo como sistema mundo e para as particularidades da formação da relação entre as classes nas diferentes regiões.

Na perspectiva recomendada por Sayad (1998) de analisar a migração em sua totalidade buscamos aproximação com as particularidades dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais que caracterizam a história da África e do Senegal, atentas de que o processo de dominação imperialista impõe variações na organização da exploração e opressão estabelecendo desigualdade entre as periferias e que esta diferenciação se relaciona não só com os interesses econômicos em jogo como também com as formas de resistência construídas em cada região. As obras de Fanon (1969, 2008, 2011), Cabral (1976), Bond (2007) foram importantes referências para o debate sobre a África assim como Ndiaye (2020), Tedesco (2017) e Soumare e Bonfond (2011) ofereceram em suas obras conteúdo que nos possibilitaram identificar os processos que geram as condições de emigração no Senegal.

Muitos foram os autores que subsidiaram nossas análises sobre migração internacional. Obras consolidadas internacionalmente se somaram a uma rica produção de pesquisa nacional que vem despontando com diferentes perspectivas metodológicas e teóricas, ligadas a múltiplos grupos de pesquisa por todo o Brasil (com destaque para os centros de pesquisa no Sul do país e em São Paulo) e com preocupações que vão desde o debate conceitual e teórico sobre a migração internacional como sobre as experiências migratórias de grupos e nacionalidades

específicas. Somaram-se a estes, relatórios produzidos por agências internacionais e nacionais com sistematização de informações e dados sobre imigração.

Os senegaleses vêm desde os anos 2000 se destacando entre as nacionalidades do fluxo recente de imigrantes no Brasil. Compõem o contingente de imigrantes caracterizados como de perfil laboral e pouco qualificados. Embora tenham registros da vinda de senegaleses para o Brasil desde a década de 1960 quando o país se tornou independente da França, neste primeiro momento a vinda para o Brasil se restringia a funcionários públicos do staff diplomático.

Na década de 1990 convênios em torno da educação superior nos níveis de graduação e pós-graduação trouxeram estudantes senegaleses ao Brasil. Mas foi a partir dos anos 2000 e com a organização no Brasil de uma política externa que tinha os países africanos como interesse para convênios em torno de cooperação para desenvolvimento econômico e área de investimentos para as empresas públicas e privadas é que o fluxo de senegaleses para o Brasil começa a tomar um vulto maior.

A partir daí podemos identificar três principais momentos da imigração senegalesa para o Brasil que consolidou a diáspora senegalesa no Brasil (JUNG, 2019). Estes momentos traduzem um momento inicial de 2000 a 2002, quando o destino principal era a Argentina e o Brasil foi se apresentando como destino viável a partir da oportunidade de trabalho no abate de carne em frigoríficos no Sul do Brasil; impulso de desenvolvimento econômico no Brasil; propaganda de uma política migratória mais flexível e menos fiscalizada; possibilidade de aquisição de documentos migratórios partir de dispositivos regulatórios excepcionais e provisórios como as anistias, as quais os senegaleses se beneficiaram nos anos de 2009 e 2019; mito da hospitalidade brasileira especialmente no tocante ao mito da democracia racial.

A partir de 2003 a 2015 o fluxo de senegaleses para o Brasil se intensificou e novas rotas de chegada foram se consolidando com destaque para entrada pelo Acre no norte do país, localidade onde outros fluxos migratórios se constituíram como o de haitianos e onde a estratégia principal de documentação dos senegaleses no Brasil tomou forma: a solicitação de refúgio. Para regularização da condição de imigrante, dentre outras exigências, é necessário a comprovação de capacidade financeira para a própria manutenção. No caso do refúgio é possível a solicitação assim que alcançado o território nacional de destino e esta ação possibilita aquisição de documento provisório que permite acesso ao trabalho e políticas sociais e desencadeará o processo que culminará no reconhecimento da condição de refugiado ou seu indeferimento.

Da fronteira, os senegaleses saíam na maioria dos casos com o documento de solicitante de refúgio e com promessas de emprego especialmente para os frigoríficos no sul do Brasil e interior de São Paulo. A organização de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo

de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016 foram importantes atrativos mobilizando muitos senegaleses para as vendas ambulantes no Estado do Rio de Janeiro.

A existência dos trabalhadores senegaleses no Brasil compõe um fluxo de trabalhadores que ao mesmo tempo que eles têm sua presença reconhecida pelos órgãos oficiais e sua força de trabalho mobilizada para ramos econômicos específicos é também mantida em condição de provisoriedade e indocumentação, os deixando vulneráveis a violações de direitos. Para Villen (2015) o fluxo migratório no Brasil se insere no circuito mundial de imigração e se acelera principalmente a partir da crise de 2007 nos países centrais. Com base nos estudos de Sassen, a autora identifica uma polarização da força de trabalho do imigrante enquanto tendência dos novos circuitos de migração em escala global intensificados no século XXI especialmente pelos processos de crise global do capital que agudizaram as expropriações expressas na ampliação das desigualdades, da pobreza, guerras, conflitos e desastres ambientais.

De acordo com Villen, há uma convivência e complementaridade de fluxos de profissionais técnico-especializados para atuarem em setores de ponta, paralelamente a demanda de trabalhadores oriundos de países periféricos, que exercem atividades pouco remuneradas, precarizadas, informais e que vivem e trabalham em situações indocumentadas nos países de destino. Situamos os senegaleses neste último polo, contidos pela provisoriedade da situação jurídica de solicitantes de refúgio.

Como tratamos no capítulo 2, na constituição do mercado de trabalho no Brasil o imigrante foi um elemento constante nessa história, inclusive com incentivos e subvenções estatais durante alguns períodos. A condição de provisoriedade continuada é negociada¹¹⁰, sempre em oposição ao trabalhador nacional, de acordo com a conjuntura e as vantagens que sua presença determina ao capital. Logo essa relação, como observa Barreto (2019) está inserida no jogo de interesses econômicos e sociais.

O trabalho nos parece permanecer como um elemento determinante de compreensão da condição migrante. Diferente do contexto analisado por Sayad (1998) em que os imigrantes buscavam países de economia central capitalista com um mercado de trabalho com mais possibilidades, os imigrantes do fluxo recente para o Brasil vêm da periferia do capital e compartilham com os trabalhadores daqui os desafios da configuração de um mercado de trabalho restrito em que direitos trabalhistas foram estendidos a um grupo maior de trabalhadores tardiamente e ainda assim, vêm sendo flexibilizados em reformas regressivas nos últimos anos.

¹¹⁰ Vide a história de incentivo e estímulo da vinda de imigrantes europeus para a “modernização” do Brasil, o que significou não só a defesa de uma força de trabalho dita mais qualificada, mas também a organização de uma estratégia de embranquecimento da população numa perspectiva eugenista. Num tempo histórico mais recente, a vinda de trabalhadores altamente especializados em setores de ponta.

Este fato não impede que, também na nossa realidade, imigrantes, quando não estão em postos especializados, ocupem atividades consideradas mais desprotegidas, a eles serão atribuídas atividades manuais, intensas, perigosas e mais flexíveis, são os chamados “nichos” do mercado de trabalho reservado aos imigrantes. Os relatos dos senegaleses em Niterói explicitaram tal condição tanto na violação de seus direitos trabalhistas nos empregos formais, quanto na vigilância e repressão da atividade de vendas ambulantes e ainda na opressão racista que estruturou e é estruturante das relações sociais no Brasil, configurando uma divisão racial do trabalho.

Para uma análise que pretende captar o não dito sobre a imigração é importante o esforço para captar para além da descrição a constatação de que os imigrantes econômicos não qualificados e negros, como os senegaleses no Brasil, são indesejados, discriminados, superexplorados, desumanizados, criminalizados e como noticiado nos assassinatos recentes de haitianos, angolanos, congoleses e senegaleses, são também eliminados.

A trajetória dos senegaleses em Niterói nos aponta para um processo de “produção de massas de trabalhadores mobilizadas e sem trabalho em todo o globo terrestre” (SILVA, 2019). Apontados em estudos como culturalmente propensos ao comércio e a iniciativas empreendedoras a imigração dos senegaleses, seja internamente na África ou para outros continentes, está historicamente ligada ao colonialismo que impôs modelo econômico que desconstruiu a cultura local e a reorientou para a exportação. Nesse processo de mobilização primária do trabalho, ao se tornarem disponíveis para os interesses produtivos do capital, vivenciaram profundas alterações na organização coletiva de suas comunidades e famílias.

A modernização imperialista radicalizou a condição de dependência expulsando de suas regiões de origem contingentes significativos de agricultores que buscaram em outros territórios possibilidades de venda da sua força de trabalho ainda que sazonais num processo tão intenso de expulsão que os tornou um grupo estigmatizado mesmo nos países vizinhos como nos informou um de nossos interlocutores ganense: “esses senegaleses estão em todos os lugares com suas bugigangas”.

A mobilidade dos trabalhadores senegaleses implica nos deslocamentos físico-espaciais fronteiriços, continentais e transcontinentais em busca de inserção no mercado de trabalho e implica também a adaptabilidade de condições de trabalho de perfil rural para urbano, de aspectos coletivos para a individualização, de diferentes jornadas de trabalho, de reconfiguração de relações comunitárias e familiares.

A análise da imigração senegalesa no Brasil deve considerar ainda a particularidade do aspecto religioso que se constituiu na formação social do Senegal como um dos elementos de mobilização do trabalho com significativo poder político e econômico e que se apresenta como

um pilar da diáspora senegalesa no Brasil. É nesse sentido que ao conceito de mobilidade do trabalho e sua expressão no capitalismo contemporâneo incorporamos o conceito de diáspora por nós compreendido como uma experiência histórica, permeada de rupturas e continuidades que constituem identidades culturais conectadas de forma dialética a elementos temporais e espaciais (HALL, 2015).

Destacamos aqui dois aspectos desta reconstrução de elementos culturais no contexto migratório. Em primeiro lugar a religião islâmica como estruturante da experiência migratória nos senegaleses da Confraria Mouride e que, no Brasil, requer construção de formas de interação e visibilidade na cultura local contribuindo para estruturação das Dahiras e para a consolidação de uma rede solidária de apoio, de acolhida e integração e também para a organização de representação política através de associações de senegaleses. Em Niterói tal associação está em processo de regulamentação.

Em segundo lugar, é importante situarmos os senegaleses na Diáspora Negra que no mesmo movimento em que desenraizou e dispersou os negros africanos através do escravismo colonial constituiu novos espaços de identificação nas experiências do Atlântico Negro entre África, Europa e América. Desse modo, ao mesmo tempo em que os senegaleses compartilham com os negros brasileiros experiências semelhantes em relação ao passado ancestral africano, se diferenciam em relação às referências religiosas e à própria experiência de racialização das relações sociais relatadas pelos senegaleses muito mais a partir de diferenças étnicas do que pela cor da pele. Conforme observou o sociólogo senegalês Kaly (2001) foi no Brasil que ele se tornou um “negro africano”.

Os senegaleses ambulantes em Niterói ao se tornarem “trabalhadores negros africanos não qualificados” compartilham com os trabalhadores negros brasileiros a herança colonial racista que persiste no Brasil, recolocada permanentemente na nossa realidade de capitalismo dependente sob formas sofisticadas e rudimentares determinando desigualdades abissais no acesso a trabalhos melhor remunerados e com melhores benefícios; no acesso à saúde, educação e outros direitos sociais e em tantas outras expressões do racismo.

Em nossa pesquisa identificamos um grupo de trabalhadores senegaleses em Niterói composto majoritariamente por homens, predominantemente jovens na faixa etária de 20 a 40, solteiros, muçulmanos da Confraria Mouride, que se dedicam a atividade do comércio, alguns com pequenos comércios ou comércio ambulante regularizado e uma grande maioria se dedicando ao comércio ambulante nas praias e região central da Cidade de forma considerada irregular e sujeita a ações repressivas regulares.

A escolaridade média relatada corresponde ao Ensino Fundamental em muitos casos em escolas religiosas da fé islâmica.

Os ganhos com a atividade laboral são revertidos na própria subsistência, na contribuição para Dahir, estrutura religiosa que mobiliza rede de acolhimento e permanência e para o compromisso com as remessas para a família no Senegal. Lembremos que as remessas da diáspora senegalesa representam cerca de 17% do PIB do Senegal. As condições de moradia são caracterizadas numa região ocupada por imóveis antigos, de baixo custo e com problemas de infraestrutura significativos, ainda assim são compartilhados por grupos grandes de moradores para que o custo individual seja o menor possível. O cotidiano de trabalho é extenso compreendendo os dias da semana e finais de semana. Mesmo nos poucos casos em que estão inseridos em trabalhos formais a atividade de vendas nos finais de semana não é dispensada. Essa rotina limita os trabalhadores aos espaços urbanos e trajetos relacionados ao trabalho.

Esperamos com esse trabalho contribuir para problematização e visibilidade da complexidade da questão migratória, especialmente em Niterói/RJ, lócus da pesquisa. Muitos caminhos investigativos se apresentaram em relação à imigração. Na nossa experiência com os senegaleses em Niterói, aspectos diversos se colocaram como possibilidades de novas pesquisas articuladas ao tema imigração como gênero, trabalho informal ambulante, religião, raça, educação, proteção social.

Aspectos da complexidade da imigração que não configuraram como objetivos de nossa pesquisa, mas que se apresentaram como promissoras possibilidades foram a Diáspora Negra que envolve também os senegaleses e provoca para relação de passado e presente e da diversidade de encontros, identidades e representação de negritude. Essa relação ao mesmo tempo em que conecta negros brasileiros aos africanos explicita construções de identidades diversas que acionam diferentes entendimentos de África e que incorporam elementos de heterogeneidade e diversidade do próprio movimento da diáspora no trânsito pelas Américas e Europa. Questões como uma percepção homogênea das matrizes religiosas na África e um certo estranhamento em lidar com as diversas clivagens que compõem as identidades raciais tão fluidas no Brasil permearam relatos dos entrevistados, que disseram ser em alguns casos “mais fácil a relação com os brancos do que com os negros”.

Tendo em vista que mobilidade da força de trabalho feminina implica aspectos fundamentais e históricos da produção e reprodução do capital, a imigração de mulheres e o reconhecimento das relações desiguais e patriarcais envolvidas nesse movimento na contemporaneidade nos parece tema a ser explorado pelas pesquisas migratórias. Assim como o debate sobre a política migratória e a construção da imigração como problema social a ser enfrentado pelo Estado se coloca como questão premente visto a tendência absorvida no Brasil de uma abordagem com viés de segurança nacional e defesa da soberania que comprime cada vez mais a perspectiva de proteção social.

Por fim, destacamos ainda uma linha de pesquisa que muito se aproxima do conteúdo de nossa tese e permeia nossos interesses futuros que é a expansão do trabalho informal e a heterogeneidade da composição da classe trabalhadora no Brasil que compreende a imbricação classe, gênero, raça, nacionalidade e ainda os debates sobre trabalho produtivo e improdutivo e sobre trabalho simples e complexo contidos na obra de Marx e problematizado por pesquisadores contemporâneos desta tradição. No caso dos senegaleses, o espaço público da rua representa um complexo de determinações, é o espaço do trabalho, condição de sua reprodução social e elemento ético fundamental de sua fé religiosa, mas também da repressão direcionada aos seus corpos negros e “estrangeiros” que ocasiona apreensão de suas mercadorias. A rua é o espaço onde manifestam suas particularidades culturais e buscam interlocução com a localidade e também onde são hostilizados pela sua cor.

Consubstanciada a opressão pela condição de imigrante estão a violência do racismo, a exploração de força de trabalho direcionada para nichos desgastantes e em condições de contratuais desiguais em relação aos demais trabalhadores brasileiros, como o abate de aves nos frigoríficos e a própria experiência relatada pelos entrevistados na construção civil em Niterói. Consideremos ainda as vulnerabilidades do idioma, da cultura, das redes sociais mais limitadas, do investimento e endividamento (as vezes da família) no projeto migratório em que a urgência em conseguir trabalho, portanto, se justifica tanto pela necessidade de sobrevivência quanto para pagar o investimento migratório.

Ao considerar os trabalhadores imigrantes como “discriminados, mas não resignados” Antunes (2018) nos recorda que os caminhos trilhados são construídos conforme as circunstâncias objetivas que se colocam para o trabalhador. À medida que as relações capitalistas de produção e reprodução se expandem e incorporam novas regiões e áreas da vida social a complexidade da composição da classe trabalhadora se intensifica.

A diversidade de gênero, orientação sexual, raça/etnia, geração, região, nacionalidade, qualificação é capturada e estimulada como desigualdade possibilitando ao capital maior exploração de determinados trabalhadores. Nesse sentido, a articulação dos coletivos de imigrantes com as lutas dos trabalhadores brasileiros pode fortalecer a construção de perspectivas políticas menos excludentes, até porque, como alerta Basso (2018), as condições a que estão submetidos os trabalhadores imigrantes se misturam ou prenunciam a dos demais trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Louise L. Gênero e a Questão do Refúgio: As lacunas jurídicas de proteção à mulher refugiada. **Cadernos de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 44, ed. especial “Gênero e Sexualidade nas RI”, set. 2018.

ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951**. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 05 mar. 2019.

ACNUR. **Diretrizes sobre Proteção Internacional n. 01**, Perseguição baseada no Gênero, no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf. Acesso em 21 abr. 2019.

ALFREDO, Rodrigues. Efeitos da emigração: Brain Drain, Brain Gain e desenvolvimento. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XXI, n. 41, maio/ago 2018.

ALMEIDA, Alexandre N.; AZZONI, Carlos R. Custo de vida comparativo das regiões metropolitanas brasileiras: 1996-2014. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n.1, 2016.

ALVES, Laís A. **Crimigração como Prática Securitária no Aeroporto Internacional de Guarulhos (2010-2017)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP, UNICAMP, PUC-SP, 2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, José Fischel. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n.1, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Proletariado Digital, serviços e valor. In ANTUNES, R (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In ANTUNES, R; BRAGA, R. (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARANGO. Joaquín. La explicación de las migraciones: luces y sombras. **Migración y Desarrollo**, n. 1, p.1-30. Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2000. Disponível em <http://www.pensamientocritico.org/joaara1111.htm> Acesso em 19 jul. 2019.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ASHUTOSHA, I; MOUNTZ, A. Migration management for the benefit of whom? Interrogating the work of the International Organization for Migration. **Citizenship Studies** vol. 15, n. 01. Oxfordshire: Taylor & Francis, 2011.

BABOU, Cheikh Anta. **The Murid Ethic and the Spirit of Entrepreneurship: Faith, Business and Mobility among Murid immigrants in Gabon**. Pensilvânia: University of Pennsylvania, 2015. Disponível em <https://www.nyudri.org/assets/publications/2016/muridethic.pdf> Acesso em 15 ago. 2019.

BADI, Mbuyi K. Las Migraciones Africanas em La Era de La Globalización: luces y sombras. In MALOMALO, B. I; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. **Diáspora Africana e Migração na Era da Globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho**. São Paulo: CRV, 2015.

BAENINGER, Rosana; ALMEIDA, Gisele M. R. de. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In BAENINGER, R. (Org.). **Migração internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013, p. 23-34. (Coleção por dentro de São Paulo, v. 09)

BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In BAENINGER, R. (Org.). **Migração internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013, p. 9-22. (Coleção por dentro de São Paulo, v. 09)

BARRETO, Gustavo. **Dois Séculos de imigração no Brasil – imagem e papel social dos estrangeiros**. Vol.1. Curitiba: Appris, 2019.

BECERRA, M. J.; BUFFA, D. Africa Subsahariana: relecturas de um pasado falsificado y un devenir atravesado por estereótipos. **Revista História & Luta de Classes**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 25, 2018.

BECKER, Howard. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECKER, Howard. Uma entrevista com Howard Becker. In DUQUE ESTRADA. Maria I.; COSTA, Vera P. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 114-136, 1990. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12926628/uma-entrevista-com-howard-s-becker-msmidia.com> Acesso em 23 ago. 2020.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine. Fundo público, exploração e expropriação no capitalismo em crise. In: **Anais do Colóquio Internacional Marx e Marxismo 2017: De o Capital à Revolução de Outubro (1867-1917)**. Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo da Universidade Federal Fluminense/NIEP MARX UFF, 2017.

BEHRING, Elaine. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BONES, G. **Refugiados de Idomeni: o retrato de um mundo em conflito**. São Paulo: Hedra, 2017.

BORÓN, Atilio A. Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In BORÓN, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. (Coleção Campus Virtual). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.pdf> Acesso em 20 ago. 2019.

BOSCHETTI, I. Expropriação de Direitos e Reprodução da Força de Trabalho. In BOSCHETTI, I. **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL JR, Antônio. **Capitalismo dependente: todos os passos de um conceito de Florestan Fernandes**, 2017. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/08/03/capitalismo-dependente-todos-os-passos-de-um-conceito-de-florestan-fernandes-por-antonio-brasil-jr/> Acesso em 24 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015 Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): IPEA, 2015. (Série Pensando o Direito).

BRAZ, Adriana M. A governança migratória na América do Sul: a difusão de baixo para cima (bottom-up) do Acordo de Residência do Mercosul. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2018.

BRZOZOWSKI, JAN. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, 2012.

CABRAL, Amílcar. Libertação Nacional e Cultura. In: ANDRADE, M. P. de. **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral: unidade e luta**. Lisboa: Seara Nova, 1976.

CARCANHOLO, Marcelo D. A dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, 2008.

CARVALHO JR. A presença da China na África e as ameaças ao Brasil. **Informativo de Comércio Exterior** AEB nº 108 – Ano XII. SÃO PAULO Firjan, 2011. Disponível em <https://www.firjan.com.br/publicacoes/informativos/alertas-de-comercio-exterior.htm> Acesso em: 29 mai. 2019.

CASTELO, R. O canto da sereia: socialliberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Revista In Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, 2013

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU**, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 18, n. 35, p. 11-43, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042012002.pdf> Acesso em 20 fev. 2020.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e Refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. **Relatório Anual 2019**. Brasília - DF: OBMigra, 2019.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed., 1978.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. A Proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, François. As Raízes da Crise Econômica. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 21-37, 2013.

CINTRA, Natália. Colonialismo jurídico e a nova Lei de Migração: entre estratégias de sobrevivência e a proteção ilusória do direito. **Coluna Empório Decolonial**, 2020. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/colonialismo-juridico-e-a-nova-lei-de-migracao-entre-estrategias-de-sobrevivencia-e-a-protecao-ilusoria-do-direito> Acesso em: 22 maio 2020.

COHEN, R. Sólidas, Dúcteis e Líquidas: noções em mutação de “lar” e “terra natal” nos estudos da diáspora. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, 2008.

COMTRADE/ONU 2020. Disponível em: <https://comtrade.un.org/> Acesso em: 06 jun. 2020.

CONNECTAS DH. **Cinco Avanços da Nova Lei de Migração**, 2019. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/cinco-avancos-da-nova-lei-de-migracao> Acesso em: 15ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Seminário de Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais**: fronteiras (in) visíveis do capital. CFESS Manifesta. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta?page=2> Acesso em 20 set. 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU); ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo**. Módulos 1 e 3. Brasília, 2018

DEVISSE; J.; LABIB, S. A África nas relações intercontinentais. In NIANE, D. T. **História geral da África, IV**: África do século XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Revista Mediações**, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, 2005.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Editora EDUFBA. 2008.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os Impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Portugal: Ed. Lugar da História, 2011, p. 273-283.

FAQUIN, E. S; LANZA, L. M. Imigrantes e seus “Acessos” às Políticas de Seguridade Social: reflexões acerca da Região Metropolitana de Londrina/PR. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XXI, nº 41, mai./ago. 2018.

FERNANDES, D. O Brasil e a Migração Internacional no século XXI – notas introdutórias. PRADO, J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 01, jan./abr. 2014.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M; ARCEO, E. **Neoliberalismo y Sectores Dominantes**. Tendencias Globales y Experiencias Nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basual/C05Filgueiras.pdf> Acesso em: 20 maio 2015.

FLEURY, Sônia. **Proteção social em um mundo globalizado**. Conferência Proferida no IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, Salvador, 28 de maio de 2007.

FONTES, V. BRICS e Capital-Imperialismo: novas contradições em debate. **Revista Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 10, n. 18, 2014. Disponível em www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/issue/view/16/showToc Acesso em: 01 jun. 2015.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital Imperialismo**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2010. Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br Acesso em 15 ago. 2015.

FONTES, V. **O capital-imperialismo**: algumas características. 2010a. Disponível em <http://www.odiario.info/b2-img/VirginiaFontes.pdf>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO/ONU); CENTRE DE COOPÉRATION INTERNATIONALE EN RECHERCHE AGRONOMIQUE POUR LE DÉVELOPPEMENT RURAL AFRICA IN MOTION DYNAMICS AND DRIVERS OF MIGRATION SOUTH OF THE SAHARA (CIRAD). **Africa in motion Dynamics and drivers of migration South of the Sahara**. Rome, 2017. Disponível em www.fao.org/publications Acesso em 15 ago. 2020.

FRIGOTTO, G. Educação e Formação Humana: ajuste conservador e alternativa democrática. In GENTILI, P; SILVA, T. T. (org.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GILROY, P. **O Atlântico Negro Modernidade e Dupla Consciência**. Rio de Janeiro: Editora UCAM Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

GOMES, L. **Escravidão**. Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. São Paulo: Globo Livros, 2019.

GONÇALVES, Guilherme L. Valor, expropriação e direito: sobre a forma e a violência jurídica na acumulação do capital. In. BOSCHETTI, I. **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

GONÇALVES, R. Redução da Desigualdade de Renda no Governo Lula: análise comparativa. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 01, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 5 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 3 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

HEIL, Tilmann. Uma Infraestrutura Muçulmana de Chegada no Rio de Janeiro. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 26, n. 52, p. 111-129, abr. 2018.

HERÉDIA, Vânia B. M; PANDOLFI, Bruna. Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil. In HERÉDIA, Vânia B. M. (Org.). **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015.

HOBBSBAWN, E. **A Era dos Extremos**: o breve século XX, de 1914 a 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IOTTI, Luiza H. A política imigratória brasileira e sua legislação -1822 -1914. In: **Anais... XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**, 2010, Franca, São Paulo, 2010.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados**. 1. ed. São Paulo: Método, 2007.

JUNG, Philipp Roman. Desenvolvimento de processos migratórios do Senegal para o Brasil e suas alterações. In: **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. Vol. 2., Publisher: EST Edições, 2019, p. 45-76.

KALY, Alain Pascal. O Ser Preto africano no «paraíso terrestre» brasileiro. Um sociólogo senegalês no Brasil. **Lusotopie**, p. 105-121, 2001. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2001_num_8_1_1431 Acesso em 15 jun. 2020.

LANZA, L. M. B; RIBEIRO, P. B. A.; FAQUIN, E. S. Imigrantes nos territórios: problematizasses sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social. **Revista katálysis**, Florianópolis, 2018.

LENIN, V. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf> Acesso em 15 ago. 2020.

LIMA, K. R. de S. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LINHART, D. **A Desmedida do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

LOPES, C.M. S. Migrações, Mundo do Trabalho e a Atuação do Ministério Público do Trabalho. PRADO, J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

LUMENBU, A. K. **Inmigración africana en la segunda mitad del siglo XX: características, causas e incidencias sobre el desarrollo del continente**. Rio de Janeiro: UCAM/ALAADA, 2000.

LUSSI, Carmem. **Circularidade entre migrações e fé. Reflexões sobre a alteridade na Igreja de comunhão**. Tese (Doutorado em Teologia) – Departamento de Teologia da PUC-Rio, RJ, 2013.

LUSSI, C. Formulação Legal e Políticas Públicas no Trato das Migrações Nacionais e Internacionais. PRADO, J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A Imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel. **Revolução africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MARIÁTEGUI, J. C. El Problema Del Indio. In VENEZUELA, MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA CULTURA. **Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 26-38, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência (1973). In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASSEY, D. ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. **Theories of International Migration**. Population and Development Review, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhador: de Marx ao nosso tempo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MAURIEL, Ana Paula O. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano**: impasses teóricos na construção da política social na atualidade. Tese (Tese em Ciências Sociais) – UNICAMP. Campinas, 2008.

MERCANDALLI ET AL. Rural migration and the new dynamics of structural transformation in sub-saharan africa. In FAO/ONU; CIRAD. **Africa in motion Dynamics and drivers of migration South of the Sahara**. Rome, 2017. Disponível em www.fao.org/publications Acesso em 15 ago. 2020.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP). **Refúgio em Números**. 4 ed.. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros> Acesso em: 18 ago. 2020.

MOITA, Luís. Uma releitura crítica do consenso em torno do “sistema vestfaliano”. **Jatos Net.**, v.3, n.2, p. 17-43, 2012. Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3_n2/pt/pt_vol3_n2_art2.pdf Acesso em: 20 jul. 2020.

MORAES, R. **Neoliberalismo**. De onde vem, para onde vai? São Paulo: Ed. SENACSP, 1999. (Série Ponto Futuro, n.6).

MOSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo. Solidariedade Étnica, Poder Local e Banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898. **Revista Brasileira das Ciências Sociais**, São Paulo, ano 20, n. 49, p. 70-108, set./dez. 2018.

MOTA, Ana E. Crise Contemporânea do Capital. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências e profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTA, Ana E. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOULIN, C. Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, 2011.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Graboisco-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MUNANGA, Kabenguele. Diáspora negro-africana e o discurso identitário: pan-africanismo, negritude e teatro experimental. **Conferência para a AINALC**. Disponível em: <https://www.facebook.com/AINALC.AFRO/> Acesso em 15 set. 2020.

NAVIA, Ângela M. F. Deslocamento Forçado na Colômbia e Políticas de Refúgio no Brasil: Gestão de populações em êxodo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília: UnB, 2017.

NDIAYE, Gana. Migration and Stereotypes in Performance and Culture. MEERZON, Yana; DEAN, David; McNEIL, Daniel (Eds.). Palgrave, 2020. Disponível em: <https://www.palgrave.com/gp/book/9783030399146> Acesso em: 20 ago. 2020.

NDIAYE, Marie Therese Yaba. **Forestry Decentralization in Senegal: Socioeconomical e Ecological Impacts**. 2008 (PhD in Social Sciences, Development, Agriculture and Society). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e Consequências Societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método da Teoria Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências e profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

OBSERVATORY ON MIGRATION; OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES (ACP). **Migração extra-regional Sul-Sul**: Um resumo das tendências emergentes. Suíça: OIM/União Européia, 2012. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/extraregional_migration_por_1.pdf Acesso em: 30 set. 2020.

OIT. Women and men in the informal economy: a statistical picture. **International Labour Office**. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/lang--en/index.htm> Acesso em: 30 mar. 2020.

OLIVEIRA, Gabriela C. de; BAENINGER, Rosana. A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). La migración y los migrantes. Una perspectiva global. **Informe sobre las Migraciones en el Mundo**. Ginebra: OIM, 2020. Disponível em: <http://www.iom.int> Acesso em: 20 set. 2020.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OSÓRIO, Jaime. Sistema Mundial e Formas de Capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 13, 2016.

OUMAR BA; BOURGOIN; DIOP. Senegal: the fluidity of international migration in response to local constraints. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO/ONU); CENTRE DE COOPÉRATION INTERNATIONALE EN RECHERCHE AGRONOMIQUE POUR LE DÉVELOPPEMENT RURAL AFRICA IN MOTION DYNAMICS AND DRIVERS OF MIGRATION SOUTH OF THE SAHARA

(CIRAD). **Africa in motion Dynamics and drivers of migration South of the Sahara**. Rome, 2017. Disponível em: www.fao.org/publications Acesso em 15 ago. 2020.

PAIVA, Ariane R. de; DIAS, Áurea C. S. Política Social no Brasil e o desafio manifesto da imigração e refúgio. **Anais XXXII Congresso Internacional ALAS**. Lima, Peru, 2019.

PAIVA, Ariane R. de; DIAS, Áurea; MOULIN, Carolina. Migrações e refúgio: travessias interdisciplinares, desafios globais. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XXI, nº 41, mai./ago. 2018.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da Migração na Cidade de São Paulo, negação e ocultamentos. In TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. da C.; BAENINGER R (Org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PAIXÃO, Marcelo. O Justo Combate: relações raciais e desenvolvimento em questão. **Revista Simbiótica**, Vitória, v.2, n.2, 2016.

PARDO, Catalina Revollo. As Redes Migratórias Político-Comunitárias tecidas pelas Mulheres Vítimas do Desplazamiento na Colômbia. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XXI, nº 41, mai./ago. 2018.

PARREIRA, C. G; BATISTA, V. O. Trabalho, Imigração e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. **Publica Direto**. Disponível em:<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=47a3893cc405396a>. Acesso em: 25 jul. 2020.

PASTORAL DO MIGRANTE; REDE MIGRAÇÃO RIO. **A Presença do Migrante no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SPM/SIMN, 2015.

PATARRA, Neide L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 57, p. 7-24, 2006.

PINHEIRO, Hugo Cordeiro Mota. A imigração de bolivianos e haitianos no Brasil: o subimperialismo brasileiro em foco. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XXI, nº 41, mai./ago. 2018.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base social da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

POLITZER, M. **China and Africa**: Stronger economic ties mean more migration, Migration Information Source, Migration Policy Institute, 2008 Disponível em: <http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?ID=690> Acesso em: 30 set. 2020.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, Coimbra, n.69, p. 73-93, 2004.

PÓVOA NETO, Helion. Abertura. In: **Seminário 20 anos depois: A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad (1933-1998)**. São Paulo: PUC_SP/UNICAMP/ UNIMONTES/Missão Paz, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ex13PE9nBIY> Acesso em 19 set. 2019.

PÓVOA NETO, Helion. O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação dos “direitos à mobilidade”. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Ano XVI, n. 31, p. 394-400, 2008.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTROGÓMES, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar; 2007

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas Latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina, setembro 2005.

QUIJANO, Aníbal. Qué tal Raza! **ALAI: América Latina en Movimiento**, n. 320, 2000. Disponível em: <http://alainet.org/active/929> Acesso em: 18 mai. 2014.

RAMÍREZ, J. **Estado y Políticas: cambios y continuidad em América Del Sur**. La Paz: CELAG, 2017.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2004.

REZENDE. Lucas F. Sexílio, alteridade e reconhecimento: Uma análise teórica sobre o refúgio de LGBTs. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XXI, n. 41, mai./ago. 2018.

RISSON, A. P.; MATSUE, R. Y; LIMA, A. C. Atenção em Saúde aos Imigrantes Haitianos em Chapecó e suas Dimensões Étnico-Raciais. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XXI, n. 41, mai./ago. 2018.

RONCATO, Mariana S. **Working Poor Japonês: trabalho imigrante *dekassegui* e suas transversalidades**. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, 2020.

RONCATO, Mariana S. Trabalho Migrante *Dekassegui*: classe social, etnia e gênero. In ANTUNES, R (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAKHO, Pape et al. A Emigração Internacional Senegalesa: das casas no campo às cidades litorâneas. In HERÉDIA, Vânia B. M. (Org.). **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015.

SAKHO, Pape et al. Migration et genre au Sénégal. **Série sur genre et migration module démographique et économique**. Fiesole: Institut universitaire européen et l'Union européenne / CARIM, 2010.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. O Que é um Imigrante? In: SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998, p. 9-12.

SEGUY, Frank. Conferência: Migração dos Haitianos. In: **4º Encontro Internacional de Política Social 11º Encontro Nacional de Política Social Tema: “Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à Política Social”**. UFES, 09/06/2016.

SILVA, A. P. P. da. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo!** A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. 2017. 274f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 26, n.52, jul./dez. 2013.

SILVA, Sidney A. da. Bolivianos em São Paulo: dinâmica cultural e processos identitários. In: Rosana Baeninger (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

SILVA, U. B. **Racismo e Alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SKELDON, R. **Migration Transitions Revisited: Their Continued Relevance for The Development of Migration Theory**. Population, Space and Place 2011.

SOARES, C. de O. A Proteção Internacional dos Refugiados e o Sistema de Concessão de Refúgio. **Revista Âmbito Jurídico**, nov. 2011. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista-juridica Acesso em 22 mai. 2015.

SOUMARE, Adama; BONFOND, Olivier. Senegal: quem paga suas dívidas empobrece. **Portal Carta Maior**, 2011. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Senegal-quem-paga-suas-dividas-empobrece/6/16316> Acesso em 20 fev. 2020.

SPRANDEL, M.A. Marcos Legais e Políticas Migratórias no Brasil. PRADO, J. P.; COELHO, R. (Org.). **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa**. São Paulo: Authentic, 2015.

TEDESCO, J. C. A imigração senegalesa: dimensões históricas, econômicas e socioambientais. In: GERHARDT, M., NODARI, E. S., MORETTO, S.P. (Eds.). **História ambiental e migrações: diálogos**. São Leopoldo: Oikos; editora UFFS, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788564905689.0015> Acesso em 15 jan. 2020.

TEDESCO, J. C.; GRZYBOVSKI, D. Dinâmica Migratória dos Senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 30, n.01, jun./jul. 2013 Disponível em: www.scielo.br/scielo.php Acesso em 15 set. 2015.

TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina**: múltiplos olhares. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

VAINER, Carlos. Política Migratória Recente no Brasil Notas para uma avaliação. **Cadernos PUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1986.

VELLOZO, Júlio C; ALMEIDA, Silvio. **Curso Para Ler Achille Mbembe**. Candeia: 2019.

VILLEN, Patrícia. **Imigração na modernização dependente**: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, 2015.

VILLEN, Patrícia. **Polarização da demanda atual de trabalho no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2014. Disponível em: www.ifch.unicamp.br Acesso em: 03 jun. 2015.

VILLEN, Patrícia. **(In)visíveis globais**: imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

WABGOU, M. América Latina: nuevo destino de los inmigrantes africanos o nueva etapa em su périplo hacia EEUU? In MALOMALO, B. I; FONSECA, D. J.; BADI, M. K. **Diáspora africana e migração na era da globalização**: experiências de refúgio, estudo, trabalho. São Paulo: CRV, 2015.

WALDELY, Ariadne B. Pensar a partir dos Migrantes: a perspectiva de Thomas e Znaniecki. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v. 15, n.1, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.unimontes.br/argumentos> Acesso em: 23 ago. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. Ler Fanon no século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, São Paulo, n.82, p. 3-12, set. 2008.

YANG, Alexander C. Y. O Comércio dos “Coolie” – de 1819-1920. **Revista de História**, São Paulo, 1977.